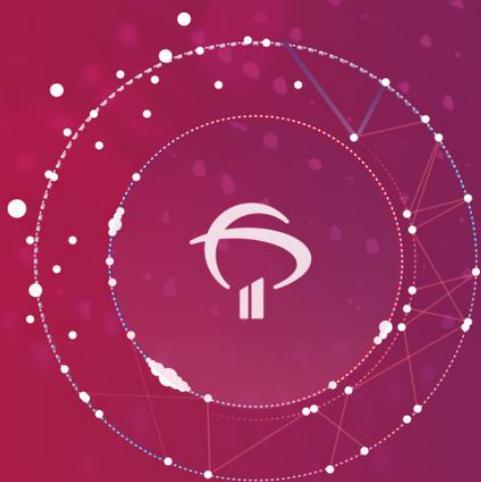


DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS Individuais e Consolidadas



2024



Mensagem aos Acionistas

Senhoras e senhores acionistas,

Preservamos a nossa tradição de bem-servir nossos clientes, fortalecendo nossa marca e renovamos nossa vocação de parceria e de confiança com os brasileiros.

Nesse ritmo de mudanças constantes, diante de um ano desafiador, com a resiliência e o empenho de nossas equipes, cumprimos os objetivos propostos.

O ano de 2025 não deve ser diferente. Como em toda a nossa trajetória, seguimos confiantes no potencial do Brasil e na capacidade de seu povo, buscando sempre contribuir para o crescimento econômico e social do País.

Alinhados ao nosso compromisso com a transparência e a democratização da informação, apresentamos de maneira detalhada as principais evoluções obtidas no exercício.

Aos nossos acionistas e clientes, agradecemos o apoio, a confiança e a preferência com que nos têm distinguido.

Boa leitura!

Cidade de Deus, 06 de fevereiro de 2025
Luiz Carlos Trabuco Cappi
Presidente do Conselho de Administração



Senhoras e Senhores Acionistas,

Submetemos à apreciação de V. Sas. as Demonstrações Financeiras Consolidadas do Banco Bradesco S.A. relativas ao exercício de 2024. Seguimos as práticas do International Financial Reporting Standards (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Comentário Econômico

A atividade econômica apresentou novamente um crescimento em 2024. As razões que nos levaram a esse desempenho, no entanto, não devem se repetir para 2025. A expectativa de uma safra recorde de grãos no primeiro trimestre ainda deve impulsionar o PIB como um todo. Porém, a partir do segundo semestre, a elevação da taxa Selic e a redução do impulso fiscal deverão resultar em uma desaceleração da economia brasileira. Nossas projeções indicam que o PIB crescerá 2,2% em 2025, após expansão estimada de 3,6% em 2024.

A piora das expectativas de inflação e a forte desvalorização do câmbio nos últimos meses levaram o Banco Central a acelerar o ritmo de aumento da taxa de juros e a sinalizar que elevará a Selic ao menos até 14,25%. Prevemos que os juros básicos da economia atingirão o patamar máximo de 15,25% em meados do ano e encerrarão o ano de 2025 em 14,75%.

Os dados de inflação nos EUA voltaram a ser o foco de atenção. Ao mesmo tempo, a atividade segue mostrando resiliência. Entendemos que há espaço para continuidade dos cortes dos juros, com a taxa básica norte-americana chegando a 3,50% ao final do ano. De todo modo, o cenário internacional sugere cautela por parte das nações emergentes. Incertezas relacionadas à aplicação de tarifas comerciais pelos EUA e conflitos geopolíticos ao redor do mundo podem prejudicar o desempenho econômico desses países.

Destaques do Período

Em agosto de 2024, o Banco Bradesco S.A. ("Bradesco") comunicou aos seus acionistas a celebração de um Acordo de Investimentos com a John Deere Brasil S.A, subsidiária integral da Deere & Company (USA), uma das líderes mundiais no fornecimento de equipamentos para agricultura, construção e silvicultura. Essa parceria estratégica demonstrou o objetivo do Bradesco em fortalecer ainda mais seu posicionamento nos setores de agronegócio e construção, ampliando a oferta de financiamento e serviços financeiros para clientes e concessionários na aquisição de equipamentos, peças e serviços do grupo John Deere.

Em novembro de 2024, o Banco Bradesco S.A. comunicou aos seus acionistas a celebração de um Acordo de Investimento com o grupo Rede D'Or São Luiz S.A. ("Rede D'Or") para inclusão do Hospital São Luiz Campinas na rede hospitalar Atlantica D'Or. Essa ação expandiu a parceria celebrada com a Rede D'Or, divulgada ao mercado em 8 de maio de 2024 e conservou a participação, na estrutura existente, ficando 50,01% para a Rede D'Or e 49,99% para a Atlantica. A expansão da parceria está alinhada com a estratégia da Atlantica de investir na cadeia de valor do setor de saúde por meio de parcerias com players estabelecidos na operação de hospitais.

Além disso, o Banco Bradesco S.A. aprovou em Dezembro de 2024 a proposta da diretoria da sociedade, para pagamento de juros sobre o capital próprio complementares, no valor total de R\$2.975.700.000,00, sendo R\$0,27 por ação ordinária e R\$0,29 por ação preferencial.



informações selecionadas 2024

LUCRO LÍQUIDO CONTÁBIL

R\$ 17,5 bi ▲ +21,0% a/a

LUCRO POR AÇÃO

R\$ 1,55 ON
R\$ 1,71 PN

VALOR PATRIMONIAL POR AÇÃO

R\$ 15,94

VALOR DE MERCADO

R\$ 117,6 bi

ÍNDICE DE CAPITAL - NÍVEL I

12,4%

PATRIMÔNIO LÍQUIDO ⁽¹⁾

R\$ 168,4 bi

▲ +1,2% a/a

JCP R\$ 11,3 bi (bruto)

CARTEIRA DE CRÉDITO EXPANDIDA

(Dez24 vs. Dez23)

R\$ 981,7 bi (+11,9%)

PESSOA FÍSICA: R\$ 414,1 bi (+13,3%)

GRANDES EMPRESAS: R\$ 352,7 bi (+2,5%)

MICRO, PEQ. E MÉDIAS EMPRESAS: R\$ 214,9 bi
(+28,0%)

DEPÓSITOS TOTAIS

(Dez24 vs. Dez23)

R\$ 645,8 bi (+3,6%)

A Prazo: R\$ 467,7 bi (+6,0%)

Poupança: R\$ 132,5 bi (+1,1%)

À Vista: R\$ 45,5 bi (-10,8%)

PROVISÃO PARA PERDA ESPERADA ⁽²⁾

(Dez24 vs. Dez23)

R\$ 51,6 bi (-3,9%)

TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

(Dez24 vs. Dez23)

R\$ 769,4 bi (+1,2%)

VJORA: R\$ 156,3 bi (-26,6%)

VJR: R\$ 352,0 bi (-5,4%)

Custo Amortizado: R\$ 261,1 bi (+48,9%)

(1) Atribuído aos controladores; e

(2) Contemplam perdas esperadas com operações de crédito, compromissos a liberar e garantias financeiras prestadas.



atuação internacional

Oferecemos uma extensa linha de serviços internacionais, contemplando o financiamento ao comércio exterior, capital de giro em moedas estrangeiras, operações de câmbio e fianças internacionais para pessoas físicas e jurídicas, através de nossas plataformas de Corporate e Global Private Banking. O atendimento às empresas se materializa tanto com o apoio à multinacionais estrangeiras com atuação no Brasil ou empresas brasileiras com atuação no exterior, quanto na atuação como principal elo de comunicação entre prospectivos clientes Multinacionais e o Bradesco Brasil.



Agências

Nova York

Banco Bradesco S.A.

Grand Cayman

Banco Bradesco S.A.

Escritório de Representação

Hong Kong

Banco Bradesco S.A.

Guatemala

Representaciones Administrativas Internacionales

Subsidiárias

Nova York

Bradesco Securities, Inc.

Miami

Bradesco Bank

Bradesco Investments Inc.

Bradesco Global Advisors Inc.

México

Bradescard México Sociedad de Responsabilidad Limitada

Luxemburgo

Banco Bradesco Europa S.A.

Londres

Bradesco Securities UK Limited

Hong Kong

Bradesco Securities Hong Kong Limited

Bradesco Trade Services Limited



My Account

Conta internacional digital

Abertura de **228 mil**
contas em 2024

Com cartão de débito aceito em **195 países** e com conversão automática para **180 moedas**

A **My Account** é uma conta internacional e digital própria, que pode ser aberta pelo App do Bradesco. Além do cartão tradicional, é possível ter um cartão virtual para compras em sites e Apps, com CVV dinâmico, que traz mais comodidade e segurança.



Jornada 100% digital via App



Cartão personalizado



Alerta de cotação personalizável e cotação baseada em dólar comercial



Transferência entre conta Bradesco e My Account a qualquer hora/dia



bradesco bank



Plataforma internacional do Bradesco nos EUA, com solução completa de produtos, serviços bancários e investimentos para clientes nos segmentos Private e Afluente, além de soluções para clientes do segmento Corporate



Receita operacional líquida

△ **28% a/a**



Ativos sob Custódia (AUC)

△ **17% a/a**



Carteira de crédito

△ **16% a/a**



Lucro Líquido

△ **60% a/a**



Captações através de depósitos

△ **28% a/a**



Soluções **Pessoas Físicas**

Bancárias

Conta corrente completa para realização de pagamentos, transferências, online *banking* e cartão de débito internacional para compras e saques.



Investimentos

Cliente Private:

Investimentos adaptadas ao perfil de risco de cada cliente:

- Renda fixa;
- ETFs;
- Fundos de Investimento; e
- Operações Estruturadas;



Cliente Afluente:

- Plataforma digital de investimentos em carteiras gerenciadas para os mais diversos perfis de investidores.

Cartão de Crédito

Cartão bandeira Visa aceito em **195 países** com benefícios exclusivos, incluindo programa de fidelidade **Nível** e conectividade com carteiras digitais.



Financiamento Imobiliário

Suporte para aquisição de imóvel para residentes e não residentes nos EUA, com equipe com amplo entendimento do mercado e do processo.



Soluções **Pessoas Jurídicas**

Gestão de Caixa

conta corrente, money market e depósitos remunerados.

Pagamentos

corresponding banking e transferências internacionais.

Serviços Documentários

cobrança de exportações e carta de crédito comercial.

Crédito Empresarial

financiamento de importação, exportação e capital de giro.



Tecnologia e Inovação

A IA Generativa continua em expansão: A BIA Agências já beneficia nossos gerentes com respostas rápidas e precisas a serviço dos clientes. Com diversas habilidades, a BIA Clientes passa a fazer uso da IA Generativa e já interage diariamente com mais de 570 mil clientes. E agora atende a Crédito Imobiliário, oferecendo suporte completo pelo WhatsApp, disponibilizando o status do processo e links para inclusão de documentos. A BIA Tech, nossa assistente de TI adotada por 80% dos desenvolvedores e Product Owners, otimizou a produtividade do desenvolvimento em 46%, acelerando o time-to-market das soluções.

Nessa jornada de se escalar o uso da IA Generativa, implementamos soluções estruturais, de atendimento, crédito, segurança e eficiência proporcionando entregas focadas na melhor experiência dos clientes e dos times internos. Desenvolvemos uma plataforma que disponibiliza serviços reaproveitáveis em diversas aplicações de negócio, implementamos copilotos de atendimento bem como soluções de análise, tratamento e interpretação de dados e informações que fortalecem as operações, apoiam a produtividade e assertividade, possibilitam melhor resposta às demandas de clientes e respaldam os processos decisórios. Como outra importante solução para desenvolvimento, ao lado da Bia Tech, temos o Multiagentes, um conjunto de agentes com atividades especializadas de Product Owners, Desenvolvedores, Arquitetos de Solução etc que podem atuar como "squads virtuais".

Com o Enterprise Agility seguimos evoluindo as práticas ágeis em toda a Organização, expandindo o modelo de "tribos" com foco nas unidades de negócios, autônomas e responsáveis pelas soluções de ponta-a-ponta. As estruturas organizacionais cada vez mais flexíveis, o feedback contínuo de clientes e stakeholders e a cultura de inovação nos impulsionam, em novos desafios, à melhoria constante de produtos e serviços, e à experimentação e adoção de novas tecnologias e métodos de trabalho.

Os investimentos em pessoas e tecnologia são crescentes. Contratamos 30% de engenheiros de dados em relação ao quadro de Dez23. Para fomentar ainda mais a cultura de inovação, promovemos o Innovation Experience 2024 para aculturar toda Organização sobre os temas de open finance, inteligência artificial e ativos digitais.

Em Investimentos, lançamos um portal moderno com conteúdo exclusivo para aprimorar conhecimentos, assessoria de investimentos gratuita e chat com especialistas. O App ganha uma nova home alavancando a experiência do cliente, com uma nova organização da carteira sempre atualizada e com a jornada de criação de objetivos, onde o Banco auxilia com planejamento, simulações e educação financeira.

As contas abertas pelo App ganham o Invest Fácil automático, garantindo que o saldo disponível comece a render imediatamente. E agora, também é possível contratar crédito pessoal com garantia de investimentos da modalidade CDB sem comprometer o rendimento do investimento. O App conta com aprimoramento das funcionalidades essenciais: menu mais amigável para cadastro, visão mais clara das operações, definição de limites para agendamento e personalização de informações de débitos. Os pagamentos agora estão centralizados em uma única home. A jornada do PIX ficou mais intuitiva, fácil e rápida.

As jornadas de contratação de cartões de crédito permitem a utilização de carteiras digitais e geração de cartões virtuais antes recebimento da versão física.

Os clientes Pessoa Jurídica passam a contar com o Tap Bradesco, uma solução completa para transformar seu celular em maquininha Cielo de pagamento com a mesma segurança das máquinas convencionais.

Com espírito inovador, o Bradesco está envolvido em diversas iniciativas de ativos digitais, incluindo projetos junto com o Banco Central do Brasil para criar uma infraestrutura financeira tokenizada. Estamos participando da 2ª fase do DREX em dois temas: a tokenização do Certificado de Depósito Bancário (CDB) e sua utilização como garantia nas operações de crédito e a tokenização de debêntures. Em infraestruturas públicas para ativos digitais, estamos atuando em um piloto para remessas internacionais com stablecoins e iniciamos a oferta de fundos de criptoativos de outras gestoras na plataforma da Ágora. Seguimos também no desenvolvimento de soluções de identidade digital descentralizada com a IDbra, iniciativa transformadora para o cliente, permitindo-lhe utilizar uma wallet de dados com suas credenciais para acessar serviços online e no mundo físico de forma segura e prática.



Entre tantos prêmios em 2024, o Bradesco foi reconhecido como "Vencedor Global" em inovação digital financeira pela premiação da revista The Banker, do Grupo Financial Times. E ganhou em outras 3 categorias, pelo uso de IA Generativa a serviço do cliente, pela integração da BIA com especialistas para sugestões customizadas de investimentos e pela nova plataforma Bradesco Expresso, que nesse trimestre adicionou mais de 150 novas funcionalidades. Além disso fomos vencedores no Banking Innovation Awards do Qorus pelo uso da IA Generativa na categoria de tecnologia emergente do ano e eleito top inovação em finanças pela revista Global Finance pelo uso de IA Generativa na leitura de Atas do Copom.

Continuamos na vanguarda tecnológica, cada vez mais centrados no cliente, alavancando a experiência de ser Bradesco e o futuro dos serviços financeiros no Brasil.

Produtos e Serviços para o Poder Público

Para atender o setor público, possuímos estruturas exclusivas em todo o território nacional, com gerentes de negócios capacitados para ofertar produtos, serviços e soluções com qualidade e segurança aos poderes executivo, legislativo e judiciário federais, estaduais e municipais, além de autarquias, fundações públicas, empresas públicas e de economia mista e as forças armadas e auxiliares. Mensalmente, mais de 11,1 milhões de aposentados e pensionistas do INSS recebem seus benefícios no Bradesco, sendo o maior pagador dentre todos os bancos no País.

Dispomos de 09 estruturas especializadas no atendimento aos governos, capitais, tribunais, assembleias, ministérios públicos, defensorias públicas, além dos maiores municípios do PIB brasileiro e, também, 30 estruturas de varejo para atender as demais prefeituras e órgãos. Saiba mais em bradescopoderpublico.com.br.

Recursos Humanos

O Capital Humano é um dos pilares estratégicos da Organização, sendo um importante alicerce para realização dos negócios. O nosso modelo de Gestão de Capital Humano é pautado no respeito, na transparência e no contínuo investimento no desenvolvimento dos funcionários. Mantemos nossas equipes motivadas por meio de oportunidades de crescimento na carreira, reconhecimentos, capacitação, remuneração e benefícios diferenciados, além da valorização da diversidade e do equilíbrio entre a vida profissional e pessoal.

Muito mais do que políticas e práticas, consolidamos uma cultura de respeito disseminada pela consciência do valor das pessoas, de suas identidades e competências.

Ao final do período, a Organização contava com 84.022 funcionários, sendo 72.642 do Banco Bradesco e 11.380 de empresas Ligadas e exterior.

Para mais informações sobre Recursos Humanos, acesse o Relatório de Capital Humano, disponível no site bradescori.com.br.

Sustentabilidade para o Bradesco

A Sustentabilidade é um dos nossos direcionadores estratégicos, expressa também em nossa Declaração de Propósito. Acreditamos que a governança, a gestão e o engajamento em aspectos ambientais, sociais e de governança (ASG) são fundamentais para o crescimento sustentável e a perenidade das nossas operações, gerando valor de longo prazo para todos os nossos stakeholders. Nossa estratégia de sustentabilidade está alinhada aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ONU) e é pautada na gestão e transparência ASG.

Como parte relevante da nossa agenda estratégica, temos um compromisso com o financiamento de negócios sustentáveis e com o apoio contínuo aos nossos clientes na transição para uma economia mais verde, resiliente e inclusiva. Inicialmente, o Banco tinha uma meta de R\$ 250 bilhões para direcionar créditos em setores e atividades com benefícios socioambientais. Esta meta foi ampliada para R\$320 bilhões e até dezembro de 2024, atingimos 95% deste montante.



Nossa atuação em sustentabilidade tem sido reconhecida em índices e ratings nacionais e internacionais de referência, como o Índice Dow Jones de Sustentabilidade (DJSI) da Bolsa de Valores de Nova York e o Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) da B3. Esses índices refletem nossa gestão e desempenho em critérios econômicos, ambientais e sociais de longo prazo.

Para acompanhar nossas iniciativas, acesse: bradescori.com.br | bradescosustentabilidade.com.br.

Governança Corporativa

O Banco observa e estimula as boas práticas de governança corporativa, fundamentando-se, principalmente, nas demandas legais e de mercado, de modo a zelar pelos interesses dos acionistas e demais stakeholders. Nossa estrutura é bem definida, possibilitando a garantia e viabilidade da adoção das melhores práticas. Assim, entregamos os melhores esforços para sempre estarmos em conformidade com tais padrões, buscando a geração de valor sustentável para nossa Organização.

A Assembleia Geral é o mais importante evento societário de nossa governança. Nela, os acionistas elegem os membros do Conselho de Administração, os quais possuem um mandato único de 2 (dois) anos. Constituído por 11 (onze) membros, dentre os quais há 4 (quatro) membros independentes, o órgão tem como principais atribuições estabelecer, supervisionar e monitorar a estratégia corporativa do Banco Bradesco, cuja responsabilidade de implementação é da Diretoria, além de revisar os planos de ação e políticas de negócios. Os cargos de Presidente do Conselho de Administração e de Diretor-Presidente, conforme devidamente previsto no Estatuto Social da Companhia, não são cumulativos.

Assessorado por uma Secretaria de Governança, o Conselho de Administração reúne-se ordinariamente 12 (doze) vezes ao ano e, extraordinariamente, quando os interesses da Companhia assim o exigirem. Com Regimento Interno próprio, o Conselho de Administração possui, ainda, um calendário anual de reuniões fixado pelo seu Presidente.

Contamos, ainda, com a Auditoria Interna Global, a qual é subordinada ao Conselho de Administração, além de 7 Comitês também a ele subordinados. Destes, 2 (dois) são estatutários (Comitês de Auditoria e de Remuneração) e 5 (cinco) não-estatutários (Comitês de Integridade e Conduta Ética, Riscos, Sustentabilidade e Diversidade, Nomeação e Sucessão e Estratégico).

A Diretoria do Banco Bradesco é o órgão responsável por representar a Organização, cabendo à Diretoria Executiva coordenar a execução da estratégia aprovada pelo Conselho de Administração. Ela realiza reuniões ordinárias quinzenalmente e extraordinárias sempre que necessário, deliberando sobre todos os assuntos e matérias essenciais para o cumprimento de nossos objetivos e atribuições. Comitês Executivos auxiliam nas atividades da Diretoria Executiva, todos normatizados por regimentos próprios.

Na função de Órgão Fiscalizador dos atos dos Administradores e com atuação permanente, temos o Conselho Fiscal, também eleito pelos acionistas e com mandato único de 1 (um) ano. É composto por 5 (cinco) membros efetivos, sendo 2 (dois) eleitos por acionistas minoritários, com número igual de suplentes.

Nossa Organização está listada no Nível 1 de Governança Corporativa da B3 – Brasil, Bolsa, Balcão, e nossas práticas atestam o compromisso com a geração de valor para acionistas, funcionários e a sociedade em geral.

Demais informações sobre a Governança Corporativa do Banco Bradesco estão disponíveis no site de Relações com Investidores (banco.bradesco/ri – Seção Governança Corporativa).

Auditoria Interna

Compete ao Departamento de Auditoria Interna Global, que está subordinada e reporta funcional, administrativa e operacionalmente ao Conselho de Administração do Banco Bradesco S.A., considerar, no escopo de seus exames/análises, a efetividade da governança corporativa e do gerenciamento de riscos e controles; a confiabilidade, a efetividade e a integridade dos processos e sistemas de informações gerenciais e operacionais; a observância ao arcabouço legal, infralegal, regulatório, normas e códigos de conduta internos aplicáveis aos membros do quadro funcional da Organização; e à salvaguarda dos ativos frente às suas metas e objetivos estratégicos.



A atuação está pautada na aderência aos elementos mandatórios do International Professional Practices Framework (IPPF) do The Institute of Internal Auditors (IIA), incluindo os Princípios Fundamentais para a Prática Profissional de Auditoria Interna, o Código de Ética do IIA, o Código de Ética Setorial dos Auditores Internos da Organização Bradesco e as diretrizes internas definidas pelo Departamento de Auditoria Interna no âmbito da Organização Bradesco e, quando aplicável, de terceiros/fornecedores.

Política de Distribuição de Dividendos e Juros sobre Capital Próprio

No final de 2024, as Ações Bradesco, com elevado nível de liquidez (BBCD4) representavam 3,0% do Ibovespa. As nossas ações também são negociadas no exterior, na Bolsa de Valores de Nova York, por meio de ADR – American Depositary Receipt – Nível 2, e na Bolsa de Valores de Madrid, Espanha, por meio de DR, onde integram o Índice Latibex.

Os papéis do Bradesco ainda participam de diversos importantes índices, como o Índice de Ações com Tag Along Diferenciado (ITAG), o Índice de Ações com Governança Corporativa Diferenciada (IGC) e os Índices Brasil (IBRX50 e IBr100). A presença nesses índices reforça nossa constante busca pela adoção de boas práticas de governança corporativa, eficiência econômica, ética e responsabilidade socioambiental.

A título de dividendo mínimo obrigatório, aos acionistas é assegurado 30% do lucro líquido após as deduções legais, além do Tag Along de 100% para as ações ordinárias e de 80% para as ações preferenciais. Ainda, são conferidos às ações preferenciais dividendos 10% maiores do que os atribuídos às ordinárias.

Controle Integrado de Riscos

O controle corporativo dos riscos é exercido de modo integrado e independente, preservando e valorizando o ambiente de decisões colegiadas, desenvolvendo e implementando metodologias, modelos e ferramentas de mensuração e controle. Os impactos desfavoráveis podem ocorrer de múltiplos fatores e são minorados por meio do framework de riscos e uma sólida estrutura de governança, que envolve o Comitê de Gestão Integrada de Riscos e Alocação de Capital, Comitê de Riscos e o Conselho de Administração.

A Organização, tendo ampla atuação em todos os segmentos de mercado e, como toda grande instituição, está sujeita a diversos riscos. Assim, a atividade de gerenciamento de riscos é altamente estratégica em virtude da crescente complexidade dos produtos e serviços e, também, da globalização dos nossos negócios. Adotamos, constantemente, mecanismos de identificação e monitoramento, possibilitando antecipar o desenvolvimento e implementação de ações que mitiguem eventuais impactos adversos.

De acordo com a biblioteca de riscos, os riscos relevantes para a Organização são solvência e rentabilidade, liquidez, crédito, mercado, operacional, compliance, segurança cibernética, estratégia, social, ambiental, climático, modelo, contágio, reputação e subscrição. Na tentativa de precipitar ou reduzir efeitos, caso ocorram, procuramos, ainda, identificar e monitorar eventuais riscos emergentes, entre eles, assuntos relacionados ao crescimento global, questões geopolíticas internacionais e a situação econômica e fiscal brasileira. Também, consideramos os riscos representados pela inovação tecnológica em serviços financeiros.

Avaliação Independente de Modelos

Modelos são ferramentas quantitativas que proporcionam sintetização de assuntos complexos, padronização e automatização da tomada de decisões e possibilidade de reaproveitamento das informações internas e externas. Isso traz melhoria da eficiência tanto pela redução dos custos associados à análise e à decisão julgamental como pela maior precisão. Seu uso é uma prática cada vez mais difundida, sobretudo pelos avanços tecnológicos e pelas novas técnicas de inteligência artificial.

Nós utilizamos modelos no apoio à tomada de decisão e para o fornecimento de informações preditivas em várias áreas do negócio, como gerenciamento dos riscos, cálculo de capital, teste de estresse e



precificação, além de outras estimativas oriundas de modelos para avaliar impactos financeiros ou de reputação.

Em se tratando de simplificações da realidade, os modelos são sujeitos a riscos, que podem desencadear consequências adversas devido a decisões baseadas em estimativas incorretas ou obsoletas ou, ainda, uso inapropriado. Para identificar e mitigar esses riscos, a Área de Avaliação Independente de Modelos (AVIM), com subordinação ao Chief Risk Officer (CRO), atua efetivamente no fortalecimento do uso de modelos, realizando ações de acultramento e disseminando as boas práticas em modelagem. Em paralelo, acompanha a mitigação de limitações e de fragilidades dos modelos, e realiza reportes aos respectivos gestores, à Auditoria Interna, Comissão de Controle e Avaliação de Modelos e Comitês de Riscos.

Compliance, Integridade, Ética e Concorrencial

Alicerces dos nossos valores e direcionadores de interações e decisões diárias, os programas de compliance, integridade e concorrencial abrangem toda a Organização Bradesco, estendendo-se aos fornecedores, prestadores de serviços, parceiros de negócios, correspondentes no país e sociedades controladas, tornando explícitos os nossos princípios de altos padrões de compliance, integridade e conduta ética.

Esses princípios estão registrados em políticas, normas internas e programas de capacitação dos profissionais, agregando excelência nos procedimentos e controles, buscando prevenir, detectar e reportar o risco de compliance e eventuais ações que se configurem como violação ao Código de Conduta Ética e/ou indícios de atividades ilegais, visando à adoção de ações cabíveis. As metodologias e procedimentos de controle são objetos de avaliação e aperfeiçoamento constante, em conformidade com as legislações e regulamentações vigentes e aplicáveis, com o apoio do Conselho de Administração da Organização e alinhados às melhores práticas de mercado.

Auditoria Independente

Em conformidade com o disposto na Resolução da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) nº 162/22, a Organização Bradesco possui política de contratação de auditoria independente com diretrizes alinhadas as legislações e as regulamentações aplicáveis.

A Organização Bradesco contratou serviços da KPMG Auditores Independentes Ltda., não relacionados à auditoria das Demonstrações Financeiras Consolidadas. Estes serviços de não auditoria não configuram conflito de interesse e nem perda da independência na execução dos trabalhos de auditoria das Demonstrações Financeiras de acordo com a políticas de independência do auditor. As informações relacionadas aos honorários da empresa de auditoria são disponibilizadas anualmente em nosso Formulário de Referência.

Investimentos Sociais

FUNDAÇÃO BRADESCO

Constituída em 1956, a Fundação Bradesco é o maior projeto de investimento social privado do País. Desde sua formação, investe em educação como alicerce do desenvolvimento integral de crianças e jovens em todo o território nacional, por meio da promoção de ensino gratuito e de excelência em diversas frentes de atuação.

Todas as 40 unidades escolares são próprias e estão distribuídas nos 26 estados brasileiros e Distrito Federal, instaladas prioritariamente em regiões onde há acentuada vulnerabilidade socioeconômica, contribuindo para o desenvolvimento da região a partir do impacto transformacional na vida dos alunos e nas comunidades ao seu entorno, mudando a realidade educacional de todo o país.



A Fundação Bradesco acompanha cada um de seus alunos da Educação Básica por, aproximadamente, 13 anos, suportando-os com todos os itens necessários para garantir aprendizado igualitário em todas as regiões do Brasil.

R\$ 1,3 bilhão

Investimento realizado em 2024

R\$ 1,0 bilhão destinados ao custeio das Despesas de Atividades.

R\$ 280 milhões para investimentos em Infraestrutura e tecnologia educacional.

Esses Investimentos permitirão:

REDE DE ESCOLAS

Mais de 42 mil alunos foram beneficiados prioritariamente na educação básica – Educação Infantil ao ensino médio e educação profissional técnica de nível médio em todo território nacional.

ESCOLA VIRTUAL

Mais de 1.8 milhão de usuários concluíram, ao menos, um dos cursos rápidos e gratuitos disponíveis no portal.

BRADESCO ESPORTES

Incentivamos o esporte como atividade de apoio ao desenvolvimento de crianças e jovens através do Programa Bradesco Esportes e Educação. Há mais de 30 anos, oferecemos ensino de vôlei e basquete femininos em nosso Núcleo de Formação para meninas de 8 a 18 anos de idade, orientando sobre cidadania, saúde e desenvolvimento de possíveis talentos. O objetivo do Núcleo é garantir direito de acesso ao esporte, por meio de atividades cotidianas, orientadas por professores de educação física, treinadores e preparadores técnicos e pela participação em eventos esportivos internos e externos. Fazemos isso nas escolas da Fundação Bradesco, Centros Esportivos municipais, Centros Educacionais Unificados (CEUs), escolas estaduais e particulares e no nosso Centro de Desenvolvimento Esportivo, todos localizados no município de Osasco/SP, com cerca de 2 mil meninas atendidas. Além disso, o programa possibilita o empoderamento e o protagonismo das nossas atletas na comunidade, promovendo novas oportunidades para que todas desenvolvam seus diferentes potenciais.

Reconhecimentos

- Bradesco foi destaque no Innovation in Digital Banking Awards 2024, reconhecimento promovido pela revista britânica The Banker, dedicada ao mercado financeiro, sendo campeão em quatro categorias: Global: Bradesco. Most Innovative Bank; AI & Machine Learning: Transforming Financial Services with Generative AI c/BIA; Investment Banking: Artificial Intelligence for Investment Recommendation e Transformation Project: Bradesco Expresso New Platform.
- Bradesco ocupa o 9º lugar no ranking de reclamações do Bacen, melhor resultado em quatro anos e o menor índice de reclamações procedentes entre bancos incumbentes.
- Bradesco foi vencedor do Qorus-Infosys Finacle Banking Innovation Awards 2024 recebendo o prêmio de inovação do ano pelo projeto “Inteligência Artificial Generativa na Eficiência Operacional e Prontidão Tecnológica”, que possui como objetivo transformar os serviços financeiros por meio da IA Generativa.
- Bradesco figurou na 16ª colocação global de 250 corporações dos países que compõem o BRICS. Esse foi o primeiro ano desse Ranking da World Economic Journal que avalia as empresas por sua excelência tecnológica e inovação, compromisso com princípios ESG e análise da performance financeira.
- Bradesco foi reconhecido mais uma vez pelo Ranking TOP 100 Open Startups 2024 em duas categorias: no TOP Open Corps em corporações líderes em open innovation com startups e com o inovabra no TOP Ecosistema, pelo apoio à startups e na trajetória das corporações na prática de open innovation.
- A Bradesco Asset Management foi eleita como a Melhor Gestora do Brasil pelo Guia de Fundos da FGV. Além disso, foi destaque, em primeiro lugar, no Segmento de Alta Renda e nas categorias de Ações e Renda Fixa. Também conquistou o segundo lugar como Melhor Gestora em Multimercado.
- Bradesco é reconhecido pelo Banking Tech Awards 2024 realizado pela consultoria Informa. O banco foi o único a ganhar em duas categorias com o Bradesco Expresso: Melhor Contribuição para a Mobilidade Econômica dos Consumidores e Melhor Iniciativa de Experiência do Usuário/Cliente para Consumidores.



- Bradesco Expresso foi destaque nas categorias Best Contribution to Economic Mobility for Consumers e Best User/Customer Experience Initiative for Consumers, no evento Innovation in Digital – Banking Awards 2024, realizado pela revista The Banker, com o projeto Nova Plataforma Bradesco Expresso.
- Pelo 5º ano consecutivo, o Bradesco foi reconhecido pelo Corporate Startup Stars 2024, prêmio organizado pela Mind The Bridge em parceria com a Câmara do Comércio Internacional – CCS, como uma das empresas com melhores práticas globais e modelos de inovação aberta.
- Bradesco Asset é destaque no Guia de Fundos da Veja Negócios.

Agradecimentos

As realizações do exercício são fruto do trabalho dedicado e incansável dos nossos funcionários e demais colaboradores, aos quais direcionamos nossos agradecimentos, extensivos aos nossos acionistas e clientes, pelo apoio, confiança e preferência de sempre.

Cidade de Deus, 06 de fevereiro de 2025

Conselho de Administração e Diretoria

(Esta página foi deixada em branco propositalmente).

Demonstrações Financeiras Individuais

de acordo com as Práticas Contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às Instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil



2024

Apresentamos as Demonstrações Financeiras Individuais e Notas Explicativas distribuídas da seguinte forma:

Sumário

Demonstrações Financeiras Individuais

BALANÇO PATRIMONIAL	17
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO	18
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE	19
DEMONSTRAÇÃO MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	20
DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA	21
DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO	22

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais

1)	INFORMAÇÕES GERAIS	23
2)	PRINCIPAIS POLÍTICAS MATERIAIS	23
3)	NORMAS, ALTERAÇÕES E INTERPRETAÇÕES DE NORMAS	33
4)	USO DE ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS SIGNIFICATIVOS	40
5)	CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	43
6)	APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ	43
7)	DEPÓSITOS COMPULSÓRIOS E OUTROS DEPÓSITOS NO BANCO CENTRAL DO BRASIL	44
8)	TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	44
9)	INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS	46
10)	OPERAÇÕES DE CRÉDITO	55
11)	OUTROS INSTRUMENTOS FINANCEIROS	59
12)	INVESTIMENTOS	61
13)	IMOBILIZADO DE USO	62
14)	INTANGÍVEL	62
15)	OUTROS ATIVOS	63
16)	RECURSOS DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS	64
17)	RECURSOS DE CLIENTES	66
18)	RECURSOS DE EMISSÃO DE TÍTULOS	66
19)	DÍVIDAS SUBORDINADAS	67
20)	OUTROS PASSIVOS FINANCEIROS	68
21)	PROVISÕES	68
22)	PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES	69
23)	OUTROS PASSIVOS	72
24)	PATRIMÔNIO LÍQUIDO (CONTROLADOR)	72
25)	RECEITAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	75
26)	DESPESAS DE PESSOAL	75
27)	OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS	75
28)	DESPESAS TRIBUTÁRIAS	76
29)	OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS	76
30)	OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS	76
31)	RESULTADO NÃO OPERACIONAL	76
32)	IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	77
33)	TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS	80
34)	GERENCIAMENTO DE RISCOS E CAPITAL	83
35)	BENEFÍCIOS A EMPREGADOS	91
36)	VALOR JUSTO DE ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS	94
37)	OUTRAS INFORMAÇÕES	100

Apresentamos a seguir, o Balanço Patrimonial e as respectivas Demonstrações do Resultado, bem como suas Notas Explicativas, Demonstrações do Resultado Abrangente, o Valor Adicionado e os Fluxos de Caixa (Banco Bradesco Múltiplo) de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis a Instituições Financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil:

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO - R\$ mil			
	Nota	2024	2023
Ativo			
Disponibilidades	5	16.948.069	14.405.513
Instrumentos Financeiros		1.486.912.354	1.403.179.366
- Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	6a	301.714.694	291.255.737
- Depósitos compulsórios e outros depósitos no Banco Central do Brasil	7a	126.737.625	133.526.445
- Títulos e valores mobiliários	8a	385.662.966	395.992.718
- Instrumentos financeiros derivativos	9b	21.990.280	13.500.881
- Operações de crédito	10a	497.929.790	447.035.530
- Outros Instrumentos financeiros	11a	152.876.999	121.868.055
Provisões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	10f I	(42.587.188)	(47.712.039)
- Operações de crédito	10f I	(40.938.426)	(44.417.980)
- Outros créditos	10f I	(1.648.762)	(3.294.059)
Créditos Tributários	32c	94.494.608	85.384.626
Investimentos em Controladas, Coligadas e Entidades Controladas em Conjunto	12	85.453.719	85.352.629
Imobilizado de Uso	13	11.576.826	11.767.294
Intangível	14a	24.627.814	20.065.755
Depreciações e Amortizações		(20.428.848)	(19.289.944)
- Imobilizado de Uso	13	(7.149.518)	(6.927.803)
- Intangível	14a	(13.279.330)	(12.362.141)
Outros Ativos	15	38.428.748	37.365.083
Provisões para Redução ao Valor Recuperável de Ativos		(1.885.192)	(2.312.712)
Total do Ativo		1.693.540.910	1.588.205.571
Passivo			
Depósitos e Demais Instrumentos Financeiros		1.488.593.195	1.382.823.554
- Recursos de instituições financeiras	16	419.790.226	363.999.226
- Recursos de clientes	17	623.440.605	606.613.752
- Recursos de emissão de títulos	18	283.267.802	268.002.006
- Dívidas subordinadas	19a	57.458.927	50.337.854
- Instrumentos financeiros derivativos	9b	15.356.211	13.837.805
- Outros passivos financeiros	20	89.279.424	80.032.911
Provisões		23.108.694	23.784.865
- Outras provisões	21	23.108.694	23.784.865
Impostos Diferidos	32e	932.487	1.599.041
Outros Passivos	23	20.419.825	18.815.662
Total do Passivo		1.533.054.201	1.427.023.122
Patrimônio Líquido			
Capital Social		87.100.000	87.100.000
Ações em Tesouraria		(568.728)	-
Reservas de Capital		11.441	11.441
Reservas de Lucros	24b	84.952.989	77.150.829
Outros Resultados Abrangentes		(11.008.993)	(3.079.821)
Patrimônio Líquido Atribuído aos Acionistas Controladores		160.486.709	161.182.449
Total do Patrimônio Líquido		160.486.709	161.182.449
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		1.693.540.910	1.588.205.571

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras Individuais.

	Nota	R\$ mil			
		2º Semestre	Exercícios findos em 31 de dezembro		
		2024	2024	2023	2022
Receitas da Intermediação Financeira		105.670.452	206.037.684	184.464.946	161.576.000
- Operações de Crédito		56.652.246	106.563.200	90.181.536	86.577.955
- Operações de Arrendamento Mercantil		79	138	83	75
- Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	9f III	36.008.338	76.466.504	81.134.121	65.126.534
- Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos	9f III	2.665.908	3.933.112	869.330	1.709.847
- Resultado de Operações de Câmbio	11b II	4.523.307	7.784.394	865.153	2.711.122
- Resultado das Aplicações Compulsórias	7b	4.512.857	8.905.441	9.956.974	8.229.309
- Operações de Venda ou de Transferência de Ativos Financeiros		1.307.717	2.384.895	1.457.749	(2.778.842)
Despesas da Intermediação Financeira		(74.890.396)	(147.002.762)	(130.649.031)	(108.116.004)
- Operações de Captações no Mercado	16e	(62.620.231)	(123.668.305)	(126.844.488)	(104.412.528)
- Operações de Empréstimos e Repasses	16d	(12.270.165)	(23.334.457)	(3.804.543)	(3.703.476)
Resultado da Intermediação Financeira		30.780.056	59.034.922	53.815.915	53.459.996
Despesa de Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	10f II	(14.002.300)	(28.349.578)	(31.805.787)	(27.355.600)
- Operações de crédito		(13.910.059)	(28.174.309)	(33.713.911)	(23.933.239)
- Operações de arrendamento mercantil		-	-	-	2
- Outros créditos		(92.241)	(175.269)	1.908.124	(3.422.363)
Resultado Bruto da Intermediação Financeira		16.777.756	30.685.344	22.010.128	26.104.396
Outras Receitas/Despesas Operacionais		(9.348.614)	(17.429.999)	(17.180.162)	(8.734.058)
- Receitas de Prestação de Serviços	25	8.416.808	16.065.106	14.230.130	14.052.529
- Rendas de Tarifas Bancárias	25	3.215.955	6.365.585	6.642.604	7.380.220
- Despesas de Pessoal	26	(10.144.720)	(19.638.980)	(18.490.366)	(17.632.025)
- Outras Despesas Administrativas	27	(9.648.466)	(18.772.752)	(19.114.402)	(18.452.480)
- Despesas Tributárias	28	(2.203.485)	(4.148.210)	(4.522.324)	(4.883.371)
- Resultado de Participações em Controladas, Coligadas e de Controle Compartilhado	12	7.757.925	14.888.774	15.071.794	15.416.644
- Outras Receitas Operacionais	29	3.508.104	6.914.801	7.708.743	8.711.308
- Outras Despesas Operacionais	30	(8.099.288)	(15.586.230)	(15.170.758)	(11.608.693)
- Provisão Fiscal, Cível, Trabalhista e Outras		(2.151.447)	(3.518.093)	(3.535.583)	(1.718.190)
Resultado Operacional		7.429.142	13.255.345	4.829.966	17.370.338
Resultado Não Operacional	31	(8.539)	(21.636)	(38.987)	134.279
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro de Acionistas		7.420.603	13.233.709	4.790.979	17.504.617
Imposto de Renda e Contribuição Social	32	2.738.054	5.851.739	10.330.823	3.227.555
Lucro Líquido		10.158.657	19.085.448	15.121.802	20.732.172
Lucro Líquido Atribuível aos Acionistas:					
Controladores	24e I	10.158.657	19.085.448	15.121.802	20.732.172
Não controladores		-	-	-	-
Lucro básico e diluído por ação em número médio ponderado de ações em circulação atribuível aos acionistas (expresso em R\$ por ação):					
- Lucro por ação ordinária	24e I	0,91	1,71	1,35	1,85
- Lucro por ação preferencial	24e I	1,00	1,89	1,49	2,04

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras Individuais

	R\$ mil			
	2º Semestre	Exercícios findos em 31 de dezembro		
	2024	2024	2023	2022
Lucro líquido do exercício	10.158.657	19.085.448	15.121.802	20.732.172
Participação de acionistas não controladores	-	-	-	-
Lucro líquido do período atribuível aos acionistas	10.158.657	19.085.448	15.121.802	20.732.172
Itens que podem ser subsequentemente reclassificados para o resultado	(3.760.608)	(8.016.469)	3.188.589	(3.309.238)
Títulos e valores mobiliários disponíveis para venda	(3.979.593)	(8.410.464)	3.077.048	(3.248.967)
- Próprios	(5.643.870)	(9.990.041)	3.457.101	(1.777.207)
- De controladas, coligadas e controladas em conjunto	(1.459.107)	(4.859.902)	1.959.404	(3.785.841)
- Efeito dos impostos	3.123.384	6.439.479	(2.339.457)	2.314.081
Operações de Hedge	65.882	(23.980)	99.626	14.861
Hedge de fluxo de caixa	417.262	751.140	186.668	(108.814)
Hedge de investimento no exterior	(311.983)	(833.497)	(5.799)	142.459
Efeito dos impostos	(39.397)	58.377	(81.243)	(18.784)
Ajuste de conversão de subsidiária no exterior	153.103	417.975	11.915	(75.132)
Itens que não podem ser reclassificados para o resultado	87.306	87.297	(80.361)	115.817
Avaliação atuarial	87.306	87.297	(80.361)	115.817
Total dos ajustes não incluídos no lucro líquido	(3.673.302)	(7.929.172)	3.108.228	(3.193.421)
Resultado abrangente do exercício	6.485.355	11.156.276	18.230.030	17.538.751
Atribuível aos acionistas:				
Controladores	6.485.355	11.156.276	18.230.030	17.538.751
Não controladores	-	-	-	-

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras Individuais.

	R\$ mil							
	Capital Social	Reservas de Capital	Reservas de Lucros		Outros Resultados Abrangentes	Ações em Tesouraria	Lucros Acumulados	Totais
		Ágio por Subscrição de Ações	Legal	Estatutária				
Saldos em 1º de janeiro de 2022	83.100.000	11.441	11.548.007	56.122.893	(2.994.628)	(666.702)	-	147.121.011
Aumento de Capital Social com Reservas	4.000.000	-	-	(4.000.000)	-	-	-	-
Cancelamento de Ações em Tesouraria	-	-	-	(666.702)	-	666.702	-	-
Aquisição de Ações em Tesouraria	-	-	-	-	-	(224.377)	-	(224.377)
Ajustes de Avaliação Patrimonial (1)	-	-	-	-	(3.193.421)	-	-	(3.193.421)
Lucro Líquido	-	-	-	-	-	-	20.732.172	20.732.172
Destinações:								
- Reservas	-	-	1.036.608	9.523.402	-	-	(10.560.010)	-
- Juros sobre o Capital Próprio Pagos e/ou Provisionados	-	-	-	-	-	-	(10.172.162)	(10.172.162)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	87.100.000	11.441	12.584.615	60.979.593	(6.188.049)	(224.377)	-	154.263.223
Saldos em 1º de janeiro de 2023	87.100.000	11.441	12.584.615	60.979.593	(6.188.049)	(224.377)	-	154.263.223
Cancelamento de Ações em Tesouraria	-	-	-	(224.377)	-	224.377	-	-
Ajustes de Avaliação Patrimonial (1)	-	-	-	-	3.108.228	-	-	3.108.228
Lucro Líquido	-	-	-	-	-	-	15.121.802	15.121.802
Destinações:								
- Reservas	-	-	756.090	3.054.908	-	-	(3.810.998)	-
- Juros sobre o Capital Próprio Pagos e/ou Provisionados	-	-	-	-	-	-	(11.310.804)	(11.310.804)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	87.100.000	11.441	13.340.705	63.810.124	(3.079.821)	-	-	161.182.449
Saldos em 1º de janeiro de 2024	87.100.000	11.441	13.340.705	63.810.124	(3.079.821)	-	-	161.182.449
Aquisição de Ações em Tesouraria	-	-	-	-	-	(568.728)	-	(568.728)
Ajustes de Avaliação Patrimonial (1)	-	-	-	-	(7.929.172)	-	-	(7.929.172)
Lucro Líquido	-	-	-	-	-	-	19.085.448	19.085.448
Destinações:								
- Reservas	-	-	954.273	6.847.887	-	-	(7.802.160)	-
- Juros sobre o Capital Próprio Pagos e/ou Provisionados	-	-	-	-	-	-	(11.283.288)	(11.283.288)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	87.100.000	11.441	14.294.978	70.658.011	(11.008.993)	(568.728)	-	160.486.709
Saldos em 30 de junho de 2024	87.100.000	11.441	13.787.045	66.965.564	(7.335.691)	(442.735)	-	160.085.624
Aquisição de Ações em Tesouraria	-	-	-	-	-	(125.993)	-	(125.993)
Ajustes de Avaliação Patrimonial (1)	-	-	-	-	(3.673.302)	-	-	(3.673.302)
Lucro Líquido	-	-	-	-	-	-	10.158.657	10.158.657
Destinações:								
- Reservas	-	-	507.933	3.692.447	-	-	(4.200.380)	-
- Juros sobre o Capital Próprio Pagos e/ou Provisionados	-	-	-	-	-	-	(5.958.277)	(5.958.277)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	87.100.000	11.441	14.294.978	70.658.011	(11.008.993)	(568.728)	-	160.486.709

(1) Inclui os efeitos da variação cambial referente a conversão de investimentos no exterior.

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras Individuais.

	R\$ mil			
	2º Semestre	Exercícios findos em 31 de dezembro		
	2024	2024	2023	2022
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais:				
Lucro Líquido antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	7.420.603	13.233.709	4.790.979	17.504.617
Ajustes ao Lucro Líquido antes dos Impostos	11.646.146	21.118.450	32.827.007	12.087.330
- Efeito das Mudanças das Taxas de Câmbio em Caixa e Equivalentes de Caixa	144.823	12.736	(232.923)	(802.301)
- Provisões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	14.002.300	28.349.578	31.805.787	27.355.600
- Depreciação e Amortização	2.313.471	4.540.939	4.260.610	3.612.614
- Constituição/Reversão de Perdas por <i>Impairment</i> de Ativos	997.935	690.321	1.885.241	(2.772.955)
- Constituição/Reversão e Atualização Monetária com Provisões Cíveis, Trabalhistas e Fiscais	2.334.505	3.941.231	4.405.504	2.027.481
- Resultado de Participações em Controladas, Coligadas e de Controle Compartilhado	(7.757.925)	(14.888.774)	(15.071.794)	(15.416.644)
- (Ganho)/Perda em Investimentos	-	-	(412)	(414)
- (Ganho)/Perda na Venda de Imobilizado	(16.627)	(3.967)	24.662	41.358
- (Ganho)/Perda na Venda de Ativos Não Financeiros Mantidos para Venda	(78.389)	(152.977)	(215.066)	(308.159)
- Variação Cambial de Ativos e Passivos no Exterior	(293.947)	(1.370.637)	5.965.398	(1.649.250)
(Aumento)/Redução nas Variações em Ativos	(44.419.936)	(64.454.005)	(75.615.392)	(9.288.619)
- Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	8.943.956	17.347.917	(29.878.425)	(7.589.839)
- Depósitos Compulsórios no Banco Central	(3.171.214)	(116.471)	(15.561.697)	(6.555.632)
- Títulos para Negociação e Instrumentos Financeiros Derivativos	12.246.361	30.106.980	(36.134.063)	31.755.199
- Operações de Crédito e de Arrendamento Mercantil	(46.922.014)	(84.982.803)	(22.509.152)	(41.852.292)
- Créditos Tributários	(519.881)	(2.677.736)	2.889.053	(15.465)
- Outros Ativos	(749.231)	2.424.125	(646.871)	(4.719.832)
- Outros Instrumentos Financeiros	(14.247.913)	(26.556.017)	26.225.763	19.689.242
(Redução)/Aumento nas Variações em Passivos	21.703.561	72.054.183	53.051.492	12.993.249
- Depósitos e Demais Instrumentos Financeiros	34.785.346	81.864.366	62.247.048	19.349.095
- Impostos Diferidos	(1.689.921)	(1.247.061)	(1.446.845)	(569.987)
- Provisões	(2.101.193)	(4.617.402)	(3.430.116)	(3.617.259)
- Outros Passivos	(8.686.997)	(2.153.939)	(3.353.046)	527.793
- Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	(603.674)	(1.791.781)	(965.549)	(2.696.393)
Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) das Atividades Operacionais	(3.649.626)	41.952.337	15.054.086	33.296.577
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos:				
Vencimento e Juros de Títulos Mantidos até o Vencimento	6.038.594	8.356.909	11.067.395	27.477.281
Alienação/Vencimento e Juros de Títulos Disponíveis para Venda	74.464.538	153.072.720	160.413.658	170.034.990
Alienação de Ativos Não Financeiros Mantidos para Venda	317.682	613.719	631.852	444.208
Alienação de Imobilizado de Uso	245.469	518.846	975.777	456.117
Aquisição de Títulos Disponíveis para Venda	(68.093.518)	(149.218.017)	(101.612.605)	(203.537.728)
Aquisição de Títulos Mantidos até o Vencimento	(6.755.005)	(6.755.005)	-	(10.599.561)
Aquisição de Imobilizado de Uso	(538.887)	(2.178.939)	(1.466.735)	(2.544.534)
Aquisição de Intangível	(2.585.093)	(7.211.987)	(3.852.815)	(4.441.845)
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio Recebidos	6.862.312	6.883.804	16.363.471	21.606.753
Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) nas Atividades de Investimentos	9.956.092	4.082.050	82.519.998	(1.104.319)
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento:				
Recursos de Emissão de Títulos	30.027.047	60.645.219	110.453.363	120.889.646
Liquidação e Pagamentos de Juros de Recursos de Emissão de Títulos	(39.250.031)	(76.854.292)	(127.055.975)	(86.144.024)
Emissão/Liquidação e Pagamentos de Juros de Dívidas Subordinadas	2.914.928	742.287	(8.910.714)	(8.972.306)
Juros sobre o Capital Próprio/ Dividendos Pagos	(1.171.804)	(6.541.998)	(8.927.917)	(3.656.763)
Aquisição de Ações em Tesouraria	(125.993)	(568.728)	-	(224.377)
Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) nas Atividades de Financiamento	(7.605.853)	(22.577.512)	(34.441.243)	21.892.176
Aumento/(Redução) Líquido, de Caixa e Equivalentes de Caixa	(1.299.387)	23.456.875	63.132.841	54.084.434
Caixa e Equivalentes de Caixa - Início do Período	-	186.990.081	123.624.317	68.737.582
Efeito das Mudanças das Taxas de Câmbio em Caixa e Equivalentes de Caixa	(144.823)	(12.736)	232.923	802.301
Caixa e Equivalentes de Caixa - Fim do Período	(1.444.210)	210.434.220	186.990.081	123.624.317
Aumento/(Redução) Líquido, de Caixa e Equivalentes de Caixa	(1.299.387)	23.456.875	63.132.841	54.084.434

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras Individuais.

Descrição	R\$ mil							
	2º Semestre		Exercícios findos em 31 de dezembro					
	2024	%	2024	%	2023	%	2022	%
1 – Receitas	96.581.012	466,6	187.972.035	483,3	162.570.034	543,5	151.308.849	355,5
1.1) Intermediação Financeira	105.670.452	510,5	206.037.684	529,8	184.464.946	616,8	161.576.000	379,6
1.2) Prestação de Serviços	11.632.763	56,2	22.430.691	57,7	20.872.734	69,8	21.432.749	50,4
1.3) Provisões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	(14.002.300)	(67,6)	(28.349.578)	(72,9)	(31.805.787)	(106,3)	(27.355.600)	(64,3)
1.4) Outras	(6.719.903)	(32,5)	(12.146.762)	(31,2)	(10.961.859)	(36,7)	(4.344.300)	(10,2)
2 – Despesas de Intermediação Financeira	(74.890.396)	(361,8)	(147.002.762)	(378,0)	(130.649.031)	(436,8)	(108.116.004)	(254,0)
3 – Insumos Adquiridos de Terceiros	(6.435.531)	(31,1)	(12.427.022)	(32,0)	(12.823.174)	(42,9)	(12.435.834)	(29,2)
Serviços de Terceiros	(1.937.727)	(9,4)	(3.607.798)	(9,3)	(3.619.499)	(12,1)	(3.503.852)	(8,2)
Processamento de Dados	(1.094.164)	(5,3)	(2.070.156)	(5,3)	(2.336.228)	(7,8)	(2.101.477)	(4,9)
Comunicação	(245.494)	(1,2)	(529.174)	(1,4)	(715.561)	(2,4)	(883.981)	(2,1)
Manutenção e Conservação de Bens	(667.942)	(3,2)	(1.332.357)	(3,4)	(1.303.618)	(4,4)	(1.288.346)	(3,0)
Serviços do Sistema Financeiro	(558.004)	(2,7)	(1.089.347)	(2,8)	(1.125.173)	(3,8)	(1.001.724)	(2,4)
Propaganda, Promoções e Publicidade	(558.300)	(2,7)	(971.272)	(2,5)	(921.319)	(3,1)	(1.016.478)	(2,4)
Segurança e Vigilância	(252.858)	(1,2)	(534.422)	(1,4)	(587.688)	(2,0)	(581.032)	(1,4)
Transporte	(325.911)	(1,6)	(681.719)	(1,8)	(710.324)	(2,4)	(700.455)	(1,6)
Materiais, Água, Energia e Gás	(208.380)	(1,0)	(448.460)	(1,2)	(428.391)	(1,4)	(434.445)	(1,0)
Viagens	(57.324)	(0,3)	(100.416)	(0,3)	(74.989)	(0,3)	(45.008)	(0,1)
Outras	(529.427)	(2,6)	(1.061.901)	(2,7)	(1.000.384)	(3,3)	(879.036)	(2,1)
4 – Valor Adicionado Bruto (1-2-3)	15.255.085	73,7	28.542.251	73,4	19.097.829	63,9	30.757.011	72,3
5 – Depreciação e Amortização	(2.313.471)	(11,2)	(4.540.939)	(11,7)	(4.260.610)	(14,2)	(3.612.614)	(8,5)
6 – Valor Adicionado Líquido Produzido pela Entidade (4-5)	12.941.614	62,5	24.001.312	61,7	14.837.219	49,6	27.144.397	63,8
7 – Valor Adicionado Recebido em Transferência	7.757.925	37,5	14.888.774	38,3	15.071.794	50,4	15.416.644	36,2
Resultado de Participações em Controladas, Coligadas e de Controle Compartilhado	7.757.925	37,5	14.888.774	38,3	15.071.794	50,4	15.416.644	36,2
8 – Valor Adicionado a Distribuir (6+7)	20.699.539	100,0	38.890.086	100,0	29.909.013	100,0	42.561.041	100,0
9 – Distribuição do Valor Adicionado	20.699.539	100,0	38.890.086	100,0	29.909.013	100,0	42.561.041	100,0
9.1) Pessoal	8.908.962	43,0	17.222.848	44,3	16.160.583	54,0	15.422.732	36,2
Proventos	5.193.062	25,1	9.923.802	25,5	9.210.560	30,8	8.638.671	20,3
Benefícios	2.479.391	12,0	4.943.983	12,7	4.766.218	15,9	4.487.299	10,5
FGTS	527.029	2,5	993.110	2,6	880.623	2,9	791.444	1,9
Outros	709.480	3,4	1.361.953	3,5	1.303.182	4,4	1.505.318	3,5
9.2) Impostos, Taxas e Contribuições	701.189	3,4	712.603	1,8	(3.478.716)	(11,6)	3.865.109	9,1
Federais	303.009	1,5	(77.627)	(0,2)	(4.231.497)	(14,1)	3.068.032	7,2
Municipais	398.180	1,9	790.230	2,0	752.781	2,5	797.077	1,9
9.3) Remuneração de Capitais de Terceiros	930.731	4,5	1.869.187	4,8	2.105.344	7,0	2.541.028	6,0
Aluguéis	658.473	3,2	1.393.994	3,6	1.566.208	5,2	1.713.052	4,0
Arrendamento de Bens	272.258	1,3	475.193	1,2	539.136	1,8	827.976	1,9
9.4) Remuneração de Capitais Próprios	10.158.657	49,1	19.085.448	49,1	15.121.802	50,6	20.732.172	48,7
Juros sobre o Capital Próprio	5.958.277	28,8	11.283.288	29,0	11.310.804	37,8	10.172.162	23,9
Lucros Retidos	4.200.380	20,3	7.802.160	20,1	3.810.998	12,7	10.560.010	24,8

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras Individuais.

1) INFORMAÇÕES GERAIS

O Banco Bradesco S.A. (o “Bradesco”, o “Banco”, a “Companhia” ou a “Organização”) é uma companhia aberta de direito privado, sua matriz está localizada na Cidade de Deus, s/n, na cidade de Osasco, Estado de São Paulo, Brasil, que, operando na forma de Banco Múltiplo, desenvolve atividades bancárias em todas as modalidades autorizadas, por meio de suas carteiras comerciais, de operações de câmbio, de crédito ao consumidor e de crédito imobiliário. Por intermédio de suas controladas, atua direta e indiretamente, em diversas outras atividades, com destaque para Arrendamento Mercantil, Banco de Investimentos, Corretora de Títulos e Valores Mobiliários, Administração de Consórcios, Gestão de Recursos, Cartões de Crédito, Empreendimentos Imobiliários, Seguros, Previdência e Capitalização. As operações são conduzidas no contexto do conjunto das empresas da Organização Bradesco (Organização), atuando no mercado de modo integrado.

2) PRINCIPAIS POLÍTICAS MATERIAIS

As demonstrações financeiras individuais do Bradesco (Banco Múltiplo) abrangem as demonstrações financeiras do Bradesco e suas agências no exterior. Estas demonstrações foram elaboradas de acordo com as práticas aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen), que incluem a Resolução CMN nº 4.818/20, a Resolução BCB nº 2/20, as diretrizes emanadas das Leis nº 4.595/64 (Lei do Sistema Financeiro Nacional) e nº 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações), com as respectivas alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09. Para a contabilização das operações, foram utilizadas as normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (Bacen), além das normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Para a elaboração dessas demonstrações financeiras, ágios apurados nas aquisições de investimentos em empresas coligadas/controladas e empresas de controle compartilhado estão apresentados em investimentos (Nota 12).

A Administração declara que as divulgações realizadas nas demonstrações financeiras individuais do Bradesco evidenciam todas as informações financeiras relevantes, utilizadas na sua gestão e que as práticas contábeis foram aplicadas de maneira consistente entre os períodos.

As demonstrações financeiras incluem estimativas e premissas que são revisadas, no mínimo, anualmente, tais como: a mensuração de perdas estimadas com operações de crédito; estimativas do valor justo de determinados instrumentos financeiros; provisões cíveis, fiscais e trabalhistas; perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*) de títulos e valores mobiliários classificados nas categorias de títulos disponíveis para venda e títulos mantidos até o vencimento e ativos não financeiros e a determinação da vida útil de determinados ativos.

Alguns números incluídos neste relatório foram submetidos a ajustes de arredondamento. Assim sendo, os valores indicados como totais em alguns quadros podem não ser a soma aritmética dos números que os precedem.

Ao longo deste relatório, indicamos que certas informações estão disponíveis em diferentes websites operados pela Organização. Nenhuma das informações contidas nos websites referidos ou mencionados neste relatório faz parte ou está incorporada por referência nesse documento.

Em 31 de julho de 2024, o Bacen aprovou o pedido de autorização para a incorporação da BRAM - Bradesco Asset Management S.A. DTVM no Banco Bradesco S.A.. A incorporação, visa promover a reorganização societária, objetivando a segregação e transferência de operações estratégicas, atualmente registradas nesta Instituição, com o remanejamento dessas para o Banco Bradesco S.A.

Demonstramos abaixo os ativos e passivos incorporados pelo Banco Bradesco (Banco Múltiplo) base de 31 de julho de 2024.

	R\$ mil
	BRAM DTVM
Ativo	
Instrumentos financeiros	1.263.765
Créditos tributários	35.042
Imobilizado de uso	15.762
Intangível	11.636
Depreciações e amortizações	(18.214)
Outros ativos	8.325
Provisões para redução ao valor recuperável de ativos	(100)
Total do Ativo	1.316.216
Passivo	
Provisões	101.866
Impostos diferidos	974
Outros passivos	47.089
Total do passivo	149.929
Patrimônio líquido (1)	1.166.287
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	1.316.216

(1) Saldo eliminado com o investimento.

As demonstrações financeiras individuais do Bradesco foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 06 de fevereiro de 2025.

a) Moeda funcional e de apresentação

As Demonstrações Financeiras Individuais estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional do Bradesco. As agências e empresas controladas no exterior adotam o Real como suas moedas funcionais, exceto a controlada do México que adota o Peso Mexicano como moeda funcional e o Bradesco Bank cuja moeda funcional é o Dólar.

As operações das agências e de empresas controladas no exterior são, na essência, uma extensão das atividades do Brasil, portanto, esses investimentos são ajustados às práticas contábeis vigentes no Brasil e convertidos para reais de acordo com as taxas de câmbio da moeda local da data do fechamento.

b) Apuração do resultado

O resultado é apurado de acordo com o regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento.

As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate, e as receitas e despesas correspondentes aos períodos futuros são apresentadas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As receitas e despesas de natureza financeira são contabilizadas pelo critério *pro rata* dia e calculadas com base no método exponencial, exceto aquelas relativas a títulos descontados ou relacionadas a operações no exterior, que são calculadas com base no método linear.

As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda e aplicações em depósitos interfinanceiros, cujo vencimento das operações, na data da efetiva aplicação, seja igual ou inferior a 90 dias e apresente risco insignificante de mudança de valor justo. Esses recursos são utilizados pelo Bradesco para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

A composição das disponibilidades e das aplicações registradas em caixa e equivalentes de caixa está apresentada na Nota 5.

d) Instrumentos financeiros

i. Aplicações interfinanceiras de liquidez

As operações compromissadas são registradas ao custo de aquisição, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidas de provisão para desvalorização, quando aplicável.

A composição, os prazos e os rendimentos auferidos das aplicações interfinanceiras de liquidez estão apresentados na Nota 6.

ii. Títulos e valores mobiliários – Classificação

- Títulos para negociação – são aqueles adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período;
- Títulos disponíveis para venda – são aqueles que não se enquadram como para negociação nem como mantidos até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos, em contrapartida ao resultado do período e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários, os quais só serão reconhecidos no resultado quando da efetiva realização; e
- Títulos mantidos até o vencimento – são aqueles adquiridos com a intenção e para os quais haja capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período.

Os títulos e valores mobiliários classificados nas categorias de negociação e disponível para venda, bem como os instrumentos financeiros derivativos, são demonstrados no balanço patrimonial individual pelo seu valor justo estimado. O valor justo, baseia-se geralmente, em cotações de preços de mercado ou cotações de preços de mercado para ativos ou passivos com características semelhantes. Se esses preços de mercado não estiverem disponíveis, os valores justos são baseados em cotações de operadores de mercado, modelos de precificação, fluxo de caixa descontado ou técnicas similares, para as quais a determinação do valor justo possa exigir julgamento ou estimativa significativa por parte da Administração.

A classificação, composição e segmentação dos títulos e valores mobiliários estão apresentadas na Nota 8.

iii. Redução ao valor recuperável de ativos financeiros (*Impairment*)

Os saldos dos títulos e valores mobiliários classificados nas categorias títulos disponíveis para venda e títulos mantidos até o vencimento são revistos para determinar se há alguma indicação de perda por redução ao valor recuperável – *Impairment*.

Quando uma perda é verificada, reconhecemos uma despesa no resultado do exercício. Isto ocorre quando o valor contábil do ativo excede o seu valor recuperável.

Para calcular o valor recuperável, a estimativa de perda é feita por modelos utilizando-se de dados observados ou por julgamento baseado na experiência de nossa Organização.

A composição do *Impairment* para Títulos e Valores Mobiliários está apresentada na Nota 8c.

iv. Instrumentos financeiros derivativos (ativos e passivos)

Os instrumentos financeiros derivativos destinam-se a atender às necessidades próprias para administrar a exposição global do Bradesco, bem como para atender às solicitações de seus clientes, no sentido de administrar suas posições.

As operações são registradas pelo seu valor justo considerando as metodologias de marcação a mercado adotadas pelo Bradesco, podendo ter seu ajuste contabilizado no resultado ou no patrimônio líquido, dependendo da classificação entre *hedge* contábil, suas categorias e *hedge* econômico.

Os instrumentos financeiros derivativos utilizados para mitigar os riscos de exposições em moedas, índices, preços, taxas ou indexadores, são considerados como instrumentos de proteção (*hedge*), cujos objetivos são: (i) controlar e enquadrar as operações, respeitando-se os limites de exposição e de riscos vigentes; (ii) alterar, modificar ou reverter posições em função de mudanças de mercado e de estratégias operacionais; e (iii) reduzir ou mitigar exposições de operações em mercados inoperantes, em condições de estresse ou de baixa liquidez.

Os instrumentos designados para fins de *hedge accounting* são classificados de acordo com a sua natureza em:

- *Hedge* de risco de mercado - os instrumentos financeiros classificados nesta categoria, bem como seus ativos e passivos financeiros relacionados, objeto de *hedge*, têm seus ganhos e perdas, realizados ou não realizados, registrados em conta de resultado;
- *Hedge* de fluxo de caixa - os instrumentos financeiros classificados nesta categoria têm parcela efetiva das valorizações ou desvalorizações registradas, líquida dos efeitos tributários, em conta destacada no patrimônio líquido. A parcela não efetiva do respectivo *hedge* é reconhecida diretamente em conta de resultado; e
- *Hedge* de investimento líquido em operação no exterior - os instrumentos financeiros classificados nesta categoria têm como objetivo proteger a variação cambial de investimentos no exterior, cuja moeda funcional seja diferente da moeda nacional, sendo contabilizados de acordo com os procedimentos contábeis aplicáveis à categoria de *hedge* de fluxo de caixa, ou seja, com a parcela efetiva reconhecida em patrimônio

líquido, líquida dos efeitos tributários, e a parcela não efetiva reconhecida em resultado do período.

Para os derivativos classificados na categoria *hedge* contábil existe o acompanhamento da: (i) efetividade da estratégia, através de testes de efetividade prospectiva e retrospectiva, e (ii) marcação a mercado dos instrumentos de *hedge*.

A composição dos valores registrados em instrumentos financeiros derivativos, tanto em contas patrimoniais quanto em contas de compensação, está apresentada na Nota 9.

e) Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito para operações de crédito, de arrendamento mercantil, adiantamentos sobre contratos de câmbio e de outros créditos com características de concessão de crédito

As operações de crédito, de arrendamento mercantil, adiantamentos sobre contratos de câmbio e outros créditos com características de concessão de crédito são classificados nos respectivos níveis de risco, observando: (i) os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/99, que requerem a sua classificação de riscos em nove níveis, sendo “AA” (risco mínimo) e “H” (risco máximo) considerando, entre outros aspectos, os níveis de atraso (conforme descrito na tabela abaixo); e (ii) a avaliação da Administração quanto ao nível de risco. Essa avaliação, realizada periodicamente, considera a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos e globais em relação às operações, aos devedores e garantidores.

Período de atraso (1)	Classificação do cliente
• de 15 a 30 dias	B
• de 31 a 60 dias	C
• de 61 a 90 dias	D
• de 91 a 120 dias	E
• de 121 a 150 dias	F
• de 151 a 180 dias	G
• superior a 180 dias	H

(1) Para as operações com prazo a decorrer superior a 36 meses é realizada a contagem em dobro dos períodos de atraso, conforme facultado pela Resolução nº 2.682/99 do CMN.

A atualização (*accrual*) das operações vencidas até o 59º dia é contabilizada em receitas e a partir do 60º dia, em rendas a apropriar, sendo que o reconhecimento em receitas após o 60º dia só ocorrerá quando do seu efetivo recebimento.

As operações em atraso classificadas como nível “H” permanecem nessa classificação por seis meses, quando então, são baixadas contra a provisão existente e controladas em contas de compensação por, no mínimo, cinco anos.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas na data de renegociação.

Considerando o disposto na Resolução CMN nº 4.846/20, nas operações no âmbito do Programa Emergencial de Suporte a Empregos (Pese) a provisão está sendo calculada somente sobre a parcela do crédito cujo risco é assumido pela Organização, o montante da provisão constituída para cada nível de risco está apresentado na Nota 10.

As renegociações de operações que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam controladas em contas de compensação são classificadas como nível “H”, e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos quando efetivamente recebidos. Quando houver amortização significativa da operação, ou

quando novos fatos relevantes justificarem a mudança do nível de risco, poderá ocorrer a reclassificação da operação para categoria de menor risco.

A provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito é apurada em valor suficiente para cobrir prováveis perdas e está de acordo com as normas e instruções do CMN e do Bacen, associadas às avaliações realizadas pela Administração na determinação dos riscos de crédito.

A classificação das operações de crédito de um mesmo cliente ou grupo econômico é definida considerando aquela que apresentar maior risco, sendo admitidas em casos excepcionais, classificações diferentes para determinada operação, de acordo com a natureza, valor, finalidade da operação e características das garantias.

As modalidades, valores, prazos, níveis de risco, concentração, setor de atividade econômica, renegociação e receitas das operações de crédito, bem como a composição das despesas e das contas patrimoniais da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito estão apresentados na Nota 10.

f) Imposto de renda e contribuição social (ativo e passivo)

Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, calculados sobre prejuízo fiscal, base negativa de contribuição social e de adições temporárias, são registrados na rubrica "Créditos Tributários", e as provisões para as obrigações fiscais diferidas sobre superveniência de depreciação, ajustes a valor de mercado dos títulos e valores mobiliários, atualização de depósitos judiciais, dentre outros, são registrados na rubrica "Impostos Diferidos", sendo que para a superveniência de depreciação é aplicada somente a alíquota de imposto de renda.

Os créditos tributários sobre as adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Os créditos tributários sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social serão realizados de acordo com a geração de lucros tributáveis, observado o limite de 30% do lucro real do período-base. Tais créditos tributários são reconhecidos contabilmente com base nas expectativas atuais de realização, considerando os estudos técnicos e análises realizadas pela Administração.

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10%. A contribuição social sobre o lucro líquido para as empresas financeiras, equiparadas e do ramo segurador é calculada a alíquota de 15% e 9% para as demais empresas. Em novembro de 2019 foi promulgada a Emenda Constitucional nº 103 que estabelece no artigo 32, a majoração da alíquota de contribuição social sobre o lucro líquido dos "Bancos" de 15% para 20%, com vigência a partir de março de 2020.

Foram constituídas provisões para os demais impostos e contribuições sociais, de acordo com as respectivas legislações vigentes.

A composição dos valores de imposto de renda e contribuição social, a demonstração dos seus cálculos, a origem e previsão de realização dos créditos tributários, bem como os valores dos créditos tributários não ativados, estão apresentados na Nota 32.

g) Investimentos

i. Aquisição de Investimentos

O registro contábil é realizado pelo custo de aquisição, desdobrado em: I - valor do patrimônio líquido na época da aquisição; e II - ágio ou deságio na aquisição do investimento, que é a diferença entre o custo de aquisição e o valor patrimonial das ações.

Para os Investimentos adquiridos a partir de 2022 o registro contábil será realizado pelo valor de aquisição, segregando-se os seguintes itens:

I – valor contábil do patrimônio líquido; II – diferença entre o valor justo e o valor contábil de ativos e passivos, se houver; III – ativos identificáveis e passivos assumidos mensuráveis com confiabilidade, não registrados na contabilidade da investida; e IV – ágio por expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*), se houver.

ii. Controladas, Coligadas e de Controle Compartilhado

Os investimentos em empresas coligadas, com influência significativa, controladas e controladas em conjunto são avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

O valor do ágio por expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*) para empresas controladas, coligadas e de controle compartilhado é apresentado junto com o respectivo Investimento.

A composição das empresas coligadas e controladas está apresentada na Nota 12.

h) Imobilizado de Uso

Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade.

É demonstrado ao custo de aquisição, líquido das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear de acordo com a vida útil-econômica estimada dos bens e ajustado por redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável.

A composição dos custos dos bens e suas depreciações correspondentes, estão apresentadas na Nota 13.

i) Intangível

Corresponde aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade.

É composto por:

- Aquisição de direito para prestação de serviços bancários: são registradas e amortizadas, quando aplicável, pelo período no qual o ativo deverá contribuir, direta ou indiretamente, para o fluxo de caixa futuro, e ajustadas por redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável; e
- *Software*: são registrados ao custo, deduzido da amortização pelo método linear durante a vida útil estimada, a partir da data da sua disponibilidade para uso, e ajustado

por redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável. Gastos com o desenvolvimento interno de *software* são reconhecidos como ativo quando é possível demonstrar a intenção e a capacidade de concluir e utilizar tal desenvolvimento, bem como mensurar com segurança os custos diretamente atribuíveis ao intangível. Tais custos são amortizados durante sua vida útil estimada, considerando os benefícios econômicos futuros esperados.

A composição dos ativos intangíveis, incluindo a movimentação desses direitos por classe, está apresentada na Nota 14.

j) Outros ativos

Em outros ativos estão classificados:

- Tributos a compensar: referentes a crédito de imposto de renda e contribuição social de exercícios anteriores e antecipações não compensados no próprio exercício;
- Despesas antecipadas: representam as aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos direitos de benefícios ou prestação de serviços ocorrerão em períodos futuros, sendo registradas no resultado de acordo com o regime de competência. Os custos incorridos que estão relacionados com ativos correspondentes, que gerarão receitas em períodos subsequentes, são apropriados ao resultado de acordo com os prazos e montantes dos benefícios esperados e baixados diretamente no resultado quando os bens e direitos correspondentes já não fizerem parte dos ativos da instituição ou quando não são mais esperados benefícios futuros; e
- Ativos não financeiros mantidos para a venda: referentes a bens recebidos em liquidação de instrumentos financeiros de difícil ou duvidosa solução não destinados ao próprio uso e bens de uso próprio que serão realizados pela sua venda, que estejam disponíveis para a venda imediata e que sua alienação seja altamente provável no período de um ano. Os bens recebidos estão registrados pelo menor valor entre: o valor justo do bem, líquido das despesas de vendas e o valor contábil bruto do respectivo instrumento financeiro de difícil ou duvidosa solução. Os bens próprios estão registrados pelo menor valor entre: o valor justo do bem, líquido das despesas de vendas e o seu valor contábil, líquido das provisões para perdas por redução ao valor recuperável e da depreciação ou amortização acumulada.

Adicionalmente, em outros ativos também estão demonstrados, de maneira aglutinada, itens de menor materialidade.

A composição dos Outros Ativos está apresentada na Nota 15.

k) Provisões para Redução ao Valor Recuperável de Ativos (*impairment*)

Os ativos, que estão sujeitos à amortização ou depreciação, são revisados para verificar seu valor recuperável sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda pela redução ao valor recuperável é reconhecida pelo excesso do valor contábil do ativo ou o valor contábil da sua Unidade Geradora de Caixa (UGC) sobre seu valor recuperável estimado. O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo deduzido os custos de venda.

Para finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são aglutinados ao menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de

uso contínuo, que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupo de ativos (UGC). Para finalidade de testar o valor recuperável do ágio por expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*), sujeito a um teste de teto de segmento operacional, as UGCs para as quais o ágio foi alocado são agregadas de maneira que o nível no qual o teste de valor recuperável é aplicado, reflete o nível mais baixo no qual o ágio é monitorado para fins de reporte interno.

Ao avaliar o valor em uso, são utilizadas as projeções de resultados futuros baseados nos planos de negócio e orçamento, e os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente utilizando-se uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflete avaliações no mercado corrente do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou UGC.

Ativos corporativos da Organização não geram fluxos de caixa separados e são utilizados por mais de uma UGC. Esses ativos são alocados às UGCs em uma base razoável e consistente, e testados para redução ao valor recuperável como parte do teste da UGC para o qual o ativo está alocado.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes as UGCs são inicialmente alocadas na redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGC) e, subsequentemente, na redução dos outros ativos desta UGC (ou grupo de UGC) de modo pro rata.

l) Depósitos e Demais Instrumentos Financeiros

i. Captações no mercado aberto, empréstimos e repasses, recursos de clientes, recursos de emissão de títulos e valores mobiliários e dívida subordinada

São demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram, quando aplicável, os encargos exigíveis atualizados até a data do balanço, reconhecidos em base *pro rata* dia.

As captações com operações compromissadas, realizadas com acordo de livre movimentação, são ajustadas pelo seu valor de mercado.

A composição das operações estão apresentadas nas Notas 16, 17, 18 e 19.

ii. Despesas associadas às captações de recursos

Nas operações de captação de recursos mediante emissão de títulos e valores mobiliários, as despesas associadas são apropriadas ao resultado de acordo com o prazo da operação e demonstradas como redutoras no passivo correspondente, a composição dos respectivos saldos dessas captações estão apresentados na Nota 16e.

m) Provisões

Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais – fiscais e previdenciárias

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e passivas e das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios estabelecidos pelo CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, aprovado pela Resolução CMN nº 3.823/09 e pela Resolução CVM nº 72/22 sendo:

- **Ativos Contingentes:** não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não caibam mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo, e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro passivo exigível. Os ativos contingentes, cuja expectativa de êxito é provável, são divulgados nas notas explicativas;
- **Provisões:** são constituídas levando em consideração a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações, e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança;
- **Passivos Contingentes:** de acordo com o CPC 25, o termo “contingente” é utilizado para passivos que não são reconhecidos, pois a sua existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros e incertos que não estejam totalmente sob o controle da Administração. Os passivos contingentes não satisfazem os critérios de reconhecimento, pois são considerados como perdas possíveis, devendo ser apenas divulgados em notas explicativas, quando relevantes. As obrigações classificadas como remotas não são provisionadas e nem divulgadas; e
- **Obrigações Legais: Provisão para Riscos Fiscais:** decorrem de processos judiciais, cujo objeto de contestação é a sua legalidade ou constitucionalidade e são reconhecidas considerando a probabilidade de perda.

O detalhamento dos processos judiciais, bem como a segregação e movimentação dos valores registrados por natureza, está apresentada na Nota 22.

n) Benefícios a Empregados

O reconhecimento, mensuração e divulgação dos benefícios a empregados são efetuados de acordo com os critérios estabelecidos pelo CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados, aprovado pela Resolução CMN nº 4.877/20.

Planos de Previdência

O Bradesco e suas controladas são patrocinadores de plano de previdência complementar para seus funcionários e administradores. As obrigações das contribuições para planos de previdência são reconhecidas como despesa no resultado quando incorridas. Uma vez pagas as contribuições, a Organização, na qualidade de empregadora, não tem qualquer obrigação de pagamento adicional.

Planos de Benefício Definido

A obrigação líquida da Organização, em relação aos planos de benefício definido, é referente exclusivamente aos planos de instituições adquiridas, e é calculada separadamente para cada plano, estimando-se o benefício definido futuro que os empregados farão jus pós emprego no desligamento da Organização ou momento da aposentadoria.

A obrigação líquida do Bradesco para os planos de benefício definido é calculada com base na estimativa do valor do benefício futuro que os empregados receberão como retorno pelos serviços prestados no período atual e em períodos anteriores. Esse valor

é descontado ao seu valor presente e é apresentado líquido do valor justo de quaisquer ativos do plano.

O cálculo da obrigação de plano de benefício definido é realizado anualmente por um atuário qualificado utilizando o método de crédito unitário projetado conforme requerido pela norma contábil.

As remensurações da obrigação líquida incluem: os ganhos e perdas atuariais, a diferença do retorno sobre os ativos do plano com o valor líquido do passivo de benefício definido (excluindo juros) e o efeito do teto do ativo (excluindo juros), são reconhecidos imediatamente em outros resultados abrangentes.

Os juros líquidos e outras despesas relacionadas aos planos de benefícios definidos são reconhecidos no resultado.

O detalhamento dos benefícios a empregados, está apresentado na Nota 35.

o) Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações financeiras e a data de autorização para a sua emissão.

São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações financeiras; e
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações financeiras.

Os eventos subsequentes, quando existirem, serão descritos na Nota 36 e são divulgados de acordo com os critérios estabelecidos pelo CPC 24 – Eventos Subsequentes, aprovado pela Resolução CMN nº 4.818/20.

p) Resultado recorrente e não recorrente

Resultado não recorrente é o resultado que esteja relacionado com as atividades atípicas da instituição e não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros. O resultado recorrente corresponde as atividades típicas da instituição e tem previsibilidade de ocorrer com frequência nos exercícios futuros. Os resultados não recorrentes estão apresentados na Nota 37.

3) NORMAS, ALTERAÇÕES E INTERPRETAÇÕES DE NORMAS

a) Normas, alterações e interpretações de normas aplicáveis a partir de 1º de janeiro de 2024

Circular SUSEP nº 678 – alterou a Circular SUSEP nº 648, de 12 de novembro de 2021, e revogou dispositivo da Circular SUSEP nº 439, de 27 de junho de 2012. Dentre as principais alterações, trazidas na norma, temos:

- Aprovação do CPC 48 – Instrumentos Financeiros, que segundo a avaliação da Administração resultou em reclassificações de instrumentos financeiros da categoria Custo Amortizado para Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes; e

- Fim da compensação da mais valia das aplicações financeiras classificadas na modalidade mantidos até o vencimento com o impacto da provisão técnica resultado do teste de adequação do passivo (TAP).

b) Normas, alterações e interpretações de normas aplicáveis em períodos futuros

Resolução CMN nº 4.966/21 e Resolução BCB nº 352/23, aplicáveis a partir de 1º de janeiro de 2025

Dispõe sobre os conceitos e os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das operações de hedge, substitui entre outras normas a Resolução nº 2.682, a Resolução nº 3.533, a Circular nº 3.068 e a Circular nº 3.082.

(i) Classificação e Mensuração - Ativos Financeiros

A Resolução CMN nº 4.966/21, traz um novo tratamento para classificação e mensuração de ativos financeiros, no qual a entidade deve fundamentar no modelo de negócio que reflita como a Organização gerencia os seus ativos, com o objetivo de gerar fluxos de caixa e o Teste *SPPJ*, que avaliará as características dos fluxos de caixa e orientará na classificação dos ativos financeiros.

Os ativos financeiros serão classificados em uma das três categorias de mensuração descritas a seguir:

- **Custo amortizado:** Ativos financeiros que são mantidos para coleta de fluxos de caixa contratuais, os quais representam somente o pagamento do principal e juros em datas especificadas. Estes ativos são ajustados por qualquer expectativa de perda de crédito.
- **Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA):** Ativos financeiros que são mantidos para coleta de fluxos de caixa contratuais para venda, os quais representam somente o pagamento de principal e juros. Alterações no valor justo destes ativos são registradas em outros resultados abrangentes, exceto pelo reconhecimento de *impairment*, receita de juros, dividendos e variação cambial que são reconhecidos diretamente no resultado do exercício (exceto variação cambial relativo a instrumentos patrimoniais nos quais a instituição tenha utilizado a faculdade prevista no artigo nº 6 da Resolução CMN nº 4.966/21).
- **Valor Justo por meio do Resultado (VJR):** Ativos financeiros que não atendem aos critérios para serem mensurados ao custo amortizado ou VJORA e demais ativos para negociação ou geridos na base do valor justo.

No reconhecimento inicial de instrumentos patrimoniais de outra entidade, não houve designação na categoria valor justo em outros resultados abrangentes. Adicionalmente, no reconhecimento inicial de ativos financeiros, também não houve a designação na categoria valor justo no resultado, com o objetivo de eliminar ou reduzir significativamente inconsistência de mensuração ou de reconhecimento contábil que possa ocorrer em decorrência da mensuração em bases diferentes de ativos ou passivos, cuja avaliação conjunta faça parte de estratégia já existente no reconhecimento inicial, ou do reconhecimento de ganhos e perdas nesses ativos.

(ii) Provisão para Perda

Em relação a provisão para perdas de crédito a Resolução CMN nº 4.966/21, estabelece critérios aplicáveis a todos os ativos financeiros, às operações de garantias financeiras prestadas e limites de crédito. A classificação das perdas está dividida em 3 (três) estágios e deve ser aplicada desde o reconhecimento inicial dos instrumentos financeiros. Os ativos financeiros migrarão de estágio à medida que seu risco de crédito aumente ou diminua.

O novo modelo de perdas esperadas se aplica aos instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA (com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais). O novo modelo de perdas esperadas também é aplicável a ativos financeiros mensurados a VJR no nível 1 da hierarquia de valor justo que sejam títulos privados ou operações com característica de concessão de crédito.

No modelo prospectivo de perdas esperadas os ativos financeiros são divididos em três estágios:

Estágio 1: a provisão deve corresponder à perda esperada apurada pela instituição, considerando a probabilidade de o instrumento financeiro se caracterizar como ativo financeiro com problema de recuperação de crédito nos próximos 12 (doze) meses ou durante o prazo esperado do instrumento, quando este for inferior a 12 (doze) meses;

Estágio 2: a provisão deve corresponder à perda esperada apurada pela instituição, considerando a probabilidade de o instrumento financeiro se caracterizar como ativo com problema de recuperação de crédito durante todo o prazo esperado do instrumento financeiro; e

Estágio 3: a provisão deve corresponder à perda esperada apurada pela instituição, considerando que o instrumento se caracteriza como um ativo com problema de recuperação de crédito.

(iii) Classificação – Passivos Financeiros

A Resolução CMN nº 4.966/21 define que:

Os passivos financeiros devem ser classificados na categoria custo amortizado, exceto caso sejam:

I - Derivativos que sejam passivos, os quais devem ser classificados na categoria valor justo no resultado;

II - Passivos financeiros gerados em operações que envolvam empréstimo ou aluguel de ativos financeiros, os quais devem ser classificados na categoria valor justo no resultado;

III - Passivos financeiros gerados pela transferência de ativo financeiro, que devem ser mensurados e reconhecidos conforme os critérios de baixa e da transferência de passivos financeiros.

IV - Compromissos de crédito e créditos a liberar, que devem ser reconhecidos e mensurados considerando os seus respectivos aspectos de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito.

V - Garantias financeiras prestadas, que, após o reconhecimento inicial, devem ser mensuradas pelo maior valor entre:

- a) a provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito;
- b) o valor justo no reconhecimento inicial menos o valor acumulado da receita reconhecida de acordo com a regulamentação específica.

É vedada a reclassificação de passivos financeiros.

(iv) Contabilidade de *hedge*

Em relação a contabilidade de instrumentos destinados a *hedge*, a avaliação da efetividade de operações de *hedge* passa a ser prospectiva, conforme Estratégia de Gerenciamento de Risco, entretanto aplicação do Capítulo V da Resolução CMN nº 4.966/21, que trata da Contabilidade de Hedge, teve a sua vigência inicial postergada para 1º de janeiro de 2027, de acordo com a Resolução CMN nº 5.100/23.

(v) Transição

As mudanças nas políticas contábeis resultantes da adoção da Resolução CMN nº 4.966/21 foram aplicadas prospectivamente na data de aplicação inicial:

- A Organização optou pela isenção facultada pela Norma de não reapresentar informações comparativas de períodos anteriores decorrentes das alterações na classificação e mensuração de instrumentos financeiros (incluindo perdas de crédito esperadas) nas demonstrações financeiras individuais referentes aos períodos do ano de 2025. Os efeitos decorrentes da aplicação dos critérios contábeis estabelecidos pela Resolução CMN nº 4.966/21 foram registrados em contrapartida à conta de lucros ou prejuízos acumulados pelo valor líquido dos efeitos tributários, em 01 de janeiro de 2025. Os ganhos e perdas não realizados registrados no Patrimônio Líquido na conta Outros Resultados Abrangentes – ORA foram ajustados em contrapartida ao valor do ativo.
- A Organização optou pela não utilização, até 31 de dezembro de 2026, da taxa de juros efetiva repactuada para a apuração do valor presente dos fluxos de caixa contratuais reestruturados, conforme facultou a Resolução CMN nº 5.146 de 26/6/2024.

Resolução CMN nº 4.975/21, aplicável a partir de 1º de janeiro de 2025

Dispõe sobre os critérios contábeis aplicáveis às operações de arrendamento mercantil pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. As principais alterações em relação as normas anteriores para arrendatários são:

- (i) não há mais a classificação em leasing operacional e financeiro; e
- (ii) todas as operações de arrendamento devem ser reconhecidas como ativo de direito de uso em contrapartida a um passivo de arrendamento e as despesas com juros sobre o passivo de arrendamento e as despesas de depreciação do ativo de direito de uso são reconhecidas separadamente.

Arrendamentos em que a Instituição é arrendatária

A Organização reconheceu, em 1º de janeiro de 2025, novos ativos e passivos para seus arrendamentos operacionais, principalmente relativos a imóveis e infraestruturas em geral. A natureza das despesas relacionadas a tais arrendamentos mudará porque a Organização reconhecerá um custo de depreciação de ativos de direito de uso e despesa de juros sobre obrigações de arrendamento, as quais eram anteriormente reconhecidas como despesa linear de arrendamento operacional durante o prazo de arrendamento.

Arrendamentos em que a Instituição é arrendadora

Não há alteração substancial na contabilização dos arrendadores com base na Res. CMN nº 4.975/21, em relação à contabilização atual. Dessa forma, a Organização não identificou impactos significativos para arrendamentos no qual a Organização é uma arrendadora.

Transição

O Bradesco e suas empresas do conglomerado optaram por utilizar a faculdade, do parágrafo 5º, da Resolução CMN nº 4.975/21, de tal forma, que os saldos de estoque referentes a operações anteriores a 1º de janeiro de 2025 serão tratados como se a norma tivesse sido aplicada desde o ano de 2019 (data na qual para fins de demonstrações financeiras em IFRS a respectiva normativa de operações de arrendamentos foi adotada).

O Banco Bradesco adotou a norma utilizando a abordagem retrospectiva modificada simplificada, a qual não requer a divulgação de informações comparativas, e reconhecerá o efeito de aplicação inicial, como ajuste ao saldo de abertura de lucros acumulados. Os impactos decorrentes da adoção estão apresentados a seguir.

Reconciliação do patrimônio líquido na transição para as Resoluções CMN nº 4.966/21 e CMN nº 4.975/21:

	R\$ milhões
	Impacto Líquido de Efeitos Fiscais
Patrimônio Líquido 31/12/2024	160.487
Ajustes Iniciais na adoção das Resoluções nº 4.966/4.975	1.205
Modelo de Negócio (1)	3.722
Provisão para Perdas Esperadas Associadas a Risco de Crédito (2)	(1.768)
Reserva Reflexa de investimentos (3)	(337)
Ajuste de <i>Stop Accrual</i> (4)	28
Arrendamentos - Contratos de Aluguel (5)	(440)
Patrimônio Líquido 01/01/2025	161.692

(1) Classificação e mensuração de instrumentos financeiros, através de modelos de negócios, de acordo com a estratégia de gestão da Organização;

(2) Mensuração da provisão levando em consideração a perda esperada;

(3) Ajustes decorrentes da avaliação pelo método de equivalência patrimonial dos investimentos;

(4) Realinhamento dos novos parâmetros de *stop accrual*; e

(5) Ativação do contrato de arrendamentos com contraparte a obrigação futura, conforme a Resolução nº 4.975/21.

A Administração avaliou e concluiu que os impactos no resultado serão imateriais para o exercício de 2025.

O quadro a seguir apresenta o Balanço Patrimonial de acordo com a Resolução CMN nº 4.966/21 e Resolução CMN nº 4.975/21.

				R\$ mil
	31/12/2024	Ajustes de Adoção Inicial Res. CMN nº 4.966/21	Ajustes de Adoção Inicial Res. CMN nº 4.975/21	01/01/2025
Ativo				
Disponibilidades	16.948.069	-	-	16.948.069
Instrumentos Financeiros	1.486.912.354	6.819.017	-	1.493.731.371
Provisões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	(42.587.188)	(3.214.740)	-	(45.801.928)
Créditos Tributários (1)	94.494.608	(1.621.924)	359.589	93.232.273
Investimentos em Coligadas e Entidades Controladas em Conjunto	85.453.719	(499.521)	162.066	85.116.264
Imobilizado de uso líquido de depreciação	4.427.308	-	3.777.090	8.204.398
Intangível líquido de amortização	11.348.484	-	-	11.348.484
Outros Ativos	38.428.748	-	-	38.428.748
Provisões para Redução ao Valor Recuperável de Ativos	(1.885.192)	-	-	(1.885.192)
Total do Ativo	1.693.540.910	1.482.832	4.298.745	1.699.322.487
Passivo				
Depósitos e Demais Instrumentos Financeiros	1.488.593.195	-	4.576.176	1.493.169.371
Provisões	23.108.694	-	-	23.108.694
Impostos Diferidos	932.487	-	-	932.487
Outros Passivos	20.419.825	-	-	20.419.825
Total do Passivo	1.533.054.201	-	4.576.176	1.537.630.377
Total do Patrimônio Líquido	160.486.709	1.482.832	(277.431)	161.692.110
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	1.693.540.910	1.482.832	4.298.745	1.699.322.487

(1) Na projeção para a realização dos resultados fiscais, apresentada nos estudos técnicos (Nota 33d), contempla os efeitos associadas as perdas ao risco de crédito, constituídas de acordo com a Resolução nº 4966/21, bem como, as disposições, quanto os critérios de dedutibilidade previstos, nas Leis nº 14.467/22 e nº 15.078/24.

4) USO DE ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS SIGNIFICATIVOS

A Organização adota estimativas e julgamentos que podem afetar o valor reportado de ativos e passivos no próximo exercício, sendo as melhores premissas determinadas de acordo com o padrão aplicável.

São avaliados continuamente, baseados em nossa experiência histórica e entre outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, considerados como razoáveis nas circunstâncias atuais.

As estimativas e julgamentos que possuem um risco significativo e podem ter um impacto relevante nos valores de ativos e passivos no próximo ano, com a possibilidade dos resultados efetivos serem diferentes daqueles estabelecidos anteriormente estão divulgadas a seguir e são relacionadas com as seguintes notas:

Estimativas e julgamentos contábeis	Nota
• Valor justo dos instrumentos financeiros	8, 9, 34 e 36
• Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	10e e 10f
• Redução ao valor recuperável de ativos financeiros (<i>Impairment</i>)	8
• Redução ao valor recuperável de ativos intangíveis e ágio	12 e 14
• Realização para créditos tributários	32
• Provisões contingentes	22

I. Valor justo dos instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros registrados pelo valor justo em nossas Demonstrações Financeiras Individuais consistem, principalmente, em ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado, incluindo derivativos e ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. O valor justo de um instrumento financeiro corresponde ao preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração.

Esses instrumentos financeiros são categorizados dentro de uma hierarquia com base no nível mais baixo de informação, que é significativo para a mensuração do valor justo. Para instrumentos classificados como Nível 3, temos que usar uma quantidade significativa do nosso próprio julgamento para chegar a mensuração do valor justo de mercado. Baseamos as nossas decisões de julgamento no nosso conhecimento e observações dos mercados relevantes para os ativos e passivos individuais e esses julgamentos podem variar com base nas condições de mercado. Ao aplicar o nosso julgamento, analisamos uma série de preços e volumes de transação de terceiros para entender e avaliar a extensão das referências de mercado disponíveis e julgamento ou modelagem necessária em processos com terceiros. Com base nesses fatores, determinamos se os valores justos são observáveis em mercados ativos ou se os mercados estão inativos.

A imprecisão na estimativa de informações de mercado não observáveis pode impactar o valor da receita ou perda registrada para uma determinada posição. Além disso, embora acreditemos que nossos métodos de avaliação sejam apropriados e consistentes com aqueles de outros participantes do mercado, o uso de metodologias ou premissas diferentes para determinar o valor justo de certos instrumentos financeiros pode resultar em uma estimativa de valor justo diferente na data de divulgação.

II. Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

A mensuração das provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito requer o uso de modelos quantitativos e suposições sobre condições econômicas futuras e comportamento de crédito.

Vários julgamentos significativos também são necessários para aplicar os requisitos contábeis para a mensuração da provisão para as perdas prováveis na realização dos créditos, tais como:

- Determinar critérios para classificação das operações de crédito;
- Selecionar modelos quantitativos e pressupostos apropriados; e
- Agrupar operações de créditos semelhantes.

O processo para determinar o nível de provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito exige estimativas e uso de julgamentos e é possível que perdas demonstradas em períodos subsequentes sejam diferentes daquelas calculadas de acordo com as estimativas e premissas atuais.

III. Redução ao valor recuperável de ativos financeiros (*impairment*)

A mensuração da redução ao valor recuperável de ativos financeiros requer o uso de modelos quantitativos complexos e suposições sobre condições econômicas futuras, comportamento de crédito e de suas garantias.

Vários julgamentos significativos também são necessários para aplicar os requisitos contábeis para a mensuração da redução ao valor recuperável, tais como:

- Determinar critérios para mensurar o valor das garantias atreladas a cada título ou valor mobiliário;
- Selecionar modelos quantitativos e pressupostos apropriados para a mensuração do valor recuperável; e
- Estabelecer diferentes cenários prospectivos e suas ponderações.

O processo para determinar a redução ao valor recuperável exige estimativas e uso de julgamentos e é possível que perdas atuais demonstradas em períodos subsequentes sejam diferentes daquelas calculadas de acordo com as estimativas e premissas atuais.

IV. Redução ao valor recuperável de ativos intangíveis e ágio

A Organização analisa, pelo menos anualmente, se o valor contábil dos ativos intangíveis e do ágio (inclui ágios identificados na aquisição de controladas, coligadas e empresas de controle compartilhado) sofreram redução ao seu valor recuperável. O primeiro passo do processo exige a identificação de unidades geradoras de caixa independentes e a alocação de ágio para essas unidades. O valor contábil da unidade, incluindo o ágio alocado, é comparado ao valor em uso para determinar se há redução ao valor recuperável. Se o valor em uso de uma unidade geradora de caixa for inferior ao seu valor contábil, o ágio sofrerá uma redução ao seu valor recuperável. O cálculo é baseado no desconto de fluxos de caixa antes dos impostos a uma taxa de juros ajustada pelo risco apropriada para a unidade operacional, sendo que a determinação de

ambos exige o exercício de julgamento. Embora as previsões sejam comparadas ao desempenho atual e a dados econômicos externos, os fluxos de caixa esperados refletem naturalmente a visão da Organização sobre o desempenho futuro.

V. Impostos sobre os lucros

A determinação do valor de nosso imposto de renda passivo (incluindo contribuição social) é complexa e a nossa avaliação está relacionada à análise de nossos impostos diferidos ativos e passivos e do imposto de renda a pagar. Em geral, a nossa avaliação exige que estimemos os valores futuros de imposto de renda corrente e diferido. A nossa avaliação da possibilidade de realização de um imposto diferido é subjetiva e envolve avaliações e premissas, que são inerentemente incertas. O suporte para nossas avaliações e premissas pode mudar ao longo do tempo e é resultado de eventos ou circunstâncias não previstos, que afetam a determinação do valor de nosso passivo de impostos.

É necessário julgamento significativo para determinar se é provável que uma posição de imposto de renda seja sustentada com base em exame, mesmo após o resultado de qualquer procedimento administrativo ou judicial com base em méritos técnicos. Também, é necessário julgamento para determinar o valor de um benefício elegível para reconhecimento em nossas Demonstrações Financeiras Individuais.

Adicionalmente, monitoramos a interpretação da legislação tributária e as decisões de autoridades fiscais e judiciais, para que possamos ajustar qualquer julgamento anterior de imposto de renda acumulado. Esses ajustes também podem resultar de nosso planejamento de imposto de renda ou resolução de controvérsias de imposto de renda e pode ser significativo para os nossos resultados operacionais em qualquer período.

VI. Provisões contingentes

As provisões são revisadas regularmente, e constituídas, sempre que a perda for avaliada como provável, levando-se em consideração a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento dos tribunais.

5) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2024	2023
Disponibilidades em moeda nacional	10.006.459	11.480.789
Disponibilidades em moeda estrangeira	6.941.610	2.924.724
Total de disponibilidades (caixa)	16.948.069	14.405.513
Aplicações voluntárias no Banco Central	17.300.000	24.205.291
Aplicações interfinanceiras de liquidez (1)	176.186.151	148.379.277
Total de caixa e equivalentes de caixa	210.434.220	186.990.081

(1) Referem-se às operações cujo vencimento na data da efetiva aplicação foi igual ou inferior a 90 dias e que apresentem risco insignificante de mudança de valor justo.

6) APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

a) Composição e prazos

	Em 31 de dezembro - R\$ mil					2023
	2024					
	1 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total	
Aplicações no mercado aberto:						
Posição bancada	3.037.891	692.880	-	-	3.730.771	12.378.940
• Letras financeiras do tesouro	712.967	54.479	-	-	767.446	1.687.034
• Notas do tesouro nacional	491.916	164.066	-	-	655.982	5.449.424
• Letras do tesouro nacional	66.546	48.133	-	-	114.679	4.188.112
• Debêntures	865.135	129.644	-	-	994.779	22.159
• Outros	901.327	296.558	-	-	1.197.885	1.032.211
Posição financiada	167.332.815	700.129	-	-	168.032.944	140.775.602
• Letras financeiras do tesouro	44.739.231	-	-	-	44.739.231	39.949.596
• Notas do tesouro nacional	73.713.234	92.489	-	-	73.805.723	29.830.398
• Letras do tesouro nacional	48.880.350	607.640	-	-	49.487.990	70.995.608
Posição vendida	2.870.405	3.389.789	-	-	6.260.194	33.175.552
• Letras do tesouro nacional	2.870.405	3.389.789	-	-	6.260.194	33.175.552
Subtotal	173.241.111	4.782.798	-	-	178.023.909	186.330.094
Aplicações em depósitos interfinanceiros:						
• Aplicações em depósitos interfinanceiros	11.838.642	34.241.764	16.397.915	61.400.293	123.878.614	104.926.633
• Provisões para perdas	(147)	(4.063)	(17.773)	(165.846)	(187.829)	(990)
Subtotal	11.838.495	34.237.701	16.380.142	61.234.447	123.690.785	104.925.643
Em 31 de dezembro de 2024	185.079.606	39.020.499	16.380.142	61.234.447	301.714.694	
%	61,4	12,9	5,4	20,3	100,0	
Em 31 de dezembro de 2023	174.169.445	50.970.335	17.827.927	48.288.030		291.255.737
%	59,8	17,5	6,1	16,6		100,0

b) Receitas de aplicações interfinanceiras de liquidez

Classificadas na demonstração do resultado como resultado de operações com títulos e valores mobiliários.

	R\$ mil			
	2º Semestre	Exercícios findos em 31 de dezembro		
	2024	2024	2023	2022
Rendas de aplicações em operações compromissadas:				
• Posição bancada	190.842	564.407	1.062.651	1.075.922
• Posição financiada	10.027.604	20.032.011	20.584.858	11.177.007
• Posição vendida	984.265	3.067.437	2.905.098	2.520.783
Subtotal	11.202.711	23.663.855	24.552.607	14.773.712
Rendas de aplicações em depósitos interfinanceiros/Outros	9.135.094	18.063.484	13.520.124	8.704.028
Total (Nota 9f III)	20.337.805	41.727.339	38.072.731	23.477.740

7) DEPÓSITOS COMPULSÓRIOS E OUTROS DEPÓSITOS NO BANCO CENTRAL DO BRASIL

a) Créditos vinculados e outros depósitos

	Remuneração	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
		2024	2023
Compulsório sobre depósitos à vista	não remunerado	13.427.546	12.123.377
Compulsório sobre depósitos de poupança	índice da poupança	26.012.319	25.391.346
Compulsório sobre depósitos a prazo	taxa selic	69.997.760	71.806.431
Aplicações voluntárias no Banco Central	taxa selic	17.300.000	24.205.291
Total		126.737.625	133.526.445

b) Resultado das aplicações compulsórias

	R\$ mil			
	2º Semestre	Exercícios findos em 31 de dezembro		
	2024	2024	2023	2022
Créditos vinculados ao Bacen (depósito compulsório)	4.506.758	8.894.336	9.943.391	8.224.712
Créditos vinculados ao SFH (1)	6.098	11.105	13.583	4.597
Total	4.512.857	8.905.441	9.956.974	8.229.309

(1) Os depósitos vinculados ao SFH (Sistema Financeiro de Habitação) estão registrados na rubrica "Outros ativos".

8) TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

a) Resumo da classificação dos títulos e valores mobiliários por segmentos de negócio e emissor

	Em 31 de dezembro - R\$ mil			
	2024	%	2023	%
Títulos para negociação	63.333.643	16,4	105.304.229	26,6
- Títulos públicos	40.053.876	10,4	82.211.131	20,8
- Títulos privados	23.279.767	6,0	23.093.098	5,8
Títulos disponíveis para venda (2)	83.132.752	21,6	249.804.376	63,1
- Títulos públicos	72.055.027	18,7	127.182.477	32,1
- Títulos privados	11.077.725	2,9	122.621.899	31,0
Títulos mantidos até o vencimento (2)	239.196.571	62,0	40.884.113	10,3
- Títulos públicos	120.273.122	31,2	36.296.617	9,2
- Títulos privados	118.923.449	30,8	4.587.496	1,1
Total geral	385.662.966	100,0	395.992.718	100,0
- Títulos públicos	232.382.025	60,3	245.690.225	62,0
- Títulos privados	153.280.941	39,7	150.302.493	38,0
Total geral	385.662.966	100,0	395.992.718	100,0

b) Composição da carteira por emissor e prazo de vencimento

Títulos	Em 31 de dezembro - R\$ mil								
	2024							2023	
	1 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Valor de mercado/ contábil (1) (3) (4)	Valor de custo atualizado	Marcação a mercado	Valor de mercado/ contábil (1) (3) (4)	Marcação a mercado
Titulos públicos	57.850.022	22.059.364	14.343.152	138.129.487	232.382.025	234.101.259	(1.719.234)	245.690.225	1.332.725
Letras do tesouro nacional	13.569.272	5.947.162	12.483.788	44.461.251	76.461.473	77.087.259	(625.786)	87.464.858	745.123
Notas do tesouro nacional	41.558.638	3.920.224	-	69.547.968	115.026.830	116.044.795	(1.017.965)	111.144.228	557.303
Letras financeiras do tesouro	-	1.932.748	168.303	18.798.651	20.899.702	20.869.504	30.198	30.572.432	64.541
Títulos da dívida externa brasileira	1.682.760	2.151.278	-	5.320.412	9.154.450	9.251.112	(96.662)	6.408.996	(31.503)
Outros	1.039.352	8.107.952	1.691.061	1.205	10.839.570	10.848.589	(9.019)	10.099.711	(2.739)
Titulos privados	19.881.870	21.684.034	10.803.116	100.911.921	153.280.941	154.796.923	(1.515.982)	150.302.493	979.378
Debêntures	616.911	13.601.844	2.797.232	55.264.863	72.280.850	72.479.149	(198.299)	79.944.643	294.005
Ações	6.138.274	-	-	-	6.138.274	7.371.982	(1.233.708)	5.756.085	220.416
Notas promissórias	-	935.764	2.290.476	13.529.132	16.755.372	16.755.372	-	15.534.951	222.112
Cédula do produto rural	632.403	5.243.875	5.032.455	22.167.308	33.076.041	33.096.679	(20.638)	26.155.965	315.818
Certificados de recebíveis imobiliários	456.731	69	10.668	4.857.454	5.324.922	5.333.390	(8.468)	6.195.468	(7.746)
Outros	12.037.551	1.902.482	672.285	5.093.164	19.705.482	19.760.351	(54.869)	16.715.381	(65.227)
Subtotal	77.731.892	43.743.398	25.146.268	239.041.408	385.662.966	388.898.182	(3.235.216)	395.992.718	2.312.103
Hedge contábil	-	-	-	-	-	-	(1.425.862)	-	(1.343.437)
Títulos reclassificados para categoria "Títulos mantidos até o vencimento"	-	-	-	-	-	-	(6.852.050)	-	(12.247)
Total geral	77.731.892	43.743.398	25.146.268	239.041.408	385.662.966	388.898.182	(11.513.128)	395.992.718	956.419

c) Composição das carteiras distribuídas pelas rubricas de publicação

Títulos	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2024 (4)	2023 (4)
Carteira própria	172.993.149	220.037.140
Títulos de renda fixa	166.854.875	214.281.055
Títulos de renda variável	6.138.274	5.756.085
Títulos vinculados	204.955.369	168.366.875
A compromisso de recompra	157.041.694	128.999.931
Moedas de privatização	1.205	1.768
A prestação de garantias	47.912.470	39.365.176
Títulos objeto de operações compromissadas de livre movimentação	7.714.448	7.588.703
Total geral	385.662.966	395.992.718
%	100,0	100,0

(1) As aplicações em cotas de fundos de investimento foram distribuídas de acordo com os papéis que compõem suas carteiras, preservando a classificação da categoria dos fundos;

(2) Atendendo ao disposto no artigo 8º da Circular nº 3.068/01 do Bacen, o Bradesco declara possuir capacidade financeira e intenção de manter até o vencimento os títulos classificados na categoria mantidos até o vencimento. Em 31 de dezembro de 2024 foram revisados determinados modelos de negócios, que consideraram algumas novas dinâmicas de negócios, alinhamento de estratégias, revisão dos portfólios e outros aspectos regulatórios da Resolução nº 4.966/21 e em linha com a gestão de risco e intenção da administração para seu conjunto de instrumentos financeiros, ocorreu a reclassificação de Títulos e Valores Mobiliários da categoria Disponível para Venda para Mantidos até o Vencimento, no montante de R\$ 189.864.552 mil, a qual não teve reflexos em resultado, pois os ganhos e perdas não realizados, no montante bruto de R\$ (6.768.767) mil, foi mantido, líquido dos efeitos fiscais, no Patrimônio Líquido de 31 de dezembro 2024, e, com a adoção inicial da Resolução CMN nº 4.966/21, do Bacen, em 01 de janeiro de 2025, o ganho/(perda) foi revertido do Patrimônio Líquido em contrapartida ao valor do ativo, de modo que o ativo fique como se tivesse sido classificado na categoria de custo amortizado, desde seu reconhecimento inicial. Caso não houvesse a adoção da resolução, esse montante deveria ser reconhecido no resultado em função do prazo remanescente;

(3) Na distribuição dos prazos, foram considerados os vencimentos dos papéis, independentemente de sua classificação contábil; e

(4) O valor de mercado dos títulos e valores mobiliários é apurado de acordo com a cotação de preço de mercado disponível na data do balanço. Se não houver cotação de preços de mercado disponível, os valores são estimados com base em cotações de distribuidores, modelos de precificação, modelos de cotações ou cotações de preços para instrumentos com características semelhantes. No caso das aplicações em fundos de investimento, o custo atualizado reflete o valor de mercado das respectivas cotas.

d) Impairment para Títulos e Valores Mobiliários

No 2º semestre de 2024, houve *impairment* de ativos financeiros no montante de R\$ 1.624.497 mil, líquido de constituição/(reversão) e que inclui o resultado apurado em operação de venda ou de transferência de ativos financeiros, classificados nas categorias "Disponíveis para Venda" e "Mantidos até o Vencimento".

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, houve *impairment* de ativos financeiros no montante de R\$ 1.385.078 mil, líquido de constituição/(reversão) e que inclui o resultado apurado em operação de venda ou de transferência de ativos financeiros, classificados nas categorias "Disponíveis para Venda" e "Mantidos até o Vencimento" (2023 – R\$ 2.538.909 mil).

9) INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

O Bradesco participa de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos, registrados em contas patrimoniais e de compensação, que se destinam a atender necessidades próprias para administrar sua exposição global, bem como para atender às solicitações de seus clientes, no sentido de administrar suas exposições. Essas operações envolvem uma variedade de derivativos, inclusive *swaps* de taxas de juros, *swaps* de moeda, futuros e opções. A política de gestão de riscos do Bradesco é fundamentada na utilização de instrumentos financeiros derivativos com o objetivo, predominantemente, de

mitigar os riscos decorrentes das operações efetuadas pelo Bradesco e empresas controladas.

Os instrumentos financeiros derivativos, são demonstrados no balanço patrimonial pelo seu valor justo estimado. O valor justo, geralmente, baseia-se em cotações de preços de mercado ou cotações de preços de mercado para ativos ou passivos com características semelhantes. Se esses preços de mercado não estiverem disponíveis, os valores justos são baseados em cotações de operadores de mercado, modelos de precificação, fluxo de caixa descontado ou técnicas similares, para as quais a determinação do valor justo pode exigir julgamento ou estimativa significativa por parte da Administração.

Para instrumentos financeiros derivativos, cotações de preço de mercado são usadas para determinar o valor justo destes instrumentos. O valor justo dos *swaps* é determinado utilizando técnicas de modelagem de fluxo de caixa descontado que usam curvas de rendimento, refletindo os fatores de risco adequados. As informações para construir as curvas de rendimento são obtidas, principalmente, na B3 e no mercado secundário doméstico e internacional. Estas curvas de rendimento são utilizadas para determinar o valor justo dos *swaps* de moeda, de taxa de juros e *swaps* com outros fatores de risco. O valor justo dos contratos a termo e de futuros também é determinado com base em cotações de preços de mercado para derivativos negociados em bolsa ou utilizando metodologias similares aquelas descritas para *swaps*. O valor justo dos instrumentos derivativos de crédito é determinado com base em cotações de preços de mercado ou obtido junto a entidades especializadas. O valor justo das opções é determinado com base em modelos matemáticos, tais como *Black & Scholes*, usando curvas de rendimento, volatilidades implícitas e o valor justo do ativo correspondente. Os preços atuais de mercado são usados para precificar as volatilidades. Para a estimação do valor justo dos instrumentos financeiros derivativos de balcão também é levado em consideração a qualidade creditícia de cada contraparte, associando assim uma perda esperada para cada portfólio de derivativos (CVA).

Os instrumentos financeiros derivativos no Brasil referem-se, substancialmente, a operações de *swaps* e futuros, sendo registradas na B3.

Os instrumentos financeiros derivativos realizados no exterior referem-se a operações de *swaps*, termo, opções, crédito e futuros efetuadas, substancialmente, nas Bolsas de Chicago e Nova York, bem como mercado de balcão.

As macros estratégias de atuação são delimitadas pelas carteiras *Trading* (proprietária) e *Banking*. As operações da Carteira *Trading*, inclusive derivativos são realizadas com o objetivo de aproveitar movimentos direcionais de preços e/ou taxas, estratégias de arbitragem, *hedge*, *market maker*, podendo ser liquidadas total ou parcialmente antes do vencimento contratado originalmente. As operações da Carteira *Banking* são compostas por operações comerciais e os seus respectivos *hedges*.

Os riscos destas carteiras são controlados em visões consolidadas por fator de risco e a gestão eficiente dos riscos destas carteiras requer o uso conjunto de operações de derivativos e demais instrumentos, dentre eles, os títulos e valores mobiliários.

a) Valor dos instrumentos financeiros derivativos por indexador

	Em 31 de dezembro - R\$ mil							
	2024				2023			
	Valor de referência	Custo atualizado	Marcação a mercado	Valor de mercado	Valor de referência	Custo atualizado	Marcação a mercado	Valor de mercado
Contratos futuros								
Compromissos de compra:	189.807.272	-	-	-	107.456.862	-	-	-
- Mercado interfinanceiro	161.619.344	-	-	-	78.505.164	-	-	-
- Moeda estrangeira	21.719.199	-	-	-	13.968.756	-	-	-
- Outros	6.468.729	-	-	-	14.982.942	-	-	-
Compromissos de venda:	135.781.487	-	-	-	185.233.025	-	-	-
- Mercado interfinanceiro (1)	73.348.480	-	-	-	133.869.384	-	-	-
- Moeda estrangeira (2)	46.265.059	-	-	-	47.298.296	-	-	-
- Outros	16.167.948	-	-	-	4.065.345	-	-	-
Contratos de opções								
Compromissos de compra:	156.815.955	568.749	27.409	596.158	101.132.408	645.607	257.088	902.695
- Mercado interfinanceiro	1.000.000	-	34.350	34.350	-	-	-	-
- Moeda estrangeira	3.502.093	148.873	(42.980)	105.893	3.955.920	64.323	20.244	84.567
- Outros	152.313.862	419.876	36.039	455.915	97.176.488	581.284	236.844	818.128
Compromissos de venda:	158.538.002	(1.285.893)	123.200	(1.162.693)	101.825.096	(1.194.103)	(165.205)	(1.359.308)
- Moeda estrangeira	6.399.296	(216.186)	(180.480)	(396.666)	3.036.575	(66.575)	47.472	(19.103)
- Outros	152.138.706	(1.069.707)	303.680	(766.027)	98.788.521	(1.127.528)	(212.677)	(1.340.205)
Contratos a termo								
Compromissos de compra:	64.613.904	2.573.889	(11.634)	2.562.255	34.113.304	(855.604)	(3.954)	(859.558)
- Moeda estrangeira	62.831.031	2.564.733	-	2.564.733	33.043.985	(849.505)	(551)	(850.056)
- Outros	1.782.873	9.156	(11.634)	(2.478)	1.069.319	(6.099)	(3.403)	(9.502)
Compromissos de venda:	56.169.774	(1.017.471)	(17.442)	(1.034.913)	31.327.974	768.232	(8.498)	759.734
- Moeda estrangeira (2)	55.322.997	(1.346.336)	-	(1.346.336)	27.770.294	445.971	-	445.971
- Outros	846.777	328.865	(17.442)	311.423	3.557.680	322.261	(8.498)	313.763
Contratos de swap								
Posição ativa:	135.232.139	12.341.235	4.019.360	16.360.595	101.113.729	7.592.208	827.502	8.419.710
- Mercado interfinanceiro	55.499.904	946.090	3.611.559	4.557.649	45.536.933	1.799.963	1.092.157	2.892.120
- Prefixados	1.934.889	556.198	(513.809)	42.389	22.088.054	998.094	(110.456)	887.638
- Moeda estrangeira	73.584.662	10.156.383	436.000	10.592.383	28.816.112	3.980.570	(241.836)	3.738.734
- IGP-M	41.362	41.466	399	41.865	87.639	74.582	3.334	77.916
- Outros	4.171.322	641.098	485.211	1.126.309	4.584.991	738.999	84.303	823.302

	Em 31 de dezembro - R\$ mil							
	2024				2023			
	Valor de referência	Custo atualizado	Marcação a mercado	Valor de mercado	Valor de referência	Custo atualizado	Marcação a mercado	Valor de mercado
Posição passiva:	73.529.165	(9.984.976)	(702.357)	(10.687.333)	81.966.877	(7.376.386)	(823.811)	(8.200.197)
- Mercado interfinanceiro	29.584.869	(1.532.385)	(833.051)	(2.365.436)	32.558.816	(1.717.742)	(1.191.307)	(2.909.049)
- Prefixados	4.135.545	(86.544)	(93.611)	(180.155)	28.621.734	(1.202.674)	(614.622)	(1.817.296)
- Moeda estrangeira	36.100.298	(7.681.908)	208.073	(7.473.835)	14.967.223	(2.671.439)	(130.163)	(2.801.602)
- IGP-M	111.173	(159.079)	(876)	(159.955)	215.297	(241.719)	(13.177)	(254.896)
- Outros	3.597.280	(525.060)	17.108	(507.952)	5.603.807	(1.542.812)	1.125.458	(417.354)
Total	970.487.698	3.195.533	3.438.536	6.634.069	744.169.275	(420.046)	83.122	(336.924)

Nos derivativos, estão incluídas as operações vencíveis em D+1.

(1) Inclui: (i) hedge contábil de fluxo de caixa para proteção de captações referenciadas ao DI, no valor de R\$ 59.956.404 mil (em 31 de dezembro de 2023 - R\$ 102.934.940 mil); e (ii) hedge contábil de fluxo de caixa para proteção das aplicações referenciadas ao DI, no valor de R\$ 24.468.458 mil (em 31 de dezembro de 2023 - R\$ 44.821.117 mil) (Nota 9fii); e

(2) Inclui hedge específico para proteção dos ativos e passivos, derivados de investimentos no exterior. Os investimentos no exterior totalizam o montante de R\$ 42.019.674 mil (em 31 de dezembro de 2023 - R\$ 31.320.736 mil).

b) Composição dos instrumentos financeiros derivativos (ativos e passivos) demonstrada pelo seu valor de custo atualizado, valor de mercado e prazos

	Em 31 de dezembro - R\$ mil							
	2024							2023
	1 a 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Valor de mercado	Custo atualizado	Marcação a mercado	Valor de mercado
Ajuste a receber - <i>swap</i>	1.100.546	712.616	355.663	14.191.770	16.360.595	12.341.235	4.019.360	8.419.710
Compras a termo a receber	1.147.495	515.198	673.081	1.672.873	4.008.647	4.008.343	304	295.199
Vendas a termo a receber (1)	428.491	252.230	78.963	265.196	1.024.880	1.039.897	(15.017)	3.883.277
Prêmios de opções a exercer	401.611	36.415	83.256	74.876	596.158	568.749	27.409	902.695
Total do ativo (A)	3.078.143	1.516.459	1.190.963	16.204.715	21.990.280	17.958.224	4.032.056	13.500.881
Ajuste a pagar - <i>swap</i>	(1.661.850)	(642.839)	(512.947)	(7.869.697)	(10.687.333)	(9.984.976)	(702.357)	(8.200.197)
Compras a termo a pagar	(372.340)	(123.969)	(52.112)	(897.971)	(1.446.392)	(1.434.454)	(11.938)	(1.154.757)
Vendas a termo a pagar (1)	(643.230)	(433.541)	(513.450)	(469.572)	(2.059.793)	(2.057.368)	(2.425)	(3.123.543)
Prêmios de opções lançadas	(345.690)	(77.350)	(142.420)	(597.233)	(1.162.693)	(1.285.893)	123.200	(1.359.308)
Total do passivo (B)	(3.023.110)	(1.277.699)	(1.220.929)	(9.834.473)	(15.356.211)	(14.762.691)	(593.520)	(13.837.805)
Efeito Líquido (A-B)	55.033	238.760	(29.966)	6.370.242	6.634.069	3.195.533	3.438.536	(336.924)

(1) Inclui ajustes a receber relativo ao *hedge* de ativos e passivos, denominados e/ou indexados em moeda estrangeira, basicamente, derivados de investimentos no exterior, eliminando os efeitos da variação cambial desses ativos e passivos.

c) Contratos futuros, de opções, de termo e de swap - (Valor de Referência)

	Em 31 de dezembro - R\$ mil					
	2024					2023
	1 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total	
Contratos futuros (1)	205.670.634	16.257.918	18.461.250	85.198.957	325.588.759	292.689.887
Contratos de opções	306.632.561	1.913.938	2.723.631	4.083.827	315.353.957	202.957.504
Contratos a termo (1)	57.763.663	28.479.861	19.407.550	15.132.604	120.783.678	65.441.278
Contratos de <i>swap</i>	41.692.536	13.785.114	16.647.722	136.635.932	208.761.304	183.080.606
Total em 2024	611.759.394	60.436.831	57.240.153	241.051.320	970.487.698	
Total em 2023	359.343.901	42.886.653	82.538.167	259.400.554		744.169.275

(1) Inclui contratos relativo ao *hedge* para proteção de ativos e passivos, denominados e/ou indexados em moeda estrangeira, basicamente, derivados de investimentos no exterior, eliminando os efeitos da variação cambial desses ativos e passivos.

d) Tipos de margem oferecida em garantia para instrumentos financeiros derivativos

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2024	2023
Títulos públicos		
Notas do tesouro nacional	3.980.640	5.079.555
Letras financeiras do tesouro	356.630	3.033.028
Letras do tesouro nacional	2.706.023	154.674
Total	7.043.293	8.267.257

e) Valores das receitas e das despesas líquidas

	R\$ mil			
	2º Semestre	Exercícios findos em 31 de dezembro		
	2024	2024	2023	2022
Contratos de <i>swap</i>	3.998.113	6.745.152	(2.258.110)	(2.059.751)
Contratos a termo (1)	(42.678)	2.251.822	(631.761)	(160.815)
Contratos de opções	202.393	15.403	29.020	296.472
Contratos futuros (1)	(1.491.920)	(5.079.265)	3.730.181	3.633.941
Total (Nota 9f III)	2.665.908	3.933.112	869.330	1.709.847

(1) Inclui, o resultado e o respectivo ajuste ao valor de mercado do *hedge* para proteção de ativos e passivos, denominados e/ou indexados em moeda estrangeira, basicamente, derivados de investimentos no exterior.

f) Valores de referência dos instrumentos financeiros derivativos, separados por local de negociação e contrapartes

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2024	2023
B3 (bolsa)	603.933.835	476.443.729
B3 (balcão)	263.490.625	210.027.848
- Instituições financeiras	22.396.703	37.174.929
- Empresas	240.830.431	172.789.911
- Pessoas físicas	263.491	63.008
Exterior (bolsa) (1)	28.480.053	9.867.719
Exterior (balcão) (1)	74.583.185	47.829.979
Total	970.487.698	744.169.275

(1) Compreendem operações realizadas nas Bolsas de Chicago e Nova York e no mercado de balcão.

I) Derivativos de crédito (*Credit Default Swap – CDS*)

Representam, de forma geral, um contrato bilateral no qual uma das contrapartes compra proteção contra um risco de crédito de um determinado instrumento financeiro (o risco é transferido). A contraparte que vende a proteção recebe uma remuneração que, normalmente, será paga de forma linear ao longo da vigência da operação.

No caso de um evento de crédito ("*default*"), a contraparte que comprou a proteção receberá um pagamento, cujo objetivo é compensar a perda de valor no instrumento financeiro. Nesse caso, a contraparte que vende a proteção, normalmente, receberá o ativo objeto em troca do referido pagamento.

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2024	2023
Risco recebido de Swaps de créditos:	1.954.290	2.044.989
- Títulos de dívidas emitidas por empresas	783.357	637.962
- Títulos públicos brasileiros	714.560	808.158
- Títulos de governos estrangeiros	456.373	598.869
Risco transferido de Swaps de créditos:	(1.120.806)	(1.297.468)
- Derivativos de títulos de empresas	(154.807)	-
- Derivativos de títulos públicos brasileiros	(705.922)	(706.830)
- Derivativos de títulos de governos estrangeiros	(260.077)	(590.639)

Os contratos relativos às operações de derivativos de crédito acima descritos possuem vencimentos até 2029. Durante o período, não houve ocorrência de evento de crédito relativo a fatos geradores previstos nos contratos

II) Hedge contábil

Em 31 de dezembro de 2024, o Bradesco mantinha *hedge*, em conformidade com o estabelecido na Circular nº 3.082/02 do Bacen, composto por:

Hedge de fluxo de caixa – os instrumentos financeiros classificados nesta categoria, tem por objetivo, a redução da exposição às futuras mudanças nas taxas de juros e no câmbio. A parcela efetiva das valorizações ou desvalorizações destes instrumentos é reconhecida em conta destacada do patrimônio líquido, líquida dos efeitos tributários e só é transferida para o resultado em duas situações: (i) em caso de inefetividade do *hedge*; ou (ii) na realização do objeto de *hedge*. A parcela não efetiva do respectivo *hedge* é reconhecida diretamente em conta de resultado.

Estratégia	Em 31 de dezembro - R\$ mil			
	Instrumento de <i>hedge</i> valor nominal	Objeto de <i>hedge</i> valor contábil	Ajuste a mercado registrado no patrimônio líquido (bruto dos efeitos fiscais)	Ajuste a mercado registrado no patrimônio líquido (líquido dos efeitos fiscais)
<i>Hedge</i> de recebimentos de juros de aplicações em títulos (1)	24.468.458	24.913.057	(147.831)	(81.307)
<i>Hedge</i> de pagamentos de juros das captações (1)	59.956.404	61.308.525	258.194	142.045
Total em 2024 (2)	84.424.862	86.221.582	110.363	60.738
<i>Hedge</i> de recebimentos de juros de aplicações em títulos (1)	44.821.117	45.285.081	138.891	76.390
<i>Hedge</i> de pagamentos de juros das captações (1)	102.934.940	103.287.896	(779.599)	(428.779)
Total em 2023 (2)	147.756.057	148.572.977	(640.709)	(352.389)

(1) Referente ao risco de taxa de juros variável do DI, utilizando-se de contratos de DI Futuro na B3, Swaps e FED funds, sendo os prazos de vencimentos até 2030, tornando o fluxo de caixa prefixado; e

(2) A efetividade verificada na carteira de *hedge* encontra-se em conformidade com o estabelecido na Circular nº 3.082/02 do Bacen.

Com base na Circular nº 3.082/02 do BCB, para os próximos 12 meses, os ganhos/(perdas) relativos ao *hedge* contábil de fluxo de caixa, que esperamos reconhecer no resultado, equivalem ao montante de R\$ (88.761) mil.

Não houve ganhos/(perdas) relativos ao *hedge* contábil de fluxo de caixa, registrados em contas de resultado no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e 2023.

Hedge de valor justo – os instrumentos financeiros classificados nesta categoria, tem por objetivo, compensar os riscos decorrentes da exposição à variação no valor de mercado do item objeto de *hedge*. O objeto de *hedge* é ajustado ao valor de mercado, classificado em DPV – Disponível para Venda e a parcela efetiva das valorizações ou desvalorizações deste instrumento é reconhecida em conta de resultado, líquida dos efeitos tributários e só é transferida para o patrimônio líquido em duas situações: (i) em caso de inefetividade do *hedge*; ou (ii) na realização do *hedge*. A parcela não efetiva do objeto de *hedge* é reconhecida diretamente em conta de patrimônio líquido.

Estratégia	R\$ mil			
	Instrumento de <i>hedge</i> valor mercado	Objeto de <i>hedge</i> valor contábil	Ajuste a mercado registrado no resultado (bruto dos efeitos fiscais)	Ajuste a mercado registrado no resultado (líquido dos efeitos fiscais)
<i>Hedge</i> de debêntures (1)	18.555	22.072	79	43
Total em 31 de dezembro de 2024	18.555	22.072	79	43

(1) Referente ao risco de Debêntures, utilizando-se de contratos de *Swaps*, sendo os prazos de vencimentos até 2031. A efetividade verificada na carteira de *hedge* encontra-se em conformidade com o estabelecido na Circular nº 3.082/02 do Bacen. Não houve estratégias nesta operação em 31 de dezembro de 2023.

Para os próximos 12 meses, os ganhos/(perdas) relativos ao *hedge* contábil de valor justo, que esperamos reconhecer em contas de patrimônio líquido, equivalem ao montante de R\$ (584) mil.

Não houve ganhos/(perdas) relativos ao *hedge* contábil de valor justo, registrados em contas de patrimônio líquido, até o período findo em 31 de dezembro de 2024 e 2023.

Hedge de investimentos no exterior – os instrumentos financeiros classificados nesta categoria, tem por objetivo, a redução da exposição à variação cambial de investimentos no exterior, cuja moeda funcional seja diferente da moeda nacional, a qual impacta o resultado da Organização. A parcela efetiva das valorizações ou desvalorizações destes instrumentos é reconhecida em conta destacada do patrimônio líquido, líquida dos efeitos tributários e só é transferida para o resultado em duas situações: (i) inefetividade do *hedge*; ou (ii) na alienação ou alienação parcial da operação no exterior. A parcela não efetiva do respectivo *hedge* é reconhecida diretamente em conta de resultado.

Estratégia	Em 31 de dezembro - R\$ mil			
	Instrumento de <i>hedge</i> valor nominal	Objeto de <i>hedge</i> valor contábil	Ajuste a mercado registrado no patrimônio líquido (bruto dos efeitos fiscais)	Ajuste a mercado registrado no patrimônio líquido (líquido dos efeitos fiscais)
<i>Hedge</i> de variação cambial nos fluxos de caixa futuros (1)	5.603.750	5.166.624	(1.536.225)	(805.635)
Total em 2024	5.603.750	5.166.624	(1.536.225)	(805.635)
<i>Hedge</i> de variação cambial nos fluxos de caixa futuros (1)	4.477.297	4.149.708	(702.728)	(368.528)
Total em 2023	4.477.297	4.149.708	(702.728)	(368.528)

(1) Cuja moeda funcional é diferente do real, utilizando-se de contratos *Forward* e Futuros de Dólar, tendo como objeto de *hedge* o investimento no exterior referenciado a MXN (Peso Mexicano) e USD (Dólar Americano). A efetividade verificada na carteira de *hedge* encontra-se em conformidade com o estabelecido na Circular nº 3.082/02 do Bacen.

Com base na Circular nº 3.082/02 do BCB, para os próximos 12 meses, os ganhos/(perdas) relativos ao *hedge* de investimentos no exterior, que esperamos reconhecer no resultado, equivalem ao montante de R\$ (4.596) mil.

Os ganhos/(perdas) relativos ao *hedge* de investimentos no exterior, registrados em contas de resultado, no período findo em 31 de dezembro de 2024 foi de R\$ (10.502) mil (em 31 de dezembro de 2023 R\$ 3.223 mil).

III) Resultado com títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos

	R\$ mil			
	2º Semestre	Exercícios findos em 31 de dezembro		
	2024	2024	2023	2022
Resultado com aplicações em títulos e valores mobiliários (1)	15.670.533	34.739.165	43.061.390	41.648.794
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 6b)	20.337.805	41.727.339	38.072.731	23.477.740
Subtotal	36.008.338	76.466.504	81.134.121	65.126.534
Resultado com instrumentos financeiros derivativos (Nota 9e)	2.665.908	3.933.112	869.330	1.709.847
Total	38.674.246	80.399.616	82.003.451	66.836.381

(1) Contempla *impairment* de ativos financeiros (veja nota 8d).

10) OPERAÇÕES DE CRÉDITO

Apresentamos as informações relativas às operações de crédito, que incluem adiantamentos sobre contratos de câmbio, operações de arrendamento mercantil e outros créditos com características de concessão de crédito:

a) Modalidades e níveis de risco

	Em 31 de dezembro - R\$ mil											
	Níveis de risco										Total em 2024	Total em 2023
	AA	A	B	C	D	E	F	G	H			
Empréstimos e títulos descontados	53.200.345	96.401.558	63.534.949	19.883.167	9.129.350	12.896.126	4.358.698	4.156.470	19.347.176	282.907.839	254.719.395	
Financiamentos	125.709.538	28.126.788	11.974.031	4.661.203	2.212.781	5.179.454	470.190	200.984	1.180.457	179.715.426	159.107.735	
Financiamentos rurais e agroindustriais	11.914.488	16.149.808	6.061.962	345.872	203.330	185.982	93.436	78.383	273.264	35.306.525	33.208.400	
Subtotal	190.824.371	140.678.154	81.570.942	24.890.242	11.545.461	18.261.562	4.922.324	4.435.837	20.800.897	497.929.790	447.035.530	
Adiantamentos sobre contratos de câmbio (1)	4.433.642	8.126.568	3.197.759	680.828	43.139	74.217	-	-	-	16.556.153	9.273.415	
Subtotal	195.258.013	148.804.722	84.768.701	25.571.070	11.588.600	18.335.779	4.922.324	4.435.837	20.800.897	514.485.943	456.308.945	
Outros créditos	28.656.539	40.830.281	12.074.414	4.863.990	540.799	394.861	57.582	55.271	594.912	88.068.649	78.583.678	
Total das operações de crédito	223.914.552	189.635.003	96.843.115	30.435.060	12.129.399	18.730.640	4.979.906	4.491.108	21.395.809	602.554.592	534.892.623	
Aquisição de recebíveis – cartões de crédito	13.668.400	5.553.694	278.040	13.525	-	-	-	-	78	19.513.737	19.718.497	
Subtotal	237.582.952	195.188.697	97.121.155	30.448.585	12.129.399	18.730.640	4.979.906	4.491.108	21.395.887	622.068.329	554.611.120	
Avais e fianças (2)	50.703.082	49.107.163	17.895.695	2.452.666	371.420	4.671.234	871.341	23.552	512.145	126.608.298	109.805.195	
Coobrigações em cessões de crédito rural	960	6.445	2.022	1.027	909	590	-	30	1.668	13.651	35.665	
Créditos abertos para importação	384.543	363.482	144.248	4.948	-	-	-	-	-	897.221	439.463	
Total - Contas de compensação	51.088.585	49.477.090	18.041.965	2.458.641	372.329	4.671.824	871.341	23.582	513.813	127.519.170	110.280.323	
Total geral em 2024	288.671.537	244.665.787	115.163.120	32.907.226	12.501.728	23.402.464	5.851.247	4.514.690	21.909.700	749.587.499		
Total geral em 2023	263.177.151	191.174.550	98.995.173	32.433.795	17.227.368	22.849.187	7.319.137	5.374.795	26.340.287		664.891.443	

(1) Os adiantamentos sobre contratos de câmbio estão classificados como redutor da rubrica “Outros Passivos Financeiros”; e

(2) A provisão para cobertura das perdas, associadas às garantias financeiras prestadas, estão sendo avaliadas conforme facultado pela Resolução CMN nº 4.512/16, maiores informações sobre a metodologia utilizada veja Nota 21a (i).

b) Composição das operações de crédito por níveis de risco e faixas de vencimentos

	Em 31 de dezembro - R\$ mil											
	Níveis de risco										Total em 2024	Total em 2023
	AA	A	B	C	D	E	F	G	H			
Curso normal	223.914.552	189.635.003	93.748.865	26.718.337	7.971.862	12.981.494	1.599.617	1.303.726	6.052.511	563.925.967	491.599.577	
Parcelas vincendas	223.682.870	189.052.432	93.591.803	26.509.985	7.880.651	12.917.596	1.582.326	1.293.962	5.994.007	562.505.632	489.880.929	
1 a 30	21.317.012	33.923.957	9.974.307	4.155.498	625.882	1.315.152	83.876	54.023	761.387	72.211.094	62.706.215	
31 a 60	10.448.388	15.961.299	6.323.724	2.630.306	470.449	1.477.586	48.976	33.088	288.235	37.682.051	33.045.219	
61 a 90	9.010.731	12.468.297	5.364.440	2.076.626	351.861	451.350	53.959	22.601	228.817	30.028.682	26.065.020	
91 a 180	16.757.934	22.778.306	9.728.311	3.847.216	824.685	3.057.228	147.093	101.259	476.279	57.718.311	49.759.266	
181 a 360	25.893.033	31.745.886	14.929.386	4.512.969	1.291.239	1.715.604	209.529	248.466	671.559	81.217.671	72.421.508	
Acima de 360	140.255.772	72.174.687	47.271.635	9.287.370	4.316.535	4.900.676	1.038.893	834.525	3.567.730	283.647.823	245.883.701	
Vencidas até 14 dias	231.682	582.571	157.062	208.352	91.211	63.898	17.291	9.764	58.504	1.420.335	1.718.648	
Curso anormal	-	-	3.094.250	3.716.723	4.157.537	5.749.146	3.380.289	3.187.382	15.343.298	38.628.625	43.293.046	
Parcelas vencidas	-	-	308.133	856.368	1.202.852	1.760.705	1.035.282	1.163.862	7.793.461	14.120.663	17.692.300	
1 a 14	-	-	16.823	42.459	46.844	338.313	36.029	23.955	131.753	636.176	307.502	
15 a 30	-	-	259.089	232.957	134.928	134.350	47.073	40.141	214.646	1.063.184	1.214.197	
31 a 60	-	-	32.221	544.868	348.012	215.316	90.165	74.706	365.901	1.671.189	2.455.140	
61 a 90	-	-	-	25.002	622.423	252.877	93.889	85.166	375.114	1.454.471	1.860.984	
91 a 180	-	-	-	11.082	50.645	783.956	701.638	834.174	1.323.341	3.704.836	4.674.801	
181 a 360	-	-	-	-	-	35.893	66.488	105.720	5.263.510	5.471.611	7.146.925	
Acima de 360	-	-	-	-	-	-	-	-	119.196	119.196	32.751	
Parcelas vincendas	-	-	2.786.117	2.860.355	2.954.685	3.988.441	2.345.007	2.023.520	7.549.837	24.507.962	25.600.746	
1 a 30	-	-	134.521	168.852	129.912	139.813	72.080	69.593	322.906	1.037.677	1.197.949	
31 a 60	-	-	114.377	146.189	126.055	141.380	80.485	71.949	319.705	1.000.140	1.058.729	
61 a 90	-	-	105.910	131.741	112.081	127.792	66.762	63.086	289.670	897.042	943.253	
91 a 180	-	-	202.179	273.505	293.665	360.073	184.862	176.217	803.013	2.293.514	2.563.351	
181 a 360	-	-	313.536	451.695	505.131	649.215	341.928	320.720	1.381.585	3.963.810	4.291.166	
Acima de 360	-	-	1.915.594	1.688.373	1.787.841	2.570.168	1.598.890	1.321.955	4.432.958	15.315.779	15.546.298	
Total geral	223.914.552	189.635.003	96.843.115	30.435.060	12.129.399	18.730.640	4.979.906	4.491.108	21.395.809	602.554.592	534.892.623	
Provisão mínima requerida	-	948.175	968.431	913.052	1.212.939	5.619.192	2.489.953	3.143.775	21.395.809	36.691.326		
Provisão complementar	-	138.361	33.380	279.952	1.618.948	2.011.762	740.319	1.073.140	-	5.895.862		
Provisão existente	-	1.086.536	1.001.811	1.193.004	2.831.887	7.630.954	3.230.272	4.216.915	21.395.809	42.587.188		
Total da carteira em 2023	192.566.958	154.566.670	84.529.746	30.322.977	16.574.487	18.646.651	6.383.847	5.372.279	25.929.008		534.892.623	
Provisão mínima requerida	-	772.833	845.298	909.689	1.657.449	5.593.995	3.191.923	3.760.595	25.929.008		42.660.790	
Provisão complementar	-	89.355	61.786	42.699	1.080.591	2.180.237	705.071	891.510	-		5.051.249	
Provisão existente	-	862.188	907.084	952.388	2.738.040	7.774.232	3.896.994	4.652.105	25.929.008		47.712.039	

I) Segregação de prazo por operação

Exposição - Operações de Crédito	Em 31 de dezembro - R\$ mil							Total
	Em dia	Atraso até 14 dias	Atraso de 15 a 60 dias	Atraso de 61 a 90 dias	Atraso de 91 a 180 dias	Atraso de 181 a 360 dias	Atraso acima de 360 dias	
Total em 2024	546.683.513	12.326.984	15.616.981	4.190.957	9.156.664	14.083.729	495.764	602.554.592
Total em 2023	471.810.516	14.148.832	17.128.357	4.718.399	10.268.279	16.578.919	239.321	534.892.623

c) Concentração das operações de crédito

	Em 31 de dezembro - R\$ mil			
	2024	% (1)	2023	% (1)
Maior devedor	4.890.028	0,8	6.822.402	1,3
Dez maiores devedores	31.460.853	5,2	31.437.285	5,9
Vinte maiores devedores	49.197.988	8,2	47.922.566	9,0
Cinquenta maiores devedores	76.978.838	12,8	70.184.918	13,1
Cem maiores devedores	97.724.043	16,2	88.357.990	16,5

(1) Em relação ao total da carteira - critério Bacen

d) Setor de atividade econômica

	Em 31 de dezembro - R\$ mil			
	2024	%	2023	%
Setor público	6.840.312	1,1	5.754.624	1,1
Setor privado	595.714.280	98,9	529.137.999	98,9
Total	602.554.592	100,0	534.892.623	100,0
Pessoa jurídica	265.673.898	44,1	230.467.812	43,1
Atividades imobiliárias e construção	21.280.602	3,5	19.153.261	3,6
Varejo	33.491.338	5,6	34.720.114	6,5
Serviços	54.928.676	9,1	41.527.127	7,8
Transportes e concessão	21.276.564	3,5	21.585.718	4,0
Automobilística	7.372.902	1,2	6.588.057	1,2
Alimentícia	13.048.388	2,2	10.988.983	2,1
Atacado	17.004.302	2,8	14.378.985	2,7
Energia elétrica	8.583.355	1,4	8.044.215	1,5
Petróleo, derivados e atividades agregadas	6.864.295	1,1	5.031.170	0,9
Demais setores	81.823.476	13,6	68.450.182	12,8
Pessoa física	336.880.694	55,9	304.424.811	56,9

e) Movimentação da carteira de renegociação

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2024	2023
Saldo inicial em 1º de janeiro	36.088.053	31.313.575
Renegociação	24.187.065	44.616.143
Recebimentos/Outros (1)	(16.670.012)	(29.232.241)
Baixas	(11.503.005)	(10.609.424)
Saldo final em 31 de dezembro	32.102.101	36.088.053
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	21.351.906	21.998.329
Percentual sobre a carteira de renegociação	66,5%	61,0%

(1) Contempla a liquidação de contratos renegociados por meio da realização de novas operações.

f) Movimentação para as perdas esperadas associadas ao risco de crédito (provisão e despesa)

I) Movimentação da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

	R\$ mil	
	2024	2023
- Provisão específica (1)	26.004.366	20.328.362
- Provisão genérica (2)	16.656.424	21.615.833
- Provisão complementar (3)	5.051.249	10.024.853
Saldo inicial em 1º de janeiro	47.712.039	51.969.048
Constituição de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito (Nota 10f II)	28.349.578	31.805.787
Baixas	(33.727.308)	(35.996.033)
Variação Cambial/Outros	252.879	(66.763)
Saldo final em 31 de dezembro	42.587.188	47.712.039
- Provisão específica (1)	21.547.550	26.004.366
- Provisão genérica (2)	15.143.776	16.656.424
- Provisão complementar (3)	5.895.862	5.051.249

(1) Para operações que apresentam parcelas vencidas há mais de 14 dias;

(2) Constituída em razão da classificação do cliente ou da operação e, portanto, não enquadrada no item anterior; e

(3) A provisão complementar é constituída considerando o nosso modelo de provisionamento, que é baseado em modelos estatísticos que capturam informações históricas e prospectivas, e na experiência da Administração, de modo a refletir a nossa expectativa de perdas em diferentes cenários econômicos (positivo, esperado e adverso).

II) Despesa de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito líquida da recuperação de créditos baixados ("Write-off").

	R\$ mil			
	2º Semestre	Exercícios findos em 31 de dezembro		
	2024	2024	2023	2022
Constituição	14.002.300	28.349.578	31.805.787	27.355.600
Recuperações	(6.688.368)	(9.077.974)	(4.170.230)	(5.073.792)
Despesa de PDD líquida de recuperações (1)	7.313.932	19.271.604	27.635.557	22.281.808

(1) No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, houve cessões de crédito de operações já baixadas para prejuízo no montante de R\$ 1.527.167 mil (2023 - R\$ 8.243.134 mil), cujo valor de venda foi de R\$ 96.006 mil (2023 - R\$ 200.929 mil), e cessão de crédito de operação ativa no montante de R\$ 481.355 mil (2023 - R\$ 894.438 mil), cujo valor de venda foi de R\$ 294.028 mil (2023 - R\$ 19.912 mil), sem retenção de riscos e benefícios.

11) OUTROS INSTRUMENTOS FINANCEIROS

a) Diversos

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2024	2023
Carteira de Câmbio	44.703.481	27.925.544
Operações com cartão de crédito	55.483.102	47.959.547
Títulos e créditos a receber	32.515.644	30.466.110
Devedores por depósitos em garantia	9.665.736	9.724.624
Negociação e intermediação de valores	1.082.390	1.165.728
Rendas a receber	8.551.768	4.013.083
Pagamentos realizado a serem ressarcidos	658.506	383.896
Créditos por avais e fianças honrados	42.964	79.701
Outros investimentos	7.816	7.715
Devedores por compra de valores e bens	165.592	142.107
Total	152.876.999	121.868.055

b) Carteira de câmbio

i. Saldos patrimoniais

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2024	2023
Ativo – Outros instrumentos financeiros		
Câmbio comprado a liquidar	35.312.276	18.381.720
Cambiais e documentos a prazo em moedas estrangeiras	3.687	3.147
Direitos sobre vendas de câmbio	9.559.940	9.391.000
(-) Adiantamentos em moeda nacional recebidos	(743.614)	(71.186)
Rendas a receber de adiantamentos concedidos	571.192	220.863
Total	44.703.481	27.925.544
Passivo – Outros instrumentos financeiros		
Câmbio vendido a liquidar	10.109.221	9.598.280
Obrigações por compras de câmbio	31.568.248	18.702.839
(-) Adiantamentos sobre contratos de câmbio	(16.556.153)	(9.273.415)
Outras	360	92
Total	25.121.676	19.027.796
Carteira de câmbio líquida	19.581.805	8.897.748
Contas de compensação:		
- Créditos abertos para importação	897.221	439.463

ii. Resultado de câmbio: Composição do resultado de operações de câmbio ajustado, para melhor apresentação do resultado efetivo

	R\$ mil			
	2º Semestre	Exercícios findos em 31 de dezembro		
	2024	2024	2023	2022
Resultado de operações de câmbio	4.523.307	7.784.394	865.153	2.711.122
Ajustes:				
- Rendas de financiamentos de moedas estrangeiras (1)	308.371	494.149	115.539	156.740
- Rendas de financiamentos à exportação (1)	1.046.867	2.045.027	2.255.025	2.912.254
- Despesas de obrigações com banqueiros no exterior (2) (Nota 16d)	(3.129.354)	(5.393.366)	(909.349)	(2.409.288)
- Despesas de captações no mercado (3)	(845.963)	(1.663.281)	(2.046.883)	(2.637.514)
- Outros (4)	(805.846)	(1.073.586)	1.074.771	713.568
Total dos ajustes	(3.425.925)	(5.591.057)	489.103	(1.264.240)
Resultado ajustado de operações de câmbio	1.097.382	2.193.337	1.354.256	1.446.882

(1) Classificadas na rubrica "Receitas de operações de crédito";

(2) Relativas aos recursos de financiamentos de adiantamentos sobre contratos de câmbio e financiamentos à importação, registradas na rubrica "Despesas de operações de empréstimos e repasses";

(3) Referem-se a despesas com captações, cujos recursos foram aplicados em operações de câmbio; e

(4) Inclui, basicamente, variação cambial de recursos aplicados em moeda estrangeira.

12) INVESTIMENTOS

a) Os ajustes decorrentes da avaliação pelo método de equivalência patrimonial dos investimentos foram registrados em contas de resultado, sob a rubrica “Resultado de participações em controladas e coligadas” e, estão demonstrados abaixo:

Empresas	Em 31 de dezembro - R\$ mil											
	Capital Social	Patrimônio Líquido Ajustado	Participação Direta no Capital Social	Participação Consolidada no Capital Social	Valor Contábil		Resultado Ajustado no Exercício		Ajuste decorrente de Avaliação 2º Semestre (2)		Ajuste decorrente de Avaliação Acumulada (2)	
					2024	2023	2024	2023	2024	2023	2024	2023
A) Ramo financeiro					32.889.203	30.722.709			2.763.185	2.775.539	5.261.404	4.804.161
Banco Bradesco BBI S.A. (1) (3)	1.870.989	4.676.606	100,00%	100,00%	4.676.606	5.247.900	1.637.606	1.219.168	1.041.063	825.957	1.637.606	1.219.168
Ágio Banco Bradesco BBI S.A. (1)	-	-	-	-	-	1.295	-	-	-	-	-	-
Banco Bradesco Europa S.A. (1) (3)	1.461.998	2.303.541	99,97%	100,00%	2.302.849	1.709.910	115.812	88.761	65.013	(13.225)	115.777	88.761
Banco Bradesco Financiamentos S.A. (1) (4)	458.063	940.942	100,00%	100,00%	940.942	1.121.478	3.327	(41.515)	88.704	(38.274)	3.327	(41.515)
Kirton Bank S.A. (1)	8.828.882	11.994.973	100,00%	100,00%	11.994.973	11.446.360	511.235	1.461.161	227.687	806.418	511.235	1.461.161
Ágio Kirton Bank S.A. (1)	-	-	-	-	215.183	227.570	-	-	-	-	-	-
Bradesco Administradora de Consórcios Ltda. (1) (3)	2.000.000	5.654.149	100,00%	100,00%	5.654.149	4.479.255	1.997.052	1.999.576	1.033.082	1.013.280	1.997.052	1.999.576
Bradesco Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil (1)	2.312.267	4.220.250	100,00%	100,00%	4.220.250	3.883.344	382.820	480.519	189.493	255.873	382.820	480.519
Bradesco-Kirton Corretora de Câmbio S.A. (1) (3)	276.000	542.929	99,97%	99,97%	542.766	510.313	36.621	41.934	19.107	22.617	36.610	41.921
Demais empresas financeiras (1)	-	-	-	-	2.341.485	2.095.284	-	-	(164.237)	1.730.374	5.845	1.627.409
Ganho/perda cambial das empresas no exterior	-	-	-	-	-	-	-	-	263.273	(1.827.481)	571.132	(2.072.839)
B) Ramo Segurador e Previdência					34.687.541	38.481.340			4.567.655	4.659.646	8.406.542	8.801.370
Bradseg Participações S.A. (1) (3)	18.725.400	33.893.139	100,00%	100,00%	33.893.139	37.571.639	8.045.783	8.407.450	4.377.539	4.467.304	8.045.783	8.407.450
Bradesco Seguros S.A. (1) (3)	8.096.445	12.710.431	6,25%	99,96%	794.402	909.701	5.772.144	6.302.720	190.116	192.342	360.759	393.920
C) Outras atividades					17.876.975	16.148.580			427.085	632.835	1.220.828	1.466.263
Serel Participações em Imóveis S.A. (1) (3)	180.000	1.540.565	48,98%	100,00%	754.569	701.673	107.693	124.535	26.988	29.114	52.748	60.997
Bankpar Consultoria e Serviços Ltda (1) (3)	741.000	2.193.868	100,00%	100,00%	2.193.868	2.004.363	101.725	91.759	44.752	29.093	101.725	91.759
Demais empresas controladas	-	-	-	-	14.928.538	13.442.544	-	-	355.345	574.628	1.066.355	1.313.507
Total					85.453.719	85.352.629			7.757.925	8.068.020	14.888.774	15.071.794

(1) Dados relativos a 31 de dezembro de 2024;

(2) Os ajustes decorrentes de avaliação consideram os resultados apurados, periodicamente, pelas companhias e incluem variações patrimoniais das investidas não decorrentes de resultado, bem como os ajustes por equalização de práticas contábeis, quando aplicáveis;

(3) Contempla aumento no Capital Social em 2024; e

(4) Contempla redução no Capital Social em 2024.

13) IMOBILIZADO DE USO

	R\$ mil					
	Em 31 de dezembro de 2024					Custo líquido de depreciação em 31 de dezembro de 2023
	Taxa anual	Custo	Depreciação	Provisões para Redução ao Valor Recuperável de Ativos	Custo líquido de depreciação	
Imóveis de uso:						
- Edificações	4%	610	(180)	(253)	177	182
- Terrenos	-	1.188	-	-	1.188	1.188
Instalações, móveis e equipamentos de uso (1)	10%	4.193.962	(2.347.904)	(1.169)	1.844.889	1.872.070
Sistemas de segurança e comunicações (1)	10 a 20%	384.576	(260.932)	(3.583)	120.061	126.810
Sistemas de processamento de dados (1)	20 a 40%	6.249.805	(4.436.923)	(9.493)	1.803.389	2.101.041
Sistemas de transportes	10 a 20%	307.107	(103.579)	-	203.528	80.231
Imobilizações em curso	-	439.578	-	-	439.578	635.516
Total em 2024		11.576.826	(7.149.518)	(14.498)	4.412.810	
Total em 2023		11.767.294	(6.927.803)	(22.453)		4.817.038

(1) Em 2024, foram registradas constituição de *impairment* na rubrica de "Outras Despesas Operacionais" no montante de R\$ 1.464 mil.

O índice de imobilização em relação ao patrimônio de referência do "conglomerado prudencial" foi de 25,2% (Em 31 de dezembro de 2023 - 26,1%), sendo o limite máximo de 50,0% conforme Resolução CMN nº 4.957/21.

14) INTANGÍVEL

a) Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis adquiridos são compostos por:

	Em 31 de dezembro - R\$ mil				
	2024				Custo líquido de amortização em 2023
	Taxa Amortização (1)	Custo	Amortização	Custo líquido de amortização	
Aquisição de direito para prestação de serviços financeiros (2)	Contrato	8.033.539	(2.977.018)	5.056.521	3.209.482
Software (2) (3)	Até 10%	16.507.675	(10.285.036)	6.222.639	4.491.395
Outros	Contrato	86.600	(17.276)	69.324	2.737
Total em 31 de dezembro de 2024		24.627.814	(13.279.330)	11.348.484	
Total em 31 de dezembro de 2023		20.065.755	(12.362.141)		7.703.614

(1) A amortização dos ativos intangíveis é efetuada no decorrer de um período estimado de benefício econômico e contabilizada nas rubricas "outras despesas administrativas" e "outras despesas operacionais", quando aplicável;

(2) Em 31 de dezembro de 2024, houve perdas por baixa/*impairment* em: (i) Aquisição de direito para prestação de serviços financeiros, no valor de R\$ 498 mil (2023 - R\$ 102.037 mil) e (ii) Software R\$ 494 mil (2023 - R\$ 488 mil); e

(3) Software adquirido e/ou desenvolvido por empresas especializadas.

b) Movimentação dos ativos intangíveis por classe

	Em 31 de dezembro - R\$ mil			
	Em 31 de dezembro de 2023	Adições/(baixas)	Amortização do período	Em 31 de dezembro de 2024
Aquisição de direito para prestação de serviços financeiros	3.209.482	3.712.220	(1.865.181)	5.056.521
Software	4.491.395	3.375.418	(1.644.174)	6.222.639
Outros	2.737	81.406	(14.819)	69.324
Total em 2024	7.703.614	7.169.044	(3.524.174)	11.348.484
Total em 2023 (1)	7.068.278	3.892.611	(3.257.275)	7.703.614

(1) Corresponde a movimentação dos ativos de 31 de dezembro de 2022 a 31 de dezembro de 2023.

15) OUTROS ATIVOS

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2024	2023
Tributos antecipados	8.101.324	8.322.146
Ativos não Financeiros Mantidos para Venda (a)	2.268.865	2.163.307
Despesas antecipadas (b)	1.242.585	3.376.390
Devedores diversos	4.692.080	2.913.013
Relações interfinanceiras e interdependências	19.762.018	20.034.435
Outros (1)	2.361.876	555.792
Total	38.428.748	37.365.083

(1) Inclui, R\$ 2.060.445 mil de ações de companhias abertas recebidas em dação de pagamento em 2024, registradas como investimentos mantidos para venda, conforme Resolução nº 4.817/20, e que estão avaliadas por laudo de avaliação independente.

a) Ativos não Financeiros Mantidos para Venda

	Em 31 de dezembro - R\$ mil			
	2024			Custo líquido de provisão em 31 de dezembro de 2023
	Custo	Provisões para Redução ao Valor Recuperável de Ativos	Custo líquido de provisão	
Imóveis	2.016.145	(1.178.098)	838.047	622.350
Veículos e afins	247.976	(200.408)	47.568	62.887
Máquinas e equipamentos	2.837	(2.292)	545	776
Outros	1.907	(185)	1.722	9.341
Total em 2024	2.268.865	(1.380.983)	887.882	
Total em 2023	2.163.307	(1.467.953)		695.354

b) Despesas antecipadas

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2024	2023
Comissão na colocação de empréstimos e financiamentos (1)	10.894	19.707
Despesas de propaganda e publicidade (2)	180.103	155.446
Contrato na prestação de serviços financeiros (3)	176.125	2.548.346
Outras (4)	875.463	652.891
Total	1.242.585	3.376.390

(1) Comissões pagas a lojistas e revendedores de veículos e para correspondentes - crédito consignado;

(2) Despesas de propaganda e publicidade pagas antecipadamente, cuja veiculação na mídia ocorrerá em períodos futuros;

(3) Valores desembolsados para aquisição de direito para prestação de serviços financeiros, apresentados nas demonstrações financeiras consolidadas no intangível (Nota 14); e

(4) Inclui, basicamente: (i) antecipação de comissões referente à acordo operacional para oferta de cartões de crédito e outros produtos; (ii) despesas pela emissão de cartões; e (iii) despesa de infraestrutura de TI.

16) RECURSOS DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS

	Em 31 de dezembro - R\$ mil					
	2024					2023
	1 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total	
Depósitos à vista - instituições financeiras	2.105.097	-	-	-	2.105.097	2.211.637
Depósitos interfinanceiros	1.978.380	234.080	483.799	1.336.281	4.032.540	4.176.231
Captações no mercado aberto (a)	337.820.975	2.241.993	-	880.909	340.943.877	310.377.671
Obrigações por empréstimos (b)	3.694.843	27.397.027	12.496.133	1.550.891	45.138.894	22.884.422
Obrigações por repasses (c)	889.689	3.860.925	5.118.305	17.700.899	27.569.818	24.349.265
Total em 2024	346.488.984	33.734.025	18.098.237	21.468.980	419.790.226	
%	82,6	8,0	4,3	5,1	100,0	
Total em 2023	313.566.770	20.960.329	10.133.750	19.338.377		363.999.226
%	86,1	5,8	2,8	5,3		100,0

a) Captações no mercado aberto

	Em 31 de dezembro - R\$ mil					
	2024					2023
	1 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total	
Carteira própria	157.045.609	1.150.209	-	880.909	159.076.727	128.570.061
• Títulos públicos	121.732.845	1.057.850	-	-	122.790.695	111.883.328
• Debêntures	25.264.063	42.900	-	-	25.306.963	15.638.181
• Exterior	9.029.691	8.192	-	880.909	9.918.792	1.048.552
• Certificado de recebíveis imobiliários	1.019.010	41.267	-	-	1.060.277	-
Carteira de terceiros (1)	167.977.579	44.964	-	-	168.022.543	140.362.085
Carteira livre movimentação (1)	12.797.787	1.046.820	-	-	13.844.607	41.445.525
Total geral em 2024	337.820.975	2.241.993	-	880.909	340.943.877	
%	99,0	0,7	-	0,3	100,0	
Total geral em 2023	306.123.187	3.326.704	68.174	859.606		310.377.671
%	98,6	1,1	-	0,3		100,0

(1) Representada por títulos públicos.

b) Obrigações por empréstimos

	Em 31 de dezembro - R\$ mil					
	2024					2023
	1 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total	
No Exterior	3.694.843	27.397.027	12.496.133	1.550.891	45.138.894	22.884.422
Total geral em 2024	3.694.843	27.397.027	12.496.133	1.550.891	45.138.894	
%	8,2	60,7	27,7	3,4	100,0	
Total geral em 2023	4.366.222	13.039.620	4.263.474	1.215.106		22.884.422
%	19,1	57,0	18,6	5,3		100,0

c) Obrigações por repasses (1)

	Em 31 de dezembro - R\$ mil					
	2024					2023
	1 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total	
Do País	889.689	3.860.925	5.118.305	17.700.899	27.569.818	24.349.265
- FINAME	611.764	2.548.798	3.391.739	11.981.995	18.534.296	15.344.829
- BNDES	247.648	1.312.127	1.336.887	5.718.904	8.615.566	8.678.581
- Tesouro nacional	-	-	389.679	-	389.679	318.622
- Outras instituições	30.277	-	-	-	30.277	7.233
Total geral em 2024	889.689	3.860.925	5.118.305	17.700.899	27.569.818	
%	3,2	14,0	18,6	64,2	100,0	
Total geral em 2023	737.374	3.305.023	4.240.608	16.066.260		24.349.265
%	3,0	13,6	17,4	66,0		100,0

(1) As obrigações por repasses consistem de recursos para repasses locais, em que tomamos emprestado de entidades e órgãos governamentais nacionais para conceder empréstimos a empresas brasileiras, para investimentos em instalações, equipamentos, agricultura, entre outros.

d) Despesas de operações de empréstimos e repasses

	R\$ mil			
	2º Semestre	Exercícios findos em 31 de dezembro		
	2024	2024	2023	2022
Empréstimos:				
- No País	51.441	91.394	553.397	1.404.022
- No Exterior	6.890.274	13.955.255	(115.747)	(2.347.296)
Subtotal de empréstimos	6.941.715	14.046.649	437.650	(943.274)
Repasses do País:				
- BNDES	284.378	842.521	823.091	975.890
- FINAME	1.898.775	3.024.011	1.608.564	1.242.298
- Tesouro nacional	13.780	24.799	25.041	19.022
- Outras instituições	2.163	3.111	848	252
Repasses do Exterior:				
- Obrigações com banqueiros no exterior (Nota 11b)	3.129.354	5.393.366	909.349	2.409.288
Subtotal de repasses	5.328.450	9.287.808	3.366.893	4.646.750
Total	12.270.165	23.334.457	3.804.543	3.703.476

e) Despesas com operações de captações no mercado

	R\$ mil			
	2º Semestre	Exercícios findos em 31 de dezembro		
	2024	2024	2023	2022
Depósitos de poupança	4.087.048	7.977.114	9.017.597	9.351.219
Depósitos a prazo	19.897.556	39.872.437	43.006.743	30.886.305
Captações no mercado aberto	18.483.612	35.860.196	37.260.814	30.365.347
Recursos de emissão de títulos (Nota 18a)	15.101.881	29.478.192	30.080.594	24.552.755
Dívidas subordinadas (Nota 19b)	3.292.707	6.378.786	7.007.236	7.262.125
Outras despesas de captação	1.757.427	4.101.580	471.504	1.994.777
Total	62.620.231	123.668.305	126.844.488	104.412.528

17) RECURSOS DE CLIENTES

	Em 31 de dezembro - R\$ mil					
	2024					2023
	1 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total	
Depósitos à vista - clientes (1)	42.085.517	-	-	-	42.085.517	45.077.812
Depósitos de poupança (1)	132.502.157	-	-	-	132.502.157	131.003.553
Depósitos à prazo (2)	17.849.290	53.747.176	91.789.204	285.467.261	448.852.931	430.532.387
Total geral em 2024	192.436.964	53.747.176	91.789.204	285.467.261	623.440.605	
%	30,9	8,6	14,7	45,8	100,0	
Total geral em 2023	190.242.455	46.973.085	94.482.313	274.915.899		606.613.752
%	31,4	7,7	15,6	45,3		100,0

(1) Classificados no prazo de 1 a 30 dias, sem considerar a média histórica do giro; e

(2) Consideram os vencimentos estabelecidos nas aplicações.

18) RECURSOS DE EMISSÃO DE TÍTULOS

	Em 31 de dezembro - R\$ mil					
	2024					2023
	1 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total	
Títulos e valores mobiliários – País:						
- Letras de crédito imobiliário	1.756.566	11.742.973	27.775.520	14.590.683	55.865.742	52.115.729
- Letras de crédito do agronegócio	1.764.993	9.051.719	20.405.720	15.531.109	46.753.541	40.062.691
- Letras financeiras	2.761.046	18.097.213	19.474.218	91.469.965	131.802.442	128.593.412
- Letras imobiliárias garantidas (1)	1.422.953	6.621.380	7.763.784	20.223.293	36.031.410	36.227.412
Subtotal	7.705.558	45.513.285	75.419.242	141.815.050	270.453.135	256.999.244
Títulos e valores mobiliários – Exterior:						
- MTN Program Issues (2)	40.667	49.638	55.107	3.831.461	3.976.873	3.247.015
- Securitização do fluxo futuro de ordens de pagamentos recebidas do exterior	5.020.772	-	-	-	5.020.772	3.908.066
Subtotal	5.061.439	49.638	55.107	3.831.461	8.997.645	7.155.081
Certificados de operações estruturadas	76.106	587.154	540.786	2.612.976	3.817.022	3.847.681
Total em 2024	12.843.103	46.150.077	76.015.135	148.259.487	283.267.802	
%	4,5	16,3	26,8	52,4	100,0	
Total em 2023	8.409.393	17.360.738	22.991.898	219.239.977		268.002.006
%	3,1	6,5	8,6	81,8		100,0

(1) Captações garantidas pela carteira de créditos imobiliários, no montante de R\$ 37.753.167 mil (em 31 de dezembro de 2023 - R\$ 40.769.795 mil), que cumpre todos os requisitos determinados pela Resolução nº 5.001/22 do BACEN, sendo: Requisito de suficiência, requisito de liquidez, requisito de prazo. Os programas 2 e 3 de emissão de LIG, tem respectivamente, prazo médio ponderado da carteira de ativos de 228 e 238 meses sendo a emissão das LIGs com prazo de 26 e 25 meses, não havendo vencimento de LIGs nos próximos 180 dias, os direitos creditórios corresponde a 2,23% do total de ativos e 40,13% do valor de garantia dos imóveis. Atualmente a carteira de crédito dos ativos garantidores está concentrado nos ratings AA e A, sendo o percentual de 95,46% e 1,81% respectivamente. Adicionalmente, o Termo de Emissão de LIG e a política de gestão da carteira de ativos seguem na forma do artigo 11 da Resolução nº 5.001/22 do BACEN; e

(2) Emissão de títulos no mercado internacional para aplicação em operações comerciais de câmbio, pré-financiamento à exportação, financiamento à importação e financiamento de capital de giro, substancialmente, a médio e longo prazo. Em janeiro de 2025, houve a emissão de US\$ 750 milhões de dívida sênior no exterior, com prazo de 60 meses e cupom de 6,5% ao ano.

a) Movimentação de recursos de emissão de títulos

	R\$ mil	
	2024	2023
Saldo inicial em 1º de janeiro	268.002.006	255.057.726
Emissões	60.645.219	110.453.363
Juros	29.478.192	30.080.594
Liquidação e pagamentos de juros	(76.854.292)	(127.055.975)
Variação cambial	1.996.677	(533.702)
Saldo final em 31 de dezembro	283.267.802	268.002.006

19) DÍVIDAS SUBORDINADAS

a) Composição por vencimento

Vencimento	Em 31 de dezembro - R\$ mil			
	Prazo original em anos	Valor da operação	2024	2023
No País:				
Letras Financeiras:				
2024		-	-	133.720
2025	7	3.871.906	6.659.038	5.952.305
2027	7	401.060	640.590	566.936
2024		-	-	277.420
2025	8	3.328.102	3.693.797	3.669.281
2026	8	694.800	1.193.335	1.066.237
2028	8	55.437	88.658	78.390
2030	8	2.368.200	3.365.783	2.976.339
2024		-	-	10.634
2025	9	362.212	755.966	677.550
2027	9	89.700	163.973	146.531
2025	10	178.937	648.219	959.846
2026	10	196.196	571.365	501.506
2027	10	256.243	523.757	472.023
2028	10	248.300	505.316	451.350
2030	10	134.500	210.044	190.207
2031	10	7.270.000	11.319.069	9.973.583
2032	10	5.378.500	7.606.668	6.714.453
2033	10	531.000	626.578	557.446
2026	11	2.500	4.337	4.133
2027	11	47.046	102.990	91.696
2028	11	74.764	159.193	143.520
Perpétua		17.798.855	18.620.251	14.722.748
Total geral (1) (2)			57.458.927	50.337.854

(1) Inclui o montante de R\$ 43.096.504 mil (em 31 de dezembro de 2023 – R\$ 39.279.827 mil), referente as dívidas subordinadas registradas como “Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital” para fins de capital regulamentar; e

(2) As informações de resultado estão apresentadas na Nota 16e, despesas com operações no mercado e atualização de juros de provisões técnicas de seguros, previdência e capitalização.

b) Movimentação das dívidas subordinadas

	R\$ mil	
	2024	2023
Saldo inicial em 1º de janeiro	50.337.854	52.241.332
Emissões	9.000.300	1.129.800
Juros	6.378.786	7.007.236
Liquidação e pagamentos de juros	(8.258.013)	(10.040.514)
Saldo final em 31 de dezembro	57.458.927	50.337.854

20) OUTROS PASSIVOS FINANCEIROS

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2024	2023
Carteira de câmbio (Nota 11)	25.121.676	19.027.796
Relações interfinanceiras e interdependências	59.564.406	52.622.587
Negociação e intermediação de valores	747.019	4.180.823
Obrigações por operações vinculadas a cessão	3.846.323	4.201.705
Total	89.279.424	80.032.911

21) PROVISÕES

a) Outras provisões

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2024	2023
Provisão para contingências (Nota 22)	10.111.407	12.915.951
Provisão para garantias financeiras prestadas (I)	1.328.160	1.236.646
Outras (1)	11.669.127	9.632.268
Total	23.108.694	23.784.865

(1) Inclui, basicamente, provisão para pagamentos a efetuar relativos a obrigações com os funcionários e outras provisões administrativas.

i. Provisão para garantias financeiras prestadas

Garantias financeiras prestadas são contratos que requerem à Organização fazer pagamentos específicos perante o detentor da garantia financeira por uma perda que ele incorrerá quando um devedor específico deixar de fazer o pagamento, conforme os termos do instrumento de dívida. A provisão para garantias financeiras prestadas é constituída com base na melhor estimativa do montante não recuperável da garantia, caso tal desembolso seja provável. Os parâmetros de provisionamento são estabelecidos com base nos modelos internos de gestão de risco de crédito. No caso de operações de varejo são adotados modelos quantitativos, enquanto que no atacado é adotada a combinação de modelos quantitativos com análises individualizadas.

	Em 31 de dezembro - R\$ mil			
	2024		2023	
	Valores Garantidos	Provisões	Valores Garantidos	Provisões
Avais ou fianças em processos judiciais e administrativos de natureza fiscal	35.610.013	(630.120)	37.969.977	(568.671)
Fianças bancárias	52.035.520	(610.070)	54.733.068	(581.230)
Demais	38.962.765	(87.970)	17.102.150	(86.745)
Total	126.608.298	(1.328.160)	109.805.195	(1.236.646)

22) PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES

a) Ativos contingentes

Não são reconhecidos contabilmente ativos contingentes, porém, existem processos em curso cuja perspectiva de êxito é provável, tais como: a) Programa de Integração Social - (PIS), que pleiteia a compensação do PIS sobre a Receita Operacional Bruta, recolhido nos termos dos Decretos Leis nº 2.445/88 e nº 2.449/88, naquilo que excedeu ao valor devido nos termos da Lei Complementar nº 07/70 (PIS Repique); e b) outros tributos, cuja legalidade e/ou constitucionalidade está sendo questionada, que poderão ocasionar o ressarcimento dos valores recolhidos.

b) Provisões classificadas como perdas prováveis

A Organização é parte em processos judiciais de natureza trabalhista, cível e fiscal, decorrentes do curso normal de suas atividades.

Na constituição das provisões, a Administração leva em conta: a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento dos tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável.

A Administração entende que a provisão constituída é suficiente para atender às perdas decorrentes dos respectivos processos.

I - Processos trabalhistas

São ações ajuizadas por ex-empregados e terceiros, visando obter indenizações, em especial o pagamento de "horas extras", em razão de interpretação do artigo 224 da CLT. Considerando que a base de processos é formada, basicamente, por processos com características semelhantes e não julgados, a provisão é constituída considerando os seguintes fatores, entre outros: data da entrada dos processos (antes ou após a reforma trabalhista de novembro/2017), com base no valor médio apurado dos pagamentos efetuados nas reclamações trabalhistas antes e após a reforma trabalhista, correção monetária das médias apuradas.

É certo que as horas extras realizadas são controladas por meio do sistema de "ponto eletrônico" e pagas durante o curso normal do contrato de trabalho, de modo que as ações oriundas de ex-funcionários do Bradesco não têm valores individualmente relevantes.

II - Processos cíveis

São pleitos de indenização referentes a produtos e serviços bancários e à reposição dos índices de inflação expurgados resultantes de planos econômicos. Essas ações são controladas individualmente por meio de sistema e provisionadas sempre que a perda for constatada como provável, considerando a opinião de assessores jurídicos, natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade e posicionamento de tribunais.

Em relação as ações judiciais pleiteando supostas diferenças de correção monetária dos saldos de cadernetas de poupança, em decorrência da implantação dos planos econômicos, que fizeram parte da política econômica do Governo Federal no combate à inflação nas décadas de 80 e 90, o Bradesco, embora tenha cumprido a legislação e regulamentação vigente à época, provisionou referidos processos, considerando as ações em que foi citado e as correspondentes perspectivas de perdas de cada demanda, tendo em vista as decisões e as matérias ainda em análise no Superior Tribunal de Justiça (STJ).

Em dezembro de 2017, com mediação da Advocacia Geral da União (AGU) e interveniência do Banco Central do Brasil (BCB), as entidades representativas dos bancos e dos poupadores, firmaram acordo relacionado aos litígios de planos econômicos, com a finalidade de encerramento dessas ações, no qual foram estabelecidos condições e cronograma para os poupadores exercerem o direito a adesão. O referido acordo foi homologado pelo Supremo Tribunal Federal (STF) em 1º de março de 2018. Em 11 de março de 2020 as entidades signatárias celebraram aditivo prorrogando o acordo coletivo pelo prazo de 5 (cinco) anos, o Supremo Tribunal Federal homologou a prorrogação do acordo por 30 meses. Em 16 de dezembro de 2022, o Supremo Tribunal Federal (STF) homologou o pedido de prorrogação do acordo por mais 30 meses. Considerando tratar de acordo voluntário, o qual não obriga o poupador a adesão, não existe estimativa de quantos o farão. Destaca-se que, o Bradesco entende que possui provisionamento para cobrir os processos elegíveis ao referido acordo.

Cabe ressaltar que, quanto a esses litígios de planos econômicos, o Supremo Tribunal Federal (STF) mantém suspenso o andamento de todos os processos sem julgamento definitivo, até que haja pronunciamento definitivo daquela Corte, quanto ao direito discutido.

III - Provisão para riscos fiscais

A Organização vem discutindo judicialmente a legalidade e constitucionalidade de alguns tributos e contribuições, os quais estão totalmente provisionados. Esses processos, tem acompanhamento regular de suas evoluções nos trâmites do Judiciário e nas esferas administrativas, dos quais destacamos:

- Contribuições Previdenciárias – R\$ 1.861.682 mil (em 31 de dezembro de 2023 – R\$ 1.808.205 mil): autuações relativas às contribuições previdenciárias sobre aportes em planos de previdência privada, considerados pela fiscalização como verbas remuneratórias sujeitas às incidências de tais contribuições e multa isolada pela não retenção de IRRF sobre referidos aportes.

Em geral, as provisões referentes às ações judiciais são consideradas de longo prazo, devido à imprevisibilidade do tempo de duração dos processos no sistema judiciário brasileiro, razão pela qual não foi divulgada a estimativa com relação ao ano específico em que essas ações judiciais serão encerradas.

IV – Provisões segregadas por natureza

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2024	2023
Processos trabalhistas	2.123.343	4.105.498
Processos cíveis	5.962.941	6.782.840
Provisão para riscos fiscais	2.025.123	2.027.613
Total (Nota 21a)	10.111.407	12.915.951

V – Movimentação das provisões

	R\$ mil		
	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais
Saldo em 1º de janeiro de 2024	4.105.498	6.782.840	2.027.613
Atualização monetária	327.906	443.836	104.964
Constituições líquidas de (reversões e baixas)	1.888.913	1.217.441	(41.829)
Saldo oriundo de instituição incorporada	1.586	-	11.084
Pagamentos	(4.200.560)	(2.481.176)	(76.709)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	2.123.343	5.962.941	2.025.123

c) Passivos contingentes classificados como perdas possíveis

A Organização mantém um sistema de acompanhamento para todos os processos administrativos e judiciais em que figura como “autora” ou “ré” e, amparada na opinião dos assessores jurídicos, classifica as ações de acordo com a expectativa de insucesso. Periodicamente são realizadas análises sobre as tendências jurisprudenciais e efetivada, se necessária, a reclassificação dos riscos desses processos. Neste contexto, os processos contingentes avaliados como de risco de perda possível não são reconhecidos contabilmente e totalizaram, em 31 de dezembro de 2024, R\$ 7.793.623 mil (em 31 de dezembro de 2023 – R\$ 6.853.221 mil) para os processos cíveis e R\$ 24.839.324 mil (em 31 de dezembro de 2023 – R\$ 23.073.162 mil) para os processos fiscais.

Os principais processos fiscais com essa classificação são:

- Autuações de IRPJ e CSLL – Anos bases de 2013 a 2015 – R\$ 12.239.074 mil (em 31 de dezembro de 2023 – R\$ 11.475.238 mil): glosa de despesas operacionais de captação (CDI), relativas a recursos que foram capitalizados entre as empresas da Organização;
- COFINS – Anos bases de 2001 a 2005 – R\$ 5.112.541 mil (em 31 de dezembro de 2023 – R\$ 4.889.113 mil): autuações e glosas de compensações de créditos de Cofins, lançadas após o trânsito em julgado favorável em processo judicial, onde foi discutida a inconstitucionalidade da ampliação da base de cálculo pretendida para outras receitas que não as de faturamento (Lei nº 9.718/98);
- Autuação de IRPJ e CSLL – Anos bases de 2009 a 2017 – R\$ 2.526.939 mil (em 31 de dezembro de 2023 – R\$ 2.436.327 mil): relativa à glosa de despesas com perdas no recebimento de créditos; e
- Autuações de IRPJ e CSLL – Anos bases de 2009 e 2014 – R\$ 934.753 mil (em 31 de dezembro de 2023 – R\$ 1.011.753 mil): relativas às glosas de despesas

e exclusões sobre receitas de superveniência de depreciação, despesas de insuficiência de depreciação, despesas de depreciação de bens arrendados, despesas e receitas operacionais e glosa de compensação de prejuízo fiscal.

d) Outros assuntos

Havia um processo criminal contra dois ex-membros da diretoria do Bradesco, que tramitava na 10ª Vara Federal da Seção Judiciária do Distrito Federal, decorrente da chamada Operação Zelotes, investigação da alegada atuação indevida de membros do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF). Foi prolatada sentença de 1º grau absolvendo os dois ex-membros da diretoria do Bradesco, cujo trânsito em julgado foi certificado em 31 de janeiro de 2025. Esta certificação extinguiu definitivamente o processo em relação aos ex-membros da diretoria do Bradesco.

23) OUTROS PASSIVOS

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2024	2023
Credores diversos	3.448.624	3.780.583
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados	547.884	652.542
Operações com cartão de crédito	443.628	439.082
Impostos e contribuições a pagar	1.273.173	1.543.458
Obrigações por aquisição de bens e direitos	914.756	427.725
Sociais e estatutárias	8.165.492	6.470.093
Outros (1)	5.626.268	5.502.179
Total	20.419.825	18.815.662

(1) Inclui, basicamente, créditos por recursos a liberar e obrigações por recursos de pagamentos.

24) PATRIMÔNIO LÍQUIDO (CONTROLADOR)

a) Composição do capital social em quantidade de ações

O capital social, totalmente subscrito e integralizado, é dividido em ações nominativas-escriturais, sem valor nominal.

	Em 31 de dezembro	
	2024	2023
Ordinárias	5.330.304.681	5.330.304.681
Preferenciais	5.311.865.547	5.311.865.547
Subtotal	10.642.170.228	10.642.170.228
Em tesouraria (ordinárias)	(23.843.100)	-
Em tesouraria (preferenciais)	(21.344.200)	-
Total em circulação	10.596.982.928	10.642.170.228

b) Reservas de lucros

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2024	2023
Reservas de lucros		
- Reserva legal (1)	14.294.978	13.340.705
- Reserva estatutária (2)	70.658.011	63.810.124
Total	84.952.989	77.150.829

(1) Constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido, até atingir 20% do capital social realizado. Após esse limite a apropriação não mais se faz obrigatória. A reserva legal somente poderá ser utilizada para aumento de capital ou para compensar prejuízos; e

(2) Visando à manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas da Organização, pode ser constituída em 100% do lucro líquido remanescente após destinações estatutárias, sendo o saldo limitado a 95% do Capital Social Integralizado.

c) Juros sobre o capital próprio/dividendos

A política de remuneração do capital adotada pelo Bradesco visa distribuir juros sobre o capital próprio no valor máximo calculado em conformidade com a legislação vigente, os quais são computados, líquidos de Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF), no cálculo dos dividendos obrigatórios do exercício previsto no Estatuto Social.

Em reunião do Conselho de Administração de 6 de junho de 2024, aprovou-se a proposta da Diretoria para pagamento aos acionistas de juros sobre capital próprio intermediários, relativos ao primeiro semestre de 2024, no valor de R\$ 4.000.000 mil, sendo R\$ 0,359141 por ação ordinária e R\$ 0,395055 por ação preferencial, cujo pagamento ocorreu em 31 de janeiro de 2025.

Em reunião do Conselho de Administração de 19 de setembro de 2024, aprovou-se a proposta da Diretoria para pagamento aos acionistas de juros sobre capital próprio intermediários, relativos ao segundo semestre de 2024, no valor de R\$ 2.000.000 mil, sendo R\$ 0,179571 por ação ordinária e R\$ 0,197528 por ação preferencial, cujo pagamento ocorrerá até 30 de abril de 2025.

Em reunião do Conselho de Administração de 19 de dezembro de 2024, aprovou-se a proposta da Diretoria para pagamento aos acionistas de juros sobre capital próprio complementares, relativos ao segundo semestre de 2024, no valor de R\$ 2.975.700 mil, sendo R\$ 0,267251 por ação ordinária e R\$ 0,293976 por ação preferencial, cujo pagamento ocorrerá até 31 de julho de 2025.

O cálculo dos juros sobre o capital próprio relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, está demonstrado a seguir:

	R\$ mil	% (1)
Lucro líquido do período	19.085.448	
(-) Reserva legal	954.273	
Base de cálculo ajustada	18.131.175	
Juros sobre o capital próprio (bruto) mensais pagos	2.307.588	
Juros sobre o capital próprio (bruto) intermediários pagos	4.000.000	
Juros sobre o capital próprio (bruto) intermediários provisionados	2.000.000	
Juros sobre o capital próprio (bruto) complementares provisionados	2.975.700	
IRRF relativo aos juros sobre o capital próprio	(1.692.493)	
Juros sobre o capital próprio (líquido) acumulados em 31 de dezembro de 2024	9.590.795	52,90
Juros sobre o capital próprio (líquido) acumulados em 31 de dezembro de 2023	9.614.183	66,92

(1) Percentual dos juros sobre o capital próprio/dividendos sobre a base de cálculo ajustada.

Foram pagos e provisionados juros sobre o capital próprio, conforme segue:

Descrição	R\$ mil				
	Por ação (bruto)		Valor pago/ provisionado	IRRF (15%)	Valor pago/ provisionado líquido
	Ordinárias	Preferenciais			
Juros sobre o capital próprio mensais pagos	0,206998	0,227698	2.312.804	346.921	1.965.883
Juros sobre o capital próprio intermediários pagos	0,357994	0,393794	4.000.000	600.000	3.400.000
Juros sobre o capital próprio complementares pagos	0,447314	0,492046	4.998.000	749.700	4.248.300
Total acumulado em 31 de dezembro de 2023	1,012306	1,113538	11.310.804	1.696.621	9.614.183
Juros sobre o capital próprio mensais pagos	0,206998	0,227698	2.307.588	346.138	1.961.450
Juros sobre o capital próprio intermediários pagos (1)	0,359141	0,395055	4.000.000	600.000	3.400.000
Juros sobre o capital próprio intermediários provisionados (2)	0,179571	0,197528	2.000.000	300.000	1.700.000
Juros sobre o capital próprio complementares provisionados (3)	0,267251	0,293976	2.975.700	446.355	2.529.345
Total acumulado em 31 de dezembro de 2024	1,012960	1,114257	11.283.288	1.692.493	9.590.795

(1) Pago em 31 de janeiro de 2025;

(2) A serem pagos até 30 de abril de 2025; e

(3) A serem pagos até 31 de julho de 2025.

d) Ações em tesouraria

Em 31 de outubro de 2023, o Conselho de Administração deliberou instituir um novo programa de recompra que autoriza a Diretoria do Bradesco a adquirir, no período de 07 de novembro de 2023 a 07 de maio de 2025, até 106.584.881 ações nominativas-escriturais, sem valor nominal, sendo até 53.413.506 ações ordinárias e até 53.171.375 ações preferenciais, para permanência em tesouraria e posterior cancelamento, sem redução do capital social.

Em 31 de dezembro de 2024, permaneciam em tesouraria 23.843.100 ações ordinárias e 21.344.200 ações preferenciais, no montante de R\$ 568.728 mil. O custo mínimo, médio e máximo por ação ON é de R\$ 10,66, R\$ 12,02 e R\$ 12,61 e por ação PN é de R\$ 11,58, R\$ 13,22 e R\$ 13,97 respectivamente. O valor de mercado dessas ações, em 31 de dezembro de 2024, era de R\$ 10,64 por ação ON e R\$ 11,56 por ação PN.

e) Lucro por ação

i. Lucro por ação básico

O lucro por ação básico foi calculado com base na quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais em circulação, conforme quadro a seguir:

	Acumulado em 31 de dezembro	
	2024	2023
Lucro líquido atribuível aos acionistas ordinários da Organização (R\$ mil)	9.088.309	7.200.863
Lucro líquido atribuível aos acionistas preferenciais da Organização (R\$ mil)	9.997.139	7.920.939
Número médio ponderado de ações ordinárias em circulação (milhares)	5.315.458	5.330.305
Número médio ponderado de ações preferenciais em circulação (milhares)	5.298.682	5.311.866
Lucro por ação básico atribuível aos acionistas ordinários da Organização (R\$)	1,71	1,35
Lucro por ação básico atribuível aos acionistas preferenciais da Organização (R\$)	1,89	1,49

ii. Lucro por ação diluído

O lucro por ação diluído não difere do lucro por ação básico, pois não há instrumentos potenciais diluíveis.

25) RECEITAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

	R\$ mil			
	2º Semestre	Exercícios findos em 31 de dezembro		
	2024	2024	2023	2022
Rendas de cartão	3.984.943	7.773.654	7.532.851	7.223.697
Conta-corrente	3.473.918	6.855.491	7.012.610	7.680.476
Operações de crédito	1.311.419	2.412.371	1.904.163	2.315.293
Cobrança	694.930	1.408.124	1.545.759	1.622.815
Administração de fundos	1.355.761	2.408.370	1.332.403	1.027.200
Mercado de capitais/Assessoria financeira	15.406	26.272	24.469	18.697
Serviços de custódia e corretagens	503.359	944.887	874.356	868.311
Arrecadações	179.915	389.389	430.209	440.318
Outras	113.112	212.133	215.914	235.942
Total	11.632.763	22.430.691	20.872.734	21.432.749

26) DESPESAS DE PESSOAL

	R\$ mil			
	2º Semestre	Exercícios findos em 31 de dezembro		
	2024	2024	2023	2022
Proventos	5.193.062	9.923.802	9.210.560	8.638.671
Benefícios	2.479.391	4.943.983	4.766.218	4.487.299
Encargos sociais	1.762.787	3.409.242	3.210.406	3.000.737
Participação dos empregados nos lucros	657.363	1.236.614	1.211.145	1.402.600
Treinamentos	52.117	125.339	92.037	102.718
Total	10.144.720	19.638.980	18.490.366	17.632.025

27) OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	R\$ mil			
	2º Semestre	Exercícios findos em 31 de dezembro		
	2024	2024	2023	2022
Serviços de terceiros	1.937.727	3.607.798	3.619.499	3.503.852
Depreciação e amortização	2.282.204	4.476.543	4.185.884	3.475.618
Processamento de dados	1.094.164	2.070.156	2.336.228	2.101.477
Comunicação	245.494	529.174	715.561	883.981
Manutenção e conservação de bens	667.942	1.332.357	1.303.618	1.288.346
Aluguéis	658.473	1.393.994	1.566.208	1.713.052
Serviços do sistema financeiro	558.004	1.089.347	1.125.173	1.001.724
Propaganda, promoções e publicidade	558.300	971.272	921.319	1.016.478
Segurança e vigilância	252.858	534.422	587.688	581.032
Transportes	325.911	681.719	710.324	700.455
Água, energia e gás	151.793	336.580	326.082	340.412
Materiais	56.587	111.880	102.309	94.033
Viagens	57.324	100.416	74.989	45.008
Arrendamento de Bens	272.258	475.193	539.136	827.976
Outras	529.427	1.061.901	1.000.384	879.036
Total	9.648.466	18.772.752	19.114.402	18.452.480

28) DESPESAS TRIBUTÁRIAS

	R\$ mil			
	2º Semestre	Exercícios findos em 31 de dezembro		
	2024	2024	2023	2022
Contribuição à Cofins	1.519.078	2.809.169	3.161.798	3.440.316
Contribuição ao PIS	246.873	456.557	513.914	559.127
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN	346.978	670.654	637.445	683.856
Despesas com IPTU	51.202	119.576	115.337	114.071
Outras	39.354	92.254	93.830	86.001
Total	2.203.485	4.148.210	4.522.324	4.883.371

29) OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

	R\$ mil			
	2º Semestre	Exercícios findos em 31 de dezembro		
	2024	2024	2023	2022
Outras receitas financeiras	1.384.144	2.758.046	3.352.874	2.611.461
Reversão de outras provisões operacionais	1.000.059	2.220.599	2.964.808	4.332.396
Receitas de recuperação de encargos e despesas	532.997	1.021.041	564.902	524.652
Outras	590.904	915.115	826.159	1.242.799
Total	3.508.104	6.914.801	7.708.743	8.711.308

30) OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

	R\$ mil			
	2º Semestre	Exercícios findos em 31 de dezembro		
	2024	2024	2023	2022
Outras despesas financeiras	326.718	573.856	566.208	909.799
Despesas com perdas diversas	242.918	384.351	330.817	721.525
Despesas com descontos concedidos	863.347	1.726.965	2.932.970	1.767.244
Amortização de ágio	31.267	64.396	74.726	136.996
Despesas com comercialização de cartões	1.491.031	2.927.276	1.625.908	2.814.857
Outras (1) (2)	5.144.007	9.909.386	9.640.129	5.258.272
Total	8.099.288	15.586.230	15.170.758	11.608.693

(1) Em 31 de dezembro de 2024, inclui *impairment* em: aquisição de direito para prestação de serviços financeiros, no valor de R\$ 498 mil (2023 - R\$ 102.037 mil); imobilizado/intangível, no valor de R\$ 1.958 mil (2023 - R\$ 1.935 mil) e despesas com provisão para reestruturação conforme plano aprovado pela Administração, no valor de R\$ 805.238 mil (2023 - R\$ 1.036.364 mil); e

(2) Composto, principalmente, por despesas operacionais cujo saldos são pulverizados e sem classificação específica.

31) RESULTADO NÃO OPERACIONAL

	R\$ mil			
	2º Semestre	Exercícios findos em 31 de dezembro		
	2024	2024	2023	2022
Resultado na alienação e baixa de valores, bens e investimentos	95.017	156.945	190.816	267.215
Constituição/reversão de provisões não operacionais (1)	(110.445)	(194.521)	(295.649)	(187.900)
Outros	6.889	15.940	65.846	54.964
Total	(8.539)	(21.636)	(38.987)	134.279

(1) Inclui, basicamente a provisão para desvalorização de ativos não financeiros mantidos para venda.

32) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social

	R\$ mil			
	2º Semestre	Exercícios findos em 31 de dezembro		
	2024	2024	2023	2022
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	7.420.603	13.233.709	4.790.979	17.504.617
Encargo total do imposto de renda (25%) e contribuição social (20%) às alíquotas vigentes	(3.339.271)	(5.955.169)	(2.155.941)	(7.877.078)
Efeito no cálculo dos tributos:				
Participações em coligadas e de controle compartilhado	3.491.066	6.699.948	6.782.307	6.937.490
Despesas indedutíveis líquidas de receitas não tributáveis	356.001	689.063	780.311	608.441
Juros sobre o capital próprio (pagos e a pagar)	2.681.254	5.077.509	5.089.859	4.577.308
Juros sobre o capital próprio (recebidos e a receber)	(495.000)	(495.000)	(496.890)	(1.459.564)
Outros valores	44.004	(164.612)	331.177	440.958
Imposto de renda e contribuição social do período	2.738.054	5.851.739	10.330.823	3.227.555

b) Composição da conta de resultado de imposto de renda e contribuição social

	R\$ mil			
	2º Semestre	Exercícios findos em 31 de dezembro		
	2024	2024	2023	2022
Impostos correntes:				
Imposto de renda e contribuição social devidos	102.814	115	50.438	172.333
Impostos diferidos:				
Constituição/realização no período sobre adições e exclusões temporárias	2.832.589	6.052.123	10.464.836	2.991.632
Utilização de saldos iniciais de:				
Base negativa de contribuição social	(91.418)	(96.454)	(84.094)	(6.117)
Prejuízo fiscal	(104.332)	(104.411)	(100.405)	(754)
Constituição no período sobre:				
Base negativa de contribuição social	-	-	21	1.089
Prejuízo fiscal	(1.599)	366	27	69.372
Total dos impostos diferidos	2.635.240	5.851.624	10.280.385	3.055.222
Imposto de renda e contribuição social do período	2.738.054	5.851.739	10.330.823	3.227.555

c) Origem dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos

	R\$ mil				
	Saldo em 31 de dezembro de 2023	Constituição	Realização	Saldo oriundo de instituição incorporada	Saldo em 31 de dezembro de 2024
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	54.350.368	13.905.628	(7.383.684)	-	60.872.312
Provisões cíveis	3.052.278	164.175	(533.129)	-	2.683.324
Provisões fiscais	993.216	75.775	(65.127)	4.251	1.008.115
Provisões trabalhistas	1.847.474	223.922	(1.116.606)	714	955.504
Impairment de títulos e investimentos	2.629.993	1.586.509	(1.264.831)	-	2.951.671
Ativos não Financeiros Mantidos para Venda	660.579	143.572	(182.708)	-	621.443
Ajuste a valor de mercado dos títulos para negociação e derivativos	208.050	-	(208.050)	-	-
Ágio amortizado	182.697	13.937	(11.021)	-	185.613
Outros	3.868.340	2.767.566	(2.026.477)	34.458	4.643.887

	R\$ mil				
	Saldo em 31 de dezembro de 2023	Constituição	Realização	Saldo oriundo de instituição incorporada	Saldo em 31 de dezembro de 2024
Total dos créditos tributários sobre diferenças temporárias	67.792.995	18.881.084	(12.791.633)	39.423	73.921.869
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social do país e exterior	16.993.527	366	(200.865)	-	16.793.028
Subtotal	84.786.522	18.881.450	(12.992.498)	39.423	90.714.897
Ajuste a valor de mercado dos títulos disponíveis para venda	598.104	3.256.067	(74.460)	-	3.779.711
Total dos créditos tributários	85.384.626	22.137.517	(13.066.958)	39.423	94.494.608
Obrigações fiscais diferidas (Nota 32e)	1.599.041	104.691	(772.341)	1.096	932.487
Créditos tributários líquidos das obrigações fiscais diferidas	83.785.585	22.032.826	(12.294.617)	38.327	93.562.121
- Proporção dos créditos tributários líquidos sobre o patrimônio de referência (Nota 34b)	55,9%				62,7%
- Proporção dos créditos tributários líquidos sobre o ativo total	5,3%				5,5%

O registro contábil dos créditos tributários foi efetuado pelas alíquotas aplicáveis ao período previsto de sua realização e está baseado na projeção de resultados futuros e em estudo técnico. Em 31 de dezembro de 2024, não há crédito tributário não ativado.

d) Projeção de realização dos créditos tributários sobre diferenças temporárias, prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social

	Em 31 de dezembro - R\$ mil				
	Diferenças temporárias		Prejuízo fiscal e base negativa		Total
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social	
2025	6.485.583	5.167.365	-	6.330	11.659.278
2026	7.699.022	6.148.516	-	-	13.847.538
2027	6.509.722	5.203.203	-	-	11.712.925
2028	6.457.679	5.161.976	435.671	349.787	12.405.113
2029	5.236.137	4.185.092	814.979	653.128	10.889.336
2030	2.936.991	2.346.418	1.150.014	920.964	7.354.387
2031	2.278.721	1.819.929	1.524.962	1.220.884	6.844.496
2032	1.695.832	1.353.734	1.892.208	1.514.645	6.456.419
2033	1.130.498	902.583	2.294.174	1.835.884	6.163.139
2034	669.269	533.599	887.480	1.291.918	3.382.266
Total	41.099.454	32.822.415	8.999.488	7.793.540	90.714.897

A projeção de realização dos créditos tributários é uma estimativa e não está diretamente relacionada à expectativa de lucros contábeis e contemplam as regras de perdas incorridas no recebimento de créditos instituídas pelas Leis nº 14.467/22 e Lei nº 15.078/24.

Em 31 de dezembro de 2024, o valor presente dos créditos tributários, calculados considerando a taxa média de captação, líquida dos efeitos tributários, monta a R\$ 78.458.726 mil (Em dezembro de 2023 - R\$ 71.328.832 mil), sendo: R\$ 65.428.443 mil (Em dezembro de 2023 - R\$ 58.319.167 mil) de diferenças temporárias e R\$ 13.030.283 mil (Em dezembro de 2023 - R\$ 13.009.665 mil) de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social.

e) Obrigações fiscais diferidas

	R\$ mil				
	Saldo em 31 de dezembro de 2023	Constituição	Realização/Baixas	Saldo oriundo de instituição incorporada	Saldo em 31 de dezembro de 2024
Ajuste a valor de mercado de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	186.417	11.566	-	-	197.983
Atualização de depósitos judiciais	51.533	5.883	-	1.096	58.512
Outros	656.113	87.242	(67.363)	-	675.992
Total dos passivos diferidos sobre exclusões temporárias	894.063	104.691	(67.363)	1.096	932.487
Ajuste a valor de mercado dos títulos disponíveis para venda	704.978	-	(704.978)	-	-
Total dos impostos diferidos (Nota 32c)	1.599.041	104.691	(772.341)	1.096	932.487

33) TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a) As transações com partes relacionadas (diretas e indiretas) são efetuadas de acordo com a Resolução CMN nº 4.818/20 e a Resolução CVM nº 94/22, a Organização também dispõe de política de transações com partes relacionadas que são divulgadas no site de Relações com Investidores. Essas operações são realizadas em condições e taxas compatíveis com as médias praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações. As principais transações estão assim representadas:

	Em 31 de dezembro - R\$ mil							
	Controladores (1)		Controladas, coligadas e controle compartilhado (2)		Pessoal chave da Administração (3)		Total	
	2024	2023	2024	2023	2024	2023	2024	2023
Ativos								
Aplicações interfinanceiras de liquidez	-	-	105.872.279	86.960.771	-	-	105.872.279	86.960.771
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	-	-	8.219.891	7.496.343	-	-	8.219.891	7.496.343
Aplicações/depósitos no exterior em moedas estrangeiras	-	-	5.620.990	1.682.662	-	-	5.620.990	1.682.662
Operações de crédito, outros ativos e outros valores e bens	9	13	9.205.564	6.377.633	168.778	188.985	9.374.351	6.566.631
Passivos								
Depósitos à vista e de poupança	43	152	760.219	898.489	18.482	15.493	778.744	914.134
Depósitos a prazo	3.779.522	3.671.231	4.106.781	2.981.415	439.446	472.452	8.325.749	7.125.098
Captações em depósitos interfinanceiros	-	-	1.536.123	1.821.717	-	-	1.536.123	1.821.717
Captações no mercado aberto	205.129	58.779	8.151.538	6.640.384	-	33.246	8.356.667	6.732.409
Recursos de emissões de títulos e dívidas subordinadas	22.980.518	19.045.768	13.505.455	11.890.247	711.521	1.324.020	37.197.494	32.260.035
Obrigações por empréstimos e repasses do exterior	-	-	5.969	7.439	-	-	5.969	7.439
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	1.320	3.060	-	-	1.320	3.060
Juros sobre capital próprio a pagar	2.873.187	2.298.873	-	-	-	-	2.873.187	2.298.873
Outros passivos	-	-	14.784.171	14.444.713	1.527	1.801	14.785.698	14.446.514

	2º semestre de 2024 - R\$ mil			
	Controladores (1)	Controladas, coligadas e controle compartilhado (2)	Pessoal chave da Administração (3)	Total
Resultado				
Receitas de intermediação financeira	-	5.845.867	2	5.845.869
Despesas de intermediação financeira	(1.569.669)	(1.230.349)	(61.499)	(2.861.517)
Receita de prestação de serviços	54	119.429	40	119.523
Outras despesas, líquidas de outras receitas operacionais	57.536	(761.788)	(1.259)	(705.511)

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil											
	Controladores (1)			Controladas, coligadas e controle compartilhado (2)			Pessoal chave da Administração (3)			Total		
	2024	2023	2022	2024	2023	2022	2024	2023	2022	2024	2023	2022
Resultado												
Receitas de intermediação financeira	-	94.580	84.645	11.143.263	11.086.951	7.676.720	6	22	-	11.143.269	11.181.553	7.761.365
Despesas de intermediação financeira	(2.955.759)	(3.262.135)	(2.572.100)	(2.360.284)	(3.689.160)	(5.393.776)	(134.862)	(196.286)	(152.757)	(5.450.905)	(7.147.581)	(8.118.633)
Receita de prestação de serviços	120	163	166	225.583	310.440	252.177	85	140	35	225.788	310.743	252.378
Outras despesas, líquidas de outras receitas operacionais	108.791	90.378	67.354	(1.650.262)	(2.221.298)	(2.528.189)	(18.356)	(26.865)	(398.562)	(1.559.827)	(2.157.785)	(2.859.397)

(1) Cidade de Deus Cia. Coml. de Participações, Fundação Bradesco, NCF Participações S.A., BBD Participações S.A., Nova Cidade de Deus Participações S.A. e NCD Participações Ltda.;

(2) Empresas relacionadas na Nota 12; e

(3) Membros do Conselho de Administração e Diretoria.

b) Remuneração do pessoal-chave da Administração

Anualmente, na Assembleia Geral Ordinária são fixados:

- O montante global anual da remuneração dos Administradores, que é definido em reunião do Conselho de Administração, a ser paga aos membros do próprio Conselho e da Diretoria, conforme determina o Estatuto Social; e
- A verba destinada a custear Planos de Previdência dos Administradores, dentro do Plano de Previdência destinado aos Funcionários e Administradores da Organização Bradesco (Bradesco S.A. e demais empresas do conglomerado).

Para 2024, foi determinado o valor máximo de R\$ 618.177 mil para remuneração dos Administradores e de R\$ 605.000 mil para custear planos de previdência.

Ainda em relação à remuneração da Administração, a atual política estabelece que 50% do valor líquido da remuneração variável, caso haja, deve ser destinada à aquisição de ações PNB de emissão da BBD Participações S.A. e/ou de ações PN de emissão do Banco Bradesco S.A., que terão sua movimentação disponível em três parcelas iguais, anuais e sucessivas, vencendo a primeira parcela no ano subsequente da data de pagamento. Este procedimento está aderente à Resolução CMN nº 3.921/10, que dispõe sobre a política de remuneração de administradores das instituições financeiras.

Remuneração de curto e médio prazo a administradores

	R\$ mil			
	2º Semestre	Exercícios findos em 31 de dezembro		
	2024	2024	2023	2022
Remuneração	367.057	611.936	647.189	747.558
Total	367.057	611.936	647.189	747.558

Benefícios pós-emprego

	R\$ mil			
	2º Semestre	Exercícios findos em 31 de dezembro		
	2024	2024	2023	2022
Planos de previdência	282.738	547.789	613.100	554.872
Total	282.738	547.789	613.100	554.872

O Bradesco não possui benefícios de longo prazo de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração em instrumento baseado em ações, nos termos do CPC 10 – Pagamento Baseado em Ações, aprovado pela Resolução CMN nº 3.989/11, para seu pessoal-chave da Administração.

Participação acionária

Os membros do Conselho de Administração e da Diretoria possuíam, em conjunto, a seguinte participação acionária no Bradesco:

Participação acionária direta	Em 31 de dezembro de 2024	Em 31 de dezembro de 2023
• Ações ordinárias	0,32%	0,33%
• Ações preferenciais	0,93%	0,83%
• Total de ações (1)	0,63%	0,58%

(1) Em 31 de dezembro de 2024, a participação acionária direta e indireta dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria no Bradesco totalizou 1,62% de ações ordinárias, 0,96% de ações preferenciais e 1,29% do total de ações (em 31 de dezembro de 2023 - 1,63% de ações ordinárias, 0,85% de ações preferenciais e 1,24% do total de ações).

34) GERENCIAMENTO DE RISCOS E CAPITAL

a) Gerenciamento de Riscos

A atividade de gerenciamento de riscos é altamente estratégica em virtude da crescente complexidade dos produtos e serviços e da globalização dos negócios da Organização. O dinamismo dos mercados conduz a Organização a um constante aprimoramento desta atividade.

A Organização exerce o controle corporativo dos riscos de modo integrado e independente, preservando e valorizando o ambiente de decisões colegiadas, desenvolvendo e implementando metodologias, modelos e ferramentas de mensuração e controle. Promove a disseminação da cultura de riscos a todos os funcionários, em todos os níveis hierárquicos, desde as áreas de negócios até o Conselho de Administração.

A estrutura de gerenciamento de riscos e capital é composta por diversos comitês, comissões e áreas que subsidiam o Conselho de Administração, o Diretor-Presidente, o Diretor Vice-Presidente de Riscos (Chief Risk Officer – CRO) e a Diretoria Executiva da Organização na tomada de decisões estratégicas.

Dentre os fóruns de governança relacionados ao tema, destacam-se:

- **Comitê de Riscos** tem a atribuição de avaliar o arcabouço de gerenciamento dos riscos da Organização e, eventualmente, propor aperfeiçoamentos e desafiar a estrutura de riscos da Organização frente às novas tendências e/ou ameaças, bem como assessorar o Conselho de Administração no desempenho de suas atribuições na gestão e controle dos riscos e do capital;
- **Comitê de Gestão Integrada de Riscos e Alocação de Capital – COGIRAC**, que tem por objetivo assessorar o Diretor-Presidente no desempenho das suas atribuições relacionadas à gestão e controle de todos os riscos e do capital da Organização.

Informações detalhadas a respeito do processo de gerenciamento de riscos, patrimônio de referência, bem como das exposições a riscos do Bradesco, podem ser encontradas no Relatório de Gerenciamento de Riscos – Pilar 3, disponível no site de Relações com Investidores (bradescori.com.br – Informações ao Mercado – Gerenciamento de Riscos).

b) Gerenciamento de Capital

O Índice de Basileia é um dos principais indicadores monitorados e avaliados no processo de Gerenciamento de Capital. Sua finalidade é medir a suficiência de capital em relação à exposição aos riscos. A tabela abaixo apresenta a composição do Patrimônio de Referência e dos Ativos Ponderados pelo Risco, conforme normas do Bacen. Durante o período, o Bradesco atendeu a todos os requerimentos mínimos regulatórios.

Apresentamos a seguir o cálculo do Índice de Basileia:

Base de cálculo - Índice de Basileia	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	Basileia III	
	2024	2023
	Prudencial	
Capital regulamentar - valores		
Capital Principal	106.012.668	110.689.318
Nível I	124.632.919	125.412.066
Patrimônio de Referência - PR	149.109.173	149.969.145
Ativos ponderados pelo risco (RWA) - valores		
RWA total	1.008.667.813	947.737.574
Capital regulamentar como proporção do RWA		
Índice de Capital Principal - ICP	10,5%	11,7%
Índice de Nível I	12,4%	13,2%
Índice de Basileia	14,8%	15,8%
Adicional de Capital Principal (ACP) como proporção do RWA		
Adicional de Conservação de Capital Principal - ACPConservação	2,50%	2,50%
Adicional Contracíclico de Capital Principal - ACPContracíclico	0,00%	0,00%
Adicional de Importância Sistêmica de Capital Principal - ACPSistêmico	1,00%	1,00%
ACP total (1)	3,50%	3,50%
Margem excedente de Capital Principal	2,51%	3,68%
Razão de Alavancagem (RA)		
Exposição total	1.860.789.433	1.714.042.678
RA	6,7%	7,3%
Indicador Liquidez de Curto Prazo (LCR)		
Total de Ativos de Alta Liquidez (HQLA)	184.606.844	248.691.252
Total de saídas líquidas de caixa	130.795.356	129.797.562
LCR	141,1%	191,6%
Indicador de Liquidez de Longo Prazo (NSFR)		
Recursos estáveis disponíveis (ASF)	991.711.546	934.324.784
Recursos estáveis requeridos (RSF)	818.326.687	737.181.037
NSFR	121,2%	126,7%

(1) O não cumprimento das regras de ACP ocasiona restrições ao pagamento de dividendos e juros sobre capital próprio, sobras líquidas, recompra de ações, redução do capital social, e remuneração variável aos seus administradores.

c) Indicador de Avaliação de Importância Sistêmica Global (IAISG)

Conforme definido por meio das Resoluções BCB nº 171/21 e nº 54/20, o Bradesco divulga anualmente a apuração das informações para a avaliação da importância sistêmica global (IAISG), calculada em bases consolidadas, a qual estabelece requerimento adicional de capital para as instituições financeiras classificadas como sistemicamente importantes. Para mais informações e detalhamentos, acesse o site bradescom.com.br na seção de Informações ao Mercado, item de Gerenciamento de Riscos.

d) Risco de Mercado

O processo de gerenciamento do risco de mercado é realizado de maneira corporativa, abrangendo desde as áreas de negócios até o Conselho de Administração. Este processo envolve diversas áreas, com atribuições específicas, garantindo uma estrutura eficiente, sendo que a mensuração e controle do risco de mercado são realizados de maneira centralizada e independente. Este processo permitiu à Organização ser a primeira instituição financeira no país autorizada pelo Banco Central do Brasil a utilizar, desde janeiro de 2013, seus modelos internos de risco de mercado para a apuração da necessidade do capital regulamentar. O processo de gerenciamento é também revisado, no mínimo, anualmente pelos Comitês e aprovado pelo próprio Conselho de Administração. As propostas de limites de risco de mercado são validadas em Comitês

específicos, referendadas pelo Comitê de Gestão Integrada de Riscos e Alocação de Capital, e submetidas à aprovação do Conselho de Administração, conforme as características dos negócios, que são segregados nas seguintes carteiras:

Carteira *Trading*: composta por todas as operações realizadas com instrumentos financeiros, inclusive derivativos, detidas com intenção de negociação ou destinadas a *hedge* de outros instrumentos da carteira própria, e que não estejam sujeitas à limitação da sua negociabilidade. As operações detidas com intenção de negociação são aquelas destinadas à revenda, obtenção de benefícios a partir de variação de preços efetivos ou esperados, ou realização de arbitragem. Os riscos desta carteira são monitorados por meio de:

- *Value at Risk (VaR)*;
- Estresse (medida de impacto negativo de eventos extremos, com base em cenários históricos e prospectivos);
- Resultado; e
- Exposição Financeira/Concentração.

Carteira *Banking*: composta por operações não classificadas na carteira *Trading*, provenientes dos demais negócios da Organização e seus respectivos *hedges*. Os riscos desta carteira são monitorados por meio de:

- Variação do valor econômico devido à variação de taxa de juros – Δ EVE (*Economic Value of Equity*); e
- Variação da receita líquida de juros devido à variação de taxa de juros – Δ NII (*Net Interest Income*).

VaR Modelo Interno – Carteira *Trading*

O VaR para o horizonte de 1 dia está demonstrado no quadro a seguir:

Fatores de riscos (1)	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2024	2023
Prefixado	1.395	3.010
IGP-M / IPCA	5.403	7.671
Cupom cambial	181	311
Moeda estrangeira	4.580	2.507
Renda variável	4.112	2.003
Soberanos/ <i>eurobonds</i> e <i>treasuries</i>	2.829	3.283
Outros	7.155	2.340
Efeito correlação/diversificação	(9.480)	(13.657)
VaR (<i>Value at Risk</i>)	16.175	7.468

(1) Valores líquidos de efeitos fiscais.

Análise de sensibilidade das exposições financeiras

As análises de sensibilidade das exposições financeiras (Carteiras *Trading* e *Banking*) da Organização, foram efetuadas a partir dos cenários elaborados para as respectivas datas, sempre considerando as informações de mercado na época e cenários que afetariam negativamente nossas posições, conforme exemplos abaixo:

Cenário 1: Com base nas informações de mercado (B3, Anbima etc.) foram aplicados choques de 1 ponto base para taxa de juros e 1,0% de variação para preços. Por exemplo: para uma cotação Real/Dólar de R\$ 6,19 foi utilizado um cenário de R\$ 6,25, enquanto para uma taxa de juros prefixada de 1 ano de 15,42% foi aplicado um cenário de 15,43%;

Cenário 2: Foram determinados choques de 25,0% com base no mercado. Por exemplo: para uma cotação Real/Dólar de R\$ 6,19 foi utilizado um cenário de R\$ 7,74, enquanto

para uma taxa de juros prefixada de 1 ano de 15,42% foi utilizado um cenário de 19,27%. Os cenários para os demais fatores de risco, também, representaram choque de 25,0% nas respectivas curvas ou preços; e

Cenário 3: Foram determinados choques de 50,0% com base no mercado. Por exemplo: para uma cotação Real/Dólar de R\$ 6,19 foi utilizado um cenário de R\$ 9,29, enquanto para uma taxa de juros prefixada de 1 ano de 15,42% foi utilizado um cenário de 23,12%. Os cenários para os demais fatores de risco, também, representam choque de 50,0% nas respectivas curvas ou preços.

Os resultados apresentados revelam os impactos para cada cenário numa posição estática da carteira. O dinamismo do mercado e das carteiras faz com que essas posições se alterem continuamente e não obrigatoriamente reflitam a posição aqui demonstrada. Além disso, a Organização possui um processo de gestão contínua do risco de mercado, que procura, constantemente, formas de mitigar os riscos associados, de acordo com a estratégia determinada pela Alta Administração. Assim, em casos de sinais de deterioração de determinada posição, ações proativas são tomadas para minimização de possíveis impactos negativos, visando maximizar a relação risco retorno para a Organização.

I - Análise de Sensibilidade – Carteira Trading

		Em 31 de dezembro - R\$ mil					
		Carteira Trading (1)					
		2024			2023		
		Cenários			Cenários		
		1	2	3	1	2	3
Taxa de juros em reais (2)	Exposições sujeitas às variações de taxas de juros prefixadas e cupom de taxas de juros	(69)	(24.757)	(50.192)	(25)	(14.760)	(27.497)
Índices de preços	Exposições sujeitas à variação da taxa dos cupons de índices de preços	(110)	(9.118)	(16.071)	(3.861)	(130.968)	(266.123)
Cupom cambial	Exposições sujeitas à variação da taxa dos cupons de moedas estrangeiras	(5)	(670)	(1.330)	(18)	(2.783)	(5.489)
Moeda estrangeira	Exposições sujeitas à variação cambial	(2.401)	(60.037)	(120.073)	1.507	37.669	75.338
Renda variável	Exposições sujeitas à variação do preço de ações	(1.971)	(49.268)	(98.536)	1.188	29.696	59.392
Soberanos/ <i>eurobonds e treasuries</i>	Exposições sujeitas à variação da taxa de juros de papéis negociados no mercado internacional	(26)	(6.451)	(13.634)	128	8.831	15.365
Outros	Exposições que não se enquadram nas definições anteriores	(61)	(1.515)	(3.029)	(94)	(2.341)	(4.683)
Total sem correlação dos fatores de risco		(4.643)	(151.816)	(302.865)	(1.175)	(74.656)	(153.697)

(1) Valores líquidos de efeitos fiscais; e

(2) Como referência dos choques aplicados para o vértice de 1 ano, os valores foram de aproximadamente 372 bps e 722 bps (cenários 2 e 3 respectivamente) em Dez/2024 (Dez/2023 - os valores foram de aproximadamente 245 bps e 480 bps nos cenários 2 e 3 respectivamente).

Demonstramos a seguir, os impactos das exposições financeiras (valor justo) considerando, também, a Carteira *Banking* (composta por operações não classificadas na Carteira *Trading*, provenientes dos demais negócios da Organização e seus respectivos *hedges*).

II - Análise de Sensibilidade – Carteiras Trading e Banking

		Em 31 de dezembro - R\$ mil					
		Carteira Trading e Banking (1)					
		2024			2023		
		Cenários			Cenários		
		1	2	3	1	2	3
Taxa de juros em reais (2)	Exposições sujeitas às variações de taxas de juros prefixadas e cupom de taxas de juros	(10.217)	(4.085.285)	(7.975.990)	(2.113)	(845.801)	(1.949.962)
Índices de preços	Exposições sujeitas à variação da taxa dos cupons de índices de preços	(12.890)	(2.209.541)	(3.908.207)	(20.461)	(2.347.022)	(4.307.241)
Cupom cambial	Exposições sujeitas à variação da taxa dos cupons de moedas estrangeiras	(1.834)	(262.983)	(507.774)	(985)	(112.436)	(216.387)
Moeda estrangeira	Exposições sujeitas à variação cambial	(5.335)	(133.384)	(266.768)	(2.212)	(55.293)	(110.585)
Renda variável	Exposições sujeitas à variação do preço de ações	(32.045)	(801.129)	(1.602.258)	(43.432)	(1.085.794)	(2.171.588)
Soberanos/ <i>eurobonds e treasuries</i>	Exposições sujeitas à variação da taxa de juros de papéis negociados no mercado internacional	2.296	272.371	525.099	(1.172)	(117.366)	(229.078)
Outros	Exposições que não se enquadram nas definições anteriores	(45)	(1.115)	(2.230)	(41)	(1.016)	(2.031)
Total sem correlação dos fatores de risco		(60.070)	(7.221.066)	(13.738.128)	(70.415)	(4.564.728)	(8.986.872)

(1) Valores líquidos de efeitos fiscais; e

(2) Como referência dos choques aplicados para o vértice de 1 ano, os valores foram de aproximadamente 372 bps e 726 bps (cenários 2 e 3 respectivamente) em Dez/2024 (Dez/2023 - os valores foram de aproximadamente 269 bps e 548 bps nos cenários 2 e 3 respectivamente).

e) Riscos Sociais, Ambientais e Climáticos

Os riscos sociais, ambientais e climáticos representam a possibilidade de ocorrência de perdas financeiras para a Organização em função dos potenciais impactos decorrentes das mudanças do clima e de danos que uma atividade econômica pode causar à sociedade e ao meio ambiente. Esses riscos, quando associados às instituições financeiras, são indiretos e advêm das relações de negócios, incluindo aquelas com a cadeia de fornecimento e com clientes por meio de atividades de financiamentos e investimentos.

Esses riscos, quando associados às instituições financeiras são, em sua maioria, indiretos e advêm das relações de negócios, incluindo aquelas com a cadeia de fornecimento e com os clientes por meio de atividades de financiamento e investimento. Conforme definidos no Art. 38-C da Resolução nº 4.557 do CMN, os Riscos Sociais compreendem a violação de direitos, garantias fundamentais ou a atos lesivos ao interesse comum, como a prática de trabalho análogo à de escravo e ao trabalho infantil, os Riscos Ambientais abrangem a degradação do meio ambiente e uso excessivo de recursos naturais e os Riscos Climáticos, referem-se à possibilidade de ocorrência de perdas para a instituição ocasionadas por eventos associados a intempéries frequentes e severas ou a alterações ambientais de longo prazo, que possam ser relacionadas a mudanças em padrões climáticos (riscos físicos). Em resposta ao aumento desses riscos, mudanças socioeconômicas precisam acontecer, causando a possibilidade de ocorrência de perdas para a instituição ocasionadas por eventos associados ao processo de transição para uma economia de baixo carbono, em que a emissão de gases do efeito estufa é reduzida ou compensada e os mecanismos naturais de captura desses gases são preservados (riscos de transição).

Como direcionador desse trabalho utilizamos a Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática (PRSAC), Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 4.945/2021 e Sistema de Autorregulação Bancária da Federação Brasileira de Bancos (SARB) nº 14/2014, que estabelecem princípios e diretrizes, observados nos princípios de relevância e proporcionalidade, bem como orientador na condução de nossos negócios, atividades e processos.

O processo de gerenciamento conta com uma estrutura de governança composta por comitês, políticas, normas e procedimentos, que visa a identificação, mensuração, mitigação, acompanhamento e reporte desses riscos em diversos processos. A seguir estão as atribuições das áreas que se destacam no gerenciamento e controle de riscos sociais, ambientais e climáticos:

<p>Avaliação de Riscos SAC (Social, Ambiental e Climático)</p>	<p>Analisar e emitir parecer de riscos nas operações de crédito, financiamento a projetos e em garantias imobiliárias que se enquadram no escopo; Monitorar a exposição da carteira de crédito aos potenciais impactos SAC por setor; Avaliar cenários associados às mudanças em padrões climáticos e à transição para uma economia de baixo carbono.</p>
<p>Metodologia e Governança de Riscos SAC</p>	<p>Propor as métricas de controle RSAC, atentando para a sua devida aprovação no processo de governança estabelecido; Elaborar cláusulas específicas e planos de ação para projetos financiados quando identificados riscos relevantes que precisem ser monitorados; Reportar assuntos relacionados ao controle e monitoramento do risco SAC nas comissões e comitês executivos onde o tema é abordado, e garantir que os assuntos relevantes sejam reportados ao Conselho de Administração.</p>

A Organização assumiu diversos compromissos e participa de iniciativas relacionadas aos aspectos sociais, ambientais e climáticos, tais como Princípios do Equador, Princípios para o Investimento Responsável (PRI), Carta Empresarial pelos Direitos Humanos e Promoção do Trabalho Decente (Ethos), Programa das Ações Unidas para o Meio Ambiente (UNEP-FI), *Net Zero Banking Alliance* (NZBA), além de ser signatária do Pacto Global e integrar o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (UNEP-FI). Desde 2019 participa de iniciativas setoriais com foco no desenvolvimento de metodologias e ferramentas de gestão de risco climático para a indústria bancária, em linha com as recomendações da *Task Force on Climate-related Financial Disclosures* (TCFD).

f) Apresentamos o balanço patrimonial por moedas

I - Balanço patrimonial por moedas – Consolidado

	Em 31 de dezembro - R\$ mil			
	2024			2023
	Balanço	Nacional	Estrangeira (1) (2)	Estrangeira (1) (2)
Ativo				
Disponibilidades	19.528.290	10.019.569	9.508.721	5.754.226
Instrumentos financeiros	1.898.558.919	1.763.127.907	135.431.012	85.823.930
- Aplicações interfinanceiras de liquidez	196.233.298	194.251.496	1.981.802	3.623.146
- Depósitos compulsórios no Banco Central do Brasil	127.086.379	127.011.845	74.534	43.016
- Títulos e valores mobiliários	769.888.637	743.472.522	26.416.115	22.009.272
- Instrumentos financeiros derivativos	19.834.985	18.310.516	1.524.469	1.539.223
- Operações de crédito	599.335.876	529.869.353	69.466.523	39.616.727
- Outros instrumentos financeiros	186.179.744	150.212.175	35.967.569	18.992.546
Operações de arrendamento mercantil	6.235.852	6.235.852	-	-
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	(48.274.996)	(46.467.891)	(1.807.105)	(1.355.644)
- Operações de crédito	(46.234.291)	(44.427.207)	(1.807.084)	(1.355.591)
- Operações de arrendamento mercantil	(54.241)	(54.241)	-	-
- Outros créditos	(1.986.464)	(1.986.443)	(21)	(53)
Créditos tributários	110.096.684	109.980.001	116.683	185.108
Investimentos em coligadas e entidades controladas em conjunto	11.094.905	11.094.905	-	-
Imobilizado de uso	21.853.523	21.563.026	290.497	236.522
Intangível	50.161.935	49.923.174	238.761	224.858
Depreciações e amortizações	(44.874.028)	(44.608.127)	(265.901)	(321.354)
- Imobilizado de uso	(14.408.304)	(14.225.458)	(182.846)	(149.894)
- Intangível	(30.465.724)	(30.382.669)	(83.055)	(171.460)
Outros ativos	31.141.058	29.386.390	1.754.668	1.574.126
Provisões para redução ao valor recuperável de ativos	(2.396.526)	(2.396.526)	-	-
Total do Ativo	2.053.125.616	1.907.858.280	145.267.336	92.121.772
Passivo				
Depósitos e demais instrumentos financeiros	1.417.508.233	1.282.263.179	135.245.054	82.109.454
- Recursos de instituições financeiras	361.818.310	304.796.273	57.022.037	24.096.631
- Recursos de clientes	644.338.463	594.699.070	49.639.393	34.301.273
- Recursos de emissão de títulos	257.977.344	248.455.811	9.521.533	7.368.531
- Dívidas subordinadas	57.458.927	57.458.927	-	-
- Instrumentos financeiros derivativos	16.240.611	10.887.599	5.353.012	3.852.537
- Outros passivos financeiros	79.674.578	65.965.499	13.709.079	12.490.482
Provisões	438.162.170	437.959.820	202.350	166.008
- Provisão técnica de seguros, previdência e capitalização	403.688.635	403.670.900	17.735	17.444
- Outras provisões	34.473.535	34.288.920	184.615	148.564
Impostos diferidos	4.637.595	4.547.444	90.151	56.300
Outros passivos	31.535.985	30.100.039	1.435.946	1.079.956
Total do Passivo	1.891.843.983	1.754.870.482	136.973.501	83.411.718
Patrimônio Líquido				
Patrimônio líquido atribuído aos acionistas controladores	160.486.709	160.486.709	-	-
Participação de acionistas não controladores	794.924	794.924	-	-
Total Patrimônio Líquido	161.281.633	161.281.633	-	-
Total Passivo e Patrimônio Líquido	2.053.125.616	1.916.152.115	136.973.501	83.411.718
Posição líquida de ativos e passivos			8.293.835	8.710.054
Derivativos - posição líquida (2)			(9.760.450)	(15.768.731)
Outras contas de compensação líquidas (3)			(660.872)	(666.054)
Posição cambial líquida (passiva) (4)			(2.127.487)	(7.724.731)

(1) Valores expressos e/ou indexados, basicamente, em dólares norte-americanos;

(2) Excluídas as operações vencíveis em D+1, a serem liquidadas em moeda do último dia do mês;

(3) Referem-se a outros compromissos registrados em conta de compensação; e

(4) Os ativos, passivos e resultados dos investimentos e dependências no exterior são convertidos para reais, de acordo com as taxas de câmbio da moeda local, sendo que os efeitos resultantes do processo de conversão, totalizaram no acumulado em 31 de dezembro de 2024, R\$ 7.653.443 mil (2023 - R\$ (2.120.253) mil) e foram registrados no resultado. Estes efeitos foram neutralizados pelos resultados obtidos pelos instrumentos financeiros utilizados para proteger os efeitos da variação cambial produzida pelos nossos investimentos no exterior. Para os investimentos no exterior que possuem moeda funcional diferente do real, os efeitos da conversão estão registrados no Patrimônio Líquido na rubrica Ajustes de Avaliação Patrimonial no valor de R\$ 1.120.392 mil (em 31 de dezembro de 2023 - R\$ 360.437 mil).

35) BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

O Bradesco e suas controladas são patrocinadores de um plano de previdência complementar para seus funcionários e administradores, na modalidade contribuição definida, que permite acumular recursos financeiros ao longo da carreira profissional do participante mediante contribuições pagas por ele mesmo e pela empresa patrocinadora, sendo os recursos investidos em um FIE (Fundo de Investimento Exclusivo). O plano é administrado pela Bradesco Vida e Previdência S.A. e o Banco Bradesco S.A. é o responsável pela gestão financeira dos fundos FIEs.

O plano de previdência complementar conta com contribuições dos funcionários e administradores do Bradesco e de suas controladas equivalentes a, no mínimo, 4% do salário e, pela empresa, 5% do salário, acrescidas do percentual destinado a coberturas dos benefícios de risco (morte e invalidez). As obrigações atuariais do plano de contribuição definida estão integralmente cobertas pelo patrimônio do FIE correspondente. Além do plano apresentado, está assegurado aos participantes que, em 2001, optaram em migrar do plano de benefício definido, um benefício proporcional diferido, correspondente aos seus direitos acumulados naquele plano. Para os participantes ativos, aposentados e pensionistas do plano de benefício definido, em extinção, o valor presente das obrigações atuariais do plano está integralmente coberto por ativos garantidores.

O Kirton Bank S.A. Banco Múltiplo e Ágora Corretora de Seguros S.A. patrocinam planos de previdência complementar nas modalidades de contribuição variável e de benefício definido, por meio da Fundação Baneb de Seguridade Social – Bases, aos funcionários oriundos do Baneb.

O Banco Bradesco S.A. patrocina plano de previdência complementar na modalidade de contribuição variável, por meio da Caixa de Assistência e Aposentadoria dos Funcionários do Banco do Estado do Maranhão – Capof, aos funcionários oriundos do Banco BEM S.A.

O Banco Bradesco S.A. patrocina plano de previdência complementar na modalidade de benefício definido por meio da Caixa de Previdência Privada Bec – Cabec, aos funcionários oriundos do Banco do Estado do Ceará S.A.

O Banco Bradesco S.A., Kirton Bank S.A. Banco Múltiplo, Bradesco Capitalização S.A., Bradescor Corretora de Seguros Ltda., Bradesco Kirton Corretora de Câmbio S.A. e a Bradesco Seguros S.A. patrocinam plano de previdência complementar na modalidade de benefício definido, por meio do Multibra Fundo de Pensão, aos funcionários oriundos do Banco Bamerindus do Brasil S.A..

O Banco Bradesco S.A. assumiu ainda as obrigações do Kirton Bank S.A. Banco Múltiplo com relação ao Seguro de Vida, Plano de Saúde e Indenização por Aposentadoria dos funcionários oriundos do Banco Bamerindus do Brasil S.A., bem como o Plano de Saúde de funcionários oriundos do Lloyds.

De acordo com o CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados, aprovado pela Resolução CMN nº 4.424/15, o Bradesco e suas controladas, como patrocinadores dos referidos planos, considerando estudo econômico e atuariais, calcularam os seus compromissos atuariais utilizando taxa real de juros e reconhecem em suas demonstrações financeiras a obrigação devida. Os recursos garantidores dos planos de previdência são investidos de acordo com a legislação pertinente (títulos públicos e privados, ações de companhias abertas e

imóveis). Seguem as principais premissas utilizadas pelo atuário independente na avaliação atuarial dos nossos planos, com base no CPC 33 (R1):

Fatores de riscos	Em 31 de dezembro	
	2024	2023
Taxa nominal de desconto	3,50% - 10,94% a.a.	3,50% - 10,09% a.a.
Taxa nominal de crescimentos salariais futuros	3,50% a.a.	3,50% a.a.
Taxa nominal de crescimento dos benefícios da previdência social e dos planos	3,50% a.a.	3,50% a.a.
Taxa inicial de crescimento de custos médicos	7,23% - 7,64% a.a.	7,54% - 7,64% a.a.
Taxa de inflação	3,50% a.a.	3,50% a.a.
Tábua biométrica de mortalidade geral	AT 2000 e BR-EMS	AT 2000 e BR-EMS
Tábua biométrica de entrada em invalidez	Por Plano	Por Plano
Taxa de rotatividade esperada	-	-
Probabilidade de ingresso em aposentadoria	100% na 1ª elegibilidade a um benefício pelo plano	100% na 1ª elegibilidade a um benefício pelo plano

Considerando as premissas acima, de acordo com o CPC 33 (R1), o valor presente das obrigações atuariais dos planos de benefícios e de seus ativos para cobertura dessas obrigações, está representado abaixo:

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil					
	Benefícios de aposentadoria			Outros benefícios pós-emprego		
	2024	2023	2022	2024	2023	2022
(i) Obrigações com benefícios projetados:						
No início do exercício	2.794.954	2.740.903	2.998.669	857.347	800.535	841.118
Custo do serviço corrente	1.179	284	341	-	-	-
Custo de juros	249.162	252.694	242.675	78.223	75.344	70.781
Contribuição do participante	465	473	546	-	-	-
Ganho/(perda) atuarial (1)	(218.019)	69.201	(158.724)	(65.504)	28.890	(72.297)
Transferências	(278)	16.460	-	-	-	-
Custo de serviço passado - alterações do plano	-	(3.814)	-	-	-	-
Eliminação antecipada de obrigações	(1.284)	(12.647)	(82.532)	-	-	-
Benefícios pagos	(269.280)	(268.600)	(260.072)	(50.341)	(47.422)	(39.067)
No encerramento do exercício	2.556.899	2.794.954	2.740.903	819.725	857.347	800.535
(ii) Ativos no plano pelo valor de mercado:						
No início do exercício	2.402.006	2.467.755	2.554.827	-	-	-
Rendimento esperado	214.092	227.227	206.439	-	-	-
Ganho/(perda) atuarial (1)	(125.943)	(56.554)	34.067	-	-	-
Contribuições recebidas:						
- Empregador	195.343	31.526	26.283	-	-	-
- Empregados	465	473	546	-	-	-
Transferências	(134)	16.460	-	-	-	-
Eliminação antecipada de obrigações	-	(16.460)	(94.745)	-	-	-
Benefícios pagos	(269.281)	(268.421)	(259.662)	-	-	-
No encerramento do exercício	2.416.548	2.402.006	2.467.755	-	-	-
(iii) Mudanças no superávit irrecuperável:						
No início do exercício	57.939	60.861	7.452	-	-	-
Juros sobre o superávit irrecuperável	5.471	5.644	671	-	-	-
Mudança no superávit irrecuperável (1)	(1.200)	(8.566)	52.738	-	-	-
No encerramento do exercício	62.210	57.939	60.861	-	-	-
(iv) Posição financiada:						
Planos deficitários (2)	202.561	450.887	334.009	819.725	857.347	800.535
Saldo líquido	202.561	450.887	334.009	819.725	857.347	800.535

(1) No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, os efeitos de remensuração reconhecidos em Patrimônio Líquido, em Outros Resultados Abrangentes totalizaram R\$ 87.297 mil (2023 - R\$ (80.361) mil), líquido dos efeitos fiscais; e

(2) O Bradesco e suas controladas, como patrocinadores dos referidos planos, considerando estudo econômico e atuariais, calcularam os seus compromissos atuariais e reconhecem em suas demonstrações contábeis a obrigação atuarial devida.

O custo/(benefício) líquido dos planos de pensão, reconhecidos na demonstração do resultado, inclui os seguintes componentes:

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil		
	2024	2023	2022
Obrigações com benefícios projetados:			
Custo do serviço	977	241	12.554
Custo de juros sobre obrigações atuariais	327.252	327.894	313.497
Rendimento esperado dos ativos do plano	(214.085)	(227.217)	(206.439)
Juros sobre o superavit irrecuperável	5.469	5.642	671
Custo/(benefício) líquido dos planos de pensão	119.613	106.560	120.283

Perfil de vencimento do valor presente das obrigações dos planos de benefícios definido para os próximos anos:

	R\$ mil	
	Benefícios aposentadoria	Outros benefícios pós-emprego
Duração média ponderada (em anos)	8,04	9,89
2025	269.765	60.069
2026	274.300	62.716
2027	278.241	66.421
2028	281.622	70.101
2029	284.459	74.179
Após 2030	1.438.390	432.287

Para 2025, as contribuições esperadas para os planos de benefícios definido são de R\$ 32.997 mil.

A taxa de retorno de longo prazo dos ativos do plano baseia-se no seguinte:

- Expectativas de médio a longo prazo dos gestores dos ativos; e
- Títulos privados e públicos, parcela representativa da carteira de investimentos de nossas controladas, cuja rentabilidade é superior a inflação mais juros, com vencimentos de curto a longo prazo.

Os recursos garantidores dos planos de previdência são investidos de acordo com a legislação pertinente (títulos públicos e privados, ações de companhias abertas e imóveis) e a alocação média ponderada dos ativos pertencentes ao plano de previdência, por categoria de ativo, é a seguinte:

	Em 31 de dezembro					
	Ativos do Plano do Alvorada		Ativos do Plano do Bradesco		Ativos do Plano do Kirton	
	2024	2023	2024	2023	2024	2023
Categorias de ativo:						
Renda variável	-	-	4,9%	6,6%	-	-
Renda fixa	95,2%	93,2%	90,5%	87,5%	100,0%	100,0%
Imóveis	3,8%	4,9%	2,3%	2,1%	-	-
Outros	1,0%	1,9%	2,3%	3,8%	-	-
Total	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

O quadro abaixo, de análise de sensibilidade das obrigações dos planos de benefícios, demonstra o impacto na exposição atuarial (7,23% - 10,94% a.a.) pela alteração da premissa na taxa de desconto e inflação médica em 1 p.p.:

Taxa	Taxa de desconto/Taxa de inflação médica	Análise de Sensibilidade	Efeito no passivo atuarial	Efeito no valor presente das obrigações
Taxa de Desconto	11,57% - 11,94%	Aumento de 1 p.p.	redução	(244.821)
Taxa de Desconto	9,57% - 9,94%	Redução de 1 p.p.	aumento	281.522
Inflação Médica	8,23% - 8,64%	Aumento de 1 p.p.	aumento	69.786
Inflação Médica	6,23% - 6,64%	Redução de 1 p.p.	redução	(60.384)

O Bradesco, em suas dependências no exterior, proporciona para seus funcionários e administradores plano de pensão, de acordo com as normas estabelecidas pelas autoridades locais, que permite acumular recursos financeiros ao longo da carreira profissional do participante.

As despesas totais com contribuições efetuadas, no 2º semestre de 2024, foram de R\$ 434.208 mil e no exercício findo em 31 de dezembro de 2024, foram de R\$ 1.007.631 mil (2023 – R\$ 1.219.739 mil).

Além desse benefício, o Bradesco e suas controladas oferecem aos seus funcionários e administradores outros benefícios, dentre os quais: seguro saúde, assistência odontológica, seguro de vida e de acidentes pessoais e treinamento profissional, cujo montante dessas despesas, incluindo as contribuições mencionadas anteriormente, totalizaram, no 2º semestre de 2024, o montante de R\$ 3.039.538 mil e no exercício findo em 31 de dezembro de 2024, o montante de R\$ 6.103.714 mil (2023 – R\$ 5.806.013 mil).

36) VALOR JUSTO DE ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS

Valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros:

	Em 31 de dezembro - R\$ mil			
	2024		2023	
	Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo
Ativos				
Aplicações interfinanceiras de liquidez	196.233.298	196.235.524	205.102.659	205.228.671
Depósitos compulsórios no Banco Central do Brasil	127.086.379	127.086.379	133.721.827	133.721.827
Títulos e valores mobiliários:				
- Títulos para negociação	346.842.226	346.842.226	366.650.528	366.650.528
- Títulos disponíveis para venda	132.865.711	132.865.711	291.678.051	291.678.051
- Títulos mantidos até o vencimento	290.180.700	282.499.574	98.756.117	100.726.392
Instrumentos financeiros derivativos	19.834.985	19.834.985	15.413.349	15.413.349
Operações de crédito (1)	719.194.023	727.760.109	628.596.602	625.991.386
Outros instrumentos financeiros	89.113.602	89.113.602	64.172.536	64.172.536
Passivos				
Recursos de instituições financeiras	361.818.310	374.212.384	323.422.783	332.089.303
Recursos de clientes	644.338.463	644.856.874	621.934.680	599.473.510
Recursos de emissão de títulos	257.977.344	259.054.688	244.966.258	226.021.936
Dívidas subordinadas	57.458.927	58.990.729	50.337.854	52.423.119
Instrumentos financeiros derivativos	16.240.611	16.240.611	15.542.220	15.542.220
Outros passivos financeiros	63.118.425	63.118.425	56.469.356	56.469.356

(1) Inclui adiantamentos sobre contratos de câmbio, operações de arrendamento mercantil e outros créditos com características de concessão de créditos.

Para instrumentos financeiros que são mensurados pelo valor justo, é requerida a divulgação das mensurações de acordo com os seguintes níveis hierárquicos de valor justo:

- Nível 1

Preços cotados em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos. Ativos e passivos de Nível 1 incluem títulos de dívida e patrimoniais e contratos de derivativos, que são negociados em um mercado ativo, assim como títulos públicos brasileiros, que são altamente líquidos e ativamente negociados em mercados de balcão.

- Nível 2

Dados observáveis, que não os preços de Nível 1, tais como preços cotados para ativos ou passivos similares; preços cotados em mercados não ativos; ou outros dados que são observáveis no mercado ou que possam ser confirmados por dados observáveis de mercado para, substancialmente, todo o prazo dos ativos ou passivos. Os ativos e passivos de Nível 2 incluem contratos de derivativos, cujo valor é determinado usando um modelo de precificação com dados, que são observáveis no mercado ou que possam ser deduzidos, principalmente, de ou ser confirmados por dados observáveis de mercado, incluindo mas não limitados a curvas de rendimento, taxas de juros, volatilidades, preços de títulos de dívida e patrimoniais e taxas de câmbio.

- Nível 3

Dados não observáveis, que são suportados por pouca ou nenhuma atividade de mercado e que sejam significativos ao valor justo dos ativos ou passivos. Os ativos e passivos de Nível 3, geralmente, incluem instrumentos financeiros, cujo valor é determinado usando modelos de precificação, metodologias de fluxo de caixa descontado, ou técnicas similares, assim como instrumentos para os quais a determinação do valor justo requer julgamento ou estimativa significativos da Administração. Esta categoria, geralmente, inclui certos títulos emitidos por instituições financeiras e empresas não financeiras e certos contratos de derivativos. O principal dado não observável utilizado na determinação do valor justo são os *spreads* de crédito que variam entre 3% e 20%.

A marcação a mercado dos títulos os quais não apresentam fonte pública, consistente e regular de divulgação, o Bradesco utiliza os modelos definidos pela CMM (Comissão de Marcação a Mercado) e disponibilizado através do manual de marcação a mercado para cada modalidade de título. Por meio de métodos e modelos matemáticos-financeiros, os quais capturaram os efeitos e variações nos preços dos ativos objetos da marcação a mercado ou de similares, o Bradesco é capaz de apurar de forma clara e consistente seu valor justo dos ativos e passivos de Nível 3.

A tabela a seguir apresenta a composição dos títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos mensurados a valor justo, classificados pelos níveis hierárquicos:

	Em 31 de dezembro - R\$ mil							
	2024				2023			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Valor Justo	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Valor Justo
Títulos para negociação	308.064.811	37.877.065	900.350	346.842.226	315.355.048	50.494.149	801.331	366.650.528
Letras financeiras do tesouro	201.147.524	-	-	201.147.524	160.173.438	-	-	160.173.438
Notas do tesouro nacional	43.978.661	-	-	43.978.661	54.277.116	5.125.479	-	59.402.595
Letras financeiras	-	32.313.444	-	32.313.444	-	34.377.011	-	34.377.011
Letras do tesouro nacional	18.098.179	-	-	18.098.179	63.010.231	-	-	63.010.231
Debêntures	20.926.106	4.302.501	42.491	25.271.098	14.936.804	3.865.590	30.417	18.832.811
Outros	23.914.341	1.261.120	857.859	26.033.320	22.957.459	7.126.069	770.914	30.854.442
Derivativos	(2.537.088)	6.551.469	(420.007)	3.594.374	(1.840.440)	2.087.979	(376.410)	(128.871)
Instrumentos financeiros derivativos (Ativos)	3.199.679	16.497.754	137.552	19.834.985	3.939.198	11.321.165	152.986	15.413.349
Instrumentos financeiros derivativos (Passivos)	(5.736.767)	(9.946.285)	(557.559)	(16.240.611)	(5.779.638)	(9.233.186)	(529.396)	(15.542.220)
Títulos disponíveis para venda	120.093.926	10.153.874	2.617.911	132.865.711	169.981.863	111.261.933	10.434.255	291.678.051
Notas do tesouro nacional	53.368.246	-	-	53.368.246	85.444.307	-	-	85.444.307
Debêntures	559.745	182.142	479.428	1.221.315	8.883.770	56.305.399	7.767.360	72.956.529
Letras do tesouro nacional	22.564.567	-	-	22.564.567	28.831.865	-	-	28.831.865
Letras financeiras do tesouro	22.220.928	-	-	22.220.928	29.784.559	-	-	29.784.559
Cédula do produto rural	-	3.237.372	147.928	3.385.300	-	25.150.825	1.005.140	26.155.965
Ações	3.479.733	3.854.797	1.961.366	9.295.896	4.268.341	5.534.500	1.225.021	11.027.862
Títulos de governos estrangeiros	8.901.909	2.513.706	-	11.415.615	7.701.252	2.693.187	-	10.394.439
Notas promissórias	-	-	-	-	-	15.565.716	-	15.565.716
Outros	8.998.798	365.857	29.189	9.393.844	5.067.769	6.012.306	436.734	11.516.809
Total	425.621.649	54.582.408	3.098.254	483.302.311	483.496.471	163.844.061	10.859.176	658.199.708
Públicos	374.004.697	2.513.706	11.751	376.530.154	431.450.899	7.818.666	16.607	439.286.172
Privados	51.616.952	52.068.702	3.086.503	106.772.157	52.045.572	156.025.395	10.842.569	218.913.536

Derivativos ativos e passivos

As posições de derivativos da Organização são determinadas usando modelos quantitativos, que exigem a aplicação de múltiplos dados, incluindo taxas de juros, preços e índices para gerar curvas contínuas de rendimento ou preços e fatores de volatilidade. A maioria dos dados de mercado é observável e pode ser obtida, principalmente, na B3 e no mercado secundário. Outros derivativos quando negociados em bolsa, avaliados utilizando os preços cotados são classificados no Nível 1 da hierarquia de avaliação. Entretanto, poucas classes de contratos de derivativos estão listados em bolsa. Estes, são classificados como Nível 2 ou Nível 3.

As curvas de rendimento são usadas para determinar o valor justo por meio do método do fluxo de caixa descontado, para *swaps* de moeda e *swaps* com base em outros fatores de risco. O valor justo dos contratos a termo e de futuro também é determinado com base em preços cotados no mercado nas transações de derivativos negociados em bolsa ou usando metodologias similares para aqueles descritos como *swaps*. O valor justo das opções é determinado utilizando preços cotados em bolsa ou por modelos matemáticos, tais como o Black-Scholes, usando curvas de rendimento, volatilidades implícitas e o valor justo do ativo subjacente. Preços atuais de mercado são usados para determinar as volatilidades implícitas. Os valores justos dos derivativos ativos e passivos também incluem ajustes para liquidez de mercado, qualidade de crédito da contraparte e outros fatores específicos das transações, quando adequado.

A maioria desses modelos não contém um alto nível de subjetividade, pois as metodologias utilizadas nos modelos não requerem julgamento significativo e os dados do modelo são prontamente observáveis a partir de mercados ativamente negociados. Esses instrumentos, geralmente, são classificados dentro do Nível 2 da hierarquia de avaliação.

Os derivativos, avaliados com base em parâmetros de mercado significativamente não observáveis e que não são negociados ativamente, são classificados dentro do Nível 3 da hierarquia de avaliação.

Reconciliação dos títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos a valor justo, usando dados não observáveis relevantes (Nível 3):

	R\$ mil				
	Títulos para negociação	Derivativos Ativos	Derivativos Passivos	Títulos disponíveis para venda	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2024	801.331	152.986	(529.396)	10.434.255	10.859.176
Reconhecido no resultado	98.255	-	-	534.931	633.186
Reconhecido em outros resultados abrangentes	-	-	-	(2.324.823)	(2.324.823)
Aquisições	44.447	-	(28.163)	5.142.832	5.159.116
Alienações	(43.683)	(15.434)	-	(2.726.912)	(2.786.029)
Vencimentos	-	-	-	(330.777)	(330.777)
Transferência entre níveis (1)	-	-	-	1.321.253	1.321.253
Transferência entre categorias	-	-	-	(9.432.848)	(9.432.848)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	900.350	137.552	(557.559)	2.617.911	3.098.254

(1) Estes papéis foram reclassificados entre os níveis 2 e 3, pois conforme metodologia interna da Organização, certos impactos em parâmetros de avaliação de risco podem resultar na utilização de dados observáveis e não observáveis, ocorrendo assim a transferência do nível 2 para o nível 3 e vice versa.

Análise de sensibilidade dos ativos financeiros classificados no nível hierárquico 3 (dados não observáveis):

	Cenários	Em 31 de dezembro - R\$ mil			
		2024		2023	
		Impacto no resultado	Impacto no patrimônio	Impacto no resultado	Impacto no patrimônio
Taxa de juros em reais	1	-	(3)	-	151
	2	-	(985)	-	35.207
	3	-	(1.841)	-	66.294
Índices de preços	1	-	-	-	(147)
	2	-	-	-	(18.782)
	3	-	-	-	(35.401)
Cupom Cambial	1	-	(12)	-	(4)
	2	-	(1.849)	-	(603)
	3	-	(3.621)	-	(1.186)
Moeda Estrangeira	1	-	893	-	487
	2	-	22.325	-	12.187
	3	-	44.649	-	24.373
Renda variável	1	4.632	10.591	4.163	6.615
	2	115.811	264.784	104.073	165.378
	3	231.622	529.568	208.146	330.756

As análises de sensibilidade das exposições financeiras (*Carteiras Trading e Banking*) da Organização, foram efetuadas a partir dos cenários elaborados para as respectivas datas, sempre considerando as informações de mercado na época e cenários que afetariam negativamente nossas posições, conforme exemplos abaixo:

Cenário 1: Com base nas informações de mercado (B3, Anbima etc.) foram aplicados choques de 1 ponto base para taxa de juros e 1,0% de variação para preços. Por exemplo: para uma cotação Real/Dólar de R\$ 6,19 foi utilizado um cenário de R\$ 6,25, enquanto para uma taxa de juros prefixada de 1 ano de 15,42% foi aplicado um cenário de 15,43%;

Cenário 2: Foram determinados choques de 25,0% com base no mercado. Por exemplo: para uma cotação Real/Dólar de R\$ 6,19 foi utilizado um cenário de R\$ 7,74, enquanto para uma taxa de juros prefixada de 1 ano de 15,42% foi utilizado um cenário de 19,27%. Os cenários para os demais fatores de risco, também, representaram choque de 25,0% nas respectivas curvas ou preços; e

Cenário 3: Foram determinados choques de 50,0% com base no mercado. Por exemplo: para uma cotação Real/Dólar de R\$ 6,19 foi utilizado um cenário de R\$ 9,29, enquanto para uma taxa de juros prefixada de 1 ano de 15,42% foi utilizado um cenário de 23,12%. Os cenários para os demais fatores de risco, também, representam choque de 50,0% nas respectivas curvas ou preços.

Instrumentos financeiros não mensurados ao valor justo

A tabela abaixo resume os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros que não foram apresentados no balanço patrimonial ao seu valor justo, classificados pelos níveis hierárquicos:

	Em 31 de dezembro - R\$ mil									
	2024					2023				
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Valor Justo	Valor Contábil	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Valor Justo	Valor Contábil
Ativos										
Aplicações interfinanceiras de liquidez	-	196.235.524	-	196.235.524	196.233.298	-	205.228.671	-	205.228.671	205.102.659
Títulos e valores mobiliários mantidos até o vencimento	177.079.440	95.522.510	9.897.624	282.499.574	290.180.700	96.232.352	4.391.161	102.879	100.726.392	98.756.117
Operações de crédito	-	-	727.760.109	727.760.109	719.194.023	-	-	625.991.386	625.991.386	628.596.602
Passivos										
Recursos de instituições financeiras	-	-	374.212.384	374.212.384	361.818.310	-	-	332.089.303	332.089.303	323.422.783
Recursos de clientes	-	-	644.856.874	644.856.874	644.338.463	-	-	599.473.510	599.473.510	621.934.680
Recursos de emissão de títulos	-	-	259.054.688	259.054.688	257.977.344	-	-	226.021.936	226.021.936	244.966.258
Dívidas subordinadas	-	-	58.990.729	58.990.729	57.458.927	-	-	52.423.119	52.423.119	50.337.854

Abaixo apresentamos as metodologias utilizadas para determinar os valores justos apresentados acima:

Aplicações Interfinanceiras de Liquidez: Os valores justos foram estimados para grupos de operações de crédito similares com base no tipo de operação, qualidade de crédito e prazo de vencimento. O valor justo das operações prefixadas foi determinado mediante o desconto de fluxos de caixa estimados adotando taxas de juros, que equivalem aproximadamente às nossas taxas de juros para novos contratos para operações similares. Nos casos de deterioração do crédito, os fluxos de caixa estimados para operações a taxas fixas e variáveis foram reduzidos de modo a incorporar as perdas estimadas.

Títulos e valores mobiliários mantidos até o vencimento: Os ativos financeiros são contabilizados pelo custo atualizado. Os valores justos são baseados nas premissas mencionadas na Nota 3. Veja Nota 8 para detalhes do títulos e valores mobiliários mantidos até o vencimento.

Operações de Crédito: O valor justo relativo a operações de crédito de curso normal é calculado através do desconto dos fluxos de caixa do principal e dos juros programados até o vencimento, adotando as taxas de desconto do mercado e as curvas de rentabilidade, que refletem o risco de crédito e taxa de juros inerentes a cada modalidade de operação na data do encerramento de cada período apresentado. O valor justo para operações de crédito de curso anormal é calculado através do desconto dos fluxos de caixa ou ao valor da respectiva garantia.

As operações de crédito de curso anormal foram distribuídas nas respectivas categorias de operações de crédito, para fins de divulgação do cálculo do valor justo. As premissas referentes aos fluxos de caixa e às taxas de desconto são determinadas com base nas informações disponíveis no mercado e dados específicos sobre o tomador.

Recursos de instituições financeiras e de clientes: O valor justo dos recursos de instituições financeiras e de clientes a taxas fixas com vencimentos preestabelecidos foi calculado mediante os fluxos de caixa descontados nas condições contratuais e as taxas atualmente praticadas no mercado para instrumentos, cujos prazos de vencimento e termos são similares. Para os depósitos a taxas variáveis, o valor justo foi considerado aproximadamente equivalente ao valor contábil.

Recursos de emissão de títulos e Dívidas subordinadas: Os valores justos foram estimados por meio do cálculo de fluxos de caixa descontados, que aplica as taxas de juros oferecidas no mercado, cujos vencimentos e prazos são similares.

37) OUTRAS INFORMAÇÕES

a) Resultados não recorrentes

De acordo com a Resolução BCB nº 2/2020 (Artigo 34) e política de avaliação e mensuração de eventos não recorrentes da Organização Bradesco, apresentamos abaixo os resultados não recorrentes dos períodos:

Nosso resultado contábil no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 foi de R\$ 19.085.448 mil, o resultado recorrente foi de R\$ 19.553.810 mil e o resultado não recorrente foi de R\$ (468.362) mil líquido de impostos, abaixo detalhamos:

i. Provisão para reestruturação – R\$ (442.881) mil; e ii. *Impairment* de Ativos Não Financeiros – R\$ (25.481) mil.

Nosso resultado contábil no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 foi de R\$ 15.121.802 mil, o resultado recorrente foi de R\$ 15.750.394 mil e o resultado não recorrente foi de R\$ (628.592) mil líquido de impostos, abaixo detalhamos:

i. Provisão para reestruturação – R\$ (570.228) mil; e ii. *Impairment* de Ativos Não Financeiros – R\$ (58.364) mil.

b) Fundos de investimentos e carteiras

A Organização administra fundos de investimento e carteiras, cujos patrimônios líquidos em 31 de dezembro de 2024 atingiram R\$ 1.268.106.118 mil (em 31 de dezembro de 2023 – R\$ 1.192.511.407 mil).

- c) Em 16 de novembro de 2022 foi promulgada a Lei nº 14.467, que estabelece novas regras para a dedutibilidade das perdas de créditos decorrentes das atividades das instituições financeiras e das demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, nas bases de cálculo do imposto de renda e da CSLL, que produzirá efeitos a partir de 1º de janeiro de 2025, tendo como regra principal a aplicação de fatores para dedução de operações inadimplidas (operação com atraso superior a noventa dias).

Com a publicação da Lei nº 15.078, em 27 de dezembro de 2024, as perdas em 1º de janeiro de 2025, relativas aos créditos que se encontrem inadimplidos em 31 de dezembro de 2024, que não tenham sido deduzidas até essa data (estoque), somente poderão ser excluídas na determinação do lucro real e da base de cálculo da CSLL à razão de um oitenta e quatro avos ou cento e vinte avos, para cada mês do período de apuração, a partir do mês de janeiro de 2026. Esta Lei vetou a exclusão das perdas no ano de 2025 em montante superior ao lucro real do exercício. As perdas não deduzidas nesse período terão o mesmo tratamento do estoque de 01 de janeiro de 2025.

- d)** Em 16 de janeiro de 2025, foi publicada a Lei Complementar nº 214, resultante da conversão do PLP nº 68/2024. Esta lei é parte da regulamentação da Emenda Constitucional nº 132, que estabelece a Reforma Tributária sobre o Consumo. Ela institui o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) e o Imposto Seletivo (IS), marcando um passo importante na Reforma Tributária do consumo. O Banco está acompanhando esse tema e avaliando os efeitos que serão produzidos por esta e futuras regulamentações ainda em tramitação no Congresso Nacional.
- e)** Em conformidade com a Resolução CMN 3.263/05, informamos que o Banco Bradesco S.A. possui acordos para a compensação e liquidação de obrigações firmadas com determinadas contrapartes. As obrigações de pagamento para com o Banco Bradesco S.A., decorrentes de operações de crédito e derivativos, na hipótese de inadimplência da contraparte, serão compensadas com as obrigações de pagamento do Banco Bradesco junto à contraparte.
- f)** Em 5 de fevereiro de 2024, foi comunicado ao mercado que o Bradesco e a BB Elo Cartões Participações S.A. (“BB Elo” e, em conjunto com o Bradesco, os “Acionistas Controladores”), encaminharam comunicado à Cielo S.A. – Instituição de Pagamento (“Cielo”), informando a respeito de sua decisão de proceder à conversão do registro de companhia aberta da Cielo de categoria “A” para “B”, com a sua consequente saída do segmento especial de listagem do Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (“B3”), por meio do lançamento de uma oferta pública unificada de aquisição de ações ordinárias para conversão de registro de companhia aberta da categoria “A” para “B” e saída de segmento especial de listagem, de acordo com a legislação aplicável e o estatuto social da Cielo (“OPA”).

Em 5 de julho de 2024, a CVM deferiu o registro da oferta pública unificada de aquisição de ações ordinárias de emissão da Cielo para conversão do seu registro de companhia aberta da categoria “A” para “B” e saída do Novo Mercado (“OPA”).

Em 10 de julho de 2024, foram disponibilizados pela Cielo o Edital e Laudo de Avaliação da oferta pública, cujo leilão foi realizado em 14 de agosto de 2024, às 15h. A OPA teve por objeto 902.247.285 ações ordinárias de emissão da Cielo, pelo preço à vista de R\$ 5,60 por ação, sujeito aos ajustes de preço pelo CDI previstos no Edital.

Em 14 de agosto de 2024, foi realizado o leilão da oferta pública das ações da Cielo para conversão de seu registro de companhia aberta da categoria “A” para “B” na Comissão de Valores Mobiliários e saída do segmento Novo Mercado da B3 S.A., com isso as Ofertantes adquiriram 736.857.044 ações ordinárias de emissão da Cielo, que representam 27,1% do seu capital social. As ações foram adquiridas pelo preço

unitário de R\$ 5,82, totalizando o valor de R\$ 4.288.508 mil. A liquidação do Leilão ocorreu em 16 de agosto de 2024.

Em 16 de agosto de 2024, a Cielo S.A. informou que recebeu o comunicado das empresas Ofertantes (controladas do Bradesco e BB Elo Cartões Participações S.A.), onde informaram que se tornaram, em conjunto, titulares de 2.583.914.571 ações ordinárias de emissão da Companhia, equivalentes a 95,1% do seu capital social, como resultado de aquisições de ações realizadas em cumprimento à obrigação de estender a possibilidade de venda aos acionistas remanescentes que não alienaram ações de sua titularidade no âmbito do leilão da oferta pública unificada de aquisição de ações ordinárias de emissão da Companhia lançada pelas Ofertantes ("OPA") durante o período de 3 (três) meses seguintes à data de sua realização. Em decorrência dessas aquisições, restaram em circulação ações de emissão da Cielo representativas de percentual inferior a 5% do capital social.

Em 27 de setembro de 2024, a Cielo, informou que foi aprovado, em assembleia geral de acionistas da Companhia realizada nesta data, o resgate compulsório da totalidade das ações ordinárias de emissão da Companhia remanescentes em circulação, nos termos do item 9.1.1 do edital da OPA e do disposto no art. 4º, §5º, da Lei nº 6.404/76 ("Resgate Compulsório"). A operação não gerou efeitos relevantes no resultado.

- g)** Em 8 de agosto de 2024, o Bradesco, por meio de suas controladas, celebrou um Acordo de Investimentos com a John Deere Brasil S.A. ("John Deere Brasil"), uma subsidiária integral da Deere & Company (USA), uma das líderes globais no fornecimento de equipamentos agrícolas, de construção e silvicultura. Por meio deste acordo, deteremos uma participação de 50% no Banco John Deere S.A. ("Transação"). Essa parceria estratégica fortalecerá ainda mais o posicionamento nos setores de agronegócio e construção, expandindo a oferta de financiamento e serviços financeiros para clientes e concessionários na aquisição de equipamentos, peças e serviços do grupo John Deere. A transação está sujeita ao cumprimento de determinadas condições precedentes usuais e não causará impacto material no índice de capitalização do Bradesco.

Vinicius Panaro
Contador – CRC 1SP324844/O-6



Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais

Ao
Conselho de Administração e Acionistas do
Banco Bradesco S.A.
Osasco - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais do Banco Bradesco S.A. (“Banco” ou “Bradesco”) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Bradesco S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais”. Somos independentes em relação ao Bradesco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do semestre e exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Avaliação da mensuração da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

Conforme descrito nas notas explicativas nº 2e e 10 o Bradesco registrou em 31 de dezembro de 2024, o montante de R\$ 42.587.188 mil de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito para as operações de crédito, que compreendem, as operações de crédito, de arrendamento mercantil, adiantamentos sobre contratos de câmbio e outros créditos com características de concessão de crédito.

Para determinar a provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito o Bradesco classifica as operações de crédito em nove níveis de risco (“*ratings*”), levando em consideração fatores e premissas dos clientes e das operações, tais como situação econômico-financeira, grau de endividamento, setor de atividade econômica, características



das garantias, dias de atraso e demais fatores e premissas previstos na Resolução CMN nº 2.682/99, sendo “AA” o risco mínimo e “H” o risco máximo, aplicando os respectivos percentuais de perda determinados pela referida Resolução para cada *rating*.

Adicionalmente, o Bradesco complementa suas estimativas (provisão complementar) por meio de estudos internos baseados em modelos estatísticos que capturam informações históricas e prospectivas, de forma a refletir a sua expectativa de perdas em diferentes cenários econômicos (positivo, esperado e adverso).

Consideramos a mensuração da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito como um principal assunto de auditoria, em razão do julgamento significativo envolvido na avaliação das premissas utilizadas na classificação das operações de crédito e na determinação da provisão complementar.

Como nossa auditoria abordou esse assunto

Os principais procedimentos que realizamos para tratar esse assunto significativo para nossa auditoria incluíram os resumos abaixo:

- Testamos o desenho e a efetividade operacional de certos controles internos automatizados e manuais, relacionados aos processos: (i) desenvolvimento, aprovação e aplicação das metodologias internas de avaliação dos níveis de risco (“*ratings*”) dos clientes que suportam a classificação das operações; (ii) definição, aprovação e aplicação das principais premissas utilizadas na atribuição dos *ratings*, incluindo aqueles relacionados a revisão individualizada da análise de risco de crédito e a governança estabelecida para respectiva aprovação.
- Adicionalmente, para os clientes avaliados individualmente, analisamos com base em amostragem (por critérios estatísticos e itens específicos), os dados que suportam a definição e revisão dos *ratings* dos clientes pelo Bradesco, tais como a proposta de crédito, informações contábeis e cadastrais, reestruturação operacional e/ou financeira, garantias e plano de recuperação judicial, verificando a aderência desta atribuição de *rating* em relação às políticas internas do Bradesco. Para os clientes avaliados de forma massificada, testamos a atribuição das classificações de *ratings* de acordo com as metodologias internas de avaliação dos níveis de risco de cada cliente. Avaliamos também, as metodologias e premissas utilizadas para a determinação da provisão complementar, que incluem a avaliação do Bradesco quanto aos níveis da inadimplência percebidos, dos níveis de desemprego, entre outros fatores.
- Analisamos, por amostragem estatística, o cálculo aritmético da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, considerando a avaliação sobre o atendimento aos requisitos estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/99, como níveis mínimos de provisão em relação aos dias em atraso, atribuição do pior *rating* para operações de um mesmo grupo econômico e manutenção do *rating* para casos de renegociação/recuperação do crédito. Avaliamos ainda as divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras individuais.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos adequada a mensuração da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, no contexto das demonstrações financeiras individuais tomadas em conjunto referente ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2024.

Avaliação da mensuração de títulos e valores mobiliários de emissores privados

Conforme descrito nas notas explicativas nº 2d e 8 às demonstrações financeiras individuais, o montante dos títulos e valores mobiliários de emissores privados é de R\$ 153.280.941 mil, que inclui títulos e valores mobiliários mensurados a valor de mercado/justo, cujos valores



ou parâmetros de valores de mercado/justo não são observáveis (níveis 2 e 3 da hierarquia de valor justo).

A determinação dos valores de mercado/justo dos títulos e valores mobiliários de emissores privados, cujos valores de mercado/justo ou parâmetros para a obtenção dos valores de mercado/justo não são observáveis no mercado, está sujeita a um nível maior de incerteza, na medida em que o Bradesco efetua julgamentos significativos na determinação dos métodos e das premissas utilizadas, como taxas de juros e *spreads* de crédito. Os títulos e valores mobiliários de emissores privados classificados nas categorias “Disponíveis para venda” e “Mantidos até o vencimento” também são avaliados quanto a indicativos de evidência de perda do valor recuperável, que também envolve um alto nível de julgamento em sua determinação, considerando as metodologias e premissas utilizadas, tais como avaliação do risco de crédito incluindo as garantias.

Consideramos a mensuração do valor de mercado/justo e a avaliação de indicativos de perda do valor recuperável dos títulos e valores mobiliários de emissores privados como um assunto significativo para nossa auditoria, devido ao grau de julgamento, envolvido na determinação dos métodos e das premissas utilizadas.

Como nossa auditoria abordou esse assunto

Os principais procedimentos que realizamos para tratar esse assunto significativo para nossa auditoria incluíram os resumos abaixo:

- Testamos o desenho e a efetividade operacional de certos controles internos automatizados e manuais, relacionados aos processos: (i) definição, aprovação e aplicação dos modelos utilizados na mensuração do valor de mercado/justo de títulos e valores mobiliários de emissores privados; (ii) captura de dados relevantes para a mensuração do valor de mercado/justo; (iii) verificação da aderência dos cálculos do valor de mercado/justo de determinados instrumentos financeiros por área independente; (iv) definição e aplicação das premissas utilizadas na avaliação dos indicativos de perda do valor recuperável dos títulos e valores mobiliários de emissores privados como o risco de crédito da contraparte e a avaliação das garantias.
- Para uma amostra estatística de títulos e valores mobiliários de emissores privados, cujos parâmetros para mensuração do valor de mercado/justo não são observáveis, avaliamos, com o envolvimento dos nossos profissionais de precificação de instrumentos financeiros com conhecimento e experiência no setor, os modelos desenvolvidos pelo Bradesco para a determinação dos valores de mercado/justo, por meio do uso de parâmetros independentes.
- Adicionalmente, com base em amostragem (por critérios estatísticos e itens específicos), avaliamos as premissas consideradas na análise do *spread* de crédito utilizado na precificação de certos instrumentos financeiros de emissores privados, bem como aquelas consideradas na avaliação dos indicativos e na mensuração da perda do valor recuperável.
- Os nossos procedimentos incluíram, também, a avaliação das divulgações efetuadas pelo Bradesco nas demonstrações financeiras individuais.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos adequada a mensuração dos títulos e valores mobiliários de emissores privados, no contexto das demonstrações financeiras individuais tomadas em conjunto referente ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2024.



Avaliação da mensuração das provisões e das divulgações dos passivos contingentes - Fiscais e cíveis

Conforme descrito nas notas explicativas nº 2m e 22, às demonstrações financeiras individuais, o Bradesco é parte passiva em processos judiciais de naturezas fiscais e cíveis para os quais possui provisões registradas nos montantes de R\$ 2.025.123 mil e R\$ 5.962.941 mil, respectivamente em 31 de dezembro de 2024.

As provisões de processos fiscais e cíveis, como aqueles relacionados à legalidade e constitucionalidade de certos impostos, indenização de supostos danos morais e patrimoniais, referentes a produtos e serviços bancários, inserção de informações sobre devedores no cadastro de restrições ao crédito, ajustes de correção monetária dos saldos de cadernetas de poupança devido à implementação de planos econômicos pelo Governo Federal, e para outras ações cíveis específicas, foi necessário julgamento significativo para determinar a probabilidade de perda e estimar o valor envolvido.

Identificamos a avaliação da mensuração das provisões e a divulgação de passivos contingentes para processos tributários e cíveis como um dos principais assuntos de auditoria, uma vez que, a avaliação exigiu um alto grau de julgamento dos auditores devido à natureza subjetiva das estimativas, julgamentos e premissas feitas pelo Bradesco. No caso dos processos tributários e cíveis, as estimativas, julgamentos e premissas estão relacionadas a determinação da probabilidade de perda e do valor envolvido.

Como nossa auditoria abordou esse assunto

Os principais procedimentos que realizamos para tratar esse assunto significativo para nossa auditoria incluíram os resumos abaixo:

- Testamos o desenho e a efetividade operacional de certos controles internos relacionados a avaliação e mensuração das provisões e das divulgações dos processos fiscais e cíveis. Dentre esses controles estão a avaliação de informações recebidas de consultores jurídicos externos e internos sobre os processos judiciais fiscais e cíveis;
- Obtivemos e lemos as cartas recebidas diretamente dos consultores jurídicos externos do Banco para certos processos tributários, e a documentação preparada pelos consultores jurídicos internos para certos processos cíveis com a avaliação da probabilidade e estimativa do valor de perda de tais ações. Comparamos essas avaliações e estimativas com as utilizadas pelo Banco e, consideramos os dados e informações históricas relacionadas aos processos em questão, a fim de avaliar as provisões e divulgações feitas em relação a esses assuntos.
- Envolvermos profissionais com experiência e conhecimentos especializados na área tributária, que auxiliaram na avaliação da probabilidade e estimativa de perda de determinados processos tributários específicos em relação aos méritos técnicos e a documentação suporte da posição do Banco.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos adequada a mensuração das provisões e as divulgações dos passivos contingentes de natureza fiscal e cível, no contexto das demonstrações financeiras individuais tomadas em conjunto referente ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2024.

Avaliação da recuperabilidade dos créditos tributários

Conforme descrito nas notas explicativas nº 2f e 32c, às demonstrações financeiras individuais, o Bradesco possui o montante de R\$ 94.494.608 mil de ativos relativos a créditos tributários, em 31 de dezembro de 2024.



O Bradesco reconhece esses créditos tributários considerando que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para utilização. As estimativas de lucros tributáveis futuros do Bradesco são baseadas nos planos de negócios e orçamentos preparados pela Administração, e exigem que o Bradesco estabeleça uma série de premissas relacionadas a eventos e condições futuras. Alterações em certas premissas sobre o futuro, tais como taxas de crescimento das principais linhas de negócios, taxas de juros e taxas de câmbio, podem ter um impacto significativo nas projeções e, conseqüentemente, na recuperabilidade dos créditos tributários.

Identificamos a avaliação da recuperabilidade dos créditos tributários como um principal assunto de auditoria. A avaliação das estimativas de lucro tributável futuro e as premissas subjacentes às expectativas de geração dos lucros futuros exigem julgamento dos auditores devido à sensibilidade a pequenas mudanças nas premissas e ao grau de subjetividade associado a essas premissas.

Como nossa auditoria abordou esse assunto

Os principais procedimentos que realizamos para tratar esse assunto significativo para nossa auditoria incluíram os resumos abaixo:

- Testamos o desenho e a efetividade operacional de certos controles internos sobre o processo de estimativa dos lucros tributáveis futuros. Dentre esses estão os controles relacionados ao desenvolvimento e aprovação das premissas chaves para a elaboração do orçamento e as estimativas de lucros tributáveis futuros.
- Envolvemos profissionais com habilidades e conhecimento especializados em finanças corporativas que nos auxiliaram na avaliação das premissas, incluindo taxas de crescimento das principais linhas de negócio, taxas de juros futuras e taxas de câmbio subjacentes às estimativas do Bradesco de lucros tributáveis futuros. Avaliamos a capacidade do Bradesco para projetar os lucros tributáveis com precisão ao compararmos os lucros tributáveis estimados para o ano encerrado em 31 de dezembro de 2024 preparados no ano anterior, com os lucros tributáveis reais em 2024.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos adequada a avaliação da recuperabilidade dos créditos tributários no contexto das demonstrações financeiras individuais tomadas em conjunto referente ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2024.

Avaliação da mensuração das provisões técnicas de seguros e previdência registradas em empresas controladas mensuradas pelo método de equivalência patrimonial

Conforme descrito nas notas explicativas nº 2g, 12 e 34f às demonstrações financeiras individuais, o Bradesco possui participações societárias em empresas controladas do segmento de Seguros e Previdência. Essas controladas registraram provisões técnicas relacionadas aos contratos de seguros e de previdência privada no montante de R\$ 393.981.047 mil em 31 de dezembro de 2024.

Para realizar o teste de adequação de passivos e para mensurar certas provisões técnicas o Bradesco utiliza técnicas e métodos atuariais que requerem julgamento na determinação de metodologias e definição de premissas que incluem, entre outras, sinistralidade, longevidade, persistência e taxas de desconto.

Identificamos a relevância dos julgamentos envolvidos na mensuração dessas estimativas e os impactos que eventuais variações nessas premissas teriam sobre as demonstrações financeiras individuais do Bradesco como um principal assunto de auditoria. As premissas utilizadas na mensuração das provisões técnicas e na realização do teste de adequação de



passivos são subjetivas, de maneira que, pequenas variações em determinadas premissas podem resultar em mudanças significativas na mensuração dessas provisões.

Como nossa auditoria abordou esse assunto

Os principais procedimentos que realizamos para tratar esse assunto significativo para nossa auditoria incluíram os resumos abaixo:

- Testamos o desenho e a efetividade operacional de certos controles internos relacionados à mensuração das provisões técnicas e à realização do teste de adequação de passivos, incluindo os controles relativos ao desenvolvimento e a aprovação das metodologias atuariais e premissas relacionadas a sinistralidade, longevidade, persistência e taxas de desconto; e à revisão e aprovação dos cálculos para mensuração das provisões técnicas.
- Envolvemos nossos profissionais com conhecimentos específicos atuariais que auxiliaram nos seguintes aspectos:
 - I. na avaliação das metodologias utilizadas na realização do teste de adequação de passivos e na mensuração das provisões técnicas mencionadas acima mediante a comparação com requerimentos regulatórios e práticas de mercado;
 - II. nos testes sobre a razoabilidade das premissas relacionadas à sinistralidade, longevidade, persistência e taxas de desconto utilizadas na realização do teste de adequação de passivos e na mensuração das provisões técnicas, ao utilizar informações históricas do Bradesco e comparar com as práticas regulatórias e da indústria aplicáveis;
 - III. na realização de testes, por meio de amostragem, da exatidão matemática do teste de adequação de passivos e das provisões técnicas mencionadas acima, com base nas informações históricas do Bradesco, metodologias e premissas;
 - IV. no desenvolvimento, por meio de amostragem, de estimativa independente de certas provisões técnicas, utilizando técnicas atuarias geralmente aceitas e premissas independentes; e
 - V. na avaliação das projeções de sinistros realizadas pelo Bradesco, por meio de comparação das estimativas históricas com os pagamentos subsequentes realizados.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos adequada a mensuração das provisões técnicas de seguros e previdência, no contexto das demonstrações financeiras individuais tomadas em conjunto referente ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2024.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individuais do valor adicionado (DVA) referentes ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2024, elaboradas sob a responsabilidade da Administração do Bradesco, e apresentadas como informação suplementar em relação às práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras do Bradesco. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras individuais e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, as demonstrações



individuais do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais tomadas em conjunto.

Demonstrações financeiras consolidadas

O Bradesco elaborou um conjunto completo de demonstrações financeiras consolidadas do Banco Bradesco S.A. e suas controladas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro - IFRS emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) apresentadas separadamente, sobre as quais emitimos relatório de auditoria independente separado, não contendo qualquer modificação, com data de 06 de fevereiro de 2025.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e o relatório dos auditores

A Administração do Bradesco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras individuais ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras individuais livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade do Bradesco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras individuais, a não ser que a Administração pretenda liquidar o Bradesco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Bradesco são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras individuais.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou



em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Bradesco.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas, a razoabilidade das estimativas contábeis e as respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza significativa em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Bradesco. Se concluirmos que existe uma incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Bradesco a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com os requisitos éticos pertinentes, de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa

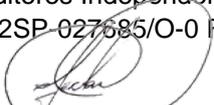


independência, incluindo, quando aplicável, as ações tomadas para eliminar as ameaças ou as salvaguardas aplicadas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras individuais do semestre e exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório, porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 06 de fevereiro de 2025

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-027685/O-0 F SP



Cláudio Rogélio Sertório
Contador CRC 1SP212059/O-0

Aos Conselheiros de Administração da ORGANIZAÇÃO BRADESCO

1. APRESENTAÇÃO

1.1. O ambiente macroeconômico e as prioridades do COAUD no Exercício Social de 2024

Os ambientes macroeconômicos doméstico e internacional permaneceram desafiadores no ano de 2024. A propósito, o Banco Central do Brasil (Bacen) destacou, no Relatório de Inflação - RI¹ de dezembro de 2024, que o ambiente externo exigia cautela por parte de países emergentes, destacando a conjuntura nos Estados Unidos da América (EUA), a redução no ritmo de desaceleração da atividade econômica, o processo gradual de desinflação, e os esforços dos bancos centrais das principais economias para a convergência das taxas de inflação para as metas estabelecidas, diante das pressões nos mercados de trabalho. Ainda, o Bacen chamou a atenção de que grande parte dos bancos centrais das economias avançadas está diminuindo o grau restritivo da política monetária, depois do ciclo de aperto observado em 2021 e 2022, apesar de ainda consideradas em níveis contracionistas, de modo a assegurar a conclusão da etapa final do processo de desinflação.

Quanto ao cenário doméstico, o Bacen ressaltou que a atividade econômica e o mercado de trabalho se mantêm aquecidos, com o Produto Interno Bruto (PIB) apresentando ritmo robusto, com destaque para o consumo das famílias e formação bruta de capital fixo, o que culminou com a revisão para cima das projeções de crescimento para 2024 e 2025, apesar da perspectiva de desaceleração da atividade em decorrência do aperto na política monetária e expectativa de menor impulso fiscal.

Diante de ambiente considerado como “mais adverso para a convergência da inflação”, marcado pela “desancoragem das expectativas de inflação, elevação das projeções de inflação, dinamismo acima do esperado da atividade e maior abertura do hiato do produto”, o Comitê de Política Monetária (Copom), em sua última reunião do ano de 2024, realizada em dezembro, decidiu elevar a taxa básica de juros em 1,00 ponto percentual, para 12,25% a.a., antevendo ajustes da mesma magnitude nas duas próximas reuniões de 2025, mantendo política monetária contracionista, com o objetivo de convergir para a meta de inflação estabelecida pelo Conselho Monetário Nacional – CMN.

Nesse cenário de início do ciclo de aperto na política monetária, forte crescimento econômico e mercado de trabalho aquecido, o RI de dezembro de 2024 destaca que, depois da evolução apresentada no primeiro semestre de 2024, o

¹ Banco Central do Brasil – Relatório de Inflação – RI – Volume 26, Número 4, Dezembro 2024.

mercado de crédito mostra sinais incipientes de inflexão, com recuo nas operações para pessoas físicas, em virtude da elevação das taxas de juros, repassando o aumento da Selic para o custo do crédito. O Bacen já observa moderação no volume de concessões, que recuaram no segmento de pessoas físicas, apesar do crescimento robusto no segmento de pessoas jurídicas.

Considerando o cenário de política monetária restritiva, cujos efeitos devem se concentrar em 2025, e a reavaliação da trajetória dos financiamentos com recursos direcionados, o Bacen revisou para baixo, ainda no RI de dezembro de 2024, as projeções de crescimento nominal do saldo das operações de crédito do Sistema Financeiro Nacional (SFN). Para 2024, passou de 11,1% para 10,6%; e para 2025, de 10,3% para 9,6%.

Quanto à inadimplência, considerados os atrasos superiores a 90 dias no crédito às empresas e às famílias, o RI relata que permaneceu relativamente estável ao longo do ano de 2024, alcançando 3,1% do saldo total das operações de crédito do SFN.

No âmbito regulatório, o SFN continua experimentando período de significativas demandas e requisitos que impactam diversas áreas da Organização Bradesco (Banco Bradesco e Empresas Ligadas), tais como tecnologia da informação, câmbio e capitais internacionais, prevenção à lavagem de dinheiro e financiamento ao terrorismo e armas de destruição em massa, relacionamento com clientes e usuários de serviços financeiros (educação financeira, suitability de produtos, fraudes e golpes, clientes potencialmente vulneráveis), gestão corporativa de riscos (por exemplo, a integração dos riscos Ambientais, Sociais e de Governança – ASG, ou ESG na sua expressão em inglês – com foco particularmente no Risco Climático), e elaboração de Demonstrações Financeiras (avanço nos requisitos voltados para a adoção completa das Normas Internacionais de Informação Financeira - NIIF para todas as instituições subordinadas à supervisão do Bacen, e não somente para as Demonstrações Financeiras Consolidadas).

Nesse contexto, o Comitê de Auditoria Estatutário (COAUD ou Comitê) da Organização Bradesco, vigilante às suas atribuições e responsabilidades, tendo em conta o ambiente macroeconômico e regulatório em constante e significativa transformação, tem dedicado atenção especial aos novos desafios, riscos e prioridades estratégicas da Organização, bem como ao acompanhamento dos avanços e aprimoramentos na governança e sistemas de gestão de riscos e de controles internos associados às principais operações e produtos. Focado na integridade das Demonstrações Financeiras e controles internos a elas relacionados, na eficácia da Auditoria Interna Global (AIGL) e na qualidade e independência da Auditoria Independente (KPMG), o Comitê prioriza a transparência, particularmente em relação às decisões estratégicas e aos seus reflexos na posição econômico-financeira e nos resultados, desenvolvendo seus trabalhos em parceria com a Diretoria Executiva, a Auditoria Independente e a Auditoria Interna.

Consideradas tais atribuições e responsabilidades, no Exercício Social de 2024 o COAUD dedicou significativa parcela do seu tempo para entender e avaliar os efeitos

do ambiente macroeconômico, do ciclo da política monetária e da taxa básica de juros nos negócios e resultados da Organização Bradesco, com especial atenção às políticas de concessão de crédito, inadimplência e a consequente constituição de provisões para perdas, à mensuração dos instrumentos financeiros, às premissas, julgamentos e modelos relacionados a componentes significativos das Demonstrações Financeiras (como valor recuperável de créditos tributários e ágios, provisões e passivos contingentes), às divulgações contábeis requeridas relacionadas aos componentes significativos dessas Demonstrações Financeiras, e os efeitos de mudanças regulatórias no ambiente de controles internos.

Para obter uma melhor compreensão dos principais aspectos relativos à governança, gestão de riscos e controles internos, e para acompanhar os desafios enfrentados pela Organização Bradesco, o Comitê se reuniu regularmente com os executivos responsáveis pela gestão do Banco Bradesco e do Grupo Bradesco Seguros (GBS), com destaque para interações frequentes com as áreas de Gestão de Riscos Corporativos, Gestão de Riscos Financeiros, Compliance e Gestão de Riscos Não Financeiros, a Auditoria Interna Global (acompanhando a execução do seu Plano de Trabalho conforme aprovado pelo COAUD), e os comitês de auditoria da Bradseg e da Bradesco Saúde.

Adicionalmente, ao longo do Exercício Social de 2024, o COAUD recebeu atualizações regulares do sócio responsável pela auditoria independente da Organização Bradesco sobre o progresso do trabalho em relação ao planejamento de auditoria, com foco em eventuais riscos novos e emergentes identificados para o período, aprimoramentos nos sistemas de controles internos e gestão de riscos, e nos Principais Assuntos de Auditoria (PAAs). A KPMG Auditores Independentes continua a desafiar a administração nas questões mais relevantes e a fornecer opinião independente ao COAUD sobre julgamentos de questões materiais e o ambiente de controles internos.

1.2. O Comitê de Auditoria Estatuário na Organização Bradesco

Órgão de caráter permanente, vinculado diretamente ao Conselho de Administração da Organização Bradesco, o COAUD é estruturado nos termos da Resolução nº 4.910, de 2021, do Conselho Monetário Nacional (CMN), da Resolução nº 23, de 2021, da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), e demais regulamentações aplicáveis, entre as quais a Lei nº 6.404, de 1976 (Lei das S/A), e a Lei *Sarbanes-Oxley*, cuja observância é requerida para as Companhias registradas na *U.S. Securities and Exchange Commission* (SEC) e listadas na Bolsa de Valores de Nova York (NYSE).

O COAUD é composto por 1 (um) Conselheiro de Administração, que é o Coordenador, e 2 (dois) outros membros, sendo 1 (um) deles qualificado como especialista financeiro. Todos os membros atendem aos critérios de independência estabelecidos na regulamentação vigente e suas competências, conhecimento,

habilidades e experiência são relevantes, compatíveis e adequadas ao segmento em que a Organização Bradesco atua.

O objetivo principal do COAUD é assessorar o Conselho de Administração em suas atribuições relacionadas ao acompanhamento das práticas contábeis adotadas na elaboração das Demonstrações Financeiras da Organização Bradesco, e na indicação da Auditoria Independente. No exercício de suas atribuições, o Comitê atua principalmente sobre (i) a qualidade, transparência e integridade das Demonstrações Financeiras – Individual e Consolidada; (ii) a efetividade dos controles internos para a mitigação dos riscos em processos relevantes a elas associados; e (iii) a assecuração da independência e qualidade dos trabalhos da Auditoria Independente e da Auditoria Interna.

O Comitê de Auditoria realiza reuniões trimestrais com o Conselho de Administração e semestrais com o Conselho Fiscal, ocasião em que apresenta o resultado dos trabalhos de suas atividades.

A composição do COAUD no período de 1º de janeiro de 2024 a 7 de fevereiro de 2025 (data de publicação deste Relatório) foi a seguinte:

Nome	Membro
Alexandre da Silva Glüher (Coordenador)	De maio de 2020 até 15 de janeiro de 2025
Octavio de Lazari Junior (Coordenador)*	A partir de 16 de janeiro de 2025
Amaro Luiz de Oliveira Gomes (especialista financeiro)	Desde março de 2021
Paulo Ricardo Satyro Bianchini	Desde novembro de 2018

(*) Eleito pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 16 de janeiro de 2025. Aguardando homologação pelo Bacen

O senhor Amaro Gomes, tendo em conta seu conhecimento, competências, habilidades e experiência em contabilidade, auditoria e regulação do mercado financeiro, bem como os diversos cargos de liderança que ocupou em organizações onde tais atributos profissionais era requisito essencial, inclusive no âmbito internacional, é membro qualificado especialista financeiro, nos termos do art. 9º. da Resolução CMN nº 4.910, de 2021, do art. 31-C da Resolução CVM nº 23, de 2021, e da seção 407 da Lei *Sarbanes-Oxley*.

2. ATRIBUIÇÕES E RESPONSABILIDADES

2.1. Comitê de Auditoria Estatutário

O Regimento Interno detalhando as atribuições do COAUD está disponível no site www.bradesco.com.br/ri, área de Governança Corporativa. Em essência, a principal atribuição do Comitê é assessorar o Conselho de Administração no monitoramento, avaliação e revisão:

- Das responsabilidades da Diretoria Executiva para garantir:
 - A existência e funcionamento de sistema de controles internos eficaz e estruturado para proteger os ativos e as receitas da Organização, e para a elaboração das Demonstrações Financeiras;
 - A integridade das Demonstrações Financeiras Individual e Consolidada da Organização Bradesco, com atenção aos julgamentos e premissas contábeis significativos, bem como dos Relatórios da Administração e quaisquer anúncios formais e informações requeridas pelos reguladores e a elas relacionados;
 - A conformidade (*compliance*) com os padrões éticos, políticas, planos e procedimentos da Organização, bem como com leis e regulamentos;
- Da qualificação, independência e desempenho da Auditoria Independente, incluindo responsáveis pela auditoria atuarial, bem como o relacionamento com os mesmos;
- Da independência, desempenho, capacitação e eficácia da Auditoria Interna;
- Da eficácia das políticas e procedimentos para recepção e tratamento de informações e denúncias acerca do descumprimento de dispositivos legais e normativos aplicáveis à Organização Bradesco.

Mensalmente, o COAUD elabora Relatório com os principais assuntos tratados em reuniões e devidamente registrados em Atas com recomendações e acompanhamentos de adequação, melhorias de processos e controles, instrumento disponibilizado no Portal de Governança para conhecimento dos Membros do Conselho de Administração. Adicionalmente, por intermédio do seu Coordenador, mantém o Conselho de Administração regularmente informado acerca dos assuntos relevantes associados às atribuições do Comitê, em especial aqueles diretamente relacionados às Demonstrações Financeiras.

2.2. Administração da Organização Bradesco

A Administração é responsável:

- Pela definição e implementação de processos e procedimentos que visam a coletar dados para a elaboração das Demonstrações Financeiras, com observância da legislação societária, das práticas contábeis adotadas no Brasil, das Normas Internacionais de Relatórios Financeiros (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), dos atos normativos pertinentes do Conselho Monetário Nacional (CMN), da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e do Banco Central do Brasil (Bacen) e, pelo Banco Bradesco ser listado na Bolsa de Valores de Nova York (NYSE), das normas estabelecidas pela SEC e pela Lei *Sarbanes-Oxley* (SOx);
- Pela elaboração das Demonstrações Financeiras de forma íntegra, gestão dos riscos, efetividade do sistema de controles internos, e por zelar pela conformidade das atividades em atendimento às normas legais e regulamentares; e
- Pelos processos, políticas e procedimentos de controles internos que assegurem a salvaguarda dos ativos, o tempestivo reconhecimento de passivos e a eliminação ou redução, em níveis aceitáveis, dos fatores de risco.

2.3. Auditoria Independente

A KPMG é a responsável pela auditoria das Demonstrações Financeiras semestrais e anuais, e pela revisão das Informações Trimestrais (ITRs), emitindo relatórios que refletem o resultado de suas verificações e apresentando a sua opinião independente a respeito da fidedignidade dessas Demonstrações em relação às práticas contábeis adotadas no Brasil e com as IFRS, emitidas pelo IASB, além da aderência às normas do CMN, da CVM, do Bacen, da SUSEP, da ANS e preceitos da legislação societária brasileira e regulamentação norte-americana aplicável ao Banco Bradesco e suas Controladas.

2.4. Auditoria Interna Global (AIGL)

Diretamente subordinada ao Conselho de Administração, a Auditoria Interna Global (AIGL) atua de forma independente e objetiva – livre de qualquer interferência quanto a questões de auditoria, seleção, escopo, procedimentos, frequência, tempo ou conteúdo do relatório – na avaliação dos controles internos e processos voltados para a eficácia operacional da Organização Bradesco. Mediante o uso de bases estatísticas e modelos, a Auditoria Interna prioriza as áreas e atividades que apresentam os riscos mais sensíveis às operações e à estratégia, as ações de

gerenciamento desses riscos e a adequação da governança e dos controles pertinentes, exercendo papel fundamental para auxiliar a administração na sua responsabilidade de proteger os ativos, a reputação e a sustentabilidade da Organização. De acordo com a regulamentação vigente e com o Regimento Interno, o COAUD e o Conselho de Administração têm a responsabilidade pela aprovação do Regimento Interno, do Plano de Trabalho e do Relatório Anual de Atividades da Auditoria Interna.

No 1º semestre de 2024 a AIGL obteve, após revisão metodológica, avaliação da governança e dos papéis de trabalho, e da observância aos atributos recomendados internacionalmente, a sua Recertificação perante o IIA Brasil, fato ocorrido pela 2ª vez, dada ter sido Certificada inicialmente no ano de 2014. De se notar que a avaliação pelo IIA teve o escopo ampliado, incluindo a certificação de todo o ambiente de auditoria na rede de agências.

2.5. Gestão de Riscos Financeiros

A dependência de Gestão de Riscos Financeiros, vinculada à Vice-Presidência de Riscos, é responsável por fortalecer a visão corporativa dos riscos financeiros, através da identificação, avaliação, monitoramento e gestão de riscos, em articulação com as diversas áreas e empresas da Organização Bradesco.

2.6. Compliance e Gestão de Riscos Não Financeiros – Controles Internos

A dependência de Compliance e Gestão de Riscos Não Financeiros, vinculada à Vice-Presidência de Riscos, apoia o Conselho de Administração, o Comitê de Auditoria e a Diretoria Executiva na coordenação do Programa de Conduta Corporativa (*Compliance*), que consiste na conformidade com leis e regulamentos internos e externos, alinhado com a estratégia da Organização Bradesco e seu entorno social. Adicionalmente, responde pela elaboração de normas internas e pelo subsídio às áreas no cumprimento dos temas relacionados à integridade, conflito de interesses, ética e condutas – corporativa, concorrencial e anticorrupção. Também responde, de modo independente das áreas comerciais, pela Área Corporativa do Sistema de Controles Internos.

2.7. Gestão Corporativa de Riscos

A dependência de Gestão Corporativa de Riscos, vinculada à Vice-Presidência de Riscos, tem a missão de fortalecer a atuação estratégica e integrada das áreas de controle, com responsabilidade sob o Plano Estratégico das segundas linhas, *Apetite a Riscos (RAS)*, Governança de Riscos, Gestão de Projetos e Risco de Estratégia.

2.8. Ouvidorias - Serviço de Atendimento ao Consumidor

As Ouvidorias do Banco Bradesco e do Grupo Bradesco Seguros têm a competência de acompanhar o desempenho da Organização nos *Rankings* de Reclamações, reportando os principais eventos e contribuindo com recomendações para aprimoramentos e modificações de práticas e rotinas para atendimento das expectativas dos clientes e usuários. Para garantir o resultado e estimular a melhoria contínua dos processos, produtos e serviços, as Ouvidorias interagem com as Dependências e Empresas Ligadas, além de atuarem no relacionamento com órgãos reguladores e de proteção e defesa do consumidor. O Comitê de Auditoria mantém reuniões semestrais com a Ouvidoria (Banco Bradesco e Grupo Bradesco Seguros, neste caso através dos comitês de auditoria da Bradseg e do Bradesco Saúde) para conhecimento da natureza dos registros e acompanhamento da implementação de recomendações.

2.9 Avaliação Interna de Modelos

Dependência responsável por avaliar, de modo independente, os modelos adotados nas diversas áreas do Banco Bradesco, como gerenciamento de riscos, cálculo de capital, teste de estresse, precificação, provisões, mediante o uso de ferramentas quantitativas voltadas para a certificação de tais modelos, de modo aprimorar a eficiência e a precisão, e reduzir custos no processo de tomada de decisões.

3. COMO O COAUD EXERCEU SUAS ATRIBUIÇÕES E RESPONSABILIDADES

Preliminarmente, destacamos que o Capítulo 4 – Principais atividades e temas significativos considerados pelo COAUD, deste Relatório, apresenta em maiores detalhes os trabalhos desenvolvidos. Neste capítulo apresentamos um panorama geral com o objetivo de destacar alguns aspectos relevantes.

Considerando o ambiente macroeconômico e as prioridades do COAUD para o Exercício Social de 2024, destacados na introdução deste Relatório, bem como a estratégia da Organização Bradesco, o Comitê dedicou atenção às informações sobre (i) os efeitos diretos e indiretos nos resultados das operações; (ii) riscos e incertezas e o impacto nos julgamentos, premissas e estimativas atuais e futuras relativas às informações contábeis, em particular provisões e valorização de ativos financeiros; (iii) os efeitos no capital econômico e regulatório e o impacto na liquidez; e (iv) procedimentos de revisão e conclusões da Auditoria Independente e da Auditoria Interna, e demais linhas de defesa.

Em particular, o COAUD intensificou o acompanhamento das premissas, modelos e julgamentos relativos ao risco de crédito, principalmente quanto à adequação dos parâmetros utilizados para desenvolver e calibrar os modelos de

provisionamento, tendo em conta os dados históricos e a experiência recente. Adicionalmente, outras áreas de julgamentos contábeis significativos que demandaram atenção incluíram a mensuração de instrumentos financeiros, a avaliação do valor recuperável de ativos, a análise dos passivos contingentes, os investimentos em empresas ligadas e as provisões constituídas no Grupo Bradesco Seguros.

A Auditoria Independente compartilhou regularmente seus pontos de vista sobre a razoabilidade das premissas utilizadas nos modelos adotados, considerando o ambiente macroeconômico no desenho, implementação e operação dos controles relacionados a esses e a outros temas considerados pertinentes.

Relevante destacar ainda que o COAUD permanece acompanhando a implementação da Estratégia Corporativa no âmbito do Processo de Transformação denominado “Change”, divulgado em meados de fevereiro/24 pelo Presidente do Banco Bradesco.

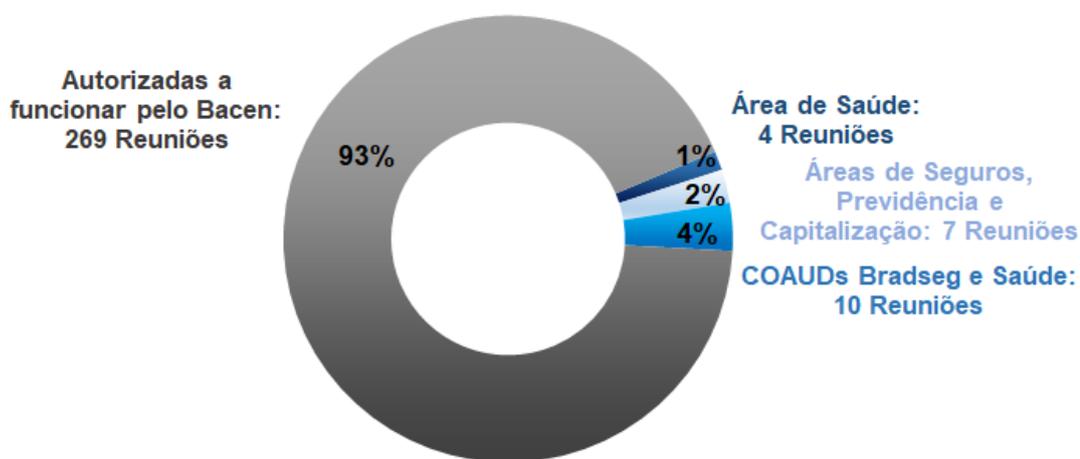
3.1. Reuniões e Capacitação

Com observância ao seu planejamento anual, o COAUD realizou reuniões (devidamente formalizadas em Atas, conforme requerido pela regulamentação vigente) com os representantes das áreas responsáveis pelos processos contábeis, financeiros, tributários e trabalhistas, assim como no acompanhamento pelas 2ª e 3ª Linhas de Defesa, no âmbito da abordagem dos riscos e controles internos, e recebeu regularmente os Relatórios Gerenciais de “Acompanhamento das Operações de Crédito e Inadimplência”, “Riscos de Mercado e de Liquidez e Limites”, e da Comissão de Avaliação de Pendências Regulatórias e Auditoria Externa (CAPRAE).

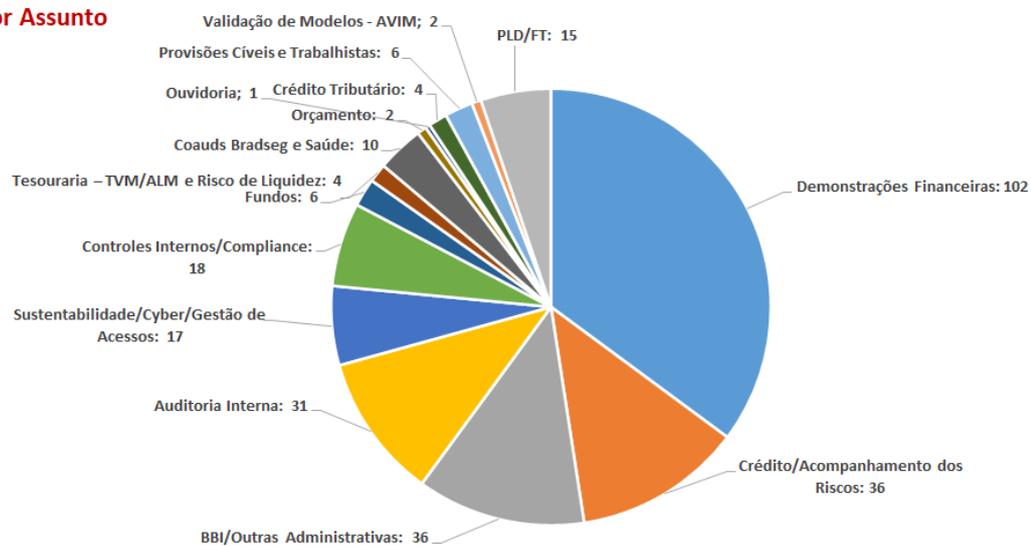
No Exercício Social de 2024 o Comitê participou de 290 reuniões, destacando-se aquelas com o Conselho de Administração, o Conselho Fiscal, os Executivos das áreas de Negócios, de Tecnologia da Informação, de Gestão de Riscos, de Controle Interno, e de *Compliance*, bem como com a Auditoria Independente, a Auditoria Interna, e o Banco Central do Brasil (Bacen). Nessas ocasiões, o COAUD recebeu atualizações sobre assuntos relevantes e acompanhou, principalmente, as ações compromissadas e prioritárias estabelecidas pelo Comitê; o apetite e a abordagem à gestão de riscos, incluindo riscos emergentes; a segurança cibernética; o uso de nuvem (*cloud*); Sustentabilidade e ESG, com foco em impactos das mudanças climáticas e dos requisitos regulatórios do Bacen, CVM, SUSEP, ANS e SEC; prevenção à lavagem de dinheiro e financiamento ao terrorismo; conduta e tratamento de clientes potencialmente vulneráveis; governança; educação financeira; e o aprimoramento e desenvolvimento de modelos.

A seguir apresentamos o sumário das reuniões realizadas:

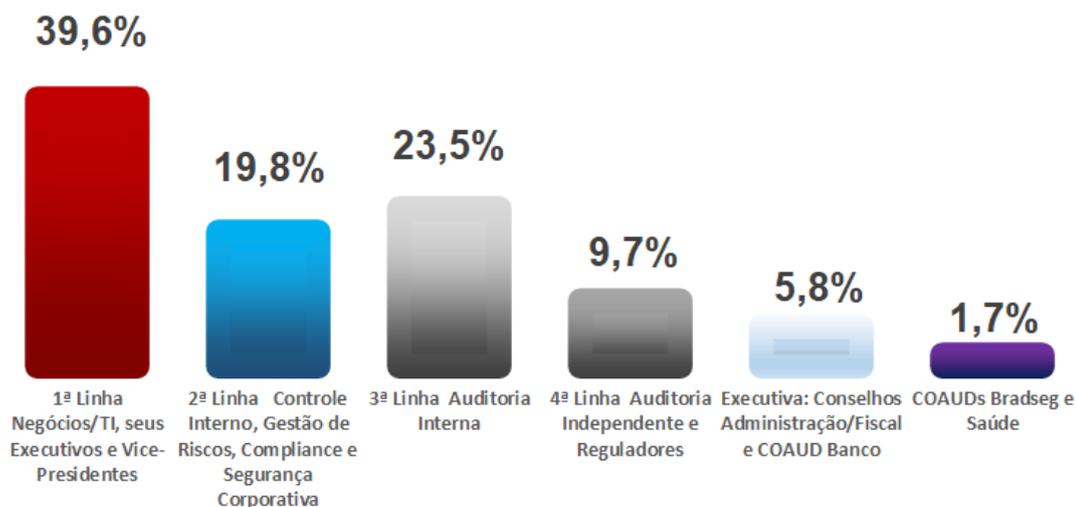
Por Instituições



Por Assunto



Por Linha de Defesa



No âmbito da educação continuada, o Comitê de Auditoria participou no decorrer de 2024 de diversas atividades de capacitação, dentre as quais:

- ACI Financial Services (KPMG): As Expectativas do Regulador e a Agenda do Comitê de Auditoria em 2024;
- Febraban: 1º Congresso de Prevenção e Repressão a Fraudes, Segurança Cibernética e Bancária;
- Deloitte: Hot Topics da adoção da Res. CMN no 4.966 e complementares para Membros de Comitês de Auditoria - Assuntos críticos que merecem atenção dos órgãos de governança das Instituições Financeiras;
- Febraban Tech 2024;
- 25º Congresso IBGC – Instituto Brasileiro de Governança Corporativa – Sustentabilidade Corporativa;
- ACI Financial Services (KPMG): 89ª Mesa de Debates do ACI Institute;
- Palestra Senhor Marcelo Trindade: Insider Trading – Integridade”;
- Ibracon ESG Week;
- CONBRAI 2024: Trilhando o futuro da Auditoria Interna - Conexões entre competências, tecnologia, ética e empatia; e
- 90ª Mesa de Debates do ACI Institute.

3.2. Revisão das Demonstrações Financeiras

A revisão de Demonstrações Financeiras pelo COAUD durante o Exercício Social de 2024 incluiu o Relatório Trimestral (ITR) para as datas-bases de 31/03/2024 e 30/09/2024, o Relatório Semestral para a data-base de 30/06/2024 e o Relatório do Exercício Social findo em 31/12/2024. É de responsabilidade da Administração a elaboração de Demonstrações Financeiras – Individual e Consolidada – da Organização Bradesco completas e exatas, apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, sejam estabelecidas pelo Bacen e/ou emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e referendadas pela CVM, extensivas à SUSEP e ANS, e com as IFRS, emitidas pelo IASB, que devem ser auditadas por auditores independentes registrados na CVM.

Como parte dessa revisão, o COAUD avaliou a aplicação de políticas contábeis críticas, julgamentos contábeis e premissas significativas, e a conformidade com os requerimentos de divulgação, para garantir que fossem consistentes, apropriados e aceitáveis, de acordo com os requisitos relevantes para a elaboração e divulgação de Demonstrações Financeiras. O Comitê discutiu com as áreas técnicas e considerou as métricas de desempenho relacionadas às prioridades estratégicas, de modo a acompanhar a evolução no período e identificar os principais aspectos a influenciar a consecução das metas orçamentárias, bem como analisar se foram apresentadas de forma equilibrada e refletindo os riscos e incertezas de forma adequada.

Adicionalmente, o COAUD avaliou a eficácia do sistema de controles internos relacionado à elaboração das Demonstrações Financeiras, com atenção e avaliação crítica das alterações, aprimoramentos e quaisquer desenvolvimentos que o afetem. O Comitê recebeu atualizações e confirmações regulares de que a Administração havia adotado as ações necessárias para remediar eventuais falhas ou fragilidades importantes para os processos e controles operacionais identificadas através da operação da estrutura de controles da Organização Bradesco. Os procedimentos adotados nas três linhas de defesa para identificar, monitorar, avaliar e mitigar impactos potencialmente relevantes foram regularmente reportados ao COAUD.

Finalmente, o COAUD dedicou atenção particular aos Principais Assuntos de Auditoria (PAAs) indicados pela Auditoria Independente por ocasião da emissão do seu Relatório e publicação das Demonstrações Financeiras relativas ao Exercício Social de 2024, acompanhando as discussões mais relevantes com as áreas responsáveis e a equipe de auditores independentes.

3.3. O COAUD e a Auditoria Independente

A KPMG é responsável pela auditoria das Demonstrações Financeiras da Organização Bradesco, exercendo essa função desde 2011, promovendo, a cada 5 (cinco) anos, o rodízio do sócio e principais responsáveis pela realização de auditoria, de acordo com as melhores práticas do mercado. O COAUD reitera o registro feito em

seu Relatório de 31/12/2023 que apresentou ao Conselho de Administração a sua recomendação pela permanência da KPMG para a prestação de serviços de auditoria independente para os exercícios sociais de 2024 e 2025.

3.3.1. Planejamento da Auditoria Independente e Execução dos Trabalhos

O COAUD revisou a abordagem e estratégia da Auditoria Independente para a auditoria do Exercício Social de 2024, discutindo com a KPMG o escopo geral e o planejamento dos trabalhos, a estratégia para riscos significativos identificados, a natureza e extensão da capacitação da equipe de auditores e o uso de especialistas (tecnologia da informação, atuária, finanças corporativas, tributação) necessários para realizar a auditoria planejada na Organização Bradesco. Ao longo de 2024 o COAUD recebeu atualizações regulares da KPMG sobre os avanços do processo de auditoria, apresentadas pelo sócio responsável e sua equipe sênior, com o objetivo de acompanhar o tratamento das questões de contabilidade e seus impactos nas Demonstrações Financeiras e demais relatórios relacionados ao sistema de controles internos e Principais Assuntos de Auditoria (PAAs). O COAUD deu ênfase às ações tomadas pela KPMG em relação aos PAAs apontados em seu Relatório relativo à data-base de 31/12/2023, bem como àqueles identificados no planejamento de auditoria para o exercício de 2024, discutindo-os desde o planejamento e ao longo do exercício.

O COAUD avaliou regularmente a eficácia, o desempenho e a independência da KPMG, focando no processo geral de auditoria e na qualidade dos resultados. A KPMG destacou a continuidade do investimento em recursos adicionais e novas tecnologias para o aprimoramento contínuo da qualidade e consistência na prestação de serviços de auditoria.

O Comitê, ao tomar conhecimento de pontos relevantes envolvendo a avaliação dos sistemas contábil e de controles internos, identificados em conexão com os exames das Demonstrações Financeiras, acompanhou as implementações das respectivas recomendações para o aprimoramento de processos, sistemas e mitigação de riscos.

A KPMG apresentou tempestivamente ao Comitê os resultados e principais conclusões dos trabalhos de auditoria realizados ao longo do Exercício Social de 2024.

Adicionalmente, é oportuno destacar que o COAUD, ao tomar conhecimento de eventos relevantes que envolvam a KPMG, no Brasil e no exterior, interpela imediatamente os auditores independentes, que apresentam tempestivamente explicações e esclarecimentos acerca da ocorrência, como foram regularizadas, riscos potencialmente identificados para o exercício independente dos trabalhos da empresa, e eventuais impactos aos trabalhos em andamento.

3.3.2. Realização de “Outros Serviços” pela Auditoria Independente

No âmbito de sua atribuição de monitorar e avaliar a independência do auditor independente, o Comitê de Auditoria toma ciência da extensão e natureza da

realização de “Outros Serviços” pela KPMG. A execução de tais serviços, não relacionados com a Auditoria Independente das Demonstrações Financeiras, deve ser objeto de avaliação primordial e preliminar por parte do auditor independente, de acordo com a sua política de independência, e observados os requisitos estabelecidos pela regulamentação promulgada pelo CMN, pela CVM, pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC, pela SEC, pelo Public Company Accounting Oversight Board – PCAOB, pelo International Ethics Standards Board for Accountants – IESBA e pelo International Auditing and Assurance Standards Board – IAASB, de forma a garantir que não representam conflito de interesses.

A contratação de tais serviços ocorre somente após confirmação pela KPMG de que foram considerados todos os requisitos de independência, bem como o atendimento aos melhores interesses da Organização Bradesco para contratar a KPMG para a realização de tais serviços, incluindo aspectos como trabalho intimamente relacionado àquele realizado para fins de auditoria independente; serviços que demandem a obtenção de evidência de auditoria apropriada para expressar uma conclusão destinada a aumentar o grau de confiança dos auditores; ou para averiguação de controles internos em complemento ao escopo normal dos trabalhos de auditoria independente. Os “Outros Serviços” realizados pela KPMG no Exercício Social de 2024 foram:

- Banco Bradesco e BRAM – Laudos de Avaliação base 31/12/2023;
- Bradesco Securities Hong Kong – Demonstrações Financeiras 31/12/2023;
- Europ Assistance Brasil Serviços de Assistência S/A;
- EABS Serviços de Assistência e Participações S/A;
- Gestão OPME Ltda – Advice (Controlada da Orizon);
- Odontoprev – Fator de Ponderação de Risco de Crédito;
- Organização Bradesco – Operação “Desenrola Brasil”;
- Entidades RCB e Fundo SPDA – Asseguração / Carteira de Recebíveis;
- Fundo de Investimento Bradesco Procyan Fund – Demonstrações Financeiras;
- Odontoprev – Demonstrações Financeiras / Exercício Social de 2024;
- Bradesco CTVM e Ágora CTVM – Cisão Parcial de Ativos;
- Bradesco Bank – Demonstrações Financeiras / Exercício Social de 2024;
- Bradesco Financiamentos e Banco Digio – Cisão de Operações;
- Banco Bradesco e Grupo Bradesco Seguros – Relatório de Sustentabilidade;
- Bradesco Securities – Demonstrações Financeiras / Exercício Social de 2024;
- Bradesco Europa – Demonstrações Financeiras / Exercício Social de 2024;
- Banco Bradesco – DCCE / Treinamento em “Certificação de Compliance”;

- Odontored – Asseguração Limitada Independente;
- Bradescard México / Fideicomiso – Demonstrações Financeiras de 2024;
- Lyon Holdings – Demonstrações Financeiras 30/06/23 e Exercício Social de 2024;
- Odontored – Auditoria Atuarial;
- Odontoprev – Asseguração Limitada Independente;
- Fundo Multibra – Demonstrações Financeiras de 2023 e 2024;
- Tivio Capital – Demonstrações Financeiras - Fundos de Investimento;
- Fundos de Investimento Bradesco – Demonstrações Financeiras;
- Entidade Ictineo – Demonstrações Financeiras;
- Procyon Fund – Demonstrações Financeiras;
- Bradesco Securities Hong Kong – Demonstrações Financeiras;
- Bradesco Seguros Argentina – Demonstrações Financeiras;
- Fundos Garantidores – Asseguração Limitada Independente;
- Bradescard México – Asseguração Limitada Independente; e,
- Bradesco Global Funds – Demonstrações Financeiras.

O COAUD não identificou razões objetivas para caracterizar conflitos de interesse, risco de perda de independência ou de objetividade na realização dos “Outros Serviços” pela KPMG. A avaliação da independência da KPMG considerou também a situação pessoal e a relação financeira que o auditor (sócio responsável e demais integrantes da equipe de profissionais envolvidos com a realização da auditoria) têm com a Organização Bradesco, analisando as possíveis ameaças e estabelecendo as medidas necessárias para solução.

Com base no planejamento apresentado pela KPMG e nas discussões subsequentes sobre os resultados dos trabalhos, o Comitê considera que os trabalhos desenvolvidos foram adequados aos negócios da Organização Bradesco.

3.4. O COAUD e a Auditoria Interna

Para permitir um efetivo e adequado acompanhamento das atividades realizadas pela Auditoria Interna Global (AIGL), em aderência ao seu Regimento Interno e regulamentação vigentes, o COAUD aprovou o Plano de Auditoria Anual e eventuais atualizações relevantes promovidas ao longo do exercício social. Além do foco contínuo nos requisitos da legislação e regulamentação em vigor, o COAUD atentou para a inclusão no escopo da Auditoria Interna de questões relacionadas à estratégia, governança e cultura, prevenção à lavagem de dinheiro e financiamento ao terrorismo, critérios contábeis, fiscais e tributários, conduta no relacionamento com clientes e conformidade, e resiliências - financeira e operacional.

Os resultados do trabalho da Auditoria Interna Global, juntamente com a avaliação da governança geral, gestão de riscos e estrutura de controle e processos,

são regularmente relatados ao COAUD, em reuniões e por meio de relatórios e súmulas executivas, destacando os principais temas identificados, cobertura de auditoria e trabalhos desenvolvidos, proporcionando visão independente de riscos emergentes e impactos nos negócios.

Ao tomar conhecimento dos pontos de atenção e das recomendações, o Comitê acompanha o estabelecimento de calendário adequado para remediar as questões indicadas, de responsabilidade da Diretoria Executiva, e monitora a sua execução, acompanhando as providências saneadoras adotadas pela Administração junto as áreas auditadas.

A Auditoria Interna Global mantém estreita relação de trabalho com a Auditoria Independente, que é informada das atividades e resultados dos trabalhos da Auditoria Interna, e tem acesso a todos os relatórios e registros de suporte.

Anualmente, a função da Auditoria Interna Global é submetida a processo de avaliação técnica conduzido pelo COAUD, cujos resultados são discutidos com a sua Diretoria. Também, a Diretoria da Auditoria Interna é avaliada formalmente acerca de sua atuação estratégica, comportamental, independência e de resultados. Tais avaliações são itens importantes na manutenção do Programa de Certificação de Qualidade do *The Institute of Internal Auditors* (IIA), que visa a melhoria contínua da gestão dos processos da área e a adoção das melhores práticas (metodologias, ferramentas e gestão). A avaliação da auditoria interna referente ao Exercício Social de 2024 foi conduzida pelo COAUD, em observância à Resolução CMN nº 4.910/21.

Ressaltamos que a Auditoria Interna tem respondido adequadamente às demandas do Comitê de Auditoria e às necessidades e exigências da Organização Bradesco e dos órgãos reguladores.

4. PRINCIPAIS ATIVIDADES E TEMAS SIGNIFICATIVOS CONSIDERADOS PELO COAUD

4.1. Visão geral

O COAUD trabalhou em estreita colaboração com as dependências de Gestão de Riscos Corporativos, Gestão de Riscos Financeiros e de Compliance e Gestão de Riscos Não Financeiros, bem como outras áreas da Organização Bradesco, para monitorar a observância dos procedimentos para gerenciar riscos e a estrutura de controle interno, para garantir que as áreas de responsabilidade comum foram tratadas apropriadamente nas agendas das reuniões com o Comitê ou em discussões com o Coordenador do COAUD, com o objetivo de aprimorar a conectividade, coordenação e fluxo de informações, e dessa forma garantir uma compreensão mais profunda dos principais temas.

Entre os principais aspectos discutidos destacaram-se a responsabilidade pela identificação, mensuração, monitoramento, mitigação e supervisão dos controles e riscos, e a comunicação aos níveis adequados da administração mediante a elaboração de relatórios regulares, tempestivos e completos. Nessas reuniões, o COAUD objetivou ainda identificar e discutir prioridades mútuas, melhorias e programas de remediação, e questões futuras em relação à gestão de riscos e controles internos, tendo como base a Matriz de Riscos Corporativos (Biblioteca de Riscos).

O COAUD tem acesso às Matrizes de Riscos das dependências da Organização Bradesco, possibilitando acompanhar, em particular, os riscos altos e muito altos tratados em cada Matriz, fortalecendo a visão tempestiva das operações versus controles versus riscos.

4.2. Detalhamento das principais atividades e temas significativos

O Programa de Trabalho do Comitê de Auditoria para o Exercício Social de 2024 teve como foco os principais processos, riscos e produtos inerentes aos negócios da Organização Bradesco. Destacamos a seguir os aspectos mais relevantes:

Atribuição/Área	Principais temas abordados e ações do COAUD
Demonstrações Financeiras da Organização Bradesco (Banco Bradesco e Empresas Ligadas)	
Revisão das Demonstrações Financeiras, inclusive Notas Explicativas, relatórios da administração e do Auditor Independente	<p>Principais políticas contábeis, práticas e critérios gerais adotados:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Discussão com a Contadoria Geral (CG), Controladoria, Gestão Corporativa de Riscos, Gestão de Riscos Financeiros, Compliance e Gestão de Riscos Não Financeiros, Grupo Bradesco Seguros, Auditoria Interna Global (AIGL) e Auditoria Independente (KPMG); • Avaliação criteriosa das políticas contábeis mais significativas, considerando a regulamentação vigente no Brasil, editadas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e requeridas pelas autoridades reguladoras – Banco Central do Brasil (Bacen), Superintendência de Seguros Privados (Susep), Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e Agência Nacional de Saúde (ANS) – e as IFRS promulgadas pelo IASB; <p>Preparação das Demonstrações Financeiras Consolidadas: Revisão dos procedimentos para a elaboração e divulgação de acordo com as IFRS promulgadas pelo IASB;</p> <p>Ambiente macroeconômico no Brasil: especial atenção para avaliar como a Administração abordou e refletiu as questões decorrentes do ambiente macroeconômico e os impactos na Organização Bradesco, nos relatórios financeiros e outras divulgações relevantes, tais como os efeitos presente e futuro e os reflexos potenciais identificados para operações e segmentos de negócio, como operações de crédito, seguros (vida e saúde) e previdência privada;</p>

	<p>Auditoria Independente: Reunião com a KPMG, antes das divulgações das Informações Trimestrais de 31/03/2024 e 30/09/2024 e das Demonstrações Financeiras relativas ao semestre findo em 30/06/2024 e ao Exercício Social de 2024, para avaliar os aspectos de independência dos auditores e do ambiente de controle na geração das informações divulgadas, inclusive quanto à observância da recomendação do COAUD para que as principais empresas do Conglomerado Bradesco de capital fechado e o Grupo Bradesco Seguros, que compõem as Demonstrações Financeiras Consolidadas, publiquem suas Demonstrações Financeiras em conjunto;</p> <p>Revisão das Demonstrações Financeiras – Individual e Consolidada – e Relatórios da Administração (ITR de 31/03/2024 e 30/09/2024, semestral de 30/06/2024 e Exercício Social de 2024): endossando seu conteúdo, antes da aprovação pelo Conselho de Administração e sua autorização para divulgação, garantindo a conformidade com os requisitos legais e a aplicação adequada dos princípios contábeis pertinentes, e certificando que a Auditoria Independente emitiu o seu Relatório correspondente.</p>
<p>Empresas controladas</p>	<p>Destaque para atividades relacionadas ao Grupo Bradesco Seguros e Banco Digio: Acompanhamento dos principais aspectos associados à elaboração das Demonstrações Financeiras, inclusive mediante discussões regulares com os Comitês de Auditoria do Grupo Segurador (Bradseg e Bradesco Saúde). Em tal processo o COAUD exerce suas atribuições mediante reuniões de monitoramento com os responsáveis pelos registros contábeis e requerimentos legais aplicáveis à essas organizações, bem como os auditores interno e independente. Nessas ocasiões são discutidos temas relevantes diversos de caráter operacional, legal, fiscal, tributário e de tecnologia da informação, com destaque para estrutura administrativa, estratégias, resultados, gerenciamento de riscos, controles internos, apontamentos relevantes pela auditoria interna e pontos dos auditores independentes.</p>
<p>Principais políticas contábeis, estimativas e julgamentos significativos</p>	<p>Provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa (PDD): o cálculo da provisão para as perdas estimadas com operações de crédito é baseado em modelos estatísticos que capturam informações históricas e prospectivas e, conjugadas à experiência da Administração, objetivam refletir a expectativa de perdas em diferentes cenários econômicos. Para tanto, envolve julgamentos significativos, especialmente considerando o grau de incerteza sob as condições macroeconômicas atuais. Entre os principais aspectos analisados pelo COAUD destacaram-se a redução ao valor recuperável; carteira de empréstimos e adiantamentos, incluindo avais, fianças e debêntures, com ênfase às expectativas de perdas futuras nos portfólios Massificados e Dívida Corporativa e parâmetros e critérios para a constituição da provisão complementar;</p> <p>Avaliação de instrumentos financeiros: Devido às condições de maior volatilidade no mercado, principalmente em decorrência do comportamento da inflação e o comportamento da taxa básica de juros estabelecida pelo Bacen, o COAUD discutiu periodicamente os impactos nos modelos para avaliar a carteira de investimentos (títulos disponíveis para venda e negociação) e derivativos, particularmente considerando as principais premissas, métricas e julgamentos significativos utilizados para a determinação do valor justo;</p>

	<p>Créditos tributários: Atenção especial dada ao cálculo dos ativos fiscais diferidos e às estimativas de recuperação (realização), principalmente quanto ao ambiente macroeconômico, nos resultados futuros da Organização e nos consequentes lucros tributáveis, com base no plano de negócios e orçamentos estabelecidos pela Administração. Em particular, tomar conhecimento das projeções de probabilidade e suficiência de lucros tributáveis futuros, reversões futuras de diferenças temporárias, estratégias de planejamento tributário em curso, e impactos de mudanças na legislação tributária. O COAUD também considerou os julgamentos da Administração relativos a questões fiscais em relação às quais o tratamento tributário apropriado é incerto ou sujeito a interpretação, e que estão em processo de discussão judicial e categorizados como contingentes (classificados como possíveis, e, portanto, objeto somente de Nota Explicativa);</p> <p>Valor Recuperável dos Ativos – Ágio (Goodwill) e outros ativos não financeiros: A Administração testou o valor recuperável (imparidade) do ágio (<i>goodwill</i>) e outros ativos não financeiros, com julgamentos que consideraram o crescimento de longo prazo, taxas de juros, fatores de desconto e fluxos de caixa esperados, em termos de conformidade com as normas contábeis e razoabilidade da previsão;</p> <p>Provisões e Passivos Contingentes: Processos legais e questões regulatórias – Julgamento em relação ao reconhecimento e mensuração de provisões, bem como a existência e a avaliação quanto aos passivos contingentes. As questões que requerem julgamentos significativos foram destacadas e a avaliação do COAUD considerou a integridade da base de dados, os critérios adotados para as provisões contábeis e respectivas suficiências. O Comitê acompanha com rigor crítico os modelos e critérios adotados para a constituição de provisões cíveis, fiscais e trabalhistas;</p> <p>Provisões Técnicas de Seguros, Previdência e Capitalização: o COAUD tomou conhecimento das premissas e julgamentos adotados pelo Grupo Bradesco Seguros (GBS) e se certificou da aderência dos processos aos requisitos estabelecidos pela Susep e ANS nas Notas Técnicas Atuariais, incluindo os Ativos Garantidores (títulos e valores mobiliários vinculados). Manteve reunião com a PwC Auditoria Independente responsável pela Auditoria Atuarial no Grupo Bradesco Seguros.</p> <p>Contabilidade de cobertura (<i>hedge accounting</i>): dentre os vários aspectos relacionados à contabilidade de cobertura abordados pelo COAUD, atenção particular para a governança específica no processo de contratação de operações e sua classificação contábil, tendo em conta os requerimentos estabelecidos pelos órgãos reguladores e os requisitos específicos das IFRS. O COAUD discutiu as principais características das operações de cobertura registradas, a observância da governança e controles internos (incluindo documentação necessária para habilitar o reconhecimento contábil específico), as condições macroeconômicas atuais e seu impacto nas previsões de fluxo de caixa prováveis e custo das operações, e a eficácia das estruturas ao longo do horizonte coberto.</p>
Grupo Bradesco Seguros	
IFRS 17 – Contabilidade para contratos de seguros	Implementação da IFRS 17 – Contabilização de contratos de seguro: O COAUD manteve o acompanhamento nas implicações estratégicas

	<p>potenciais, tendo em conta os requisitos do novo modelo contábil para o cálculo do passivo e para o registro de receitas, cuja experiência internacional indica serem amplas e potencialmente culminarem com impactos estratégicos no negócio de seguros. O Comitê continuará a discutir e acompanhar junto à GBS, e em reuniões periódicas com o Auditor Independente e com a Auditoria Interna, o impacto do IFRS 17 nas Demonstrações Financeiras, bem como monitorar a evolução das divulgações do segmento nas Demonstrações Financeiras Consolidadas (em particular quanto à transparência e comunicação para os investidores).</p>
<p>Grupo Bradesco Seguros - Passivos em IGPM</p>	<p>Descasamento de ativos e passivos na Bradesco Seguros: o GBS estuda e avalia permanentemente as alternativas para a melhor opção de gestão dos passivos atrelados ao IGPM e, adicionalmente, aos contratos que contam com cláusula que permite novas contribuições por decisão unilateral dos beneficiários, o que pode elevar o descasamento hoje existente.</p>
<p>Sustentabilidade, ESG e Risco Climático</p>	
<p>Estratégia da Organização Bradesco e requisitos regulatórios de Sustentabilidade, ESG e Risco climático</p>	<p>Acompanhamento dos esforços da administração para incorporar os requisitos regulatórios e aprimorar os relatórios de Sustentabilidade, incluindo tópicos associados à ESG e, particularmente, questões de riscos climáticos. Ao longo do Exercício Social de 2024 o COAUD tomou conhecimento do alinhamento da estratégia da Organização Bradesco na contratação de operações de crédito e na gestão integrada de riscos, particularmente após a publicação da Resolução CMN nº 4.943, de 2021, que incluiu requisitos aplicáveis ao gerenciamento do risco social, do risco ambiental e do risco climático na estrutura de gerenciamento de riscos e de capital, e da Resolução CMN nº 4.945, de 2021, com aprimoramentos da Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática (PRSAC) e inovando no requerimento de divulgação de informações ao público em geral, com vigência a partir de julho de 2022. Adicionalmente, o COAUD tomou conhecimento dos processos em andamento para a observância dos requerimentos estabelecidos pela Resolução CVM nº 59, de 2021, que requer informações a serem prestadas a respeito de aspectos ambientais, sociais e de governança corporativa. Adicionalmente, com a promulgação pelo International Sustainability Standards Board – ISSB, em junho de 2023, de normas internacionais com recomendações para a elaboração do relatório de sustentabilidade (IFRS S1) e para divulgações relacionadas ao clima (IFRS S2), a CVM determinou sua observância no Brasil, nos termos da Resolução CVM nº 193, de 2023, a partir do Exercício Social de 2026. Igual decisão tomou o CMN, por meio da Resolução nº 5.185, de 2024, determinando que as instituições financeiras de maior porte elaborem e divulguem, juntamente com suas demonstrações financeiras, o relatório de sustentabilidade em conformidade com os mencionados IFRS S1 e IFRS S2. O COAUD passou a dedicar mais tempo para compreender aspectos como sistemas de controle interno voltados para identificar, quantificar e divulgar tais riscos, os esforços para desenvolver medidas e métricas para o acompanhamento dos avanços e dos compromissos assumidos pela Organização Bradesco, e a governança adotada para a elaboração do Relatório de Sustentabilidade na forma determinada pelos reguladores. Vale observar que a integração de fatores sociais, ambientais e climáticos no gerenciamento de riscos, que faz parte da estratégia da Organização, já era objeto de acompanhamento pelo COAUD junto às áreas competentes, com foco nos avanços dos processos necessários para o atendimento de</p>

	<p>tais demandas regulatórias. As discussões ao longo do exercício envolveram a área de crédito, a Bradesco Asset Management (BRAM), a área de Gestão de Riscos Financeiros, os responsáveis pela gestão da estratégia de sustentabilidade, a Controladoria e o área de Sustentabilidade, responsável corporativo pela coordenação dos assuntos ESG – Ambiental, Social e de Governança, inclusive da elaboração do Relatório de Sustentabilidade.</p>
Auditoria Independente	
Planejamento e execução da auditoria	<p>Processo: Análise e discussão detalhadas sobre o planejamento, andamento e execução do plano de auditoria;</p> <p>Execução: Obteve confirmação do auditor de que teve acesso total a todas as informações para realizar a auditoria conforme planejado;</p> <p>Recomendações: Discutiu e exerceu controle rígido sobre recomendações da Auditoria Independente e as ações necessárias para correção junto às unidades corporativas, acompanhando a implementação dos planos de ação pertinentes;</p> <p>Relatórios: Discutiu melhorias nos relatórios financeiros com base em novos padrões de contabilidade e melhores práticas;</p> <p>Revisão: Analisou os relatórios do auditor sobre as ITR para as datas-base de 31/03/2024 e 30/09/2024, bem como as Demonstrações Financeiras do semestre findo em 30/06/2024 e do Exercício Social de 2024, antes que o Auditor Independente as apresentasse para o Conselho de Administração.</p>
Relacionamento	<p>O Auditor Independente participou de várias reuniões do COAUD, permitindo que o Comitê atue como um canal de comunicação entre o Auditor e o Conselho de Administração, e acompanhe o cumprimento de suas recomendações e/ou esclarecimentos às suas indagações, inclusive no que se refere ao planejamento e execução dos respectivos trabalhos de auditoria.</p>
Efetividade	<p>Avaliamos o Auditor Independente e sua contribuição para a integridade das Demonstrações Financeiras em decorrência do seu trabalho.</p>
Auditoria Interna	
Planejamento e execução da Auditoria Interna	<p>Dispositivos legais e normativos: Verificação do cumprimento daqueles aplicáveis à Organização Bradesco, além de regulamentos internos, no âmbito dos esforços contínuos para desenvolver, implementar, aprimorar e manter um ambiente de controle forte e adequado à estrutura, operações e riscos;</p> <p>Plano de trabalho para 2025: Aprovação pelo COAUD previamente à submissão ao Conselho de Administração, com base em avaliação de risco abrangente, alinhamento à estratégia e demandas regulatórias;</p> <p>Execução do plano de auditoria: Recepção de relatórios e reportes regulares sobre as atividades de auditoria interna no Exercício Social de 2024, permitindo ao COAUD o escrutínio adicional, bem como exercer controles rígidos sobre suas recomendações e as ações necessárias para correção</p>

	junto às unidades corporativas, obrigadas a apresentar planos de ação de resolutividades pertinentes.
Relacionamento	Reuniões com o COAUD: A Diretora da Auditoria Interna e outros representantes da área participaram regularmente de reuniões do COAUD e o Comitê acompanhou o cumprimento de suas recomendações e/ou esclarecimentos às suas indagações, inclusive no que se refere ao planejamento e execução dos respectivos trabalhos de auditoria.
Efetividade	O COAUD avalia regularmente a execução dos trabalhos da Auditoria Interna e sua contribuição para a integridade, adequação e eficácia dos sistemas de controles internos relacionados à contabilidade, contingências, riscos, financeiros e operacionais, a partir da aplicação de abordagem sistemática e disciplinada à avaliação e aprimoramento contínuo dos processos relacionados.
Estrutura	Recursos: Análise do orçamento da Auditoria Interna para 2025, certificando a disponibilidade de recursos humanos e materiais necessários. De particular interesse para o COAUD foram temas como desenvolvimento, capacitação e treinamento da equipe, atração e manutenção de talentos, e iniciativas digitais necessárias para o aprimoramento dos processos de trabalho.
Controles internos e Ouvidoria	
Sistema de controles internos	Sistema de Controles Internos: o COAUD acompanhou e monitorou, em discussões regulares com as áreas de Segurança Corporativa, Gestão de Riscos Financeiros, Compliance e Gestão de Riscos Não Financeiros, Gestão Corporativa de Riscos, AIGL, Auditoria Independente e demais áreas de negócio, a atuação efetiva das 3 (três) Linhas de Defesa, focando nas atribuições e responsabilidades de cada uma na observância e no aprimoramento dos controles adotados, visando a mitigar os riscos inerentes aos processos de negócios.
Ouvidorias	Bradesco e Grupo Bradesco Seguros: Reuniões periódicas com representantes da Ouvidoria do Bradesco e com os membros dos COAUDs da Bradseg e Bradesco Saúde para discutir situações específicas de reclamações catalogadas pelos diversos Canais de Denúncias, particularmente em relação a práticas negociais, conduta, financeiras, contábeis, relatórios financeiros, auditoria e controles internos. De conhecimento dos detalhes apresentados quanto aos procedimentos vigentes normatizados e os praticados em desacordo a tais orientações, foram averiguados os registros das ações encaminhadas junto aos gestores de Negócio envolvidos com o tema para regularizar anomalias identificadas, de sorte a permitir, corporativamente, a melhoria dos processos e o acultramento das Áreas na comercialização de Produtos e Serviços da Organização Bradesco.
Negócios e concorrência	
Negócios e concorrência	Gerenciamento das Carteiras de Crédito: Acompanhamento da evolução das diferentes carteiras de crédito. Atenção especial foi dada ao alinhamento da

	<p>estratégia relacionada a ESG e à concessão de créditos, aos controles internos e governança, à evolução das contratações conduzidas por meio dos canais digitais e às prorrogações, renegociações, renovações, recuperações e baixas;</p> <p>Conduta, suitability e atendimento a pessoas potencialmente vulneráveis: Acompanhamento e monitoramento dos avanços nos processos voltados para observância dos requisitos regulamentares, dado o contingente de clientes caracterizados como “potencialmente vulneráveis” e as demandas de natureza regulatória;</p> <p>Relacionamento com Clientes: Acompanhamento quanto ao cumprimento de normas e atendimento ao consumidor, inclusive tendo em conta os temas identificados pela Ouvidoria (Serviço de Atendimento ao Cliente - SAC/Ouvidoria);</p> <p>Educação Financeira: Acompanhamento do Projeto voltado para o atendimento dos requisitos estabelecidos pela Resolução Conjunta nº 8, de 21/12/2023, instituindo medidas direcionadas à clientes e usuários pessoas naturais, incluindo empresários individuais;</p> <p>Inovação Tecnológica: atualizado periodicamente sobre os avanços e potenciais impactos do <i>Open Banking</i>, <i>Fintechs</i> e outras <i>startups</i>, uso de nuvem (<i>cloud</i>), inteligência artificial, Big Data, ativos digitais, entre outros.</p>
Gestão de riscos	
<p>Gestão de riscos</p>	<p>Coordenação com outros Comitês: Participação em reuniões conjuntas com o Comitê de Riscos, a área de gestão de riscos, regulamentação e <i>compliance</i>, Auditoria Interna, entre outros. Entre os tópicos discutidos destacamos o relatório sobre risco de modelo, gestão de risco do grupo, reclamações enviadas ao Canal Aberto, risco de fornecedor;</p> <p>Estratégia, estrutura e política para gestão de riscos: Acompanhamento dos trabalhos da área de Gestão de Riscos Financeiros para avaliação da aderência do sistema de controles internos e na identificação, monitoramento e gestão dos riscos mais relevantes, bem como das atividades e resultados dos trabalhos das dependências de Gestão de Riscos Financeiros e de Compliance e Gestão de Riscos Não Financeiros, gestor corporativo do Sistema de Controles Internos, e da recém criada dependência de Gestão Corporativa de Riscos, responsável pelo Plano Estratégico das Segundas Linhas;</p> <p>Áreas de negócio: Reuniões com as diversas áreas de Negócios e de Controle, e com as Auditorias Independente e Interna, para acompanhamento dos principais processos, e certificação quanto ao comprometimento da Administração para a mitigação dos riscos e o aperfeiçoamento contínuo dos controles internos associados;</p> <p>Riscos de Mercado e Liquidez: Acompanhamento semanal, por intermédio de relatórios elaborados pela área de Gestão de Riscos Financeiros, dos resultados da carteira “trading” e os limites estabelecidos pela governança para <i>Value at Risk</i> (VAR), <i>Liquidity Coverage Ratio</i> (LCR) e Reserva Mínima de Liquidez (RML) – Corretoras de Valores e Grupo Bradesco Seguros, bem</p>

	<p>como das principais exposições em moedas, índices e ativos, inclusive da Carteira "Banking", com correspondentes <i>Economic Value of Equity</i> (ΔEVE);</p> <p>Risco de Crédito: Acompanhamento mensal com as áreas de Gestão de Riscos Financeiros, Recuperação de Créditos, e ID – Setor de Garantias, e Concessão de Crédito, para conhecimento da evolução das principais carteiras de crédito e níveis de inadimplência (pessoas físicas, pessoas jurídicas, e seus respectivos segmentos, modalidade e setor da economia). Também foram discutidas as suficiências de provisão (vide tópico específico sobre PDD), níveis de concentração e abordagens para recuperação de crédito, com ênfase nas Expectativas de Perdas Futuras em portfólios massificados (requisito regulatório a partir de 1º de janeiro de 2025) e movimentação dos Ratings da Dívida Corporativa.</p>
Órgãos reguladores (Questões regulatórias e compliance)	
Demandas e expectativas	<p>Questionamentos do Bacen: Conhecimento do conteúdo das respostas e acompanhamento do progresso para atendimento às demandas e solução das recomendações e expectativas do Departamento de Supervisão Direta (Desup), do Departamento de Supervisão de Conduta (Decon), do Departamento de Supervisão Indireta (Desig) e do Departamento de Gestão Estratégica e Supervisão Especializada (Degef), relativamente à observância da regulamentação e requisitos específicos relacionados a modelos, conduta (por exemplo, fraudes e golpes, suitability e pessoas potencialmente vulneráveis, relacionamento com clientes), e prevenção à lavagem de dinheiro e financiamento ao terrorismo.</p>
Relacionamento com órgãos reguladores	<p>Compliance: Acompanhamento da efetividade da área de Compliance e Gestão de Riscos Não Financeiros e demais estruturas responsáveis por garantir o cumprimento das leis, regras e regulamentos aplicáveis aos negócios;</p> <p>Relatórios submetidos aos órgãos reguladores: O COAUD discutiu os principais elementos dos Relatórios ICAAP e de Efetividade (Circular nº 3.978), encaminhados para o Bacen, e debateu sobre a necessidade de manter foco contínuo na qualidade e confiabilidade dos relatórios regulatórios.</p>
Prevenção à Lavagem de Dinheiro e Financiamento ao Terrorismo	<p>Prevenção à Lavagem de Dinheiro e Financiamento ao Terrorismo: Contínuo acompanhamento quanto ao aprimoramento no gerenciamento do processo de PLD, embasado nos resultados das inspeções regulares dos órgãos internos e externos, nas melhores práticas de gestão (metodologias, ferramentas e pessoas), permitindo a atuação da Segurança Corporativa com visão centralizada de análise e despacho frente às movimentações de maior risco ocorridas nas transações de negócios e em contas correntes.</p>
Tecnologia da informação	
Segurança e Controles em processos chave	<p>Implementações dos procedimentos de segurança no acesso às informações: Bradesco e Bradesco Seguros - reuniões com o Conselho de Administração, os Departamentos gestores envolvidos no "Processo de Gestão de Acesso" e com a KPMG para acompanhar a efetividade das implementações dos procedimentos de segurança no acesso às informações (sigilosas ou não), assim como no devido encaminhamento dos</p>

	<p>sistemas departamentais para o processo de automatização, dentro da premissa custo x benefício e mitigação dos riscos de imagem e operacional;</p> <p>Controles de aplicativos e gerais de tecnologia da informação: Acompanhamento das mudanças em andamento, segurança (lógica e física), operação computacional e registro, migração para CLOUD, análise e resolução de incidentes e problemas;</p> <p>Cybersecurity: Contínuo acompanhamento de medidas de segurança, mitigando os riscos associados.</p>
<p>Desenvolvimento de sistemas – Contadoria Geral e Controladoria</p>	<p>Desenvolvimento de sistemas para a Contadoria Geral e Controladoria: O COAUD tem monitorado e acompanhado o impacto sobre o ambiente de risco e de controle decorrente do desenvolvimento de sistemas que vão aprimorar o processo de elaboração de Demonstrações Financeiras, centralizando a base de dados, agilizando o tempo de processamento e reduzindo o volume de ajustes manuais, tanto para o Banco Bradesco como para o Consolidado. O Comitê recebeu atualizações regulares sobre o avanço no programa que são fundamentais para avaliar a adequação desses processos e os benefícios associados, tais como a agilidade, tempestividade, e fidedignidade das Demonstrações Financeiras. Adicionalmente, o COAUD solicitou que a Auditoria Independente e a Auditoria Interna incluíssem a realização de revisões específicas direcionadas na realização de seus trabalhos, abrangendo o plano de trabalho e gerenciamento das mudanças.</p>
Tema com impacto relevante	
<p>Resolução CMN nº 4.966, de 2021 – Contabilidade para instrumentos financeiros nos termos do IFRS 9: aspectos operacionais, financeiros e tributários</p>	<p>Implementação dos requisitos estabelecidos pela Resolução CMN 4.966, de 2021 a partir de 1º/1/2025 – Adoção dos preceitos contidos no IFRS 9 – Contabilização de instrumentos financeiros e tratamento tributário: O COAUD acompanhou, por meio de reuniões regulares com a área de Contadoria Geral, coordenadora corporativa do Projeto para implementação da Resolução 4.966, e com a Consultoria EY, contratada para auxiliar no desenvolvimento. A Resolução CMN nº 4.966, de 2021, tem como principal impacto o cálculo da provisão para perdas com operações de crédito e outros instrumentos financeiros com base na perda esperada, escopo mais abrangente do que o estabelecido na Resolução CMN nº 2.682, de 1999, e com abordagem prospectiva mais ampla. Tais critérios estão em conformidade com o IFRS 9 – Instrumentos Financeiros promulgado pelo <i>International Accounting Standards Board</i> – IASB.</p> <p>Apesar de ser o IFRS 9 adotado, desde janeiro de 2018, para a elaboração das Demonstrações Financeiras Consolidadas, a implementação da Resolução 4.966 requereu desenvolvimento de sistemas, adaptações, ajustes e adoção de ferramentas e modelos específicos no nível individual (para todas as instituições subordinadas à supervisão do Bacen).</p> <p>A propósito do escopo, a provisão nos termos da Resolução nº 2.682, de 1999, somente era aplicada a operações de crédito, instrumentos com características de crédito, arrendamento mercantil e garantias prestadas. A partir de 1º/1/2025, a Resolução CMN nº 4.966, de 2021, exige que todos os ativos financeiros, inclusive títulos e valores mobiliários, garantias prestadas, compromissos de crédito e exposições não reconhecidas em</p>

contas patrimoniais (*off-balance sheet*) devem compor a base para a constituição da provisão para perdas esperadas.

Quanto ao **modelo de cálculo**, a provisão passa a ser prospectiva, constituída com base no risco de crédito esperado, mensurado de acordo com a probabilidade de inadimplemento e a expectativa de recuperação do instrumento, levando em consideração as condições econômicas presentes e previsões futuras que possam afetar o risco de crédito dos instrumentos, bem como o valor de garantias e colaterais vinculados a operação.

O COAUD acompanhou o processo de implementação dos requisitos da Resolução CMN nº 4.966, de 2021, recebendo relatórios regulares sobre o progresso do projeto, em particular do modelo, e julgamentos e critérios mais relevantes adotados, que levaram em conta fatores como a qualidade da carteira de crédito, sistemas e modelos para captura do risco de crédito, comportamento da economia e segmentos em que a instituição atua, o volume das operações não consideradas para fins de constituição da PDD nos termos da Resolução nº 2.682 e o nível de provisão mantido pela Organização na data-base de 31/12/2024.

O impacto da aplicação dos requisitos da Resolução nº 4.966 estão apresentados em Nota Explicativa às Demonstrações Financeiras do Exercício Social de 2024.

No âmbito tributário, a Lei nº 14.467, de 2022, que alterou as regras para as instituições financeiras deduzirem as perdas com operações de crédito, igualmente a partir de 2025, em alinhamento com os requisitos de provisionamento estabelecidos pela referida Resolução CMN nº 4.966, de 2021, viabilizando a manutenção do tratamento tributário (dedutibilidade e eventuais créditos tributários) das despesas decorrentes da aplicação do novo modelo, foi alterada com a edição da Lei nº 15.078, de 27/12/2024, esclarecendo que as mencionadas perdas poderão ser excluídas do lucro líquido, na determinação do lucro real e da base de cálculo da CSLL, à razão de 1/84 (um oitenta e quatro avos) para cada mês do período de apuração, a partir do mês de janeiro de 2026. No entanto, a Lei nº 15.078 permitiu que, até 31 de dezembro de 2025, as instituições poderão optar, de forma irrevogável e irretroatável, por efetuar as deduções à razão de 1/120 (um cento e vinte avos). Tal medida foi fundamental para esclarecer a questão e o COAUD acompanhará os impactos pertinentes.

5. CONCLUSÃO

As atividades exercidas no âmbito de gestão de riscos, *compliance*, e avaliação do sistema de controles internos corporativo estão adequadamente direcionadas, considerando o porte e complexidade da Organização Bradesco. O COAUD registra como positivos os esforços que vêm sendo desenvolvidos para a garantia da eficiência das operações, das informações que geram os Relatórios Financeiros e Contábeis, bem como a observância às normas internas e externas a que se sujeitam as transações.

Relativamente às demandas do Banco Central do Brasil, o COAUD acompanha e monitora o atendimento àquelas apresentadas pelo Departamento de Supervisão de Conduta - Decon e pelo Departamento de Supervisão Direta - Desup relativas à observância da regulamentação e requisitos específicos relacionados a modelos,

conduta, suitability e pessoas potencialmente vulneráveis, relacionamento com clientes, prevenção à lavagem de dinheiro e financiamento ao terrorismo (PLDFT).

O COAUD destaca a contínua melhoria nos esforços da Diretoria Executiva para atender tempestivamente, com a qualidade requerida, os requerimentos do Bacen, o comprometimento da Alta Administração ao liderar os processos necessários, patrocinando e apoiando as ações voltadas ao pleno cumprimento dos pontos e recomendações, e adoção de procedimentos operacionais e práticas contábeis em linha com a política interna e ética empresarial da Organização Bradesco.

O Comitê de Auditoria revisou com a Diretoria Executiva as Demonstrações Financeiras auditadas da Organização Bradesco, para o Exercício Social de 2024 e discutiu com a KPMG os Principais Assuntos de Auditoria (PAAs) e as recomendações para aprimoramento do sistema de controles internos, incluindo gestão de riscos, governança e tecnologia da informação, bem como monitorou a execução dos trabalhos de acordo com o planejamento apresentado no início do exercício, avaliando a qualificação e independência dos auditores externos.

Relativamente aos principais itens reportados nas Demonstrações Financeiras, o COAUD, após análise e escrutínio dos relatórios apresentados pela área técnica, concordou com a conclusão da Diretoria Executiva de que:

(i) a provisão para perdas com operações de crédito é adequada, em particular face à conjuntura macroeconômica atual e às incertezas inerentes ao presente ambiente;

(ii) as previsões, estudos e expectativas de realização do ágio e dos créditos tributários, embasadas em premissas e estimativas de rentabilidade futura, suportam a recuperabilidade de tais ativos;

(iii) a avaliação dos instrumentos financeiros considerou adequadamente os eventos que pudessem culminar em revisão ou novos julgamentos significativos, considerando o ambiente macroeconômico e a característica de tais ativos, e o COAUD considerou satisfatório o tratamento contábil em relação às várias questões relacionadas à classificação nas carteiras de *Trading e Banking*, ao reconhecimento de receitas ou perdas, e à apresentação;

(iv) para as provisões e contingências, o COAUD certificou-se quanto à integridade das bases de dados e revisou os critérios e premissas adotados para a constituição das provisões fiscais, cíveis e trabalhistas, bem como quanto às informações disponíveis para a classificação de obrigações como “remoto”, “possível” e “provável”, concordando quanto ao volume de provisão constituído e que o nível das divulgações em Notas Explicativas fornecem informações adequadas aos investidores acerca dos passivos contingentes;

(v) para o Grupo Bradesco Seguros, o COAUD certificou-se que as Provisões Técnicas são aderentes às Notas Técnicas da Susep e ANS; as Provisões Técnicas Complementares relacionadas ao descasamento de ativos e passivos em IGPM, os ativos garantidores vinculados às Reservas Técnicas (TVM e Outros Ativos) foram

avaliados corretamente, com base em procedimentos tecnicamente recomendados e requeridos pelos órgãos reguladores.

O COAUD acompanha os estudos em andamento relativos à gestão de passivos atrelados ao IGPM, e monitora os impactos decorrentes da implementação em 1º de janeiro de 2025 da IFRS 9 – Contabilidade para Instrumentos Financeiros, focando na transição e nas implicações estratégicas e financeiras.

Dado o presente ambiente macroeconômico, o COAUD se concentrou na capacidade da Organização em manter fortes controles internos no contexto dos desafios trazidos.

Tendo em conta as tratativas com a Diretoria Executiva e a KPMG e considerando os processos subjacentes utilizados para preparar os relatórios financeiros, o COAUD entende que as Demonstrações Financeiras do Exercício Social de 2024 estão apresentadas, em todos os aspectos relevantes, de forma compreensível, fornecendo aos acionistas as informações necessárias para a avaliação da posição financeira e do desempenho da Organização Bradesco, bem como dos aspectos relevantes do seu modelo de negócio, estratégia e riscos, e recomenda ao Conselho de Administração a aprovação das citadas Demonstrações Financeiras.

6. PRIORIDADES DO COAUD PARA O EXERCÍCIO DE 2025

O ambiente macroeconômico no Brasil continua a apresentar desafios importantes, como destacado pelo Bacen e relatado na introdução deste Relatório, o que se reflete na taxa básica de juros que, apesar das reduções ocorridas ao longo do segundo semestre de 2023 e início de 2024, apresentou elevação significativa ao longo do segundo semestre de 2024, refletindo a manutenção de política monetária restritiva, objetivando o atingimento da meta de inflação estabelecida pelo CMN.

Além dos temas relevantes objeto de acompanhamento, o COAUD continuará a monitorar os impactos das mudanças no ambiente macroeconômico, particularmente nos processos necessários para a observância dos requisitos do IFRS 9 para o cálculo da perda esperada para as Demonstrações Financeiras Consolidadas, a implementação de mudanças regulatórias em grande escala, como as relativas a ESG, e em particular as demandas do Bacen quanto ao risco climático, a adoção integral do IFRS 9 para todos os instrumentos financeiros e o tratamento tributário e de capital regulamentar e a evolução das atividades dos controles internos do Grupo Bradesco Seguros (GBS).

Nesse contexto, o foco do COAUD continuará nos impactos no resultado (performance) da Organização Bradesco, no ambiente de riscos e controles internos, e nos modelos utilizados para a análise e cálculo da provisão para perdas com operações de crédito e para a avaliação de ativos e passivos. O Comitê discutirá cuidadosamente os principais julgamentos e premissas em relação aos cenários econômicos futuros, a razoabilidade das ponderações e julgamentos, e o impacto nas Demonstrações Financeiras e divulgações pertinentes.

Entre as ações específicas, o COAUD continuará a (i) aprimorar a comunicação com os comitês de auditoria das empresas controladas para garantir que haja um compartilhamento eficaz de conhecimentos, preocupações e respectivas soluções; (ii) monitorar a execução do Plano Anual da Auditoria Interna e do plano de trabalho da Auditoria Independente; (iii) buscar coordenação adequada com outros comitês do Conselho de Administração, especialmente o Comitê de Supervisão de Risco, Regulamentação e Conformidade; (iv) garantir a eficácia do Comitê, levando em consideração quaisquer áreas de melhoria e permitindo tempo suficiente para um debate de qualidade sobre os principais tópicos e questões identificados pela Auditoria Independente e Auditoria Interna.

Adicionalmente, o COAUD concentrará esforços para compreender os impactos dos novos modelos negócios e concorrentes (Fintechs), da transformação digital no sistema bancário brasileiro e da evolução tecnológica digital (uso de Cloud e novos canais), sobretudo nos aspectos de atendimento às demandas do mercado (alinhadas à estratégia de Clientecentrismo) e do Banco Central do Brasil nas questões de conduta (Atendimento a clientes, Clientes potencialmente vulneráveis, e Prevenção à Lavagem de Dinheiro e Financiamento ao Terrorismo), do Projeto de Educação Financeira e foco na capacitação do quadro de funcionários, em especial aqueles envolvidos com as áreas de controle, riscos e auditoria interna, a fim de resguardar essas atividades e garantir a sua efetividade.

No âmbito da evolução tecnológica, tópico que tem demandado a atenção do Comitê diz respeito aos processos, riscos, controles, governança e oportunidades decorrentes do uso de Inteligência Artificial (AI) e *machine learning* (ML) como fundamentais em várias áreas da Organização, viabilizando o desempenho de atividades com maior precisão, rapidez e eficiência, entre outros atributos. Além da automação de tarefas operacionais, o uso de AI tende a disseminar significativa e rapidamente para ações como detecção de fraudes e transações suspeitas de lavagem de dinheiro, prevenção de ataques cibernéticos, *compliance*, simulações, suporte à tomada de decisões e gestão de riscos, entre outros.

Finalmente, considerando as crescentes expectativas relacionadas a ESG, com a aceleração no estabelecimento de requerimentos padronizados para divulgação promulgados pelo *International Sustainability Standards Board* - ISSB, impostos pelos reguladores (Resoluções CMN nº 4.943, 4.944, e 4.945, de 2021, que tratam de gerenciamento dos riscos social, ambiental e climático, Resolução CVM nº 59, e Circular SUSEP nº 666, de 2022), os requisitos relacionados à gestão de riscos e comunicações ao público em geral relativas a ESG evoluirão e aumentarão rapidamente.

Diante das informações atuais, o COAUD mantém-se atento aos eventuais impactos decorrentes dos temas ESG nas Demonstrações Financeiras e ambiente de riscos. No entanto, considerando o interesse particular dos reguladores e investidores, o Comitê continuará a acompanhar os aprimoramentos na qualidade dos dados, controles internos, processos, governança e divulgação nas Demonstrações Financeiras, bem como o papel da Auditoria Independente e da Auditoria Interna.

Nesse contexto, manterá o monitoramento do cenário de relatórios de Sustentabilidade e avaliará as implicações para a Organização, incluindo a comunicação com as partes interessadas.

Cidade de Deus, Osasco, SP, 6 de fevereiro de 2025.

COMITÊ DE AUDITORIA

OCTAVIO DE LAZARI JUNIOR
(Coordenador)*

AMARO LUIZ DE OLIVEIRA GOMES
(Especialista Financeiro)

PAULO RICARDO SATYRO BIANCHINI
(Membro)

(*) Eleito pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 16 de janeiro de 2025. Aguardando homologação pelo Bacen.

Demonstrações Financeiras Consolidadas

de acordo com as Normas Internacionais de Informação Financeira (IFRS) emitidas pelo “*International Accounting Standards Board (IASB)*”



2024

Balanço Patrimonial Consolidado.....	144
Demonstração Consolidada do Resultado	145
Demonstração Consolidada do Resultado Abrangente.....	146
Demonstração Consolidada das Mutações do Patrimônio Líquido	147-148
Demonstração Consolidada dos Fluxos de Caixa	149-150
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Consolidadas.....	151-292
Relatório dos Auditores Independentes	293-299
Relatório dos Comitê de Auditoria	300
Parecer do Conselho Fiscal	301
Índice das Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Consolidadas	
1) INFORMAÇÕES GERAIS.....	151
2) PRINCIPAIS POLÍTICAS MATERIAIS.....	151
3) NORMAS, ALTERAÇÕES E INTERPRETAÇÕES DE NORMAS..	180
4) USO DE ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS SIGNIFICATIVOS.....	182
5) CAIXA, DISPONIBILIDADES EM BANCO E EQUIVALENTES DE CAIXA.....	185
6) ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS AO VALOR JUSTO POR MEIO DO RESULTADO	185
7) INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS.....	186
8) ATIVOS FINANCEIROS AO VALOR JUSTO POR MEIO DE OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES.....	192
9) TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS AO CUSTO AMORTIZADO	194
10) EMPRÉSTIMOS E ADIANTAMENTOS A INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS.....	195
11) EMPRÉSTIMOS E ADIANTAMENTOS A CLIENTES.....	196
12) ATIVOS NÃO CORRENTES MANTIDOS PARA VENDA.....	206
13) INVESTIMENTOS EM COLIGADAS E <i>JOINT VENTURE</i>	207
14) IMOBILIZADO DE USO.....	209
15) ATIVOS INTANGÍVEIS E ÁGIO.....	211
16) OUTROS ATIVOS	212
17) RECURSOS DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS.....	212
18) RECURSOS DE CLIENTES.....	213
19) RECURSOS DE EMISSÃO DE TÍTULOS	213
20) DÍVIDAS SUBORDINADAS	214
21) CONTRATOS DE SEGUROS	215
22) PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES	222
23) OUTROS PASSIVOS	226
24) ITENS NÃO REGISTRADOS NO BALANÇO PATRIMONIAL	227
25) PATRIMÔNIO LÍQUIDO	228
26) LUCRO POR AÇÃO	230
27) RESULTADO LÍQUIDO DE JUROS.....	231
28) RESULTADO LÍQUIDO DE SERVIÇOS E COMISSÕES	231
29) GANHOS/(PERDAS) LÍQUIDOS DE ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS AO VALOR JUSTO POR MEIO DO RESULTADO	232
30) GANHOS/(PERDAS) LÍQUIDOS DE ATIVOS FINANCEIROS AO VALOR JUSTO POR MEIO DE OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES.....	232
31) GANHOS/(PERDAS) LÍQUIDOS DE OPERAÇÕES EM MOEDA ESTRANGEIRA	232
32) RESULTADO DE SEGUROS E PREVIDÊNCIA.....	232
33) DESPESAS DE PESSOAL	233
34) OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS	233
35) DEPRECIAÇÃO E AMORTIZAÇÃO	233
36) OUTRAS RECEITAS/(DESPESAS) OPERACIONAIS	234
37) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	234
38) SEGMENTOS OPERACIONAIS.....	238
39) TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS.....	242
40) GERENCIAMENTO DE RISCOS.....	244
41) PLANOS FECHADOS DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR....	285
42) OUTRAS INFORMAÇÕES.....	289

	R\$ mil		
	Nota	Em 31 de dezembro de 2024	Em 31 de dezembro de 2023
Ativo			
Caixa e disponibilidades em bancos	5	146.614.670	151.053.972
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	6a	371.883.348	387.598.377
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	8	156.292.584	212.849.606
Ativos financeiros ao custo amortizado			
- Empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras, líquido de provisão para perdas esperadas	10	196.233.298	205.102.659
- Empréstimos e adiantamentos a clientes, líquido de provisão para perdas esperadas	11	672.382.105	579.501.819
- Títulos e valores mobiliários, líquido de provisão para perdas esperadas	9	266.991.967	175.207.077
- Outros ativos financeiros	16	81.195.242	56.958.860
Ativos não correntes mantidos para venda	12	3.494.950	1.328.530
Investimentos em coligadas e <i>joint ventures</i>	13	11.029.012	9.616.840
Imobilizado de uso	14	10.220.444	11.118.009
Ativos intangíveis e ágio	15	23.749.208	22.107.146
Impostos a compensar		11.764.176	12.964.018
Impostos diferidos	37	101.808.543	92.518.924
Outros ativos	16	15.824.815	9.597.412
Total do ativo		2.069.484.362	1.927.523.249
Passivo			
Passivos ao custo amortizado			
- Recursos de instituições financeiras	17	361.818.310	323.422.783
- Recursos de clientes	18	644.338.463	621.934.680
- Recursos de emissão de títulos	19	257.977.344	244.966.258
- Dívidas subordinadas	20	57.458.927	50.337.854
- Outros passivos financeiros	23	101.086.011	82.619.532
Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado	6c	16.240.611	15.542.220
Provisão para perda esperada			
- Compromissos de empréstimos	11	2.447.791	2.274.316
- Garantias financeiras	11	1.257.645	1.202.614
Passivos de contratos de seguros	21	378.792.820	344.792.222
Outras provisões		20.033.774	22.337.844
Impostos correntes		2.043.616	1.546.656
Impostos diferidos	37c	1.664.666	1.607.527
Outros passivos	23	55.381.892	47.924.619
Total do passivo		1.900.541.870	1.760.509.125
Patrimônio líquido	25		
Capital social		87.100.000	87.100.000
Ações em tesouraria		(568.728)	-
Reservas de capital		35.973	35.973
Reservas de lucros		84.532.203	76.730.043
Capital integralizado adicional		70.496	70.496
Outros resultados abrangentes		(250.645)	3.159.773
Lucros/(prejuízos) acumulados		(2.509.646)	(765.320)
Patrimônio líquido atribuído aos acionistas controladores		168.409.653	166.330.965
Participação de acionistas não controladores		532.839	683.159
Total do patrimônio líquido		168.942.492	167.014.124
Total do passivo e patrimônio líquido		2.069.484.362	1.927.523.249

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras Consolidadas.

	R\$ mil			
	Nota	Exercícios findos em 31 de dezembro		
		2024	2023	2022
Receita de juros e similares		211.733.717	211.458.474	200.613.185
Despesa de juros e similares		(144.279.153)	(156.376.055)	(130.801.913)
Resultado líquido de juros	27	67.454.564	55.082.419	69.811.272
Resultado líquido de serviços e comissões	28	28.336.487	26.956.763	27.124.120
Ganhos/(perdas) líquidos de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado	29	(2.249.836)	10.895.796	819.355
Ganhos/(perdas) líquidos de ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes		1.031.353	1.841.022	2.663.816
Ganhos/(perdas) líquidos de operações em moeda estrangeira		2.704.502	262.501	1.816.918
Resultado de seguros e previdência	32	8.942.260	5.235.711	4.032.326
- Receita de seguros e previdência		59.253.004	51.252.827	44.245.342
- Despesa de seguros e previdência		(50.310.744)	(46.017.116)	(40.213.016)
Receitas operacionais		10.428.279	18.235.030	9.332.415
Perda esperada de empréstimos e adiantamentos	11	(26.636.777)	(30.176.989)	(26.346.068)
Perda esperada com demais ativos financeiros	8 e 9	(889.156)	(1.940.035)	2.579.233
Despesas de pessoal	33	(22.277.310)	(20.814.458)	(19.889.052)
Outras despesas administrativas	34	(16.582.966)	(16.286.260)	(16.574.610)
Depreciação e amortização	35	(6.371.096)	(6.025.244)	(5.306.442)
Outras receitas/(despesas) operacionais	36	(18.093.096)	(16.924.556)	(17.465.184)
Despesas operacionais		(90.850.401)	(92.167.542)	(83.002.123)
Resultado antes dos impostos e participações em coligadas		15.368.929	8.106.670	23.265.684
Resultado de participação em coligadas e <i>joint ventures</i>	13	1.531.585	2.101.681	1.355.926
Resultado antes da tributação sobre o lucro		16.900.514	10.208.351	24.621.610
Imposto de renda e contribuição social	37	641.639	4.294.414	(3.164.840)
Lucro líquido do período		17.542.153	14.502.765	21.456.770
Atribuível aos acionistas:				
Controladores		17.252.900	14.251.329	21.223.264
Não controladores		289.253	251.436	233.506
Lucro básico e diluído por ação em número médio ponderado de ações atribuível aos acionistas (expresso em R\$ por ação):				
- Lucro por ação ordinária	26	1,55	1,27	1,89
- Lucro por ação preferencial	26	1,71	1,41	2,09

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras Consolidadas.

	Nota	R\$ mil		
		Exercícios findos em 31 de dezembro		
		2024	2023	2022
Lucro líquido do período		17.542.153	14.502.765	21.456.770
Itens que podem ser reclassificados para a Demonstração de Resultado Consolidada				
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes				
- Ganhos/(perdas) não realizados		(9.562.432)	7.174.835	(5.720.405)
- Ganhos/(perdas) transferidos para o resultado	30	1.031.353	1.841.022	2.663.816
- Efeito dos impostos		3.611.789	(3.713.554)	1.359.598
Ganhos/(perdas) não realizados com hedge	7			
- Hedge de fluxo de caixa		973.180	738.831	545.684
- Hedge de investimento no exterior		(833.498)	(5.799)	142.459
- Efeito dos impostos		(47.218)	(343.838)	(330.046)
Ajuste de conversão de subsidiária no exterior				
Varição cambial de conversão de subsidiária no exterior		417.975	11.915	(75.132)
Itens que não podem ser reclassificados para a Demonstração de Resultado Consolidada				
Ganhos/(perdas) em instrumentos patrimoniais ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes		(2.225.375)	(956.499)	(1.255.620)
Efeito dos impostos		787.343	331.966	455.199
Outros		2.436.465	(1.200.819)	2.501.729
Total dos ajustes não incluídos no lucro líquido		(3.410.418)	3.878.060	287.282
Resultado abrangente do período		14.131.735	18.380.825	21.744.052
Atribuível aos acionistas:				
Controladores		13.842.482	18.129.389	21.510.546
Não controladores		289.253	251.436	233.506

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras Consolidadas.

Demonstrações Financeiras Consolidadas em IFRS | Mutação do Patrimônio Líquido

	R\$ mil										
	Capital social	Ações em tesouraria	Reservas de capital	Reservas de lucros		Capital integralizado adicional	Outros resultados abrangentes	Lucros/(prejuízos) acumulados	Patrimônio líquido dos acionistas controladores	Participa�o dos acionistas não controladores	Total
				Legal	Estatutária						
Saldo em 1 de janeiro de 2022	83.100.000	(666.702)	35.973	11.548.007	55.702.107	70.496	(1.005.569)	(227.173)	148.557.139	451.870	149.009.009
Lucro líquido	-	-	-	-	-	-	-	21.223.264	21.223.264	233.506	21.456.770
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	-	-	-	-	-	-	(2.139.315)	-	(2.139.315)	-	(2.139.315)
Ajuste de conversão de moeda de subsidiária no exterior	-	-	-	-	-	-	(75.132)	-	(75.132)	-	(75.132)
Outros	-	-	-	-	-	-	2.501.729	(136.215)	2.365.514	-	2.365.514
Lucro abrangente	-	-	-	-	-	-	287.282	21.087.049	21.374.331	233.506	21.607.837
Aumento de capital com reservas	4.000.000	-	-	-	(4.000.000)	-	-	-	-	-	-
Constitui�o de reservas	-	-	-	1.036.608	9.523.402	-	-	(10.560.010)	-	-	-
Cancelamento de a�es em tesouraria	-	666.702	-	-	(666.702)	-	-	-	-	-	-
Aquisi�o de a�es em tesouraria	-	(224.377)	-	-	-	-	-	-	(224.377)	-	(224.377)
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	-	-	-	(10.172.162)	(10.172.162)	(209.470)	(10.381.632)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	87.100.000	(224.377)	35.973	12.584.615	60.558.807	70.496	(718.287)	127.704	159.534.931	475.906	160.010.837
Lucro líquido	-	-	-	-	-	-	-	14.251.329	14.251.329	251.436	14.502.765
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	-	-	-	-	-	-	5.066.964	-	5.066.964	-	5.066.964
Ajuste de conversão de moeda de subsidiária no exterior	-	-	-	-	-	-	11.915	-	11.915	-	11.915
Outros	-	-	-	-	-	-	(1.200.819)	(22.551)	(1.223.370)	-	(1.223.370)
Lucro abrangente	-	-	-	-	-	-	3.878.060	14.228.778	18.106.838	251.436	18.358.274
Aumento de participa�o de acionistas não controladores	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(23.183)	(23.183)
Constitui�o de reservas	-	-	-	756.090	3.054.908	-	-	(3.810.998)	-	-	-
Cancelamento de a�es em tesouraria	-	224.377	-	-	(224.377)	-	-	-	-	-	-
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	-	-	-	(11.310.804)	(11.310.804)	(21.000)	(11.331.804)
Pagos e/ou Provisionados	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2023	87.100.000	-	35.973	13.340.705	63.389.338	70.496	3.159.773	(765.320)	166.330.965	683.159	167.014.124
Lucro líquido	-	-	-	-	-	-	-	17.252.900	17.252.900	289.253	17.542.153
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	-	-	-	-	-	-	(6.264.858)	-	(6.264.858)	-	(6.264.858)
Ajuste de conversão de moeda de subsidiária no exterior	-	-	-	-	-	-	417.975	-	417.975	-	417.975

	R\$ mil										
	Capital social	Ações em tesouraria	Reservas de capital	Reservas de lucros		Capital integralizado adicional	Outros resultados abrangentes	Lucros/(prejuízos) acumulados	Patrimônio líquido dos acionistas controladores	Participação dos acionistas não controladores	Total
				Legal	Estatutária						
Outros	-	-	-	-	-	-	2.436.465	88.222	2.524.687	-	2.524.687
Lucro abrangente	-	-	-	-	-	-	(3.410.418)	17.341.122	13.930.704	289.253	14.219.957
Aumento/redução de participação de acionistas não controladores	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(4.002)	(4.002)
Constituição de reservas	-	-	-	954.273	6.847.887	-	-	(7.802.160)	-	-	-
Aquisições de ações em tesouraria	-	(568.728)	-	-	-	-	-	-	(568.728)	-	(568.728)
Juros sobre o capital próprio Pagos e/ou Provisionados	-	-	-	-	-	-	-	(11.283.288)	(11.283.288)	(435.571)	(11.718.859)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	87.100.000	(568.728)	35.973	14.294.978	70.237.225	70.496	(250.645)	(2.509.646)	168.409.653	532.839	168.942.492

	R\$ mil		
	Exercícios findos em 31 de dezembro		
	2024	2023	2022
Atividades operacionais			
Resultado antes da tributação sobre o lucro	16.900.515	10.208.351	24.621.610
Ajustes para reconciliar o resultado antes da tributação ao caixa líquido das atividades operacionais:			
Perda esperada de empréstimos e adiantamentos	26.636.776	30.176.989	26.346.068
Mudança nos passivos de contratos de seguros que não afetam caixa	36.983.145	42.456.177	38.731.599
(Ganhos)/Perdas realizados líquidos nos ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	(1.031.353)	(1.841.022)	(2.663.816)
Despesas com provisões e passivos contingentes	5.962.311	6.339.505	2.874.896
(Ganhos)/Perdas por redução ao valor recuperável de ativos	889.156	1.940.035	(2.579.233)
Depreciação	2.624.029	2.626.085	2.530.910
Amortização de ativos intangíveis	4.110.451	3.894.031	3.132.310
Resultado de participação em coligadas e <i>joint ventures</i>	(1.531.585)	(2.101.681)	(1.355.926)
(Ganhos)/Perdas na alienação de ativos não correntes mantidos para venda	4.610	(69.294)	(228.130)
(Ganhos)/Perdas na alienação do imobilizado de uso, líquido	(206.129)	(139.024)	(12.649)
(Ganhos)/Perdas na venda de investimentos em coligadas	9.572	14.350	(422.188)
Efeito das mudanças das taxas de câmbio em caixa e equivalentes de caixa	305.225	(239.325)	(892.293)
(Aumento)/Redução nas Variações em Ativos	(243.462.720)	(280.034.814)	(175.496.682)
Depósitos compulsórios no Banco Central	(269.843)	(15.544.506)	(6.654.728)
Empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras	34.811.727	(35.005.630)	8.415.276
Empréstimos e adiantamentos a clientes	(222.987.244)	(111.830.757)	(163.343.243)
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	10.561.049	(85.699.349)	34.661.937
Outros ativos	(65.578.409)	(31.954.572)	(48.575.924)
Aumento/(Redução) nas Variações em Passivos	187.376.170	180.319.296	115.428.891
Recursos de instituições financeiras	75.764.307	79.263.662	32.797.532
Recursos de clientes	65.790.467	82.532.445	62.058.049
Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado	698.391	2.200.896	(923.959)
Passivos de contratos de seguros	(2.982.547)	(2.419.920)	(8.963.117)
Outras provisões	(8.266.381)	(6.649.634)	(5.763.542)
Outros passivos	56.371.933	25.391.847	36.223.928
Caixa gerado pelas operações	35.570.173	(6.450.341)	30.015.367
Juros recebidos	102.544.122	102.617.786	101.166.625
Juros pagos	(80.755.464)	(88.961.324)	(72.121.352)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(7.130.346)	(7.383.749)	(9.292.937)
Caixa líquido proveniente de/(aplicado em) atividades operacionais	50.228.485	(177.628)	49.767.703
Atividades de investimento			
(Aquisição) de subsidiárias, líquida de caixa e equivalentes de caixa pagos	(211.140)	(84.767)	(623.966)
(Aquisição) de ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	(82.179.390)	(61.444.346)	(164.290.603)
Alienação de ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	59.625.006	112.549.913	105.001.290
Vencimento de ativos financeiros ao custo amortizado	73.546.725	41.071.327	69.244.651
(Aquisição) de ativos financeiros ao custo amortizado	(75.033.463)	(47.841.394)	(70.238.580)
Alienação de ativos não correntes mantidos para venda	614.125	640.484	442.888
(Aquisição) de investimentos em coligadas	(1.160.720)	(14.333)	-
Alienação de investimentos em coligadas	-	-	61.970
Dividendos e juros sobre capital próprio recebidos	479.427	978.932	720.069
(Aquisição) de imobilizado de uso	(2.296.075)	(1.953.063)	(2.440.639)
Alienação de imobilizado de uso	590.570	1.350.060	596.414
(Aquisição) de ativos intangíveis	(5.752.383)	(7.187.567)	(6.971.601)
Juros recebidos	26.763.769	45.540.986	50.719.425
Caixa líquido proveniente de/(aplicado em) atividades de investimento	(5.013.549)	83.606.232	(17.778.682)
Atividades de financiamento			
Recursos de emissão de títulos	54.734.757	105.259.934	101.692.599
Pagamento de recursos de emissão de títulos	(56.728.025)	(87.026.367)	(55.588.276)
Emissão de dívidas subordinadas	9.000.300	1.129.800	9.796.000

	R\$ mil		
	Exercícios findos em 31 de dezembro		
	2024	2023	2022
Pagamento de dívidas subordinadas	(5.313.269)	(3.569.094)	(13.431.393)
Pagamento de arrendamento	(1.403.269)	(1.665.781)	(1.916.000)
Participação dos Não Controladores nos Lucros Retidos	(439.572)	(44.182)	(209.470)
Juros pagos	(16.416.686)	(28.219.163)	(14.544.532)
Juros sobre o capital próprio/ Dividendos pagos	(6.541.998)	(8.927.917)	(3.656.763)
Aquisição de Ações em Tesouraria	(568.728)	-	(224.377)
Caixa líquido proveniente de/(aplicado em) atividades de financiamento	(23.676.490)	(23.062.770)	21.917.788
Aumento/(Redução) de caixa e equivalentes de caixa	21.538.446	60.365.834	53.906.809
Caixa e equivalentes de caixa			
No início do período	186.790.580	126.185.421	71.386.319
Efeito das mudanças das taxas de câmbio em caixa e equivalentes de caixa	(305.225)	239.325	892.293
No encerramento do período	208.023.801	186.790.580	126.185.421
Aumento/(Redução) de caixa e equivalentes de caixa	21.538.446	60.365.834	53.906.809

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras Consolidadas.

1) INFORMAÇÕES GERAIS

O Banco Bradesco S.A. (o “Bradesco”, o “Banco”, a “Companhia” ou a “Organização”) é uma companhia aberta constituída de acordo com as leis da República Federativa do Brasil, com sede na Cidade de Osasco, Estado de São Paulo, Brasil.

O Bradesco é um banco múltiplo, presente em todos os municípios brasileiros, constituído nos termos da regulamentação bancária brasileira, operando principalmente em dois segmentos: financeiro e seguros. O segmento financeiro inclui diversas áreas do setor bancário, atendendo a clientes pessoas físicas e jurídicas, atuando como banco de investimentos em operações bancárias nacionais e internacionais, administração de fundos de investimento, administração de consórcio e gestão de recursos. O segmento de seguros contempla os seguros de vida, planos de previdência complementar, saúde, acidentes e propriedades.

Os produtos bancários de varejo incluem depósitos à vista, em poupança, a prazo, fundos mútuos, serviço de câmbio e diversas operações de crédito, inclusive cheque especial, cartões de crédito e concessão de crédito com pagamento parcelado. Os serviços prestados a pessoas jurídicas incluem a administração de recursos e serviços de tesouraria, operações de câmbio, corporate finance e serviços de banco de investimento, operações de hedge e operações de financiamento, inclusive financiamento de capital de giro, arrendamento mercantil e concessão de crédito com pagamento parcelado. Esses serviços são realizados, principalmente, nos mercados locais, mas também incluem, em menor escala, serviços internacionais.

O Bradesco foi originalmente registrado na Bolsa de Valores de São Paulo (“B3”) passando também, posteriormente, a ser registrado na Bolsa de Valores de Nova Iorque (“NYSE”).

Estas Demonstrações Financeiras Consolidadas, de acordo com as normas em IFRS, foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 06 de fevereiro de 2025.

2) PRINCIPAIS POLÍTICAS MATERIAIS

As demonstrações financeiras consolidadas da Organização foram preparadas de acordo com as normas internacionais - International Financial Reporting Standards (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

A preparação das demonstrações financeiras consolidadas requer a adoção de estimativas e premissas que afetam os valores divulgados para ativos e passivos, bem como as divulgações de ativos e passivos contingentes na data das demonstrações financeiras e da divulgação das receitas e despesas durante o exercício. Estimativas e premissas são utilizadas nestas demonstrações financeiras consolidadas incluindo, mas não se limitando, à adequação da provisão para perda esperada de ativos e passivos financeiros, estimativas de valor justo de instrumentos financeiros, depreciação e amortização, perdas por redução ao valor recuperável dos ativos, vida útil dos ativos intangíveis, avaliação para realização de ativos fiscais, premissas para o cálculo dos passivos de contratos de seguros, Planos de Previdência Complementar e capitalização, provisões para contingências e provisões para potenciais perdas originadas de incertezas fiscais e tributárias. Itens que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as estimativas e premissas significativas para as demonstrações financeiras consolidadas, estão divulgadas na Nota 4.

As políticas contábeis descritas a seguir foram aplicadas em todos os períodos apresentados e por todas as empresas da Organização incluindo os investimentos por

equivalência patrimonial.

Alguns números incluídos neste relatório foram submetidos a ajustes de arredondamento. Assim sendo, os valores indicados como totais em alguns quadros podem não ser a soma aritmética dos números que os precedem.

Ao longo deste relatório, indicamos que certas informações estão disponíveis em diferentes *websites* operados pela Organização. Nenhuma das informações contidas nos *websites* referidos ou mencionados neste relatório faz parte ou está incorporada por referência nesse documento.

a) Base de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as Demonstrações Financeiras do Bradesco e de suas controladas diretas e indiretas, incluindo os fundos de investimento exclusivos e as sociedades de propósito específico.

Destacamos as principais empresas controladas incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas:

	Localização da Sede	Atividade	Participação total		Participação total do Capital Votante em	
			Em 31 de dezembro de 2024	Em 31 de dezembro de 2023	Em 31 de dezembro de 2024	Em 31 de dezembro de 2023
Ramo Financeiro – País						
Ágora Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.	São Paulo – Brasil	Corretora	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Banco Bradescard S.A.	São Paulo – Brasil	Cartões	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Banco Bradesco BBI S.A.	São Paulo – Brasil	Banco de Investimentos	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Banco Bradesco BERJ S.A.	São Paulo – Brasil	Bancária	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Banco Bradesco Financiamentos S.A.	São Paulo – Brasil	Bancária	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Banco Losango S.A. Banco Múltiplo	Rio de Janeiro – Brasil	Bancária	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Bradesco Administradora de Consórcios Ltda.	São Paulo – Brasil	Adm. de Consórcios	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Bradesco Leasing S.A. Arrendamento Mercantil	São Paulo – Brasil	Arrendamento	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Bradesco-Kirton Corretora de Câmbio S.A.	São Paulo – Brasil	Corretora de Câmbio	99,97%	99,97%	99,97%	99,97%
Bradesco S.A. Corretora de Títulos e Valores Mobiliários	São Paulo – Brasil	Corretora	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
BRAM - Bradesco Asset Management S.A. DTVM (1)	São Paulo – Brasil	Adm. de Ativos	-	100,00%	-	100,00%
Kirton Bank S.A. Banco Múltiplo	São Paulo – Brasil	Bancária	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Banco Digio S.A.	São Paulo – Brasil	Banco Digital	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Tívio Capital Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.	São Paulo – Brasil	Adm. de Ativos	51,00%	51,00%	51,00%	51,00%
Tempo Serviços Ltda.	Minas Gerais – Brasil	Prestação de Serviços	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Ramo Financeiro – Exterior						
Banco Bradesco Europa S.A. (2)	Luxemburgo – Luxemburgo	Bancária	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Banco Bradesco S.A. Grand Cayman Branch (2)	Georgetown – Cayman Islands	Bancária	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Banco Bradesco S.A. New York Branch (2)	New York – Estados Unidos	Bancária	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Bradesco Securities, Inc. (2)	New York – Estados Unidos	Corretora	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Bradesco Securities, UK. Limited (2)	Londres – Reino Unido	Corretora	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Bradesco Securities, Hong Kong Limited (2)	Hong Kong – China	Corretora	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Cidade Capital Markets Ltd. (2) (3)	Georgetown – Cayman Islands	Bancária	-	100,00%	-	100,00%
Bradescard México, Sociedad de Responsabilidad Limitada (4)	Jalisco – México	Cartões	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Bradesco Bank (5)	Flórida – Estados Unidos	Bancária	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Ramo Segurador, de Previdência e de Capitalização – País						
Bradesco Auto/RE Companhia de Seguros	Rio de Janeiro – Brasil	Seguradora	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Bradesco Capitalização S.A.	São Paulo – Brasil	Capitalização	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%

	Localização da Sede	Atividade	Participação total		Participação total do Capital Votante em	
			Em 31 de dezembro de 2024	Em 31 de dezembro de 2023	Em 31 de dezembro de 2024	Em 31 de dezembro de 2023
Bradesco Saúde S.A.	Rio de Janeiro - Brasil	Seguradora/Saúde	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Bradesco Seguros S.A.	São Paulo - Brasil	Seguradora	99,96%	99,96%	99,96%	99,96%
Bradesco Vida e Previdência S.A.	São Paulo - Brasil	Previdência/Seguradora	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Odontoprev S.A. (6)	São Paulo - Brasil	Saúde Dental	52,89%	52,89%	52,89%	52,89%
Ramo Segurador - Exterior						
Bradesco Argentina de Seguros S.A. (2) (6)	Buenos Aires - Argentina	Seguradora	99,98%	99,98%	99,98%	99,98%
Outras Atividades - País						
Andorra Holdings S.A.	São Paulo - Brasil	Holding	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Bradseg Participações S.A.	São Paulo - Brasil	Holding	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Bradescor Corretora de Seguros Ltda.	São Paulo - Brasil	Corretora de Seguros	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
BSP Empreendimentos Imobiliários S.A.	São Paulo - Brasil	Imobiliária	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Cia. Securitizadora de Créditos Financeiros	São Paulo - Brasil	Aquisição de Créditos	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Nova Paiol Participações Ltda.	São Paulo - Brasil	Holding	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Fundos de Investimento (7)						
Bradesco FI RF Credito Privado Master	São Paulo - Brasil	Fundo de Investimento	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Bradesco Priv Performance FICFI RF Cred Priv PGBL/VGBL	São Paulo - Brasil	Fundo de Investimento	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Bradesco FI RF Cred Privado Master Premium	São Paulo - Brasil	Fundo de Investimento	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Bradesco FIC FI RF Cred. Priv. Premium PGBL/VGBL	São Paulo - Brasil	Fundo de Investimento	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Bradesco FI RF Master II Previdência	São Paulo - Brasil	Fundo de Investimento	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Bradesco Private PB FIC FI RF Cred. Priv.PGBL/VGBL	São Paulo - Brasil	Fundo de Investimento	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Bradesco FI Referenciado DI Master	São Paulo - Brasil	Fundo de Investimento	99,63%	99,38%	99,63%	99,38%
Bradesco FI RF Máster III Previdência	São Paulo - Brasil	Fundo de Investimento	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Bradesco FIC FI RF A PGBL/VGBL	São Paulo - Brasil	Fundo de Investimento	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Bradesco FI RF Máster Previdência	São Paulo - Brasil	Fundo de Investimento	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%

(1) Empresa incorporada pelo Banco Bradesco S.A. em 31 de julho de 2024;

(2) A moeda funcional destas empresas no exterior é o Real;

(3) Empresa encerrada em 30 de setembro de 2024;

(4) A moeda funcional desta empresa é o Peso Mexicano;

(5) A moeda funcional desta empresa é o Dólar;

(6) Informações contábeis utilizadas com defasagem de data de até 60 dias; e

(7) Foram consolidados os fundos de investimento em que o Bradesco assume ou retém, substancialmente, riscos e benefícios.

i. Controladas

São classificadas como controladas as empresas sobre as quais a Organização, possui o controle. A Organização possui o controle sobre a investida se estiver exposta a, ou tiver direitos sobre, retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida e tem a capacidade de utilizar seu poder sobre a investida para afetar o valor de seus retornos. As subsidiárias são consolidadas em sua totalidade a partir do momento em que a Organização obtém o controle sobre as suas atividades até a data em que esse controle cesse.

Para aquisições que se enquadrem na definição de negócio, é aplicado o método do custo de aquisição. O custo de aquisição é mensurado como o valor justo da contraprestação, incluindo os ativos ofertados, dos instrumentos patrimoniais emitidos e dos passivos incorridos ou assumidos na data da troca. Ativos identificáveis adquiridos e obrigações e passivos contingentes assumidos em uma combinação de negócios são mensurados inicialmente ao valor justo na data da aquisição, independentemente da extensão de qualquer participação de não controlador. A contraprestação transferida que exceder ao valor justo da participação da Organização nos ativos líquidos identificáveis e a participação dos acionistas não controladores adquiridos são registradas como ágio. Qualquer ágio resultante da combinação de negócio é testado para determinar se há alguma indicação de perdas por redução ao valor recuperável pelo menos uma vez ao ano e sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem a necessidade de redução desse valor, sendo baixado caso necessário. Se o custo da aquisição for inferior ao valor justo da participação da Organização nos ativos líquidos adquiridos, a diferença é reconhecida diretamente na demonstração do resultado consolidado.

Para aquisições que não se enquadrem na definição de negócio, a Organização aloca o custo entre os ativos e passivos individuais identificáveis. O custo dos ativos e passivos adquiridos é determinado: (a) pela contabilização de ativos e passivos financeiros ao seu valor justo na data da aquisição, e (b) pela alocação do saldo remanescente do custo de compra dos ativos e passivos para os ativos e passivos individuais, que não sejam instrumentos financeiros, com base no valor justo destes instrumentos na data da aquisição.

ii. Coligadas

São classificadas como coligadas todas as empresas sobre as quais a Organização possui influência significativa nas políticas financeiras e operacionais, embora não detenha o seu controle. Normalmente, é presumida influência significativa quando a Organização detém entre 20% e 50% dos direitos de voto. Mesmo com menos de 20% do direito de voto, a Organização poderá ter uma influência significativa, através de participação na administração da investida ou participação no Conselho de Administração, com poder de voto.

Os investimentos em coligadas são registrados nas Demonstrações Financeiras consolidadas da Organização pelo método da equivalência patrimonial e são reconhecidos inicialmente ao custo. As participações em coligadas incluem o ágio (líquido de qualquer perda por redução ao valor recuperável) identificado na aquisição.

iii. Empreendimento controlado em conjunto (*joint venture*)

A Organização participa de acordos contratuais em que duas ou mais partes se comprometem à realização de atividade econômica, sujeita ao controle conjunto. Controle conjunto é o compartilhamento do controle, contratualmente estabelecido, sobre uma atividade econômica e que existe somente quando as decisões estratégicas, financeiras e operacionais relativas à atividade exigirem o consentimento unânime das partes que compartilham o controle (os empreendedores). *Joint venture* é um acordo conjunto, no qual a Organização com outras partes, detentoras do controle conjunto, têm o direito dos ativos líquidos sobre o acordo firmado. Os investimentos em empreendimento controlado em conjunto são registrados nas Demonstrações Financeiras consolidadas da Organização pelo método de equivalência patrimonial.

iv. Entidades estruturadas

As entidades estruturadas são consolidadas quando o Grupo detém o controle. O Grupo tem controle se estiver exposto ou tiver direitos a retornos variáveis decorrentes do seu envolvimento com a entidade estruturada e tiver a capacidade de afetar esses retornos através do seu poder sobre a entidade estruturada.

v. Transações e participações de não controladores

A Organização contabiliza a parte relacionada aos acionistas não controladores dentro do patrimônio líquido no balanço patrimonial consolidado. Nas transações de compras de participação com acionistas não controladores, a diferença entre o valor pago e a participação adquirida é registrada no patrimônio líquido. Ganhos ou perdas na venda para acionistas não controladores também são registrados no patrimônio líquido.

Lucros ou prejuízos atribuídos aos acionistas não controladores são apresentados nas demonstrações consolidadas de resultado na rubrica de mesmo nome.

vi. Saldos e transações eliminadas na consolidação

Saldos e transações entre empresas da Organização (exceto ganho e perda com variação cambial), incluindo quaisquer ganhos ou perdas não realizadas resultantes de operações entre as empresas, são eliminados no processo de consolidação, exceto nos casos em que as perdas não realizadas indiquem a existência de perdas por redução ao valor recuperável, que deva ser reconhecida nas Demonstrações Financeiras consolidadas. Práticas contábeis consistentes, bem como métodos de avaliação similares para transações, eventos e circunstâncias similares, são utilizadas para todas as empresas da Organização para fins de consolidação.

b) Conversão de moeda estrangeira**i. Moeda funcional e de apresentação**

Os itens incluídos nas Demonstrações Financeiras de cada empresa da Organização são mensurados utilizando-se a moeda do ambiente econômico primário no qual a empresa atua (moeda funcional). As Demonstrações Financeiras

consolidadas estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda de apresentação da Organização. As subsidiárias locais e estrangeiras adotam o Real como suas moedas funcionais, exceto a subsidiária do México que adota o Peso Mexicano como moeda funcional e o Bradesco Bank cuja moeda funcional é o Dólar.

ii. Transações e saldos

As transações em moeda estrangeira, que são transações expressas ou liquidadas em moeda estrangeira, são convertidas à moeda funcional utilizando a taxa de câmbio em vigor na data da transação.

Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos com base na taxa de câmbio de fechamento em vigor na data do balanço. Itens não monetários mensurados pelo custo histórico denominado em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio na data do reconhecimento inicial; ativos e passivos não monetários expressos em moeda estrangeira registrados pelo valor justo são convertidos à taxa de câmbio em vigor na data em que o valor justo foi determinado.

Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final de cada período, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração consolidada do resultado como "Ganhos/(perdas) líquidos de operações em moeda estrangeira".

No caso de alterações no valor justo dos ativos monetários denominados em moeda estrangeira, classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, uma separação é efetuada entre as variações cambiais relacionadas ao custo amortizado do título e outras variações no valor contábil do título. As variações cambiais do custo amortizado são reconhecidas no resultado, e as demais variações no valor contábil do título, exceto perdas por redução ao valor recuperável, são reconhecidas no patrimônio líquido.

iii. Empresas controladas no exterior

Os resultados e a posição financeira de todas as empresas controladas no exterior (nenhuma das quais tem moeda de economia hiperinflacionária), cuja moeda funcional é diferente da moeda de apresentação, são convertidos na moeda de apresentação, como segue:

- Os ativos e passivos para cada balanço patrimonial consolidado apresentado são convertidos pela taxa cambial de fechamento na data de divulgação;
- As receitas e despesas para cada demonstração consolidada de resultado são convertidas em reais pelas taxas médias cambiais (a menos que essa média não seja uma aproximação razoável do efeito cumulativo das taxas em vigor na data da transação, caso em que as receitas e despesas são convertidas nas datas das operações); e
- Todas as diferenças de câmbio resultantes são reconhecidas como um componente separado no patrimônio líquido, em outros resultados abrangentes.

As diferenças de câmbio decorrentes desse processo são alocadas no patrimônio líquido como "ajuste de conversão de moeda de subsidiária no exterior".

Na consolidação, as diferenças de câmbio originadas na conversão do investimento líquido em empresas no exterior são classificadas em "Outros resultados abrangentes". Entretanto, se a controlada não for uma subsidiária integral, a parte proporcional de diferença de conversão é atribuída aos acionistas não controladores. Quando uma operação no exterior é parcialmente alienada ou vendida, as diferenças de câmbio que foram registradas no patrimônio líquido são reconhecidas na demonstração consolidada do resultado como parte de ganho ou perda sobre a venda.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem: caixa, depósitos bancários, reserva bancária junto ao Banco Central do Brasil sem restrições e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e que apresentem risco insignificante de mudança de valor justo. Estes instrumentos são utilizados pela Organização para gerenciar os seus compromissos de curto prazo. Veja Nota 5 (a) – Caixa e equivalentes de caixa.

d) Ativos e passivos financeiros

i. Ativos financeiros

A Organização classifica e mensura os ativos financeiros com base tanto no modelo de negócios para a gestão dos ativos financeiros, quanto nas características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro.

A organização classifica os ativos financeiros em três categorias: (i) mensurados ao custo amortizado; (ii) mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA); e (iii) mensurados ao valor justo por meio do resultado (VJR).

- **Modelo de negócio:** configura a maneira pela qual a organização administra seu ativo financeiro para gerar fluxos de caixa. O objetivo da Administração para um determinado modelo de negócio, é: (i) manter os ativos para receber os fluxos de caixa contratuais; (ii) manter os ativos para receber os fluxos de caixa contratuais e venda; ou (iii) manter os ativos para negociação. Quando os ativos financeiros se enquadram nos modelos de negócios (i) e (ii) deve-se aplicar o teste SPPI (somente pagamento de principal e juros, do inglês *Solely Payment of Principal and Interest*). Os ativos financeiros mantidos sob o modelo de negócios (iii) são mensurados ao VJR.

- **Teste SPPI:** O objetivo deste teste é avaliar os termos contratuais dos instrumentos financeiros para determinar se dão origem a fluxos de caixa em datas específicas que se enquadram como somente pagamento de principal e juros sobre o montante principal.

Neste sentido, o principal se refere ao valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial e juros se refere à contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo, ao risco de crédito associado ao valor do principal em aberto durante período específico e a outros riscos e custos básicos de empréstimos. Os instrumentos financeiros que não se enquadrarem no conceito mencionado acima

são mensurados a VJR, como por exemplo, os derivativos.

- **Mensurados a valor justo por meio do resultado**

Todos os ativos financeiros que não atendam aos critérios de mensuração ao custo amortizado ou ao VJORA, são classificados como mensurados ao VJR, além daqueles ativos que no reconhecimento inicial são irrevogavelmente designados ao VJR, caso isso elimine ou reduza significativamente descasamentos contábeis.

Os ativos financeiros mensurados a VJR são registrados e inicialmente avaliados pelo valor justo, sendo as respectivas modificações subsequentes do valor justo reconhecidas imediatamente no resultado.

Os ativos financeiros são inicialmente reconhecidos e avaliados pelo valor justo no balanço e, os custos de transação são registrados diretamente no resultado do período.

Ganhos e perdas realizados e não realizados decorrentes de mudanças no valor justo de ativos financeiros não derivativos são reconhecidos diretamente no resultado em “Ganhos /(perdas) líquidos de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado”. As receitas de juros de ativos financeiros mensurados ao VJR são reconhecidas em “Receita de juros e similares”. Para mais detalhes sobre o tratamento de derivativos ativos, veja Nota 2(d) (iii).

- **Mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes**

São ativos financeiros que atendam ao critério do teste SPPI, cujo objetivo seja tanto manter os ativos para receber os fluxos de caixa contratuais quanto para venda.

São reconhecidos inicialmente a valor justo, mais os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis a sua aquisição ou a sua emissão e são mensurados, subsequentemente, a valor justo com os ganhos e perdas reconhecidos em Outros resultados abrangentes, com exceção das perdas por redução ao valor recuperável e dos ganhos e perdas cambiais de conversão, até que o ativo financeiro deixe de ser reconhecido. As perdas de crédito esperadas são registradas na demonstração do resultado.

A receita de juros é reconhecida no resultado utilizando-se do método da taxa efetiva de juros. A receita de dividendos é reconhecida na demonstração consolidada do resultado, na rubrica de “Ganhos/(perdas) líquidos de ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes” quando a Organização passa a ter direito ao dividendo. Os ganhos ou perdas originadas das variações cambiais em investimentos de títulos de dívida classificadas como VJORA são reconhecidas na demonstração consolidada do resultado. Veja Nota 2 (d)(viii) para mais detalhes sobre o tratamento de perdas de crédito esperada.

A Organização pode adicionalmente designar de forma irrevogável um instrumento patrimonial, para os quais não exista a estratégia de negociação para a categoria de Valor Justo em Outros Resultados Abrangentes. Neste caso, não há registro de quaisquer efeitos na Demonstração Consolidada do Resultado de eventos subsequentes relativos a este ativo, com exceção de dividendos que representam o próprio resultado do investimento.

- **Mensurados ao custo amortizado**

São ativos financeiros que atendam ao critério do teste SPPI, cujo objetivo é o de manter os ativos para receber os fluxos de caixa contratuais.

Os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado são ativos reconhecidos inicialmente a valor justo incluindo os custos diretos e incrementais, e contabilizados, subsequentemente, pelo custo amortizado, utilizando-se do método da taxa efetiva de juros.

Os juros são reconhecidos na demonstração consolidada do resultado como "Receita de juros e similares". No caso de perda de crédito esperada é reconhecida uma dedução do valor contábil do ativo financeiro e é reconhecida na demonstração consolidada do resultado.

ii. Passivos financeiros

A Organização classifica seus passivos financeiros como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, utilizando-se do método da taxa efetiva de juros, exceto para os passivos financeiros para negociação.

Os passivos financeiros para negociação reconhecidos pela Organização são os instrumentos financeiros derivativos que são registrados e avaliados pelo valor justo, sendo as respectivas alterações do valor justo reconhecidas imediatamente no resultado.

A Organização não possui nenhum passivo financeiro designado a valor justo por meio do resultado.

Para mais detalhes sobre o tratamento de derivativos, veja Nota 2 (d) (iii).

- **Contratos de garantia financeira e compromissos de empréstimos**

Garantias financeiras são contratos que requerem a Organização a fazer pagamentos específicos perante o detentor da garantia financeira por uma perda que ele incorreu quando um devedor específico deixou de fazer o pagamento, conforme os termos do instrumento de dívida.

As garantias financeiras são inicialmente reconhecidas nas Demonstrações Financeiras ao valor justo na data em que a garantia foi dada. Após o reconhecimento inicial, as responsabilidades da Organização sobre tais garantias são mensuradas pelo maior valor entre (i) o valor da provisão para perdas esperadas e (ii) o valor inicialmente reconhecido, menos, se apropriado o valor acumulado da receita da taxa de serviço. A receita de taxa de serviço financeiro é reconhecida de modo linear ao longo da garantia. Qualquer aumento do passivo referente às garantias é reconhecido na demonstração do resultado, na rubrica "Outras receitas/(despesas) operacionais".

As perdas de crédito esperadas, referentes aos Compromissos de empréstimos, são reconhecidas no passivo e são calculadas, conforme descrito na nota 40.2. Risco de crédito.

iii. Instrumentos financeiros derivativos e operações de “hedge”

Derivativos são inicialmente reconhecidos pelo valor justo na data em que o respectivo contrato é celebrado e são, subsequentemente, remensurados aos seus valores justos com as variações sendo reconhecidas na demonstração do resultado em “Ganhos e perdas líquidos de ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado”.

Os valores justos são obtidos a partir de preços de mercado cotados em mercados ativos (por exemplo, opções negociadas em bolsa), incluindo transações recentes no mercado e técnicas de avaliação (*valuation* por exemplo, *swaps* e transações em moeda), modelos de fluxos de caixa descontado e modelos de precificação de opções, conforme apropriado. Na determinação do valor justo, são considerados os riscos de crédito da contraparte e o da própria entidade.

Certos derivativos embutidos em outros instrumentos financeiros são tratados como derivativos separados, quando suas características econômicas e riscos não forem fortemente relacionados com aqueles do contrato principal e o contrato não for contabilizado pelo valor justo por meio do resultado. Esses derivativos embutidos são contabilizados separadamente pelos valores justos, com as alterações nos valores justos sendo incluídas na demonstração consolidada do resultado.

A Organização possui estruturas de *hedge* de fluxo de caixa, cujo objetivo é proteger a exposição à variabilidade nos fluxos de caixa atribuíveis a um risco específico associado à totalidade de ativo ou passivo reconhecido, ou a um componente dele. Os detalhes dessas estruturas estão apresentados na nota 40.3 – Risco de mercado.

iv. Reconhecimento

Inicialmente, a Organização reconhece os depósitos, títulos emitidos e passivos subordinados e demais ativos e passivos financeiros na data da negociação, conforme as disposições contratuais do instrumento.

v. Baixa

É realizada a baixa do ativo financeiro quando não há expectativa razoável de recuperação, quando os direitos contratuais de seus fluxos de caixa expiram, ou quando se transferem os direitos de recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre o ativo financeiro e, substancialmente, todos os riscos e benefícios da propriedade do ativo financeiro também são transferidos. A Organização efetua a baixa de um passivo financeiro quando suas obrigações contratuais são pagas, resgatadas, canceladas ou expiradas. Se uma renegociação ou modificação de termos de um ativo financeiro existente for tal que os fluxos de caixa do ativo modificado sejam substancialmente diferentes daqueles do ativo original não modificado, então o ativo financeiro original é baixado e o ativo financeiro modificado é reconhecido como um novo ativo financeiro e inicialmente mensurado pelo valor justo.

vi. Compensação de instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são confrontados e o valor líquido apresentado

no balanço patrimonial quando, a Organização possui a intenção e o direito legal de compensar os valores e liquidá-los em bases líquidas ou realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente.

vii. Determinação do valor justo

A determinação do valor justo da maioria dos ativos e passivos financeiros é baseada nos preços de cotações do mercado ou cotações de preços de distribuidoras para os instrumentos financeiros negociados em mercados ativos. Para os demais instrumentos financeiros, o valor justo é determinado utilizando-se de técnicas de avaliação, as quais incluem uso de transações em mercado recente, método de fluxos de caixa descontados, comparação com instrumentos similares para os quais existam preços observáveis no mercado e modelos de avaliação.

Para outros instrumentos mais comumente tratados, a Organização utiliza modelos de avaliação conhecidos, que consideram dados observáveis no mercado, a fim de determinar o valor justo de instrumentos financeiros.

Para instrumentos mais complexos, a Organização utiliza modelos próprios, que usualmente são desenvolvidos com base em modelos de avaliação reconhecidos. Algumas informações incluídas nesses modelos podem não ser observáveis no mercado e são derivadas de preços ou taxas de mercado, ou ainda, são estimadas com base em premissas.

O valor produzido por um modelo ou por uma técnica de avaliação é ajustado para refletir diversos fatores, uma vez que as técnicas de avaliação podem não refletir adequadamente todos os fatores que os participantes do mercado consideram quando realizam uma transação.

Os ajustes de avaliação são registrados levando-se em conta os riscos dos modelos, as diferenças entre o preço de compra e venda, riscos de crédito e liquidez, bem como outros fatores. Na opinião da Administração, tais ajustes de avaliação são necessários e apropriados para a correta demonstração do valor justo dos instrumentos financeiros registrados no balanço patrimonial.

Uma descrição detalhada da apuração do valor justo dos instrumentos financeiros está apresentada na nota 40.4. Risco de Liquidez.

viii. Perdas de créditos esperadas

A Organização avalia as perdas esperadas em bases prospectivas para instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado, ao VJORA (com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais), garantias financeiras e compromissos de empréstimos.

Os instrumentos financeiros têm a mensuração da perda de crédito esperada da seguinte forma:

Ativos financeiros: é o valor presente da diferença entre os fluxos de caixa contratuais e os fluxos de caixa que a Organização espera reaver descontados pela taxa efetiva de juros da operação;

Garantias financeiras: é o valor presente da diferença entre os pagamentos

esperados para reembolsar ao detentor da garantia e os valores que a Organização espera reaver descontados a uma taxa que reflita as condições de mercado; e

Compromissos de empréstimo: é o valor presente da diferença entre os fluxos de caixa contratuais que seriam devidos, caso o compromisso fosse utilizado e os fluxos de caixa que a Organização espera reaver descontados a uma taxa que reflita as condições de mercado.

As perdas de crédito esperadas são mensuradas em uma das seguintes bases:

- Perdas de crédito esperadas para 12 meses, ou seja, perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro dos 12 meses após a data de relatório; e
- Perdas de crédito esperadas para a vida inteira, ou seja, perdas de crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada de um instrumento financeiro.

A mensuração das perdas esperadas para a vida inteira é aplicada quando um ativo financeiro, na data de relatório, tiver aumento significativo de risco de crédito desde o seu reconhecimento inicial, e a mensuração de perda de crédito de 12 meses é aplicada quando o risco de crédito não tiver aumento significativo desde o seu reconhecimento inicial. A Organização pode determinar que o risco de crédito de um ativo financeiro não aumentou significativamente quando o ativo tiver baixo risco de crédito na data do relatório.

Com relação aos Títulos Públicos, a Organização desenvolveu internamente um estudo para avaliação do risco de crédito desses títulos, que demonstra que a perda esperada é igual a zero para os próximos 12 meses, isto é, não há necessidade de provisão para perdas de crédito.

O montante da perda é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos), descontados à taxa de juros original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido por meio de provisões e o valor da perda é reconhecido na demonstração do resultado.

O cálculo do valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados de um ativo financeiro garantido reflete os fluxos de caixa, que podem resultar da execução do ativo, deduzido dos custos de obtenção e venda da garantia.

A metodologia e as premissas utilizadas para estimar fluxos de caixa futuros são revisadas regularmente para reduzir quaisquer diferenças entre as estimativas de perda e a perda real.

Após o reconhecimento da perda de crédito esperada, a receita financeira é reconhecida utilizando a taxa de juros efetiva, que foi utilizada para descontar os fluxos de caixa futuros, sobre o valor contábil bruto da provisão, exceto para ativos com problema de recuperação de crédito, nos quais, a taxa mencionada é aplicada ao valor contábil líquido de provisão.

A totalidade ou a parte de um ativo financeiro, é baixada contra a respectiva perda de crédito esperada quando não há expectativa razoável de recuperação. Esses créditos são baixados após a finalização de todos os procedimentos necessários

de recuperação para a determinação do valor da perda. Recuperações subsequentes de valores previamente baixados são creditadas na demonstração do resultado.

Os critérios detalhados para cálculo da perda de crédito esperada e para determinação do aumento significativo do risco de crédito estão apresentados na nota 40.2. Risco de crédito.

e) Juros

As receitas dos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado e ao VJORA e as despesas de juros de passivos classificados ao custo amortizado, são reconhecidas pelo regime de competência na demonstração do resultado, utilizando-se o método da taxa efetiva de juros, com exceção de instrumentos de patrimônio. A taxa efetiva de juros é a taxa que desconta os pagamentos e recebimentos futuros estimados em caixa durante toda a vida prevista do ativo ou passivo financeiro (ou, se apropriado, um período inferior) até atingir-se o valor de registro do ativo ou passivo financeiro. Ao calcular a taxa efetiva de juros, a Organização estima fluxos de caixa futuros considerando todos os termos contratuais do instrumento financeiro, mas não perdas de crédito futuras.

O cálculo da taxa efetiva de juros inclui todas as comissões, custos da transação, descontos ou prêmios, que são parte integrante da taxa efetiva de juros. Os custos de transação são custos incrementais diretamente atribuíveis à aquisição, emissão ou alienação de um ativo ou passivo financeiro.

f) Ativos não correntes mantidos para venda

Em alguns casos, um ativo é recebido após a execução de créditos inadimplentes. Estes ativos são mensurados pelo valor contábil ou pelo seu valor justo deduzidos das despesas venda – o que for menor, e o montante é registrado em “Ativos não correntes mantidos para venda”.

g) Imobilizado de uso

i. Reconhecimento e avaliação

Os imobilizados de uso são avaliados pelo custo menos a depreciação acumulada e perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (veja Nota 2(i) abaixo), quando aplicável. O custo inclui as despesas diretamente atribuíveis à aquisição do ativo.

O custo de ativos gerados internamente inclui o custo de materiais e mão de obra direta, bem como quaisquer outros custos diretamente atribuíveis necessários à sua funcionalidade.

Quando as partes de um item possuem diferentes vidas úteis, e for praticável seu controle em separado, estas são contabilizadas como itens separados (principais componentes) do imobilizado de uso.

A vida útil e os valores residuais dos bens são reavaliados e ajustados, se necessários, em cada data do balanço ou quando aplicáveis.

Ganhos e perdas com a venda de imobilizado de uso são registrados, pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado, na demonstração do resultado, na rubrica “Outras receitas/(despesas) operacionais”.

ii. Custos subsequentes

O custo de reparo ou manutenção de um item do imobilizado de uso é reconhecido no valor do bem, quando for provável que os benefícios econômicos futuros incorporados ao bem fluam para a Organização, por mais de um ano, e o seu custo puder ser mensurado de maneira confiável. Os demais custos de reparos e manutenção do imobilizado de uso são reconhecidos no resultado à medida que são incorridos.

iii. Depreciação

A depreciação é reconhecida no resultado pelo método linear, considerando a vida útil estimada dos ativos. Ativos de arrendamento financeiro são depreciados considerando o prazo mais curto entre o de arrendamento e sua vida útil. Terrenos não são depreciados. Vida útil e valores residuais são reavaliados a cada data do balanço e ajustados, quando aplicáveis.

h) Ativos intangíveis

Ativos intangíveis são compostos por itens não monetários, sem substância física e separadamente identificáveis. Podem ser decorrentes de combinações de negócios, tais como *ágio* e a compra de outros ativos intangíveis, ou não, como as licenças de software e a aquisição de direitos de exclusividade. Esses ativos são reconhecidos pelo custo. O custo de um ativo intangível, adquirido em uma combinação de negócios, é o seu valor justo na data da aquisição. Ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados durante sua vida útil econômica estimada. Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados.

No geral, os ativos intangíveis identificados da Organização possuem vida útil definida. Na data de cada exercício social, os ativos intangíveis são testados para detectar indícios de redução ao seu valor recuperável (*impairment*) ou mudanças nos benefícios econômicos futuros estimados - veja Nota 2(i) abaixo.

i. *Ágio (Goodwill)*

O *ágio* (ou ganho por compra vantajosa) é originado no processo de aquisição de controladas e *joint ventures* e é alocado a UGC ou ao grupo de UGCs para o qual o benefício das sinergias da combinação é esperado.

O *ágio* representa o excesso do custo de aquisição, em razão da participação da Organização, sobre o valor justo líquido dos ativos e passivos identificáveis adquiridos de uma controlada ou *joint venture* na data da aquisição. O *ágio* originado na aquisição de controladas é reconhecido em “Ativos Intangíveis” e o *ágio* da aquisição de coligadas e *joint ventures* é incluído no valor dos investimentos de coligadas. Quando a diferença, entre o custo de aquisição e a participação da Organização sobre o valor justo dos ativos e passivos identificáveis, for negativo (ganho por compra vantajosa), este é reconhecido imediatamente no resultado como ganho na data de aquisição.

O ágio é testado anualmente, ou sempre que for observado um evento que cause a redução ao valor recuperável. Perdas por redução ao valor recuperável de ágio não podem ser revertidas. Ganhos e perdas auferidos na venda de uma entidade incluem a consideração do valor contábil do ágio em relação à entidade vendida.

ii. **Software**

Software adquirido pela Organização é registrado ao custo, deduzido da amortização acumulada e perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável.

Despesas de desenvolvimento interno de *software* são reconhecidas como ativo quando a Organização consegue demonstrar sua intenção e capacidade de concluir o desenvolvimento, e utilizar o *software* de modo a gerar benefícios econômicos futuros. Os custos capitalizados de *software* desenvolvido internamente incluem todos os custos diretamente atribuíveis ao desenvolvimento e são amortizados durante sua vida útil. Os *softwares* desenvolvidos internamente são registrados pelo seu custo capitalizado, deduzidos da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*) (veja Nota 2(i) abaixo).

Gastos subsequentes com *software* são capitalizados somente quando aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados no ativo específico a que se referem. Todos os demais gastos são contabilizados como despesas à medida que são incorridos.

A amortização é reconhecida no resultado pelo método linear durante a vida útil estimada do *software*, a qual varia de dois a cinco anos a partir da data da sua disponibilidade para uso. A vida útil e os valores residuais são revisados a cada data de balanço e ajustados, quando necessário.

iii. **Outros ativos intangíveis**

Outros ativos intangíveis referem-se, basicamente, à carteira de clientes e aquisição de direito de prestação de serviços bancários. São registrados ao custo menos amortização e as perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável, e amortizados pelo período no qual o ativo deverá contribuir direta ou indiretamente para o fluxo de caixa futuro.

Esses ativos intangíveis são revisados anualmente, ou sempre que ocorrer eventos ou mudanças em circunstâncias que possam indicar uma irrecuperabilidade do valor contábil dos ativos. Se necessário, sua baixa ou *impairment* (veja Nota 2(i) abaixo) é reconhecida imediatamente no resultado.

i) **Arrendamento mercantil**

Arrendamentos da Organização (Arrendatário)

Como arrendatário, a Organização avalia, na data de início do contrato, se esse contrato é ou contém um arrendamento, ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação.

A Organização aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor.

No início de um arrendamento, a Organização reconhece um “passivo de arrendamento” para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes. As despesas com juros sobre o passivo de arrendamento e as despesas de depreciação do ativo de direito de uso são reconhecidas separadamente.

O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo e subsequentemente deduzido da depreciação acumulada e de quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, quando aplicável. O direito de uso também será corrigido em caso de remensuração do passivo de arrendamento. A depreciação é calculada de maneira linear pelo prazo dos arrendamentos.

O prazo do arrendamento é definido como o prazo não cancelável do arrendamento, juntamente com (i) períodos cobertos por opção de prorrogar o arrendamento, se o arrendatário estiver razoavelmente certo de exercer essa opção; e (ii) períodos cobertos por opção de rescindir o arrendamento, se o arrendatário estiver razoavelmente certo de não exercer essa opção. A Organização possui política descritiva para os prazos de arrendamentos de Imóveis, que considera o plano de negócio e premissas da administração, opções de prorrogação e as leis e normas locais.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados da data inicial, descontados pela taxa incremental aplicada a cada contrato de acordo com o prazo do arrendamento.

Os pagamentos dos arrendamentos incluem pagamentos fixos menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber e pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa. Os pagamentos variáveis de arrendamento que não dependem de um índice ou taxa são reconhecidos como despesas no período em que ocorre o evento ou condição que gera esses pagamentos.

A taxa incremental aplicada pela Organização leva em consideração a taxa de captação livre de risco ajustada pelo *spread* de crédito.

Subsequentemente, o passivo de arrendamento é ajustado para refletir os juros incidentes sobre os fluxos de pagamento, remensurado para refletir qualquer reavaliação ou modificações do arrendamento e reduzido para refletir os pagamentos efetuados.

Os encargos financeiros são reconhecidos como despesa financeira e apropriados de acordo com o prazo dos contratos, considerando a taxa nominal de desconto.

Os contratos e arrendamentos de imóveis com prazo indeterminado não foram considerados no escopo da IFRS 16 – Arrendamentos, pois tratam-se de locações nas quais o contrato pode ser rescindido a qualquer momento sem multa significativa. Dessa maneira, o contrato de aluguel não foi considerado como executável.

Arrendamento de curto prazo e baixo valor

A Organização aplica a isenção de reconhecimento de arrendamento de curto prazo a seus arrendamentos de curto prazo (ou seja, arrendamentos cujo prazo de arrendamento seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início e que não contenham opção de compra). Também aplica a concessão de isenção de reconhecimento de ativos de baixo valor. Os pagamentos de arrendamento de curto prazo e de arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa ao longo do prazo do arrendamento.

j) Perdas por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (impairment), exceto imposto de renda e contribuição social diferidos

Os ativos, que têm uma vida útil indefinida, como o ágio, não estão sujeitos à amortização e são testados, no mínimo, anualmente, para a verificação da existência de perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*).

Os ativos, que estão sujeitos à amortização ou depreciação, são revisados para verificar seu valor recuperável sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda pela redução ao valor recuperável é reconhecida pelo excesso do valor contábil do ativo ou o valor contábil da sua Unidade Geradora de Caixa (UGC) sobre seu valor recuperável estimado. O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo deduzido os custos de venda.

Para finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são aglutinados ao menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo, que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupo de ativos (UGC). Para finalidade de testar o valor recuperável do ágio, sujeito a um teste de teto de segmento operacional, as UGCs para as quais o ágio foi alocado são agregadas de maneira que o nível no qual o teste de valor recuperável é aplicado, reflete o nível mais baixo no qual o ágio é monitorado para fins de reporte interno.

Ao avaliar o valor em uso, são utilizadas as projeções de resultados futuros baseados nos planos de negócio e orçamento, e os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente utilizando-se uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflete avaliações no mercado corrente do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou UGC.

Ativos corporativos da Organização não geram fluxos de caixa separados e são utilizados por mais de uma UGC. Esses ativos são alocados às UGCs em uma base razoável e consistente, e testados para redução ao valor recuperável como parte do teste da UGC para o qual o ativo está alocado.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes as UGCs são inicialmente alocadas na redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGC) e, subsequentemente, na redução dos outros ativos desta UGC (ou grupo de UGC) de modo *pro-rata*.

Uma perda por redução ao valor recuperável em relação ao ágio não pode ser revertida. No tocante a outros ativos, as perdas por redução ao valor recuperável

reconhecidas em períodos anteriores são avaliadas a cada data de balanço para detectar indicações de que a perda tenha diminuído ou não exista mais. Uma perda por redução ao valor recuperável será revertida se houver mudança nas estimativas utilizadas para se determinar o valor recuperável ou somente na extensão em que o valor de contabilização do ativo não exceda o valor de contabilização que teria sido determinado, líquido de depreciação e amortização, caso nenhuma perda por redução ao valor recuperável tivesse sido reconhecida.

k) Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais

Uma provisão é reconhecida quando, como resultado de um evento passado, a Organização tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, que pode ser estimada de modo confiável, e é provável que uma saída de recursos será requerida para liquidar uma obrigação. Provisões são determinadas pela expectativa de fluxos de caixa futuros descontado a uma taxa prefixada a qual reflete a avaliação atual de mercado do valor monetário no tempo e os riscos específicos ao passivo.

Na constituição das provisões, a Administração leva em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento dos Tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável.

Passivos contingentes não são reconhecidos, pois a sua existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros e incertos que não estejam totalmente sob o controle da Administração. Os passivos contingentes não satisfazem os critérios de reconhecimento, pois são considerados como perdas possíveis, devendo ser apenas divulgados em notas explicativas, quando relevantes. As obrigações classificadas como remotas não são provisionadas e nem divulgadas.

Ativos contingentes são reconhecidos contabilmente somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis definitivas, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes, cuja expectativa de êxito seja provável são apenas divulgados nas Demonstrações Financeiras, quando relevantes.

Obrigações legais decorrem de processos judiciais, cujo objeto de contestação é a sua legalidade ou constitucionalidade que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas Demonstrações Financeiras.

l) Contratos de Seguros

De acordo com a IFRS 17, contratos que atendem à definição de contratos de seguro, incluindo seguros, contratos de resseguro emitidos e mantidos, e contratos de investimento com participação discricionária que sejam emitidos por uma seguradora e devem ser mensurados sob suas regras. Um contrato de seguro é aquele em que uma parte aceita risco de seguro significativo de outra parte. O risco de seguro, conforme definido pela norma, é o risco, exceto o risco financeiro, transferido do titular de um contrato para o emissor. Um contrato de investimento com participação discricionária é um contrato segundo o qual o detentor recebe um pagamento adicional, cujo valor ou prazo fica contratualmente a critério do emissor.

A norma também define que, após classificar os contratos em seu escopo, uma entidade deve avaliar se esses contratos possuem algum derivativo embutido,

componentes distintos de investimento ou um bem distinto ou serviço não relacionado a seguro. Um componente de investimento é distinto se não estiver altamente interrelacionado com o contrato de seguro e se o titular da apólice puder comprar um contrato com termos e condições equivalentes na mesma jurisdição. Um bem ou serviço não relacionado a seguro é distinto se o titular da apólice puder se beneficiar do bem ou serviço sozinho ou em conjunto com outros recursos prontamente disponíveis para o titular da apólice.

A seguir apresentamos um resumo dos produtos da Organização que estão sob o alcance do IFRS 17:

- A carteira Vida foi dividida em três grupos: carteiras Vida Risco Curto Prazo, Vida Risco Longo Prazo e Vida Capitalização.
 - A carteira Vida Risco Curto Prazo contempla produtos com cobertura de riscos de mortalidade, incapacidade e morbidade com uma duração máxima de três anos;
 - A carteira Vida Risco Longo Prazo contempla produtos com cobertura de riscos de mortalidade, incapacidade e morbidade. A duração desta carteira está associada à expectativa de vida dos segurados ou tem uma duração superior a três anos;
 - A carteira Vida Capitalização contempla produtos com cobertura de riscos de mortalidade, incapacidade e morbidade, além de opções de resgate. A duração dessa carteira está associada à expectativa de vida dos segurados.

- A carteira de Previdência foi dividida em três grupos: Previdência com Benefício Definido, Previdência Tradicional e PGBL/VGBL.
 - A carteira de Previdência com Benefício Definido abrange produtos que garantem um pagamento futuro definido quando o segurado atingir a data de aposentadoria. A duração dessa carteira está associada à expectativa de vida dos segurados;
 - A carteira de Previdência Tradicional abrange produtos que garantem uma taxa de juros mínima e atualização monetária tanto no período de diferimento como no de pagamento de renda. A duração dessa carteira está associada à expectativa de vida dos segurados;
 - A carteira PGBL/VGBL contempla produtos que garantem taxa de juros e atualização monetária apenas no período de pagamento de renda. A duração dessa carteira está associada à expectativa de vida dos segurados.

- A carteira de Saúde foi dividida em dois grupos: Saúde e Saúde Odontológica.
 - A carteira de Saúde considera produtos com cobertura completa de saúde. Estes produtos podem ser contratados individualmente (Saúde Individual) ou coletivamente (Saúde Coletiva). Os produtos individuais têm a sua duração associada à expectativa de vida dos segurados e os produtos coletivos têm uma duração máxima de dois anos;
 - A carteira de Saúde Odontológica contempla apenas produtos com cobertura de saúde Odontológico. Estes produtos podem ser contratados individualmente (Saúde Individual) ou coletivamente (Saúde Coletiva). Os produtos individuais têm a sua duração associada à expectativa de permanência dos segurados e os produtos coletivos têm uma duração máxima de três anos.

- A carteira Não Vida foi dividida em dois grupos: Não Vida Longo Prazo e Não Vida Curto Prazo.
 - A carteira Não Vida Longo Prazo inclui dois produtos: (i) seguro consórcio e (ii) seguro habitacional;
 - A carteira Não Vida Curto Prazo inclui todos os outros produtos de seguros Não Vida, tais como (mas não limitados a): automóvel, residencial, equipamentos, responsabilidade civil.

Nível de agregação

Para fins de mensuração, o IFRS 17 exige que os contratos de seguro sejam agregados com base em riscos semelhantes que são administrados em conjunto, os quais devem ser segregados por safras e depois divididos em três categorias: grupos de contratos que são onerosos no reconhecimento inicial, grupos de contratos que, no reconhecimento inicial, não têm possibilidade significativa de se tornarem onerosos no futuro e um grupo de contratos remanescentes na carteira, se houver. Essas agregações são denominadas Grupos de Contratos.

Limites do contrato

De acordo com o IFRS 17, os fluxos de caixa estão dentro do limite do contrato de seguro se resultarem de direitos e obrigações existentes no período das demonstrações financeiras sob o qual a entidade pode exigir que o segurado pague prêmios ou a entidade pode ser obrigada a fornecer cobertura de seguro ao segurado. Para contratos com participação discricionária, os fluxos de caixa estão dentro do limite do contrato se resultarem da obrigação substantiva da entidade de entregar caixa em uma data presente ou futura.

Reconhecimento Inicial

A Organização reconhece grupos de contratos de seguro emitidos ao ocorrer o primeiro dos seguintes eventos:

- O início do período de cobertura do grupo de contratos;
- A data de vencimento do primeiro pagamento do titular de apólice no grupo; ou
- A data quando um grupo de contratos se torna oneroso.

Novos contratos são incluídos no grupo quando atendem aos critérios de reconhecimento dentro do período das demonstrações financeiras, até o momento em que todos os contratos que se espera que sejam incluídos no grupo tenham sido reconhecidos.

Abordagem de mensuração

Para mensurar a responsabilidade pela cobertura remanescente de seus contratos de seguro, a Organização aplica o Modelo de Mensuração Geral (GMM/BBA), o Modelo de Taxa Variável (VFA) e o Modelo de Alocação de Prêmios (PAA), detalhados a seguir.

No Modelo de Mensuração Geral (GMM/BBA), os contratos de seguro emitidos são mensurados no reconhecimento inicial pelo total de: (i) fluxos de caixa futuros estimados, ajustados pelo valor do dinheiro no tempo, acrescido de ajuste de risco não financeiro; e (ii) a Margem Contratual de Seguros (CSM). A Organização aplica o Modelo de Mensuração Geral (GMM/BBA) às seguintes carteiras: Vida Risco Longo Prazo, Vida Capitalização, Previdência com Benefício Definido, Previdência Tradicional, Saúde Individual, Saúde Odontológico Individual e Não Vida Longo Prazo.

Como variação do Modelo de Mensuração Geral (GMM/BBA), o Modelo de Taxa Variável (VFA) segue os mesmos princípios do Modelo de Mensuração Geral (GMM/BBA), mas a mensuração posterior difere em relação à mensuração do CSM. O VFA é aplicado a contratos de participação direta que são contratos de seguros substancialmente relacionados a investimentos. Além disso, nesses tipos de contratos, a responsabilidade para com os segurados está vinculada aos itens subjacentes. 'Itens subjacentes' são definidos como "Itens que determinam alguns dos valores a pagar a um tomador de seguro". Os itens subjacentes podem incluir quaisquer itens; por exemplo, uma carteira de referência de ativos, os ativos líquidos da entidade ou um subconjunto especificado dos ativos líquidos da entidade". A metodologia foi aplicada pela Organização para a carteira PGBL/VGBL.

Além do Modelo de Mensuração Geral (GMM/BBA) e do Modelo de Taxa Variável (VFA), o IFRS 17 disponibiliza, como forma de simplificar o processo de mensuração, o Modelo de Alocação de Prêmios (PAA). Este modelo simplificado é aplicável a contratos com período de cobertura de um ano ou menos e contratos para os quais a Organização razoavelmente espera que a medição resultante não difira materialmente daquela sob o Modelo de Mensuração Geral (GMM/BBA). A Organização aplica o Modelo de Alocação de Prêmio (PAA) às carteiras Vida Risco Curto Prazo, Saúde Coletiva, Saúde Odontológica Coletiva e Não Vida Curto Prazo, por estas carteiras terem períodos de cobertura iguais ou inferiores a um ano ou terem sido submetidas a um teste de aderência realizado pela Organização para verificar se o valor do passivo desses contratos medido pelo Modelo de Alocação de Prêmio (PAA) é igual ou semelhante ao valor do passivo desses contratos medido pelo Modelo de Mensuração Geral (GMM/BBA).

A Organização não emite contratos de resseguro; entretanto, possui contratos cedidos a resseguradores e aplica o Método de Alocação de Prêmios - PAA para mensurar os contratos de resseguros cedidos, uma vez que têm duração menor ou igual a um ano.

A Organização mensura as responsabilidades por sinistros ocorridos utilizando uma estimativa dos fluxos de caixa de cumprimento que serão trazidos a valor presente.

Taxa de desconto

A taxa de desconto é a taxa usada para refletir o valor do dinheiro no tempo dos fluxos de caixa futuros. Pode ser construído usando uma das duas metodologias: Top-Down ou Bottom-Up. Na metodologia Top-Down, a taxa de desconto é derivada da Taxa Interna de Retorno (TIR) de uma carteira de ativos. Na metodologia Bottom-Up, o cálculo da taxa de desconto é baseado em uma taxa livre de risco. Um risco de iliquidez é adicionado à taxa livre de risco para obter a taxa de desconto final. O risco de iliquidez reflete a compensação que um investidor exigiria pelas diferenças de liquidez entre um contrato de seguros, considerando as opções de resgate, e um ativo de referência. A Organização definiu pela utilização da taxa Bottom-Up para todas as suas carteiras mensuradas sob o IFRS 17.

Conforme opção descrita no normativo, foi definido que o efeito das mudanças nas taxas de desconto em relação ao reconhecimento inicial e mensurações subsequentes são alocadas diretamente em seus outros resultados abrangentes.

Ajuste de risco (RA)

O Ajuste de Risco (RA) é o ajuste feito pela Organização na estimativa do valor presente dos fluxos de caixa futuros para refletir a compensação que ela exigiria para arcar com o risco da incerteza no valor e tempestividade dos fluxos de caixa decorrentes de riscos não financeiros. A Organização optou pela metodologia de custo de capital para as carteiras de Vida e Previdência, Saúde Odontológica, e para a carteira de Saúde utiliza-

se a metodologia do nível de confiança. Em Não Vida, utiliza-se a metodologia de custo de capital para a Provisão de Cobertura Remanescente (PCR) e metodologia de nível de confiança para a Provisão de Sinistros Incorridos (PSI).

A metodologia de custo de capital é construída com base na multiplicação do capital de risco que a obrigação de seguro exigirá dentro de seus limites por um custo de capital. O capital de risco que a obrigação de seguro exigirá dentro de seus limites é obtido por uma metodologia de aproximação que multiplica o capital de risco atual pela duração dos fluxos de caixa do seguro. O custo de capital é o retorno mínimo que os acionistas exigirão de uma carteira e é obtido por meio da metodologia Capital Asset Pricing Model (CAPM).

A metodologia do nível de confiança é baseada em recalculando os fluxos de caixa do contrato em um cenário de estresse definido. Nesse caso, o ajuste de risco será a diferença entre os fluxos de caixa do seguro no cenário de estresse definido e o fluxo de caixa do seguro no cenário base.

O percentil equivalente ao ajuste ao risco não financeiro é de 60% para as carteiras de Vida e Previdência. Já na carteira de Não Vida o PCR utiliza o percentil de 58% de nível de confiança, no PSI utiliza-se o percentil equivalente a 75% e no Dental o nível de confiança é de 56%.

Para cálculo do nível de confiança para a carteira da Saúde, o Grupo utiliza um modelo interno de riscos onde realiza a apuração do nível de confiança para os contratos de seguros em sua carteira, sendo 60% de percentil para a Provisão de Cobertura Remanescente e 70% de percentil para a Provisão de Sinistros Incorridos.

Alocação da Margem Contratual de Seguros (CSM)

A Margem de Contratual de Seguros (CSM) para cada grupo de contratos de seguro é reconhecida no resultado de cada período para refletir as coberturas de seguro prestadas. O valor da Margem Contratual de Seguros (CSM) reconhecida em cada período é determinado pela identificação das unidades de cobertura, alocando a Margem Contratual de Seguros (CSM) no final do período (antes de reconhecer qualquer lançamento no resultado para refletir as coberturas prestadas naquele período), igualmente a cada unidade de cobertura prestada no período corrente e que se espera que venha a ser prestada no futuro e reconhecendo no resultado o valor alocado às unidades de cobertura prestadas no período.

Para os grupos de contratos medidos pelo Modelo de Mensuração Geral (GMM/BBA) e pela Abordagem da Taxa Variável (VFA), a alocação da Margem Contratual de Seguros (CSM) é calculada ao longo da vida do grupo de contratos de forma que reflita sistematicamente a transferência dos benefícios do seguro e /ou investimento ao abrigo do contrato.

A Organização aplicou julgamento e considerou todos os fatos e circunstâncias relevantes para determinar um método sistemático e racional para estimar as coberturas de contrato de seguro prestados para cada grupo de contratos e, portanto, as unidades de cobertura.

Referente aos contratos de Vida Longo Prazo, Previdência Tradicional e contratos em fase de desacumulação o reconhecimento de CSM foi mediante a projeção do valor das provisões técnicas das carteiras de contratos de seguros. E para os contratos Previdência PGBL e VGBL foi com base na taxa de administração da carteira.

Para os ramos Não Vida, ou seja, Consórcio e Habitacional o reconhecimento da parcela da Margem Contratual de Seguros (CSM) no resultado é realizado com base na expectativa de prêmios da carteira exposta.

No caso do ramo da Saúde, no qual os contratos sujeitos ao Modelo de Mensuração Geral (GMM/BBA) são os da carteira individual, o reconhecimento da parcela da Margem Contratual de Seguros (CSM) no resultado é realizado com base no fluxo de pessoas expostas ao risco de saúde projetadas para períodos futuros.

Método de mensuração e avaliação dos fluxos de caixa de cumprimento

Ao estimar os fluxos de caixa de cumprimento incluídos dentro do escopo do contrato, a Organização considera o intervalo de todos os possíveis resultados de forma imparcial, especificando a quantidade de fluxos de caixa, tempo e probabilidade de cada cenário refletindo condições existentes na data de mensuração, usando uma expectativa média ponderada pela probabilidade, que representa a média de todos os cenários possíveis. Ao determinar os possíveis cenários, a Organização usa todas as informações razoáveis e suportáveis disponíveis sem custo ou esforço excessivo, que inclui informações sobre eventos passados, condições atuais e previsões futuras.

Ao estimar fluxos de caixa futuros, são incluídos os seguintes elementos dentro do limite do contrato:

- Prêmios e quaisquer fluxos de caixa adicionais resultantes desses prêmios;
- Indenizações informadas que ainda não foram pagas, indenizações ocorridas, mas ainda não relatadas, reivindicações futuras esperadas da apólice e potenciais entradas de caixa de recuperações de sinistros futuros cobertos por contratos de seguro existentes;
- Uma alocação dos fluxos de caixa de aquisição de seguros atribuíveis à carteira à qual pertence o contrato emitido;
- Uma alocação de despesas gerais fixas e variáveis diretamente atribuíveis ao cumprimento de contratos de seguro, incluindo custos indiretos, como contabilidade, recursos humanos, tecnologia da informação e suporte, depreciação do prédio, aluguel, manutenção e utilidades;
- Outros custos especificamente imputáveis ao tomador do seguro nos termos do contrato.

As estimativas de fluxo de caixa incluem variáveis de mercado diretamente observáveis e variáveis fora do mercado, como taxas de mortalidade, taxas de acidentes, custos médios de sinistros, probabilidades de sinistros graves.

A Organização reconhece e mensura o passivo pelos valores não pagos decorrentes de todos os grupos de forma agregada e não aloca tais fluxos de caixa de cumprimento a grupos específicos.

Para o cálculo da taxa de mortalidade a ser utilizada para mensuração dos contratos de seguros, a Organização calcula a taxa de mortalidade dos referidos contratos utilizando diferentes tábuas de mortalidade. A utilização de diferentes tábuas de mortalidade tem como objetivo refletir a probabilidade de vida e morte de um determinado grupo de segurados.

Ao aplicar a tábua de mortalidade para os grupos de segurados, a entidade utiliza os parâmetros como referência para projetar a quantidade de benefícios a serem pagos aos detentores da apólice. A estimativa dos valores a serem pagos são incorporados na mensuração dos contratos de seguros da entidade.

A Organização utiliza como premissa, também, o índice de persistência para mensurar os fluxos de caixa de cumprimento. O índice de persistência tem como objetivo avaliar o tempo médio que o segurado fica vinculado ao plano até o referido cancelamento.

A Organização adota uma escolha de política contábil que calcula as mudanças nos fluxos de caixa de cumprimento no final de cada período das demonstrações financeiras. Isso ocorre para mudanças em premissas não financeiras, financeiras e taxas de desconto. A Organização primeiro calcula as mudanças nas taxas de desconto e premissas financeiras sobre os fluxos de caixa de cumprimento (conforme esperado no início do período) e, em seguida, calcula as mudanças nesses fluxos de caixa a partir da mudança nas premissas não financeiras.

Fluxo de caixa de aquisição

A Organização inclui fluxos de caixa de aquisição de seguros na mensuração de um grupo de contratos de seguros se eles são diretamente atribuíveis a contratos individuais em um grupo, ao próprio grupo ou à carteira de seguros contratos a que o grupo pertence.

Dessa forma, registra-se o reconhecimento de uma despesa referente ao fluxo de caixa de aquisição no resultado em contrapartida de um aumento no Passivo de Cobertura Remanescente (PCR) referente aos contratos de seguros.

Separação de componentes

A Organização avalia seus produtos para determinar se alguns desses componentes são distintos e precisam ser separados e contabilizados aplicando outras normas contábeis. Quando esses componentes não relacionados a seguros não são distintos, são contabilizados em conjunto com o componente de seguros aplicando o IFRS 17. A Organização avaliou os contratos no escopo do IFRS 17 e concluiu não haver componentes a serem separados.

Componentes de investimentos e ativos subjacentes

A norma define componente de investimento como o valor que o contrato de seguro exige que a entidade restitua ao titular da apólice em todas as circunstâncias, independentemente da ocorrência de um evento segurado.

A norma define, também, ativo subjacente como o item que determina alguns dos valores a pagar ao titular da apólice. Itens subjacentes podem compreender quaisquer itens; por exemplo, carteira de referência de ativos, ativos líquidos da entidade ou subconjunto específico dos ativos líquidos da entidade. A Organização possui na carteira de Previdência contratos com obrigações atreladas aos ativos subjacentes.

Receita de Seguros

A Organização emite contratos de seguros e, no reconhecimento da receita proveniente desses contratos, reduz o seu Passivo de Cobertura Remanescente (PCR).

Para grupos de contratos de seguros mensurados pelo Modelo de Mensuração Geral (GMM/BBA) e pelo Modelo de Taxa Variável (VFA), a receita de seguros é composta pela soma das mudanças no Passivo de Cobertura Remanescente (PCR) devido a:

- Despesas com cobertura de seguros incorridas no período;
- Mudanças no ajuste de risco para risco não financeiro;
- O valor a ser liberado da Margem Contratual de Seguros (CSM) pelas coberturas prestadas no período;
- Outros valores, como ajustes de experiência para recebimentos de prêmios relacionados ao período atual ou passado, se houver.

A receita de seguros também inclui a parcela de prêmios relacionada à recuperação dos fluxos caixa de aquisição de seguros incluídos nas despesas com cobertura de seguros em cada período. Ambos os valores são medidos de forma sistemática com base na passagem do tempo.

Ao aplicar o Modelo de Alocação de Prêmio (PAA), a Organização reconhece a receita de seguros do período com base na passagem do tempo, alocando recebimentos de prêmio esperados, incluindo ajustes de experiência nos prêmios para cada período de cobertura.

Despesas de Contratos de Seguros

As despesas com cobertura de seguros decorrentes de um grupo de contratos de seguros emitidos compreendem:

- Alterações no Passivo de Sinistros Incorridos (PSI) relacionadas a sinistros e despesas incorridas no período, excluindo o reembolso de componentes de investimento;
- Alterações no Passivo de Sinistros Incorridos (PSI) relacionadas a sinistros e despesas incorridas em períodos anteriores (relacionadas a coberturas passadas);
- Outras despesas de cobertura de seguro diretamente atribuíveis incorridas no período;
- Amortização dos fluxos de caixa de aquisição de seguros;
- Componente de perda de grupos onerosos de contratos inicialmente reconhecidos no período;
- Mudanças no Passivo de Cobertura Remanescente (PCR) relacionadas a cobertura futura que não ajustam a Margem Contratual de Seguros (CSM), pois são mudanças no componente de perda nos grupos de contratos onerosos.

Receitas e Despesas Financeiras

A Companhia adota a segregação das receitas e despesas financeiras em observância ao parágrafo 118 do IFRS 17, sendo reconhecido na Demonstração de Resultados (DRE) o resultado de juros referente aos contratos de seguros e, em outros resultados abrangentes, o valor referente a variação nas taxas e hipóteses financeiras, para toda a carteira mensurada pela metodologia PAA e BBA. As receitas e despesas financeiras do portfólio VFA são alocadas integralmente na Demonstração do Resultado (DRE).

m) Planos de capitalização

Os títulos de capitalização registrados em “Outros passivos”, têm seus passivos financeiros e suas receitas calculadas no momento de sua emissão.

Os títulos são emitidos de acordo com os tipos de pagamentos, mensais ou em pagamento único. Cada título tem um valor nominal, cujo valor do depósito é capitalizado mensalmente pelo indexador Taxa Referencial – TR e por taxas de juros definidas no plano até o resgate ou cancelamento do título e que forma o montante da rubrica de “Outros Passivos de Títulos de Capitalização”.

Ainda, os beneficiários dos títulos concorrem, através de sorteios, a prêmios em dinheiro. Ao final do período de capitalização, pré-determinado quando da emissão do título, o beneficiário pode resgatar o valor nominal pago acrescido da Taxa Referencial – TR, mesmo que não tenha sido beneficiado em nenhum sorteio. Estes produtos são regulamentados pelo Órgão Regulador de seguros no Brasil, porém não atendem à definição de contrato de seguro segundo, a IFRS 17 – Contratos de Seguro e, portanto,

são classificados como um passivo financeiro.

Os valores não reclamados dos planos de capitalização são desreconhecidos quando a obrigação legalmente expira, pelo fato de ser relacionado a desreconhecimento de passivo financeiro.

As despesas com colocação de títulos de capitalização são reconhecidas contabilmente quando incorridas.

n) Benefícios aos empregados

O Bradesco reconhece, prospectivamente, a condição superveniente ou deficitária de seus planos de benefícios definido e planos pós-aposentadoria como um ativo ou uma obrigação em seu balanço patrimonial, e reconhece as variações na condição financiada durante o ano em que ocorrem as variações, por meio do resultado do período.

i. Planos de contribuição definida

O Bradesco e suas controladas são patrocinadores de Plano de Previdência Complementar para seus funcionários e administradores. As obrigações das contribuições para Planos de Previdência de contribuição definida são reconhecidas como despesa no resultado quando são incorridas. Uma vez pagas as contribuições, a Organização, na qualidade de empregadora, não tem qualquer obrigação de pagamento adicional.

ii. Planos de benefício definido

A obrigação líquida da Organização, em relação aos planos de benefício definido, é referente exclusivamente aos planos de instituições adquiridas, e é separadamente calculada para cada plano, estimando-se o benefício definido futuro que os empregados farão jus pós emprego no desligamento da Organização ou momento da aposentadoria.

A obrigação líquida do Bradesco para os planos de benefício definido é calculada com base na estimativa do valor do benefício futuro que os empregados receberão como retorno pelos serviços prestados no período atual e em períodos anteriores. Esse valor é descontado ao seu valor presente e é apresentado líquido do valor justo de quaisquer ativos do plano.

O cálculo da obrigação de plano de benefício definido é realizado anualmente por um atuário qualificado utilizando o método de crédito unitário projetado conforme requerido pela norma contábil.

As remensurações da obrigação líquida, que incluem: os ganhos e perdas atuariais, o retorno dos ativos do plano diferente da expectativa (excluindo juros) e o efeito do teto do ativo (se houver, excluindo juros), são reconhecidos imediatamente em outros resultados abrangentes.

Os juros líquidos e outras despesas relacionadas aos planos de benefícios definidos são reconhecidos no resultado.

iii. Benefícios rescisórios

Os benefícios rescisórios são exigíveis quando o vínculo de emprego do funcionário é rescindido pela Organização antes da data normal da aposentadoria, ou sempre que o empregado aceitar a demissão voluntária em troca desses benefícios.

Os benefícios que vencem em mais de doze meses após a data do balanço são descontados a valor presente.

iv. Benefícios de curto prazo

Benefícios como salários, contribuições para a seguridade social, licenças anuais remuneradas e licenças médicas remuneradas, participação nos lucros e bônus (quando pagáveis dentro de doze meses da data do balanço) e benefícios não monetários, tais como assistência médica, são registrados como despesa na demonstração do resultado, sem desconto ao valor presente, se a Organização tiver a obrigação legal ou construtiva de efetuar o pagamento como resultado de serviço passado realizado/efetuado pelo empregado e se a obrigação puder ser estimada de maneira confiável.

o) Serviços e comissões

As receitas e despesas de serviços e comissões, que fazem parte e são diretamente alocáveis a taxa de juros efetiva de um ativo ou passivo financeiro, são incluídas na mensuração da taxa efetiva de juros.

As demais receitas de serviços e comissões, compostas substancialmente por taxas de manutenção de contas, taxas de administração de fundos de investimento, anuidade de cartões, tarifas de cobranças e consórcio, são reconhecidos, conforme requisitos da IFRS 15 - Receita de contratos com clientes, à medida em que as obrigações de desempenho são cumpridas. O preço é alocado à prestação de serviço mensal, sendo a receita alocada ao resultado da mesma maneira. Outras despesas com taxas e comissões são relacionadas, principalmente, com transações e taxas de serviços que são reconhecidos quando recebidos.

p) Imposto de renda e contribuição social

Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, calculados sobre prejuízo fiscal, base negativa de contribuição social e de adições temporárias, são registrados na rubrica "Créditos Tributários", e as provisões para as obrigações fiscais diferidas sobre superveniência de depreciação, ajustes a valor de mercado dos títulos e valores mobiliários, atualização de depósitos judiciais, dentre outros, são registrados na rubrica "Impostos Diferidos", sendo que para a superveniência de depreciação é aplicada somente a alíquota de imposto de renda.

Os créditos tributários sobre as adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Os créditos tributários sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social serão realizados de acordo com a geração de lucros tributáveis, observado o limite de 30% do lucro real do período-base. Tais créditos tributários são reconhecidos contabilmente com base nas expectativas atuais de realização, considerando os estudos técnicos e análises realizadas pela Administração.

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10%. A contribuição social sobre o lucro líquido para as empresas financeiras, equiparadas e do ramo segurador é calculada a alíquota de 15% e 9% para as demais empresas. Em novembro de 2019 foi promulgada a Emenda Constitucional nº 103 que estabelece no artigo 32, a majoração da alíquota de contribuição social sobre o lucro líquido dos “Bancos” de 15% para 20%, com vigência a partir de março de 2020.

Em 28 de abril de 2022, foi publicada a Medida Provisória nº 1.115 (“MP”), convertida na Lei nº 14.446, em 19 de setembro de 2022, que elevou a alíquota da contribuição social sobre o Lucro Líquido dos setores segurador e financeiro em um ponto percentual, durante o período de 1º de agosto de 2022 a 31 de dezembro de 2022.

Foram constituídas provisões para os demais impostos e contribuições sociais, de acordo com as respectivas legislações vigentes.

A composição dos valores de imposto de renda e contribuição social, a demonstração dos seus cálculos, a origem e previsão de realização dos créditos tributários, bem como os valores dos créditos tributários não ativados, estão apresentados na Nota 37 – Imposto de Renda e Contribuição Social.

q) Apresentação de relatório por segmento

As informações por segmentos operacionais são apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido para a tomada de decisões pela Diretoria Executiva (sendo o principal tomador de decisões operacionais), que é composta pelo Diretor-Presidente, Diretores Vice-Presidentes, Diretores Gerentes e Diretores Adjuntos. A Organização opera, principalmente, nos segmentos bancário e de seguros. As operações bancárias incluem atividades nos setores de varejo, *middle market* e *corporate*, arrendamento mercantil, operações bancárias internacionais, operações como banco de investimentos e como *private bank*. A Organização realiza operações no setor bancário através das agências localizadas no país, das agências no exterior e por meio de empresas controladas, bem como por meio de participações em outras empresas. O segmento de seguros consiste em operações de seguros, Previdência Complementar e Capitalização, através da subsidiária Bradesco Seguros S.A. e suas controladas.

r) Patrimônio líquido

As ações preferenciais não possuem direito a voto, mas têm prioridade sobre as ações ordinárias no reembolso do capital, em caso de liquidação, até o valor do capital representado por essas ações preferenciais e o direito de receber um dividendo mínimo por ação 10% (dez por cento) superior ao dividendo distribuído por ação aos detentores de ações ordinárias.

i. Custo de emissão de ações

Custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de ações são demonstrados no patrimônio líquido, reduzido de impostos, mitigando o valor de mensuração inicial das ações.

ii. Lucro por ação

A Organização apresenta dados de lucro por ação básico e diluído. O lucro por ação básico é calculado dividindo o lucro líquido atribuível aos acionistas da Organização pela média ponderada das ações em circulação durante o ano, excluindo a quantidade média das ações adquiridas pela Organização e mantidas em tesouraria. O lucro por ação diluído não difere do lucro por ação básico, pois não há instrumentos potenciais diluíveis.

iii. Dividendos a pagar

Dividendos sobre ações são pagos e provisionados durante o exercício. Em Assembleia Geral de Acionistas, são destinados no mínimo o equivalente a 30% do Lucro Líquido Ajustado Anual, de acordo com o Estatuto Social. Dividendos que foram aprovados e declarados após a data-base das Demonstrações Financeiras, são divulgados na nota de eventos subsequentes.

iv. Transações de capital

Transações de capital são transações entre sócios, na qualidade de proprietários de um investimento. Essas transações alteram as participações societárias detidas pelo controlador em uma controlada. Desde que não haja perda de controle, a diferença entre o valor pago e o valor justo da transação é reconhecida diretamente no patrimônio líquido.

3) NORMAS, ALTERAÇÕES E INTERPRETAÇÕES DE NORMAS

a) Normas, alterações e interpretações de normas aplicáveis a partir de 1 de janeiro de 2024

Alterações ao IAS 1 - Apresentação das Demonstrações Financeiras

As alterações visam melhorar as informações divulgadas sobre dívidas não correntes com *covenants*, para que os usuários das Demonstrações Financeiras entendam o risco de tais dívidas serem liquidadas antecipadamente. Adicionalmente, foram efetuadas alterações que visam endereçar algumas preocupações levantadas por usuários das Demonstrações Financeiras, em função da aplicação das alterações sobre a Classificação de Passivos como Correntes e Não Correntes, emitidas em 2020. A adoção antecipada é permitida. As alterações tiveram efeito a partir de 1º de janeiro de 2024. Concluiu-se que não houve impactos na aplicação inicial desta regulamentação.

Alterações ao IFRS 16 - Arrendamentos

As mudanças, emitidas em setembro de 2022, preveem a adição de requisitos sobre como uma entidade contabiliza uma venda de um ativo e arrenda esse mesmo ativo de volta (*leaseback*), após a data inicial da transação. Em resumo, o vendedor-arrendatário não deve reconhecer nenhum ganho ou perda referente ao direito de uso retido por ele. As alterações entraram em vigor para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2024. Concluiu-se que não houve impactos na aplicação inicial desta regulamentação.

Alterações ao IAS 7 e ao IFRS 7 – Demonstrações dos Fluxos de Caixa e Instrumentos Financeiros: Evidenciação.

As alterações se referem à divulgação de informações sobre acordos financeiros com fornecedores que permitirão aos usuários das Demonstrações Financeiras avaliar seus efeitos sobre o passivo da entidade e aos seus fluxos de caixa, além da sua exposição ao

risco de liquidez. As alterações entraram em vigor para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2024. Concluiu-se que não houve impactos na aplicação inicial desta regulamentação.

b) Normas, alterações e interpretações de normas aplicáveis em períodos futuros**Alterações IAS 21 – Falta de Conversibilidade Entre Moedas**

As alterações, emitidas em agosto de 2023, exigem que sejam fornecidas informações úteis e completas nas demonstrações financeiras de uma companhia quando uma moeda não puder ser convertida por outra. A norma estabelece que as companhias adotem uma abordagem uniforme ao avaliar a possibilidade de conversão entre diferentes moedas, não sendo possível a conversão, deve-se determinar uma taxa de câmbio a ser utilizada e divulgar essa situação de forma adequada. Estas alterações entram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2025 e a Organização concluiu que não haverá impactos iniciais com a aplicação desta norma.

Novo IFRS 18 - Apresentação e Divulgação em Demonstrações Financeiras

A nova norma, emitida em abril de 2024, substitui o IAS 1 - Apresentação de Demonstrações Financeiras e introduz novas exigências para melhorar a divulgação do desempenho financeiro das empresas, tais como: Três categorias definidas para receitas e despesas – operacional, investimentos e financiamentos – e novos subtotais definidos, incluindo o lucro operacional; Divulgação de informações sobre indicadores específicos da empresa relacionados à demonstração de resultado, denominados medidas de desempenho definidas pela administração; Orientações aprimoradas quanto à organização das informações e se elas devem ser fornecidas nas demonstrações financeiras primárias ou nas notas; Maior transparência para as despesas operacionais; e Requisitos específicos sobre como as empresas, tais como bancos e seguradoras, classificam as receitas e despesas na categoria operacional. O IFRS 18 entrará em vigor em 1 de janeiro de 2027. A Organização está avaliando os impactos da nova norma.

Novo IFRS 19 – Subsidiárias sem Responsabilidade Pública

A nova norma, emitida em maio de 2024, permite que as subsidiárias elegíveis utilizem as normas contábeis IFRS com divulgações reduzidas, o que reduzirá os custos de preparação das demonstrações financeiras dessas subsidiárias, mantendo, ao mesmo tempo, a utilidade da informação para os usuários de suas demonstrações financeiras. O IFRS 19 entrará em vigor em 1 de janeiro de 2027. A Organização está avaliando os impactos da nova norma.

Emendas do IFRS 9 e IFRS 7 - Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros

As emendas, emitidas em maio de 2024, trazem esclarecimentos sobre a classificação de ativos financeiros com governança ambiental, social e corporativa (ESG) e características similares, além de abordar critérios sobre a liquidação de passivos através de sistemas eletrônicos de pagamento. Essas emendas entram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2026 e a Organização está avaliando os impactos da nova norma.

Emendas do IFRS 9 e IFRS 7 - Contratos Referenciados à Eletricidade Dependente da Natureza

As emendas, emitidas em dezembro de 2024, visam melhorar a forma como as empresas relatam os efeitos financeiros dos contratos de eletricidade dependentes da natureza, frequentemente estruturados como acordos de compra de energia (PPAs). As emendas incluem esclarecimentos da aplicação dos requisitos de 'uso próprio', permitindo a contabilidade de hedge se esses contratos forem usados como instrumentos de hedge e adicionam novos requisitos de divulgação para ajudar os investidores a entenderem o

impacto desses contratos no desempenho financeiro e nos fluxos de caixa das empresas. Essas emendas entram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2026, com a possibilidade de aplicação antecipada, e a Organização está avaliando os impactos desta alteração nas normas.

4) USO DE ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS SIGNIFICATIVOS

A Organização adota estimativas e julgamentos que podem afetar o valor reportado de ativos, passivos, receitas e despesas no próximo exercício, sendo as melhores premissas determinadas conforme o padrão aplicável.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua e são consistentes com o gerenciamento de riscos da Organização, quando apropriado. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

Julgamentos

Informações sobre julgamentos feitos na aplicação das políticas contábeis que têm os efeitos mais significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas:

- Nota 13 - Consolidação: se a Organização detém o controle de fato sobre a investida; e investidas contabilizadas por equivalência patrimonial: se a Organização tem influência significativa sobre a investida; e
- Nota 21 - Mensuração de passivos de seguros: São utilizadas metodologias considerando todos os fatos e circunstâncias relevantes para determinar um método sistemático e racional para estimar a cobertura do contrato de seguro de acordo com o Modelo de Alocação de Prêmios (PAA), Modelo Geral de Mensuração (GMM/BBA) e Modelo de Taxa Variável (VFA).

Estimativas

As estimativas apresentam um risco significativo e podem ter um impacto material nos valores dos ativos e passivos no próximo ano, podendo os resultados reais serem diferentes dos previamente estabelecidos. Abaixo quadro com as estimativas contábeis e suas respectivas notas:

Estimativas contábeis	Nota
• Valor justo dos instrumentos financeiros	40.4 / 29 e 30 / 6 a 8
• Perda de Crédito Esperada	40.2 / 10 e 11
• Redução ao valor recuperável de ativos intangíveis e ágio	15
• Realização do crédito tributário	37
• Passivos de contratos de seguros	21
• Outras provisões	22

Valor justo dos instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros registrados pelo valor justo em nossas Demonstrações Financeiras Consolidadas consistem, principalmente, em ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado, incluindo derivativos e ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

O valor justo de um instrumento financeiro corresponde ao preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração.

Esses instrumentos financeiros são categorizados dentro de uma hierarquia com base no nível mais baixo de informação, que é significativo para a mensuração do valor justo. Para instrumentos classificados como Nível 3, temos que usar uma quantidade significativa do nosso próprio julgamento para chegar à mensuração do valor justo de mercado. Baseamos as nossas decisões de julgamento no nosso conhecimento e observações dos mercados relevantes para os ativos e passivos individuais e esses julgamentos podem variar com base nas condições de mercado.

Ao aplicar o nosso julgamento, analisamos uma série de preços e volumes de transação de terceiros para entender e avaliar a extensão das referências de mercado disponíveis e julgamento ou modelagem necessária em processos com terceiros. Com base nesses fatores, determinamos se os valores justos são observáveis em mercados ativos ou se os mercados estão inativos.

A imprecisão na estimativa de informações de mercado não observáveis pode impactar o valor da receita ou perda registrada para uma determinada posição. Além disso, embora acreditemos que nossos métodos de avaliação sejam apropriados e consistentes com aqueles de outros participantes do mercado, o uso de metodologias ou premissas diferentes para determinar o valor justo de certos instrumentos financeiros pode resultar em uma estimativa de valor justo diferente na data de divulgação. Para uma discussão detalhada sobre a determinação do valor justo de instrumentos financeiros, vide Nota 40.5.

Perda de crédito esperada

A mensuração da provisão para perdas esperadas com créditos para ativos financeiros mensurados ao custo amortizado e ao valor justo em outros resultados abrangentes, compromissos de empréstimos e garantias financeiras requer o uso de modelos quantitativos complexos e suposições sobre condições econômicas futuras e comportamento de crédito.

Vários julgamentos significativos também são necessários para aplicar os requisitos contábeis para a mensuração da perda esperada de crédito, tais como:

- Determinar critérios para identificar o aumento significativo de risco de crédito;
- Selecionar modelos quantitativos e pressupostos apropriados;
- Estabelecer diferentes cenários prospectivos e suas ponderações;
- Agrupar ativos financeiros semelhantes; e
- Definir o prazo esperado de exposição ao risco de crédito para instrumentos sem vencimento contratual determinado.

O processo para determinar o nível de provisão para perda esperada de crédito exige estimativas e uso de julgamentos e é possível que perdas atuais demonstradas em períodos subsequentes sejam diferentes daquelas calculadas de acordo com as estimativas e premissas atuais.

As premissas e técnicas utilizadas na mensuração da perda de crédito esperada estão detalhadas na nota 40.2. Risco de crédito.

Redução ao valor recuperável de ativos intangíveis e ágio

A Organização analisa, pelo menos anualmente, se o valor contábil dos ativos intangíveis e do ágio (inclui ágios identificados na aquisição de coligadas e empresas de controle compartilhado) sofreram redução ao seu valor recuperável. O primeiro passo do processo exige a identificação de unidades geradoras de caixa independentes e a alocação de ágio

para essas unidades. O valor contábil da unidade, incluindo o ágio alocado, é comparado ao valor em uso para determinar se há redução ao valor recuperável. Se o valor em uso de uma unidade geradora de caixa for inferior ao seu valor contábil, o ágio sofrerá uma redução ao seu valor recuperável. Pode ser necessário realizar cálculos detalhados considerando mudanças no mercado em que um negócio opera (ex: concorrência e mudança regulatória). O cálculo é baseado no desconto de fluxos de caixa antes dos impostos a uma taxa de juros ajustada pelo risco apropriada para a unidade operacional, sendo que a determinação de ambos exige o exercício de julgamento. Embora as previsões sejam comparadas ao desempenho atual e a dados econômicos externos, os fluxos de caixa esperados refletem naturalmente a visão da Organização sobre o desempenho futuro.

Realização do crédito tributário

A determinação do valor de nosso imposto de renda passivo (incluindo contribuição social) é complexa e a nossa avaliação está relacionada à análise de nossos impostos diferidos ativos e passivos e do imposto de renda a pagar. Em geral, a nossa avaliação exige que estimemos os valores futuros de imposto de renda corrente e diferido. A nossa avaliação da possibilidade de realização de um imposto diferido é subjetiva e envolve avaliações e premissas, que são inerentemente incertas. O suporte para nossas avaliações e premissas pode mudar ao longo do tempo e é resultado de eventos ou circunstâncias não previstos, que afetam a determinação do valor de nosso passivo de impostos.

É necessário julgamento significativo para determinar se é provável que uma posição de imposto de renda seja sustentada com base em exame, mesmo após o resultado de qualquer procedimento administrativo ou judicial com base em méritos técnicos.

Também, é necessário julgamento para determinar o valor de um benefício elegível para reconhecimento em nossas Demonstrações Financeiras Consolidadas.

Adicionalmente, monitoramos a interpretação da legislação tributária e as decisões de autoridades fiscais e judiciais, para que possamos ajustar qualquer julgamento anterior de imposto de renda acumulado. Esses ajustes também podem resultar de nosso planejamento de imposto de renda ou resolução de controvérsias de imposto de renda e pode ser significativo para os nossos resultados operacionais em qualquer período.

Para informações adicionais sobre imposto de renda, vide Nota 37 – Imposto de Renda e Contribuição Social.

Passivos de contratos de seguros

Os passivos de contratos de seguros (reservas) são passivos constituídos para honrar compromissos futuros a favor de nossos segurados, veja a nota 2(k.I). São utilizadas expectativas de sinistralidade, mortalidade, longevidade, tempo de permanência, conversão em renda e taxa de juros. Essas premissas utilizadas baseiam-se na experiência da carteira da Companhia e são periodicamente revisadas.

Outras provisões

As provisões são revisadas regularmente, e constituídas, sempre que a perda for avaliada como provável, levando-se em consideração a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento dos tribunais.

5) CAIXA, DISPONIBILIDADES EM BANCO E EQUIVALENTES DE CAIXA

a) Caixa, equivalentes de caixa e disponibilidades em bancos

	R\$ mil	
	Em 31 de dezembro de 2024	Em 31 de dezembro de 2023
Disponibilidades em moeda nacional	17.384.505	14.765.830
Disponibilidades em moeda estrangeira	2.143.785	2.566.314
Aplicações interfinanceiras de liquidez (1) (a)	171.195.511	145.253.145
Aplicações voluntárias no Banco Central	17.300.000	24.205.291
Caixa e equivalentes de caixa	208.023.801	186.790.580
Depósitos compulsórios no Banco Central (2)	109.786.380	109.516.537
Caixa, equivalentes de caixa e disponibilidades em bancos (b)	317.810.181	296.307.117
Caixa e disponibilidade em Bancos (b) - (a)	146.614.670	151.053.972

(1) Refere-se a operações cujo vencimento na data da efetiva aplicação for igual ou inferior a 90 dias e apresentem risco insignificante de mudança de valor justo. Estão apresentados como “empréstimos para instituições financeiras” – Nota 10; e

(2) Os depósitos compulsórios no Banco Central referem-se a um saldo mínimo, que as instituições financeiras são obrigadas a manter no Banco Central do Brasil, com base em um percentual de depósitos recebidos de terceiros.

6) ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS AO VALOR JUSTO POR MEIO DO RESULTADO

a) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

	R\$ mil	
	Em 31 de dezembro de 2024	Em 31 de dezembro de 2023
Ativos financeiros		
Títulos públicos brasileiros	263.224.363	282.586.266
Títulos emitidos por instituições financeiras	36.983.297	43.844.816
Títulos e ações emitidos por empresas não financeiras	41.637.680	36.257.756
Aplicações em cotas de fundos	9.368.468	9.323.075
Títulos públicos brasileiros emitidos no exterior	366.034	54.167
Títulos públicos de governos estrangeiros	468.521	118.948
Instrumentos financeiros derivativos	19.834.985	15.413.349
Total	371.883.348	387.598.377

b) Vencimento

	R\$ mil	
	Em 31 de dezembro de 2024	Em 31 de dezembro de 2023
Vencimento em até um ano	53.549.658	95.034.235
Vencimento de um até cinco anos	228.464.602	201.297.811
Vencimento de cinco até dez anos	57.839.535	58.350.432
Vencimento acima de dez anos	8.119.026	7.911.872
Prazo indeterminado	23.910.527	25.004.027
Total	371.883.348	387.598.377

Os instrumentos financeiros dados em garantia classificados como “Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado”, totalizaram em 31 de dezembro de 2024, R\$ 15.626.382 mil (2023 - R\$ 32.772.513 mil), sendo composto em sua maioria por títulos públicos brasileiros.

c) Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado

	R\$ mil	
	Em 31 de dezembro de 2024	Em 31 de dezembro de 2023
Instrumentos financeiros derivativos	16.240.611	15.542.220
Total	16.240.611	15.542.220

7) INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

A Organização participa de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos, registrados em contas patrimoniais e de compensação, que se destinam a atender necessidades próprias para administrar sua exposição global, bem como para atender às solicitações de seus clientes, no sentido de administrar suas exposições. Essas operações envolvem uma variedade de derivativos, inclusive swaps de taxas de juros, swaps de moeda, futuros e opções. A política de gestão de riscos da Organização é fundamentada na utilização de instrumentos financeiros derivativos com o objetivo, predominantemente, de mitigar os riscos decorrentes das operações efetuadas pela Organização e empresas controladas.

Os instrumentos financeiros derivativos, são demonstrados no balanço patrimonial consolidado pelo seu valor justo estimado. O valor justo, geralmente, baseia-se em cotações de preços de mercado ou cotações de preços de mercado para ativos ou passivos com características semelhantes. Se esses preços de mercado não estiverem disponíveis, os valores justos são baseados em cotações de operadores de mercado, modelos de precificação, fluxo de caixa descontado ou técnicas similares, para as quais a determinação do valor justo pode exigir julgamento ou estimativa significativa por parte da Administração.

Para instrumentos financeiros derivativos, cotações de preço de mercado são usadas para determinar o valor justo destes instrumentos. O valor justo dos swaps é determinado utilizando técnicas de modelagem de fluxo de caixa descontado que usam curvas de rendimento, refletindo os fatores de risco adequados. As informações para construir as curvas de rendimento são obtidas, principalmente, na B3 e no mercado secundário doméstico e internacional. Estas curvas de rendimento são utilizadas para determinar o valor justo dos swaps de moeda, de taxa de juros e swaps com outros fatores de risco. O valor justo dos contratos a termo e de futuros também é determinado com base em cotações de preços de mercado para derivativos negociados em bolsa ou utilizando metodologias similares aquelas descritas para swaps. O valor justo dos instrumentos derivativos de crédito é determinado com base em cotações de preços de mercado ou obtido junto a entidades especializadas. O valor justo das opções é determinado com base em modelos matemáticos, tais como Black & Scholes, usando curvas de rendimento, volatilidades implícitas e o valor justo do ativo correspondente. Os preços atuais de mercado são usados para precificar as volatilidades. Para a estimação do valor justo dos instrumentos financeiros derivativos de balcão também é levado em consideração a qualidade creditícia de cada contraparte, associando assim uma perda esperada para cada portfólio de derivativos (CVA).

Os instrumentos financeiros derivativos no Brasil referem-se, substancialmente, a operações de swaps e futuros, sendo registradas na B3.

Os instrumentos financeiros derivativos realizados no exterior referem-se a operações de swaps, termo, opções, crédito e futuros efetuadas, substancialmente, nas Bolsas de Chicago e Nova York, bem como mercado de balcão.

As macros estratégias de atuação são delimitadas pelas carteiras Trading (proprietária) e Banking. As operações da Carteira Trading, inclusive derivativos são realizadas com o objetivo de aproveitar movimentos direcionais de preços e/ou taxas, estratégias de arbitragem, hedge, market maker, podendo ser liquidadas total ou parcialmente antes do vencimento contratado originalmente. As operações da Carteira Banking são compostas por operações comerciais e os seus respectivos hedges.

Os riscos destas carteiras são controlados em visões consolidadas por fator de risco e a gestão eficiente dos riscos destas carteiras requer o uso conjunto de operações de derivativos e demais instrumentos, dentre eles, os títulos e valores mobiliários.

	R\$ mil							
	Em 31 de dezembro de 2024				Em 31 de dezembro de 2023			
	Valor de referência	Custo atualizado	Marcação a mercado	Valor justo	Valor de referência	Custo atualizado	Marcação a mercado	Valor justo
Contratos futuros								
Compromissos de compra:	211.703.083	-	-	-	164.372.715	-	-	-
- Mercado interfinanceiro	178.029.255	-	-	-	132.161.908	-	-	-
- Moeda estrangeira	22.985.640	-	-	-	14.481.278	-	-	-
- Outros	10.688.188	-	-	-	17.729.529	-	-	-
Compromissos de venda:	161.641.895	-	-	-	220.715.317	-	-	-
- Mercado interfinanceiro (1)	95.605.090	-	-	-	163.879.990	-	-	-
- Moeda estrangeira (2)	48.246.297	-	-	-	49.212.584	-	-	-
- Outros	17.790.508	-	-	-	7.622.743	-	-	-
Contratos de opções								
Compromissos de compra:	685.622.189	1.151.336	27.409	1.178.745	1.030.322.549	3.175.395	257.087	3.432.482
- Mercado interfinanceiro	529.190.365	504.563	34.350	538.913	928.351.318	2.354.374	-	2.354.374
- Moeda estrangeira	3.949.723	156.053	(42.981)	113.072	4.580.443	77.305	20.244	97.549
- Outros	152.482.101	490.720	36.040	526.760	97.390.788	743.716	236.843	980.559
Compromissos de venda:	672.980.325	(1.779.852)	123.200	(1.656.652)	1.022.551.043	(2.071.414)	(165.205)	(2.236.619)
- Mercado interfinanceiro	513.818.125	(440.226)	-	(440.226)	919.050.649	(719.366)	-	(719.366)
- Moeda estrangeira	6.870.683	(220.375)	(180.480)	(400.855)	4.573.904	(68.382)	47.472	(20.910)
- Outros	152.291.517	(1.119.251)	303.680	(815.571)	98.926.490	(1.283.666)	(212.677)	(1.496.343)
Contratos a termo								
Compromissos de compra:	64.273.935	2.540.319	(11.634)	2.528.685	34.113.304	(855.134)	(3.953)	(859.087)
- Moeda estrangeira	62.442.929	2.569.853	-	2.569.853	33.043.985	(849.505)	(551)	(850.056)
- Outros	1.831.006	(29.534)	(11.634)	(41.168)	1.069.319	(5.629)	(3.402)	(9.031)
Compromissos de venda:	47.310.325	(1.099.617)	(17.442)	(1.117.059)	28.256.407	772.080	(8.496)	763.584
- Moeda estrangeira (2)	46.463.548	(1.522.017)	-	(1.522.017)	24.698.728	449.969	-	449.969
- Outros	846.777	422.400	(17.442)	404.958	3.557.679	322.111	(8.496)	313.615
Contratos de swap								
Posição ativa:	1.080.360.424	9.792.714	3.841.711	13.634.425	786.364.992	6.973.332	828.588	7.801.920
- Mercado interfinanceiro	57.567.711	949.727	3.611.358	4.561.085	45.590.283	1.799.507	1.093.110	2.892.617
- Prefixados	692.873.598	893.378	(513.808)	379.570	541.219.843	1.389.077	(5.992)	1.383.085
- Moeda estrangeira	319.020.245	7.213.979	258.094	7.472.073	194.344.754	2.960.898	(345.557)	2.615.341
- IGP-M	41.362	41.466	399	41.865	87.639	74.582	3.334	77.916

	R\$ mil							
	Em 31 de dezembro de 2024				Em 31 de dezembro de 2023			
	Valor de referência	Custo atualizado	Marcação a mercado	Valor justo	Valor de referência	Custo atualizado	Marcação a mercado	Valor justo
- Outros	10.857.508	694.164	485.668	1.179.832	5.122.473	749.268	83.693	832.961
Posição passiva:	934.060.342	(10.271.413)	(702.357)	(10.973.770)	783.299.290	(8.124.013)	(907.138)	(9.031.151)
- Mercado interfinanceiro	246.185.275	(1.575.404)	(832.866)	(2.408.270)	32.577.474	(1.721.999)	(1.190.305)	(2.912.304)
- Prefixados	477.454.859	(221.059)	(93.611)	(314.670)	438.339.819	(1.734.296)	(614.622)	(2.348.918)
- Moeda estrangeira	202.546.445	(7.735.810)	208.073	(7.527.737)	284.842.617	(2.985.854)	(109.307)	(3.095.161)
- IGP-M	103.000	(157.830)	(1.063)	(158.893)	190.560	(238.476)	(13.896)	(252.372)
- Outros	7.770.763	(581.310)	17.110	(564.200)	27.348.820	(1.443.388)	1.020.992	(422.396)
Totais	3.857.952.518	333.487	3.260.887	3.594.374	4.069.995.617	(129.754)	883	(128.871)

Nos derivativos, estão incluídas as operações vencíveis em D+1.

(1) Inclui: (i) *hedge* contábil de fluxo de caixa para proteção de captações referenciadas ao DI, no valor de R\$ 59.956.404 mil (Em dezembro de 2023 - R\$ 102.934.940 mil); e (ii) *hedge* contábil de fluxo de caixa para proteção das aplicações referenciadas ao DI, no valor de R\$ 24.468.458 mil (Em dezembro de 2023 - R\$ 44.821.117 mil); e

(2) Inclui *hedge* específico para proteção dos ativos e passivos, derivados de investimentos no exterior. Os investimentos no exterior totalizam o montante de R\$ 42.019.674 mil (Em dezembro de 2023 - R\$ 31.320.736 mil).

Contratos de *swap* de taxa de juros, de moeda estrangeira e taxas cruzadas de moeda e juros são contratos nos quais pagamentos de juros ou de principal em uma ou duas moedas diferentes são trocados por um período contratual. Os riscos associados aos contratos de *swap* referem-se à impossibilidade ou não disposição potencial das contrapartes de cumprir os termos contratuais e ao risco associado à mudanças nas condições de mercado, devido à variações nas taxas de juros e na taxa de câmbio das moedas.

Os contratos de futuros de taxa de juros e de moeda e os contratos a termo de taxa de juros visam a entrega posterior de um instrumento a um preço ou uma rentabilidade específica. Os valores de referência constituem o valor nominal do respectivo instrumento, cujas variações de preço são liquidadas diariamente. O risco de crédito associado com os contratos de futuros é minimizado devido a essas liquidações diárias. Os contratos de futuros também estão sujeitos ao risco das variações nas taxas de juros ou no valor dos respectivos instrumentos.

Derivativos de crédito (*Credit Default Swap – CDS*)

Representam, de forma geral, um contrato bilateral no qual uma das contrapartes compra proteção contra um risco de crédito de um determinado instrumento financeiro (o risco é transferido). A contraparte que vende a proteção recebe uma remuneração que, normalmente, será paga de forma linear ao longo da vigência da operação.

No caso de um evento de crédito (“*default*”), a contraparte que comprou a proteção receberá um pagamento, cujo objetivo é compensar a perda de valor no instrumento financeiro. Nesse caso, a contraparte que vende a proteção, normalmente, receberá o ativo objeto em troca do referido pagamento.

	R\$ mil	
	Em 31 de dezembro de 2024	Em 31 de dezembro de 2023
Risco recebido de Swaps de créditos:	1.954.290	2.044.989
- Títulos de dívidas emitidas por empresas	783.357	637.962
- Títulos públicos brasileiros	714.560	808.158
- Títulos de governos estrangeiros	456.373	598.869
Risco transferido de Swaps de créditos:	(1.120.806)	(1.297.469)
- Derivativos de títulos de empresas	(154.807)	-
- Derivativos de títulos públicos brasileiros	(705.922)	(706.830)
- Derivativos de títulos de governos estrangeiros	(260.077)	(590.639)

Os contratos relativos às operações de derivativos de crédito acima descritos possuem vencimentos até 2029. Durante o período, não houve ocorrência de evento de crédito relativo a fatos geradores previstos nos contratos.

A Organização possui as seguintes operações de *hedge* contábil:

Hedge de fluxo de caixa

Os instrumentos financeiros classificados nesta categoria, tem por objetivo, a redução da exposição às futuras mudanças nas taxas de juros e no câmbio. A parcela efetiva das valorizações ou desvalorizações destes instrumentos é reconhecida em conta destacada do patrimônio líquido, líquida dos efeitos tributários e só é transferida para o resultado em duas situações: (i) em caso de inefetividade do *hedge*; ou (ii) na realização do objeto de *hedge*. A parcela não efetiva do respectivo *hedge* é reconhecida diretamente em conta de resultado.

Estratégia	R\$ mil			
	Instrumento de <i>hedge</i> valor nominal	Objeto de <i>hedge</i> valor contábil	Ajuste a mercado registrado no patrimônio líquido (bruto dos efeitos fiscais)	Ajuste a mercado registrado no patrimônio líquido (líquido dos efeitos fiscais)
<i>Hedge</i> de recebimentos de juros de aplicações em títulos (1)	24.468.458	24.913.057	(147.831)	(81.307)
<i>Hedge</i> de pagamentos de juros das captações (1)	59.956.404	61.308.525	258.194	142.045
Total em 31 de dezembro de 2024	84.424.862	86.221.582	110.363	60.738
<i>Hedge</i> de recebimentos de juros de aplicações em títulos (1)	44.821.117	45.285.081	138.891	76.390
<i>Hedge</i> de pagamentos de juros das captações (1)	102.934.940	103.287.896	(779.599)	(428.779)
Total em 31 de dezembro de 2023	147.756.057	148.572.977	(640.708)	(352.389)

(1) Referente ao risco de taxa de juros variável do DI, utilizando-se de contratos de DI Futuro na B3, *Swaps* e *FED Funds*, sendo os prazos de vencimentos até 2030, tornando o fluxo de caixa prefixado.

Em dezembro de 2021, o Bradesco liquidou de forma antecipada instrumentos de *hedge accounting* para proteção de fluxos de caixa. Dessa forma, o saldo de marcação a mercado do instrumento de *hedge*, registrado no patrimônio líquido deve ser apropriado ao resultado, de acordo com o resultado do objeto de *hedge*. Até o acumulado em 31 de dezembro de 2024 foi apropriado ao resultado já líquido de efeitos fiscais, o montante de R\$ 689.508 mil, o saldo acumulado no patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2024 é de R\$ 16.472 mil, este montante será apropriado ao resultado até o ano de 2027.

Não houve ganhos/(perdas) relativos ao *hedge* contábil de fluxo de caixa, registrados em contas de resultado no acumulado em 31 de dezembro de 2024 e 2023.

Hedge de valor justo – Os instrumentos financeiros classificados nesta categoria, tem por objetivo, compensar os riscos decorrentes da exposição à variação no valor de mercado do item objeto de *hedge*. O objeto de *hedge* é ajustado ao valor de mercado e a parcela efetiva das valorizações ou desvalorizações deste instrumento é reconhecida em conta de resultado, líquida dos efeitos tributários e só é transferida para o patrimônio líquido em duas situações: (i) em caso de inefetividade do *hedge*; ou (ii) na realização do *hedge*. A parcela não efetiva do objeto de *hedge* é reconhecida diretamente em conta de patrimônio líquido.

Estratégia	R\$ mil			
	Instrumento de <i>hedge</i> valor mercado	Objeto de <i>hedge</i> valor mercado	Ajuste a mercado registrado no resultado (bruto dos efeitos fiscais)	Ajuste a mercado registrado no resultado (líquido dos efeitos fiscais)
Hedge de debêntures (1)	18.555	22.072	79	43
Total em 31 de dezembro de 2024	18.555	22.072	79	43

(1) Referente ao risco de Debêntures, utilizando-se de contratos de *Swaps*, sendo os prazos de vencimentos até 2031. Não houve estratégias nesta operação em 31 de dezembro de 2023.

Não houve ganhos/(perdas) relativos ao *hedge* contábil de valor justo, registrados em contas de patrimônio líquido, até o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e 2023.

Hedge de investimentos no exterior

Os instrumentos financeiros classificados nesta categoria, tem por objetivo, a redução da exposição à variação cambial de investimentos no exterior, cuja moeda funcional seja diferente da moeda nacional, a qual impacta o resultado da organização. A parcela efetiva das valorizações ou desvalorizações destes instrumentos é reconhecida em conta destacada do patrimônio líquido, líquida dos efeitos tributários e só é transferida para o resultado em duas situações: (i) inefetividade do *hedge*; ou (ii) na alienação ou alienação parcial da operação no exterior. A parcela não efetiva do respectivo *hedge* é reconhecida diretamente em conta de resultado.

Estratégia	R\$ mil			
	Instrumento de hedge valor nominal	Objeto de hedge valor contábil	Ajuste a mercado registrado no patrimônio líquido (bruto dos efeitos fiscais)	Ajuste a mercado registrado no patrimônio líquido (líquido dos efeitos fiscais)
Hedge de variação cambial nos fluxos de caixa futuros (1)	5.603.750	5.166.624	(1.536.225)	(805.635)
Total em 31 de dezembro de 2024	5.603.750	5.166.624	(1.536.225)	(805.635)
Hedge de variação cambial nos fluxos de caixa futuros (1)	4.477.297	4.149.708	(702.728)	(368.528)
Total em 31 de dezembro de 2023	4.477.297	4.149.708	(702.728)	(368.528)

(1) Cujas moeda funcional é diferente do real, utilizando-se de contratos *Forward* e Futuros de Dólar, tendo como objeto de *hedge* o investimento no exterior referenciado a MXN (Peso Mexicano) e USD (Dólar Americano).

Os ganhos/(perdas) relativos ao *hedge* de investimentos no exterior, registrados em contas de resultado, no acumulado em 31 de dezembro de 2024 foi de R\$ (10.502) mil (R\$ 3.223 mil em 31 de dezembro de 2023).

Lucros não observáveis no reconhecimento inicial

Quando a avaliação depender de parâmetros não observáveis, qualquer ganho ou perda inicial em instrumentos financeiros são diferidos ao longo do prazo do contrato ou até que o instrumento seja resgatado, transferido, vendido ou o valor justo torne-se observável. Todos os derivativos, que fazem parte de relacionamentos de *hedge* qualificados, são avaliados com base em parâmetros de mercado observáveis.

Os valores de referência e/ou contratuais dos contratos celebrados não refletem o risco real assumido pela Organização, uma vez que a posição líquida desses instrumentos financeiros decorre da sua compensação e/ou combinação. Essa posição líquida é utilizada pela Organização, principalmente, para proteger a taxa de juros, o preço dos ativos subjacentes ou o risco cambial. O resultado desses instrumentos financeiros são reconhecidos na rubrica "Ganhos e perdas líquidos de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado", na demonstração do resultado.

Compensação de ativos e passivos financeiros

De acordo com a IFRS 7, o Bradesco deve apresentar os valores relativos a instrumentos financeiros sujeitos a acordos máster de compensação ou acordos similares. Um ativo financeiro e um passivo financeiro são compensados e o seu valor líquido apresentado no Balanço Patrimonial Consolidado quando, e somente quando, existe um direito legalmente executável de compensar os valores reconhecidos e o Banco pretende liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. O direito de compensação é exercido mediante a ocorrência de determinados eventos, tais como o inadimplência de empréstimos bancários ou outros eventos de crédito.

O quadro a seguir apresenta ativos e passivos financeiros sujeitos a compensação:

	R\$ mil					
	Em 31 de dezembro de 2024			Em 31 de dezembro de 2023		
	Montante bruto	Montante relacionado compensado no Balanço Patrimonial	Total líquido	Montante bruto	Montante relacionado compensado no Balanço Patrimonial	Total líquido
Ativos Financeiros						
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	178.260.906	-	178.260.906	186.599.349	-	186.599.349
Instrumentos Financeiros Derivativos	19.834.985	-	19.834.985	15.413.349	-	15.413.349
Passivos Financeiros						
Captações no Mercado Aberto	165.916.852	-	165.916.852	169.570.218	-	169.570.218
Instrumentos Financeiros Derivativos	16.240.611	-	16.240.611	15.542.220	-	15.542.220

Nos exercícios de 2024 e 2023, o Bradesco não compensou nenhum ativo e passivo financeiro em seu balanço patrimonial.

8) ATIVOS FINANCEIROS AO VALOR JUSTO POR MEIO DE OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES

a) Valor justo por meio de outros resultados abrangentes

	R\$ mil			
	Custo amortizado	Ganhos brutos não realizados	Perdas brutas não realizadas	Valor justo
Títulos públicos brasileiros	130.816.058	499.809	(7.486.852)	123.829.015
Títulos emitidos por empresas não financeiras	1.668.220	50.109	(68.505)	1.649.824
Títulos emitidos por instituições financeiras	4.058.853	2.427	(48.983)	4.012.297
Títulos públicos brasileiros emitidos no exterior	8.898.238	193.226	(131.131)	8.960.333
Títulos públicos de governos estrangeiros	8.309.452	15.206	-	8.324.658
Aplicações em cotas de fundos	4.928.849	22.948	(3)	4.951.794
Ações de companhias abertas e outras ações	6.781.513	271.002	(2.487.852)	4.564.663
Saldos em 31 de dezembro de 2024 (1)	165.461.183	1.054.727	(10.223.326)	156.292.584
Títulos públicos brasileiros	181.505.226	4.177.028	(2.473.306)	183.208.948
Títulos emitidos por empresas não financeiras	1.389.653	26.930	(46.617)	1.369.966
Títulos emitidos por instituições financeiras	6.400.767	10.895	(30.304)	6.381.358
Títulos públicos brasileiros emitidos no exterior	6.412.372	292.990	(35.319)	6.670.043
Títulos públicos de governos estrangeiros	7.404.614	2.690	(2.549)	7.404.755
Aplicações em cotas de fundos	2.407.603	33.609	(158.249)	2.282.963
Ações de companhias abertas e outras ações	6.489.814	494.838	(1.453.079)	5.531.573
Saldos em 31 de dezembro de 2023	212.010.049	5.038.980	(4.199.423)	212.849.606

(1) Em 31 de dezembro de 2024, o Banco Bradesco aprimorou o seu modelo de negócio, referente a carteira de hedge de títulos públicos pré-fixados, que se tornou mais estático do que o previsto na origem, refletindo a forma de gestão que a Organização pratica, sendo reclassificados esses títulos da categoria Valor Justo em Outros Resultados Abrangentes (VJORA) para Custo Amortizado (CA), no montante de R\$ 78.095.100 mil. Tal aprimoramento do modelo de negócio visa reduzir as assimetrias no tratamento contábil, bem como apresentar as Demonstrações Financeiras a forma mais adequada ao comportamento dessa carteira. Caso não houvesse essa reclassificação seria reconhecido em outros resultados abrangentes marcação a mercado no montante de R\$ (6.972.104) mil.

b) Vencimento

	R\$ mil			
	Em 31 de dezembro de 2024		Em 31 de dezembro de 2023	
	Custo amortizado	Valor justo	Custo amortizado	Valor justo
Vencimento em até 1 ano	51.518.105	51.438.404	20.801.969	20.741.673
Vencimento entre 1 e 5 anos	38.658.601	37.659.332	111.918.413	112.979.885
Vencimento entre 5 e 10 anos	36.055.172	34.657.222	38.526.607	39.467.969
Vencimento acima de 10 anos	27.518.943	23.021.169	31.865.643	31.845.543
Vencimento indeterminado	11.710.362	9.516.457	8.897.417	7.814.536
Total	165.461.183	156.292.584	212.010.049	212.849.606

Os instrumentos financeiros dados em garantias, classificados como Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, totalizaram em 31 de dezembro de 2024, R\$ 31.880.243 mil (2023 - R\$ 52.026.509 mil), sendo composto em sua maioria por títulos públicos brasileiros.

c) Investimentos em instrumentos patrimoniais designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes:

	R\$ mil		
	Custo	Ajustes ao Valor Justo (PL)	Valor Justo
Ações de companhias abertas e outras ações	6.781.513	(2.216.850)	4.564.663
Total em 31 de dezembro de 2024	6.781.513	(2.216.850)	4.564.663
Ações de companhias abertas e outras ações	6.489.814	(958.241)	5.531.573
Total em 31 de dezembro de 2023	6.489.814	(958.241)	5.531.573

A Organização adotou a opção de designar no reconhecimento inicial instrumentos patrimoniais ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes devido às particularidades de determinado mercado.

d) Reconciliação de perdas esperadas de ativos financeiros a VJORA:

	R\$ mil			
	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total
Perda esperada de ativos financeiros a VJORA em 31 de dezembro de 2022	129.812	6.180	165.292	301.284
Transferidos para o Estágio 1	-	-	-	-
Transferidos para o Estágio 2	-	-	-	-
Oriundos do Estágio 1	-	-	-	-
Oriundos do Estágio 2	-	-	-	-
Novos ativos originados ou comprados/Ativos liquidados ou pagos	(88.652)	(3.201)	(72.547)	(164.400)
Perda esperada de ativos financeiros a VJORA em 31 de dezembro de 2023	41.160	2.979	92.745	136.884
Transferidos para o Estágio 1	-	-	-	-
Transferidos para o Estágio 2	-	-	-	-
Transferidos para o Estágio 3	-	-	-	-
Oriundos do Estágio 1	-	-	-	-
Oriundos do Estágio 2	-	-	-	-
Oriundos do Estágio 3	-	-	-	-
Novos ativos originados ou comprados/Ativos liquidados ou pagos	(31.520)	(1.436)	(89.622)	(122.578)
Perda esperada de ativos financeiros a VJORA em 31 de dezembro de 2024	9.640	1.543	3.123	14.306

9) TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS AO CUSTO AMORTIZADO

a) Títulos e valores mobiliários ao custo amortizado

	R\$ mil			
	Custo amortizado	Ganhos brutos não realizados (2)	Perdas brutas não realizadas (2)	Valor justo
Títulos e valores mobiliários:				
Títulos públicos brasileiros	145.278.232	3.032.908	(8.559.744)	139.751.396
Títulos emitidos por instituições financeiras e não financeiras	121.713.735	23.020	(392.053)	121.344.702
Saldos em 31 de dezembro de 2024	266.991.967	3.055.928	(8.951.797)	261.096.098

Títulos e valores mobiliários:				
Títulos públicos brasileiros	54.282.125	4.007.277	(4.653.464)	53.635.938
Títulos emitidos por instituições financeiras e não financeiras	120.924.952	1.387.469	(580.298)	121.732.123
Saldos em 31 de dezembro de 2023 (1)	175.207.077	5.394.746	(5.233.762)	175.368.061

(1) Em janeiro de 2023, com a adoção da IFRS 17, a Administração reclassificou Títulos e Valores Mobiliários mensurados ao custo amortizado para mensurados ao VJORA, no montante de R\$ 36.639.102 mil. Essa reclassificação se deu por alinhamento da estratégia de ativos relacionados a passivos de contratos de seguros; e

(2) Os ganhos e perdas não são registrados contabilmente.

b) Vencimento

	R\$ mil			
	Em 31 de dezembro de 2024		Em 31 de dezembro de 2023	
	Custo amortizado	Valor justo	Custo amortizado	Valor justo
Vencimento em até 1 ano	60.043.632	59.988.685	26.708.054	26.853.215
Vencimento entre 1 e 5 anos	148.260.712	147.475.479	108.111.315	108.612.106
Vencimento entre 5 e 10 anos	32.891.366	32.474.161	17.408.132	17.311.782
Vencimento acima de 10 anos	25.796.257	21.157.773	22.979.576	22.590.958
Total	266.991.967	261.096.098	175.207.077	175.368.061

Os instrumentos financeiros dados em garantias, classificados como ativos financeiros a custo amortizado, totalizaram em 31 de dezembro de 2024, R\$ 75.296.338 mil (2023 - R\$ 25.937.875 mil), sendo composto em sua maioria por títulos públicos brasileiros.

c) Reconciliação de perdas esperadas de ativos financeiros a custo amortizado:

	R\$ mil			
	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total (1)
Perda esperada de ativos financeiros a custo amortizado em 31 de dezembro de 2022	472.396	130.796	2.437.639	3.040.831
Transferidos para o Estágio 1	-	(21.287)	(1.794)	(23.081)
Transferidos para o Estágio 2	(2.046)	-	-	(2.046)
Transferidos para o Estágio 3	(4.771)	(50.511)	-	(55.282)
Oriundos do Estágio 1	-	2.046	4.771	6.817
Oriundos do Estágio 2	21.287	-	50.511	71.798
Oriundos do Estágio 3	1.794	-	-	1.794
Novos ativos originados ou comprados/Ativos liquidados ou pagos	(117.758)	125.781	2.096.412	2.104.435
Perda esperada de ativos financeiros a custo amortizado em 31 de dezembro de 2023	370.902	186.825	4.587.539	5.145.266
Transferidos para o Estágio 1	-	(19.638)	(2.113)	(21.751)
Transferidos para o Estágio 2	(1.291)	-	(390)	(1.681)
Transferidos para o Estágio 3	(21.207)	(34.942)	-	(56.149)
Oriundos do Estágio 1	-	1.291	21.207	22.498
Oriundos do Estágio 2	19.638	-	34.942	54.580
Oriundos do Estágio 3	2.113	390	-	2.503
Novos ativos originados ou comprados/Ativos liquidados ou pagos	333.678	(83.815)	761.871	1.011.734
Perda esperada de ativos financeiros a custo amortizado em 31 de dezembro de 2024	703.833	50.111	5.403.056	6.157.000

(1) O saldo da perda esperada está registrado como "Perda esperada com demais ativos financeiros" na Demonstração Consolidada do Resultado.

10) EMPRÉSTIMOS E ADIANTAMENTOS A INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS

	R\$ mil	
	Em 31 de dezembro de 2024	Em 31 de dezembro de 2023
Aplicações em operações compromissadas (1)	178.260.906	186.599.349
Empréstimos para instituições financeiras	18.160.221	18.504.300
Perda esperada	(187.829)	(990)
Total	196.233.298	205.102.659

(1) Em 31 de dezembro de 2024 inclui aplicações em operações compromissadas cedidas em garantia, no montante de R\$ 151.175.863 mil (2023 – R\$ 127.843.191 mil).

11) EMPRÉSTIMOS E ADIANTAMENTOS A CLIENTES

a) Empréstimos e adiantamentos a clientes por tipo de produto

	R\$ mil	
	Em 31 de dezembro de 2024	Em 31 de dezembro de 2023
Pessoa Jurídica	316.936.343	269.421.350
- Financiamentos e repasses	132.471.486	104.729.799
- Financiamento à exportação	40.904.095	28.957.241
- Financiamento imobiliário	30.655.876	24.534.805
- Repasses BNDES/Finame	20.475.116	17.515.937
- Financiamento de veículos	21.934.635	22.316.453
- Importação	12.505.529	7.183.123
- Leasing	5.996.235	4.222.240
- Empréstimos	169.958.833	151.245.208
- Capital de giro	100.012.698	82.843.536
- Crédito rural	11.811.476	12.807.395
- Outros	58.134.659	55.594.277
- Operações com limites (1)	14.506.024	13.446.343
- Cartão de crédito	8.634.617	8.003.405
- Conta garantida/Cheque especial	5.871.407	5.442.938
Pessoa Física	403.303.243	360.265.349
- Financiamentos e repasses	144.876.576	127.765.221
- Financiamento imobiliário	102.627.589	89.315.143
- Financiamento de veículos	34.962.102	31.408.501
- Repasses BNDES/Finame	6.927.661	6.866.782
- Outros	359.224	174.795
- Empréstimos	177.325.731	155.605.725
- Crédito pessoal consignado	97.581.541	90.960.703
- Crédito pessoal	43.261.588	31.309.283
- Crédito rural	15.530.021	12.534.155
- Outros	20.952.581	20.801.584
- Operações com limites (1)	81.100.936	76.894.403
- Cartão de crédito	75.629.524	71.926.643
- Conta garantida/Cheque especial	5.471.412	4.967.760
Total da carteira	720.239.586	629.686.699
Perda por redução ao valor recuperável de empréstimos e adiantamentos	(47.857.481)	(50.184.880)
Total de empréstimos e adiantamentos a clientes, líquido	672.382.105	579.501.819

(1) Refere-se a operações com limites pré estabelecidos em aberto vinculados à conta-corrente e ao cartão de crédito, cujos limites de crédito são recompostos automaticamente à medida que os valores utilizados são pagos.

b) Arrendamentos financeiros a receber

Empréstimos e adiantamentos a clientes incluem os seguintes arrendamentos financeiros a receber.

	R\$ mil	
	Em 31 de dezembro de 2024	Em 31 de dezembro de 2023
Investimento bruto em arrendamento financeiro a receber:		
Até um ano	2.247.876	1.681.751
De um a cinco anos	3.791.737	2.581.232
Mais de cinco anos	196.239	131.390
Perda por redução ao valor recuperável de arrendamento financeiro	(54.241)	(46.144)
Investimento líquido	6.181.611	4.348.229
Investimento líquido em arrendamento financeiro:		
Até um ano	2.227.115	1.663.550
De um a cinco anos	3.760.889	2.556.255
Mais de cinco anos	193.607	128.424
Total	6.181.611	4.348.229

c) Reconciliação do valor contábil bruto dos empréstimos e adiantamentos a clientes

Estágio 1	R\$ mil								
	Saldo em 31 de dezembro de 2023	Transferência para Estágio 2	Transferência para Estágio 3	Oriundos do Estágio 2	Oriundos do Estágio 3	Originados	Vencimentos/ Liquidações Antecipadas	(Write off)	Saldo em 31 de dezembro de 2024
Pessoa Jurídica	230.134.580	(2.916.216)	(2.710.348)	1.246.997	154.248	181.188.473	(122.859.743)	-	284.237.991
- Financiamentos	97.907.233	(1.323.740)	(708.918)	373.026	19.783	66.259.620	(37.412.250)	-	125.114.754
- Empréstimos	121.553.604	(1.344.456)	(1.662.157)	784.061	129.848	110.636.823	(83.359.740)	-	146.737.983
- Rotativos	10.673.743	(248.020)	(339.273)	89.910	4.617	4.292.030	(2.087.753)	-	12.385.254
Pessoa Física	298.686.536	(6.602.772)	(6.661.202)	3.794.654	874.761	171.752.006	(114.725.264)	-	347.118.719
- Financiamentos	114.370.195	(3.538.512)	(1.490.449)	2.092.373	172.320	52.071.113	(31.676.728)	-	132.000.312
- Empréstimos	126.474.656	(1.731.143)	(2.599.174)	971.337	591.272	99.333.906	(73.506.540)	-	149.534.314
- Rotativos	57.841.685	(1.333.117)	(2.571.579)	730.944	111.169	20.346.987	(9.541.996)	-	65.584.093
Total	528.821.116	(9.518.988)	(9.371.550)	5.041.651	1.029.009	352.940.479	(237.585.007)	-	631.356.710

Estágio 2	R\$ mil								
	Saldo em 31 de dezembro de 2023	Transferência para Estágio 1	Transferência para Estágio 3	Oriundos do Estágio 1	Oriundos do Estágio 3	Originados	Vencimentos/ Liquidações Antecipadas	(Write off)	Saldo em 31 de dezembro de 2024
Pessoa Jurídica	12.538.317	(1.246.997)	(3.212.486)	2.916.216	263.379	3.230.759	(7.542.805)	-	6.946.383
- Financiamentos	1.909.771	(373.026)	(253.708)	1.323.740	25.790	449.416	(1.220.044)	-	1.861.939
- Empréstimos	9.848.560	(784.061)	(2.872.448)	1.344.456	230.002	2.533.070	(5.936.483)	-	4.363.096
- Rotativos	779.986	(89.910)	(86.330)	248.020	7.587	248.273	(386.278)	-	721.348
Pessoa Física	22.711.786	(3.794.654)	(2.449.308)	6.602.772	873.928	8.644.761	(10.677.585)	-	21.911.700
- Financiamentos	9.342.632	(2.092.373)	(915.436)	3.538.512	89.680	1.821.471	(3.341.027)	-	8.443.459
- Empréstimos	8.719.543	(971.337)	(945.892)	1.731.143	724.482	5.422.959	(5.511.470)	-	9.169.428
- Rotativos	4.649.611	(730.944)	(587.980)	1.333.117	59.766	1.400.331	(1.825.088)	-	4.298.813
Total	35.250.103	(5.041.651)	(5.661.794)	9.518.988	1.137.307	11.875.520	(18.220.390)	-	28.858.083

Estágio 3	R\$ mil								
	Saldo em 31 de dezembro de 2023	Transferência para Estágio 1	Transferência para Estágio 2	Oriundos do Estágio 1	Oriundos do Estágio 2	Originados	Vencimentos/Liquidações Antecipadas	(Write off)	Saldo em 31 de dezembro de 2024
Pessoa Jurídica	26.748.453	(154.248)	(263.379)	2.710.348	3.212.486	13.496.446	(6.069.813)	(13.928.324)	25.751.969
- Financiamentos	4.912.796	(19.783)	(25.790)	708.918	253.708	641.571	590.574	(1.567.199)	5.494.795
- Empréstimos	19.843.042	(129.848)	(230.002)	1.662.157	2.872.448	12.440.323	(6.982.626)	(10.617.743)	18.857.751
- Rotativos	1.992.615	(4.617)	(7.587)	339.273	86.330	414.552	322.239	(1.743.382)	1.399.423
Pessoa Física	38.867.027	(874.761)	(873.928)	6.661.202	2.449.308	15.685.811	(2.992.744)	(24.649.091)	34.272.824
- Financiamentos	4.052.392	(172.320)	(89.680)	1.490.449	915.436	911.455	(1.002.640)	(1.672.288)	4.432.804
- Empréstimos	20.411.507	(591.272)	(724.482)	2.599.174	945.892	11.281.620	(3.691.827)	(11.608.643)	18.621.969
- Rotativos	14.403.128	(111.169)	(59.766)	2.571.579	587.980	3.492.736	1.701.723	(11.368.160)	11.218.051
Total	65.615.480	(1.029.009)	(1.137.307)	9.371.550	5.661.794	29.182.257	(9.062.557)	(38.577.415)	60.024.793

Consolidado - 3 estágios	R\$ mil				
	Saldo em 31 de dezembro de 2023	Originados	Vencimentos/Liquidações Antecipadas	(Write off)	Saldo em 31 de dezembro de 2024
Pessoa Jurídica	269.421.350	197.915.678	(136.472.361)	(13.928.324)	316.936.343
- Financiamentos	104.729.800	67.350.607	(38.041.720)	(1.567.199)	132.471.488
- Empréstimos	151.245.206	125.610.216	(96.278.849)	(10.617.743)	169.958.830
- Rotativos	13.446.344	4.954.855	(2.151.792)	(1.743.382)	14.506.025
Pessoa Física	360.265.349	196.082.578	(128.395.593)	(24.649.091)	403.303.243
- Financiamentos	127.765.219	54.804.039	(36.020.395)	(1.672.288)	144.876.575
- Empréstimos	155.605.706	116.038.485	(82.709.837)	(11.608.643)	177.325.711
- Rotativos	76.894.424	25.240.054	(9.665.361)	(11.368.160)	81.100.957
Total	629.686.699	393.998.256	(264.867.954)	(38.577.415)	720.239.586

Estágio 1	R\$ mil								
	Saldo em 31 de dezembro de 2022	Transferência para Estágio 2	Transferência para Estágio 3	Oriundos do Estágio 2	Oriundos do Estágio 3	Originados	Vencimentos/Liquidações Antecipadas	(Write off)	Saldo em 31 de dezembro de 2023
Pessoa Jurídica	260.930.040	(5.333.409)	(4.167.306)	749.396	109.582	131.857.147	(154.010.870)	-	230.134.580
- Financiamentos	104.459.244	(1.132.348)	(766.512)	342.701	67.194	43.607.196	(48.670.242)	-	97.907.233
- Empréstimos	144.212.730	(3.897.390)	(2.792.331)	350.183	34.829	85.211.319	(101.565.736)	-	121.553.604
- Rotativos	12.258.066	(303.671)	(608.463)	56.512	7.559	3.038.632	(3.774.892)	-	10.673.743
Pessoa Física	292.656.355	(7.561.864)	(8.574.345)	5.949.354	386.465	119.766.529	(103.935.958)	-	298.686.536
- Financiamentos	109.442.423	(3.498.316)	(1.248.446)	4.137.534	85.016	34.322.184	(28.870.200)	-	114.370.195
- Empréstimos	125.648.075	(2.192.413)	(3.007.019)	706.935	161.653	73.753.493	(68.596.068)	-	126.474.656
- Rotativos	57.565.857	(1.871.135)	(4.318.880)	1.104.885	139.796	11.690.852	(6.469.690)	-	57.841.685
Total	553.586.395	(12.895.273)	(12.741.651)	6.698.750	496.047	251.623.676	(257.946.828)	-	528.821.116

Estágio 2	R\$ mil								
	Saldo em 31 de dezembro de 2022	Transferência para Estágio 1	Transferência para Estágio 3	Oriundos do Estágio 1	Oriundos do Estágio 3	Originados	Vencimentos/Liquidações Antecipadas	(Write off)	Saldo em 31 de dezembro de 2023
Pessoa Jurídica	10.397.088	(749.396)	(1.102.017)	5.333.409	962.071	7.557.774	(9.860.612)	-	12.538.317
- Financiamentos	2.098.408	(342.701)	(222.956)	1.132.348	62.565	423.256	(1.241.149)	-	1.909.771
- Empréstimos	7.289.645	(350.183)	(748.787)	3.897.390	883.841	6.955.238	(8.078.584)	-	9.848.560
- Rotativos	1.009.035	(56.512)	(130.274)	303.671	15.665	179.280	(540.879)	-	779.986
Pessoa Física	31.531.058	(5.949.354)	(3.794.467)	7.561.864	1.886.115	6.558.472	(15.081.902)	-	22.711.786
- Financiamentos	13.494.747	(4.137.534)	(1.232.609)	3.498.316	63.828	1.685.832	(4.029.948)	-	9.342.632
- Empréstimos	10.764.215	(706.935)	(970.446)	2.192.413	1.622.512	4.015.065	(8.197.281)	-	8.719.543
- Rotativos	7.272.096	(1.104.885)	(1.591.412)	1.871.135	199.775	857.575	(2.854.673)	-	4.649.611
Total	41.928.146	(6.698.750)	(4.896.484)	12.895.273	2.848.186	14.116.246	(24.942.514)	-	35.250.103

Estágio 3	R\$ mil								
	Saldo em 31 de dezembro de 2022	Transferência para Estágio 1	Transferência para Estágio 2	Oriundos do Estágio 1	Oriundos do Estágio 2	Originados	Vencimentos/Liquidações Antecipadas	(Write off)	Saldo em 31 de dezembro de 2023
Pessoa Jurídica	27.927.899	(109.582)	(962.071)	4.167.306	1.102.017	12.323.245	(3.073.606)	(14.626.755)	26.748.453
- Financiamentos	5.049.959	(67.194)	(62.565)	766.512	222.956	273.583	(191.826)	(1.078.629)	4.912.796
- Empréstimos	21.410.798	(34.829)	(883.841)	2.792.331	748.787	11.560.708	(3.734.746)	(12.016.166)	19.843.042
- Rotativos	1.467.142	(7.559)	(15.665)	608.463	130.274	488.954	852.966	(1.531.960)	1.992.615
Pessoa Física	33.424.124	(386.465)	(1.886.115)	8.574.345	3.794.467	17.423.562	3.697.925	(25.774.816)	38.867.027
- Financiamentos	3.057.379	(85.016)	(63.828)	1.248.446	1.232.609	834.792	(667.090)	(1.504.900)	4.052.392
- Empréstimos	19.640.162	(161.653)	(1.622.512)	3.007.019	970.446	14.310.670	(1.367.098)	(14.365.527)	20.411.507
- Rotativos	10.726.583	(139.796)	(199.775)	4.318.880	1.591.412	2.278.100	5.732.113	(9.904.389)	14.403.128
Total	61.352.023	(496.047)	(2.848.186)	12.741.651	4.896.484	29.746.807	624.319	(40.401.571)	65.615.480

Consolidado - 3 estágios	R\$ mil				
	Saldo em 31 de dezembro de 2022	Originados	Vencimentos/Liquidações Antecipadas	(Write off)	Saldo em 31 de dezembro de 2023
Pessoa Jurídica	299.255.027	151.738.166	(166.945.088)	(14.626.755)	269.421.350
- Financiamentos	111.607.611	44.304.035	(50.103.217)	(1.078.629)	104.729.800
- Empréstimos	172.913.173	103.727.265	(113.379.066)	(12.016.166)	151.245.206
- Rotativos	14.734.243	3.706.866	(3.462.805)	(1.531.960)	13.446.344
Pessoa Física	357.611.537	143.748.563	(115.319.935)	(25.774.816)	360.265.349
- Financiamentos	125.994.549	36.842.808	(33.567.238)	(1.504.900)	127.765.219
- Empréstimos	156.052.452	92.079.228	(78.160.447)	(14.365.527)	155.605.706
- Rotativos	75.564.536	14.826.527	(3.592.250)	(9.904.389)	76.894.424
Total	656.866.564	295.486.729	(282.265.023)	(40.401.571)	629.686.699

d) Reconciliação de perdas esperadas empréstimos e adiantamentos a clientes

(Contemplam perdas esperadas com operações de crédito, compromissos a liberar e garantias financeiras prestadas)

Estágio 1	R\$ mil								
	Saldo em 31 de dezembro de 2023	Transferência para Estágio 2	Transferência para Estágio 3	Oriundos do Estágio 2	Oriundos do Estágio 3	Originados	Constituição/ (Reversão) (1)	(Write off)	Saldo em 31 de dezembro de 2024
Pessoa Jurídica	3.710.730	(116.449)	(134.318)	166.683	63.654	2.411.870	(2.356.304)	-	3.745.866
- Financiamentos	1.269.857	(29.252)	(13.511)	68.404	6.305	620.597	(418.454)	-	1.503.946
- Empréstimos	1.919.049	(74.163)	(103.007)	91.372	53.871	1.596.733	(1.814.133)	-	1.669.722
- Rotativos	521.824	(13.034)	(17.800)	6.907	3.478	194.540	(123.717)	-	572.198
Pessoa Física	6.245.565	(185.973)	(259.775)	272.766	334.396	3.875.327	(3.024.902)	-	7.257.404
- Financiamentos	437.273	(37.461)	(23.115)	82.535	38.354	183.386	(306.085)	-	374.887
- Empréstimos	2.457.473	(76.558)	(108.329)	141.655	238.173	2.472.719	(1.663.576)	-	3.461.557
- Rotativos	3.350.819	(71.954)	(128.331)	48.576	57.869	1.219.222	(1.055.241)	-	3.420.960
Total	9.956.295	(302.422)	(394.093)	439.449	398.050	6.287.197	(5.381.206)	-	11.003.270

Estágio 2	R\$ mil								
	Saldo em 31 de dezembro de 2023	Transferência para Estágio 1	Transferência para Estágio 3	Oriundos do Estágio 1	Oriundos do Estágio 3	Originados	Constituição/ (Reversão) (1)	(Write off)	Saldo em 31 de dezembro de 2024
Pessoa Jurídica	2.407.449	(166.683)	(558.573)	116.449	109.540	510.283	(1.403.345)	-	1.015.120
- Financiamentos	277.782	(68.404)	(37.072)	29.252	15.227	66.023	(23.966)	-	258.842
- Empréstimos	1.968.250	(91.372)	(510.770)	74.163	90.757	386.785	(1.297.552)	-	620.261
- Rotativos	161.417	(6.907)	(10.731)	13.034	3.556	57.475	(81.827)	-	136.017
Pessoa Física	3.073.021	(272.766)	(379.103)	185.973	313.107	1.747.141	(1.467.067)	-	3.200.306
- Financiamentos	468.003	(82.535)	(71.207)	37.461	20.459	155.931	(123.390)	-	404.722
- Empréstimos	1.860.757	(141.655)	(239.411)	76.558	265.398	1.297.469	(1.011.340)	-	2.107.776
- Rotativos	744.261	(48.576)	(68.485)	71.954	27.250	293.741	(332.337)	-	687.808
Total	5.480.470	(439.449)	(937.676)	302.422	422.647	2.257.424	(2.870.412)	-	4.215.426

Estágio 3	R\$ mil								
	Saldo em 31 de dezembro de 2023	Transferência para Estágio 1	Transferência para Estágio 2	Oriundos do Estágio 1	Oriundos do Estágio 2	Originados	Constituição/ (Reversão) (1)	(Write off)	Saldo em 31 de dezembro de 2024
Pessoa Jurídica	17.045.918	(63.654)	(109.540)	134.318	558.573	7.338.511	4.516.910	(13.928.324)	15.492.712
- Financiamentos	2.405.662	(6.305)	(15.227)	13.511	37.072	326.738	955.271	(1.567.199)	2.149.523
- Empréstimos	13.348.041	(53.871)	(90.757)	103.007	510.770	6.786.917	2.497.132	(10.617.743)	12.483.496
- Rotativos	1.292.215	(3.478)	(3.556)	17.800	10.731	224.856	1.064.507	(1.743.382)	859.693
Pessoa Física	21.179.127	(334.396)	(313.107)	259.775	379.103	9.908.384	14.421.714	(24.649.091)	20.851.509
- Financiamentos	1.380.788	(38.354)	(20.459)	23.115	71.207	406.606	1.560.047	(1.672.288)	1.710.662
- Empréstimos	10.928.409	(238.173)	(265.398)	108.329	239.411	7.272.869	5.880.689	(11.608.643)	12.317.493
- Rotativos	8.869.930	(57.869)	(27.250)	128.331	68.485	2.228.909	6.980.978	(11.368.160)	6.823.354
Total	38.225.045	(398.050)	(422.647)	394.093	937.676	17.246.895	18.938.624	(38.577.415)	36.344.221

Consolidado - 3 estágios	R\$ mil				
	Saldo em 31 de dezembro de 2023	Originados	Constituição/ Reversão (1)	(Write off)	Saldo em 31 de dezembro de 2024
Pessoa Jurídica	23.164.097	10.260.664	757.261	(13.928.324)	20.253.698
- Financiamentos	3.953.301	1.013.358	512.851	(1.567.199)	3.912.311
- Empréstimos	17.235.340	8.770.435	(614.553)	(10.617.743)	14.773.479
- Rotativos	1.975.456	476.871	858.963	(1.743.382)	1.567.908
Pessoa Física	30.497.713	15.530.852	9.929.745	(24.649.091)	31.309.219
- Financiamentos	2.286.064	745.923	1.130.572	(1.672.288)	2.490.271
- Empréstimos	15.246.639	11.043.057	3.205.773	(11.608.643)	17.886.826
- Rotativos	12.965.010	3.741.872	5.593.400	(11.368.160)	10.932.122
Total	53.661.810	25.791.516	10.687.006	(38.577.415)	51.562.917

(1) Composto por liquidações antecipadas, vencimentos e modificações.

Estágio 1	R\$ mil								
	Saldo em 31 de dezembro de 2022	Transferência para Estágio 2	Transferência para Estágio 3	Oriundos do Estágio 2	Oriundos do Estágio 3	Originados	Constituição/ (Reversão) (1)	(Write off)	Saldo em 31 de dezembro de 2023
Pessoa Jurídica	4.709.225	(140.446)	(215.827)	105.285	61.311	1.978.070	(2.786.888)	-	3.710.730
- Financiamentos	1.560.991	(29.160)	(20.572)	53.638	38.247	338.386	(671.673)	-	1.269.857
- Empréstimos	2.461.407	(92.415)	(161.772)	45.821	16.493	1.517.681	(1.868.166)	-	1.919.049
- Rotativos	686.827	(18.871)	(33.483)	5.826	6.571	122.003	(247.049)	-	521.824
Pessoa Física	8.596.907	(334.433)	(495.432)	489.139	194.495	2.419.082	(4.624.193)	-	6.245.565
- Financiamentos	691.697	(50.169)	(32.545)	226.125	19.825	190.516	(608.176)	-	437.273
- Empréstimos	3.332.473	(136.858)	(159.899)	154.331	84.418	1.588.052	(2.405.044)	-	2.457.473
- Rotativos	4.572.737	(147.406)	(302.988)	108.683	90.252	640.514	(1.610.973)	-	3.350.819
Total	13.306.132	(474.879)	(711.259)	594.424	255.806	4.397.152	(7.411.081)	-	9.956.295

Estágio 2	R\$ mil								
	Saldo em 31 de dezembro de 2022	Transferência para Estágio 1	Transferência para Estágio 3	Oriundos do Estágio 1	Oriundos do Estágio 3	Originados	Constituição/ (Reversão) (1)	(Write off)	Saldo em 31 de dezembro de 2023
Pessoa Jurídica	2.486.457	(105.285)	(208.600)	140.446	442.005	1.460.921	(1.808.495)	-	2.407.449
- Financiamentos	327.687	(53.638)	(47.648)	29.160	35.120	88.747	(101.646)	-	277.782
- Empréstimos	1.903.891	(45.821)	(143.760)	92.415	400.254	1.334.555	(1.573.284)	-	1.968.250
- Rotativos	254.879	(5.826)	(17.192)	18.871	6.631	37.619	(133.565)	-	161.417
Pessoa Física	6.185.062	(489.139)	(662.868)	334.433	713.543	1.247.324	(4.255.334)	-	3.073.021
- Financiamentos	925.342	(226.125)	(127.538)	50.169	15.317	98.263	(267.425)	-	468.003
- Empréstimos	3.704.642	(154.331)	(311.408)	136.858	608.173	981.605	(3.104.782)	-	1.860.757
- Rotativos	1.555.078	(108.683)	(223.922)	147.406	90.053	167.456	(883.127)	-	744.261
Total	8.671.519	(594.424)	(871.468)	474.879	1.155.548	2.708.245	(6.063.829)	-	5.480.470

Estágio 3	R\$ mil								
	Saldo em 31 de dezembro de 2022	Transferência para Estágio 1	Transferência para Estágio 2	Oriundos do Estágio 1	Oriundos do Estágio 2	Originados	Constituição/ (Reversão) (1)	(Write off)	Saldo em 31 de dezembro de 2023
Pessoa Jurídica	18.698.277	(61.311)	(442.005)	215.827	208.600	6.357.801	6.695.484	(14.626.755)	17.045.918
- Financiamentos	2.345.361	(38.247)	(35.120)	20.572	47.648	140.230	1.003.847	(1.078.629)	2.405.662
- Empréstimos	15.386.054	(16.493)	(400.254)	161.772	143.760	5.943.829	4.145.539	(12.016.166)	13.348.041
- Rotativos	966.862	(6.571)	(6.631)	33.483	17.192	273.742	1.546.098	(1.531.960)	1.292.215
Pessoa Física	18.538.069	(194.495)	(713.543)	495.432	662.868	8.276.003	19.889.609	(25.774.816)	21.179.127
- Financiamentos	1.123.181	(19.825)	(15.317)	32.545	127.538	320.483	1.317.083	(1.504.900)	1.380.788
- Empréstimos	11.130.490	(84.418)	(608.173)	159.899	311.408	6.632.759	7.751.971	(14.365.527)	10.928.409
- Rotativos	6.284.398	(90.252)	(90.053)	302.988	223.922	1.322.761	10.820.555	(9.904.389)	8.869.930
Total	37.236.346	(255.806)	(1.155.548)	711.259	871.468	14.633.804	26.585.093	(40.401.571)	38.225.045

Consolidado - 3 estágios	R\$ mil				
	Saldo em 31 de dezembro de 2022	Originados	Constituição/ Reversão (1)	(Write off)	Saldo em 31 de dezembro de 2023
Pessoa Jurídica	25.893.959	9.796.792	2.100.101	(14.626.755)	23.164.097
- Financiamentos	4.234.039	567.363	230.528	(1.078.629)	3.953.301
- Empréstimos	19.751.352	8.796.065	704.089	(12.016.166)	17.235.340
- Rotativos	1.908.568	433.364	1.165.484	(1.531.960)	1.975.456
Pessoa Física	33.320.038	11.942.409	11.010.082	(25.774.816)	30.497.713
- Financiamentos	2.740.220	609.262	441.482	(1.504.900)	2.286.064
- Empréstimos	18.167.605	9.202.416	2.242.145	(14.365.527)	15.246.639
- Rotativos	12.412.213	2.130.731	8.326.455	(9.904.389)	12.965.010
Total	59.213.997	21.739.201	13.110.183	(40.401.571)	53.661.810

(1) Composto por liquidações antecipadas, vencimentos e modificações.

e) Análise de sensibilidade

A mensuração da perda de créditos esperadas incorpora informações prospectivas a partir de projeções de cenários econômicos, que são desenvolvidos por uma equipe de especialistas e aprovados conforme governança de riscos da Organização. Cada cenário econômico possui a evolução ao longo do tempo de um rol de variáveis macroeconômicas, dentre as quais podemos destacar: índices de inflação (IPCA), índices de atividade econômica (PIB, desemprego, etc), taxas de juros brasileira e moedas, refletindo as expectativas e premissas de cada cenário. As projeções são revisadas minimamente anualmente, sendo mais tempestiva em casos de eventos relevantes que possam alterar de forma material as perspectivas futuras.

A estimativa da perda de crédito esperada é feita pela combinação de múltiplos cenários, que são ponderados de acordo com a probabilidade atribuída a cada cenário, sendo o cenário base o mais provável. Em vista a determinar possíveis oscilações da perda esperada decorrentes das projeções econômicas, foram feitas simulações alterando a ponderação dos cenários utilizados no cálculo da perda esperada. No quadro abaixo demonstramos as probabilidades atribuídas a cada cenário e os impactos:

	Em 31 de dezembro de 2024 - R\$ mil			
	Ponderação			Constituição/ (Reversão)
	Cenário Base	Cenário Otimista*	Cenário Pessimista**	
Simulação 1	100%	-	-	(269.642)
Simulação 2	-	100%	-	(1.105.037)
Simulação 3	-	-	100%	618.074

* Cenário em que a economia cresce mais que o esperado.

** Cenário em que a economia cresce menos do que o esperado.

f) Perda esperada de empréstimos e adiantamentos

	R\$ mil		
	Exercício findo em 31 de dezembro		
	2024	2023	2022
Constituição	36.478.523	34.849.384	32.216.964
Recuperações	(9.841.746)	(4.672.395)	(5.870.896)
Despesa de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito líquida de recuperações	26.636.777	30.176.989	26.346.068

g) Empréstimos e adiantamentos a clientes renegociados

No total de “Empréstimos e adiantamentos a clientes com perda esperada”, onde estão incluídas as renegociações, que são operações que contemplam alongamento de prazos, concessão de carência, redução na taxa de juros, e, em alguns casos, desconto parcial do principal.

Renegociações podem ocorrer tanto em função de atrasos nos pagamentos ou de percepção de que a qualidade do crédito se deteriorou fortemente. O objetivo das renegociações é adequar as operações à nova capacidade do cliente de pagar seu débito.

A tabela a seguir demonstra as mudanças efetuadas e a nossa análise da carteira de empréstimos e adiantamentos a clientes renegociados:

	R\$ mil	
	Em 31 de dezembro de 2024	Em 31 de dezembro de 2023
Saldo inicial	39.111.735	34.353.489
Renegociação	26.780.598	47.464.851
Recebimento/Outros (1)	(18.853.221)	(31.525.629)
Baixas	(12.284.044)	(11.180.976)
Saldo final	34.755.068	39.111.735
Perda esperada de empréstimos e adiantamentos	(19.091.460)	(16.110.380)
Empréstimos e adiantamentos aos clientes totais renegociados, líquido de perda esperada	15.663.608	23.001.355
Perda esperada sobre os empréstimos e adiantamentos renegociados como percentual do total dos empréstimos e adiantamentos renegociados	54,9%	41,2%
Total dos empréstimos e adiantamentos renegociados como percentual do portfólio de empréstimo total	4,8%	6,2%
Total dos empréstimos e adiantamentos renegociados como percentual do portfólio de empréstimo total, líquido de perda esperada	5,2%	6,7%

(1) Contempla a liquidação de contratos renegociados por meio da realização de novas operações.

No momento em que o empréstimo é modificado, a Administração considera as condições do novo empréstimo e o vencimento renegociado, e não mais o considera vencido. A partir da data da modificação, os juros renegociados começam a acumular, utilizando o método da taxa efetiva de juros, levando em consideração a capacidade do cliente quitar o empréstimo, com base na análise efetuada pela Administração. Se o cliente não consegue manter os novos termos negociados, a Administração considera cessar o acúmulo a partir desse ponto.

Adicionalmente, quaisquer saldos relativos a empréstimos e adiantamentos a clientes renegociados, que já tenham sido baixados e registrados em contas fora do balanço patrimonial, bem como quaisquer ganhos de renegociações, são reconhecidos apenas quando recebidos.

12) ATIVOS NÃO CORRENTES MANTIDOS PARA VENDA

	R\$ mil	
	Em 31 de dezembro de 2024	Em 31 de dezembro de 2023
Bens não de uso próprio		
Imóveis	1.082.436	991.486
Veículos e afins	343.948	314.041
Máquinas e equipamentos	546	776
Outros (1)	2.068.020	22.227
Total	3.494.950	1.328.530

(1) Contempla R\$ 2.060.445 mil de ações de companhias abertas recebidas em dação de pagamento, destinadas para alienação e estão disponíveis para venda.

Os ativos não circulantes recebidos em liquidação total ou parcial das obrigações de pagamento de seus devedores são considerados como ativos não correntes mantidos para venda por meio da execução de leilões, os quais ocorrem normalmente em até um ano. Ativos não correntes mantidos para venda são destinados à alienação, cuja venda em sua condição atual seja altamente provável e sua ocorrência é esperada em até um ano.

13) INVESTIMENTOS EM COLIGADAS E JOINT VENTURE

a) Composição dos investimentos em coligadas e joint venture

Empresa	R\$ mil									
	Em 31 de dezembro de 2024							Acumulado em 31 de dezembro de 2024		
	Participação total	Participação com direito a voto	Valor contábil do investimento	Ativo Circulante da investida	Ativo Não Circulante da investida	Passivo Circulante da investida	Passivo Não Circulante da investida	Resultado da equivalência patrimonial (1)	Receitas (2)	Lucro líquido/ (prejuízo) do período da investida
Haitong Banco de Investimento do Brasil S.A.	20,00%	20,00%	98.243	5.099.950	1.945.607	4.559.541	1.994.799	(4.715)	668.016	(23.575)
Tecnologia Bancária S.A. (3)	24,55%	24,32%	241.277	854.080	2.354.233	774.316	1.471.727	3.710	2.783.255	15.255
Swiss Re Corporate Solutions Brasil (3)	40,00%	40,00%	552.687	2.667.390	2.356.236	3.026.387	854.949	37.633	2.252.238	94.083
Gestora de Inteligência de Crédito S.A. (3)	16,82%	16,00%	56.297	191.422	1.052.123	282.554	627.924	(4.776)	325.181	(29.850)
Outras (4) (5)			7.817.497					715.342		
Total dos investimentos em coligadas			8.766.001					747.194		
Elo Participações Ltda. (6)	50,01%	50,01%	2.263.011	963.331	4.746.612	965.266	91.253	784.391	1.813.170	1.566.669
Total dos investimentos em joint ventures			2.263.011					784.391		
Total geral em 31 de dezembro de 2024			11.029.012					1.531.585		

(1) Os ajustes decorrentes de avaliação consideram os resultados apurados, periodicamente, pelas companhias e incluem variações patrimoniais das investidas não decorrentes de resultado, bem como os ajustes por equalização de práticas contábeis, quando aplicáveis;

(2) Receita da intermediação financeira ou receita de prestação de serviços;

(3) Empresas com cálculo de equivalência patrimonial utilizando balanços com defasagem em relação a data-base das demonstrações financeiras, permitidos pela regulamentação. No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a Organização recebeu de dividendos de R\$ 2.204 mil referente à Empresa Tecnologia Bancária S.A.;

(4) Em agosto de 2024, foi realizado o leilão da oferta pública unificada de aquisição de ações ordinárias de emissão da Cielo S.A. para conversão do seu registro de companhia aberta da categoria "A" para "B" na Comissão de Valores Mobiliários e saída do segmento Novo Mercado da B3 S.A., com isso, o total da participação da Organização na Cielo S.A. passou a ser de 50,72%, sendo 30,61% de participação direta e 20,11% de participação indireta, por meio das empresas do Grupo Elopar (em 31 de dezembro de 2023, a participação total era de 31,41%, sendo que a participação direta era de 30,06%). A Organização recebeu da Cielo S.A. juros sobre capital próprio de R\$ 151.453 mil, no exercício findo em 31 de dezembro de 2024. Mais informações na Nota 42;

(5) Inclui, basicamente, investimentos em companhia aberta e Cielo S.A.; e

(6) Empresa brasileira, prestadora de serviços relacionados a cartões de crédito e débito e outros meios de pagamento. A Organização recebeu de dividendos, R\$ 64.922 mil, no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 referente à Empresa Elo Participações Ltda.

Empresa	R\$ mil									
	Em 31 de dezembro de 2023							Acumulado em 31 de dezembro de 2023		
	Participação total	Participação com direito a voto	Valor contábil do investimento	Ativo Circulante da investida	Ativo Não Circulante da investida	Passivo Circulante da investida	Passivo Não Circulante da investida	Resultado da equivalência patrimonial (1)	Receitas (2)	Lucro líquido/ (prejuízo) do período da investida
Haitong Banco de Investimento do Brasil S.A.	20,00%	20,00%	105.766	4.294.581	2.198.375	4.276.354	1.689.663	(5.296)	331.786	(27.237)
Tecnologia Bancária S.A. (3)	24,55%	24,32%	237.568	964.701	2.300.906	1.182.701	1.106.646	3.149	2.875.219	12.828
Swiss Re Corporate Solutions Brasil (3)	40,00%	40,00%	549.669	3.156.150	1.721.943	3.387.628	361.839	62.163	1.843.974	155.409
Gestora de Inteligência de Crédito S.A. (3) (4)	16,82%	16,00%	61.073	153.360	1.092.648	269.606	613.865	(7.066)	284.062	(38.572)
Outras (5)			7.234.917					1.160.949		
Total dos investimentos em coligadas			8.188.993					1.213.899		
Elo Participações Ltda. (6)	50,01%	50,01%	1.427.847	1.023.779	2.627.543	563.008	103.084	887.782	(77.119)	1.757.753
Total dos investimentos em joint ventures			1.427.847					887.782		
Total geral em 31 de dezembro de 2023			9.616.840							
Total geral em 31 de dezembro de 2023								2.101.681		

(1) Os ajustes decorrentes de avaliação consideram os resultados apurados, periodicamente, pelas companhias e incluem variações patrimoniais das investidas não decorrentes de resultado, bem como os ajustes por equalização de práticas contábeis, quando aplicáveis;

(2) Receita da intermediação financeira ou receita de prestação de serviços;

(3) Empresas com cálculo de equivalência patrimonial utilizando balanços com defasagem de data de até 60 dias, permitidos pela regulamentação;

(4) Diluição de participação decorrente da ingresso de novo acionista com emissão de novas ações;

(5) Inclui, basicamente, os investimentos em companhias abertas Cielo S.A. e Fleury S.A. A Organização recebeu de juros sobre capital próprio, no valor de R\$ 249.649 mil, no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 referente à Empresa Cielo S.A.; e

(6) Empresa brasileira, prestadora de serviços relacionados a cartões de crédito e débito e outros meios de pagamento. Até 31 de dezembro de 2023, a Organização recebeu R\$ 722.650 mil de dividendos deste investimento.

A Organização não possui passivos contingentes de investimentos em coligadas, o qual é responsável em parte ou na totalidade.

b) Movimentação dos investimentos em coligadas

	R\$ mil	
	2024	2023
Saldo no início do período	9.616.840	8.970.513
Entradas	1.432.959	14.333
Resultado de participações em coligadas	1.531.585	2.101.681
Dividendos/JCP	(1.695.067)	(936.478)
Outras	142.695	(533.209)
Saldo em 31 de dezembro	11.029.012	9.616.840

14) IMOBILIZADO DE USO

a) Composição por classe de imobilizado de uso

	R\$ mil			
	Vida útil estimada	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido
Edificações	4%	8.251.334	(5.391.615)	2.859.719
Terrenos	-	871.952	-	871.952
Instalações, móveis e equipamentos de uso	10%	5.573.061	(2.866.228)	2.706.833
Sistemas de segurança e comunicações	10% a 20%	386.802	(267.132)	119.670
Sistemas de processamento de dados	20% a 40%	13.641.163	(10.208.530)	3.432.633
Sistemas de transportes	10% a 20%	367.431	(137.794)	229.637
Saldos em 31 de dezembro de 2024 (1)		29.091.743	(18.871.299)	10.220.444
Edificações	4%	8.386.525	(4.776.314)	3.610.211
Terrenos	-	912.088	-	912.088
Instalações, móveis e equipamentos de uso	10%	6.070.838	(2.996.346)	3.074.492
Sistemas de segurança e comunicações	10%	404.802	(278.452)	126.350
Sistemas de processamento de dados	20% a 40%	12.361.949	(9.056.887)	3.305.062
Sistemas de transportes	10% a 20%	237.034	(147.228)	89.806
Saldos em 31 de dezembro de 2023 (1)		28.373.236	(17.255.227)	11.118.009

(1) Inclui ativos subjacentes identificados nos contratos de arrendamento reconhecidos no escopo da norma IFRS 16.

Celebramos contratos de arrendamento mercantil, basicamente, para imóveis e equipamentos de processamento de dados, que são registrados como edificações e equipamentos arrendados no ativo imobilizado. Veja Nota 23 para a divulgação da obrigação.

b) Movimentação líquida do imobilizado de uso por classe

	R\$ mil						
	Edificações	Terrenos	Instalações, móveis e equipamentos de uso	Sistema de segurança e comunicações	Sistemas de processamento de dados	Sistemas de transporte	Total (1)
Saldo ajustado em 31 de dezembro de 2022	4.119.473	929.066	3.228.655	74.791	3.523.783	95.354	11.971.122
Adições	764.177	-	847.636	78.638	1.132.190	18.919	2.841.560
Baixas	(550.332)	(16.978)	(497.896)	-	-	(1.652)	(1.066.858)
Redução ao valor recuperável	-	-	-	(347)	(1.382)	-	(1.729)
Depreciação (2)	(723.107)	-	(503.903)	(26.732)	(1.349.529)	(22.815)	(2.626.086)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	3.610.211	912.088	3.074.492	126.350	3.305.062	89.806	11.118.009
Saldos em 31 de dezembro de 2023	3.610.211	912.088	3.074.492	126.350	3.305.062	89.806	11.118.009
Adições	140.828	-	785.351	29.389	1.750.744	175.330	2.881.642
Baixas	(331.734)	(40.136)	(777.800)	(5.508)	-	-	(1.155.178)
Redução ao valor recuperável	-	-	(242)	(268)	(1.238)	-	(1.748)
Depreciação (2)	(559.586)	-	(374.968)	(30.293)	(1.621.935)	(35.499)	(2.622.281)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	2.859.719	871.952	2.706.833	119.670	3.432.633	229.637	10.220.444

(1) Inclui ativos subjacentes identificados nos contratos de arrendamento reconhecidos no escopo da norma IFRS 16; e

(2) A diferença de R\$ 58.952 mil (2023 - R\$ 64.830 mil) em relação ao montante apresentado na nota 35 refere-se a despesas atribuíveis aos contratos de seguros os quais são apresentados na Demonstração do Resultado na rubrica "Resultado de seguros e previdência".

15) ATIVOS INTANGÍVEIS E ÁGIO

a) Movimentação dos ativos intangíveis e ágio por classe

	R\$ mil					
	Ágio	Ativos intangíveis				
		Aquisição de direitos financeiros (1)	Software (1)	Carteira de clientes (1)	Outros (1)	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2022	6.542.091	3.554.635	6.949.393	1.252.485	501.209	18.799.813
Adições/baixas	54.558	4.060.641	3.122.163	75.064	(6.812)	7.305.614
Redução ao valor recuperável	-	(102.158)	(2.092)	-	-	(104.250)
Amortização (2)	-	(1.701.950)	(1.606.248)	(212.068)	(373.765)	(3.894.031)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	6.596.649	5.811.168	8.463.216	1.115.481	120.632	22.107.146
Saldos em 31 de dezembro de 2023	6.596.649	5.811.168	8.463.216	1.115.481	120.632	22.107.146
Adições/baixas	133.993	1.556.377	3.649.518	114.230	334.371	5.788.489
Redução ao valor recuperável	-	(498)	(35.478)	-	-	(35.976)
Amortização (2)	-	(1.831.669)	(1.789.426)	(253.491)	(235.865)	(4.110.451)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	6.730.642	5.535.378	10.287.830	976.220	219.138	23.749.208

(1) Taxa de amortização: aquisição de direitos bancários e carteira de clientes e outros contratos – dentro dos prazos do contrato; *software* – até 10%; e

(2) A diferença de R\$ 304.431 mil (2023 - R\$ 430.042 mil) em relação ao montante apresentado na nota 35 refere-se a despesas atribuíveis aos contratos de seguros os quais são apresentados na Demonstração do Resultado na rubrica "Resultado de seguros e previdência".

b) Composição do ágio por segmento

	R\$ mil	
	Em 31 de dezembro de 2024	Em 31 de dezembro de 2023
Bancário	6.230.002	6.107.282
Seguros	500.640	489.367
Total	6.730.642	6.596.649

As Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) alocadas no segmento bancário e de Seguros, Previdência e Capitalização são testados anualmente para perda por redução ao valor recuperável (*impairment*) do ágio. Não foi identificada a necessidade de reconhecimento de perda por redução ao valor recuperável do ágio em 2024 e 2023.

16) OUTROS ATIVOS**a) Outros ativos**

	R\$ mil	
	Em 31 de dezembro de 2024	Em 31 de dezembro de 2023
Ativos financeiros (1) (2)	81.195.242	56.958.860
Operações de câmbio (3)	44.132.289	27.704.682
Devedores por depósitos em garantia (4)	21.743.293	20.787.578
Negociação e intermediação de valores	5.848.323	3.720.053
Títulos e créditos a receber	6.032.514	2.667.921
Rendas a receber	3.438.823	2.078.626
Outros ativos	15.824.815	9.597.412
Devedores diversos	5.777.906	3.405.012
Despesas antecipadas	3.568.136	2.934.506
Relações interfinanceiras e interdependências	224.343	297.291
Outros (5)	6.254.430	2.960.603
Total	97.020.057	66.556.272

(1) Ativos financeiros contabilizados ao custo amortizado;

(2) Em 2024 e 2023, não houve constituição de perdas esperadas para outros ativos financeiros;

(3) Refere-se, basicamente, a compras em moeda estrangeira efetuadas pela instituição para os clientes e os direitos em moeda nacional da instituição, decorrentes de operações de venda de câmbio;

(4) Refere-se a depósitos decorrentes de exigências legais ou contratuais, inclusive garantias prestadas em dinheiro, tais como os realizados para interposição de recursos em repartições ou júzoes e os que garantem prestação de serviço de qualquer natureza; e

(5) Inclui, basicamente, material em estoque, valores a receber, outros adiantamentos, antecipações e pagamentos a ressarcir e propriedade para investimento.

17) RECURSOS DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS

Os passivos financeiros denominados de “Recursos de instituições financeiras” são mensurados inicialmente ao valor justo e, subsequentemente, pelo seu custo amortizado, utilizando-se do método da taxa efetiva de juros.

a) Composição por natureza

	R\$ mil	
	Em 31 de dezembro de 2024	Em 31 de dezembro de 2023
Depósitos à vista	1.419.303	1.503.278
Depósitos interfinanceiros	3.008.439	2.354.799
Captações no mercado aberto	283.049.765	272.404.788
Obrigações por empréstimos	46.769.666	22.809.333
Obrigações por repasses	27.571.137	24.350.585
Total	361.818.310	323.422.783

18) RECURSOS DE CLIENTES

Os passivos financeiros denominados de “Recursos de clientes” são mensurados, inicialmente, ao valor justo e, subsequentemente, pelo seu custo amortizado utilizando o método da taxa efetiva de juros.

	R\$ mil	
	Em 31 de dezembro de 2024	Em 31 de dezembro de 2023
Depósitos à vista	44.119.254	49.634.288
Depósitos de poupança	132.502.157	131.003.553
Depósitos a prazo	467.717.052	441.296.839
Total	644.338.463	621.934.680

19) RECURSOS DE EMISSÃO DE TÍTULOS**a) Composição por tipo de papel emitido e localização**

	R\$ mil	
	Em 31 de dezembro de 2024	Em 31 de dezembro de 2023
Títulos emitidos – País:		
Letras de crédito imobiliário	55.865.741	52.115.729
Letras de agronegócio	46.738.613	40.062.692
Letras financeiras	106.220.794	105.426.827
Letras imobiliárias garantidas	35.805.829	36.144.798
Subtotal	244.630.977	233.750.046
Títulos e valores mobiliários – Exterior:		
<i>Euronotes</i>	4.513.282	3.442.593
Títulos emitidos por meio de securitização – (item (b))	5.016.063	3.925.938
Subtotal	9.529.345	7.368.531
Certificados de operações estruturadas	3.817.022	3.847.681
Total geral	257.977.344	244.966.258

b) Títulos emitidos por meio de securitização

Desde 2003, o Bradesco utiliza determinados acordos para otimizar suas atividades de captação e administração de liquidez por meio de Entidade de Propósito Específico (EPE). Essa EPE, denominada *International Diversified Payment Rights Company*, é financiada com obrigações de longo prazo e liquidada por meio do fluxo de caixa futuro dos ativos correspondentes, que basicamente, compreendem fluxos de ordens de pagamento atuais e futuros remetidos por pessoas físicas e jurídicas localizadas no exterior para beneficiários no Brasil pelos quais o Bradesco atua como pagador.

Os títulos de longo prazo, emitidos pela EPE e vendidos a investidores, são liquidados com os recursos oriundos dos fluxos das ordens de pagamento. O Bradesco é obrigado a resgatar os títulos em casos específicos de inadimplência ou encerramento das operações da EPE.

Os recursos provenientes da venda dos fluxos atuais e futuros de ordens de pagamento, recebidos pela EPE, devem ser mantidos em conta bancária específica até que um determinado nível mínimo seja atingido.

c) Movimentação líquida de recursos de emissão de títulos

	R\$ mil	
	2024	2023
Saldo inicial no período	244.966.258	222.257.328
Emissões	54.734.757	105.259.934
Juros	27.427.073	25.707.778
Liquidação e pagamentos de juros	(70.199.968)	(108.774.110)
Variação cambial	1.049.224	515.328
Saldo final em 31 de dezembro	257.977.344	244.966.258

20) DÍVIDAS SUBORDINADAS

a) Composição das dívidas subordinadas

Vencimento	Prazo original em anos	Valor da operação	R\$ mil	
			Em 31 de dezembro de 2024	Em 31 de dezembro de 2023
No País:				
Letras Financeiras:				
2024	-	-	-	133.720
2025	7	3.871.906	6.659.038	5.952.305
2027	7	401.060	640.590	566.936
2024	-	-	-	277.420
2025	8	3.328.102	3.693.797	3.669.281
2026	8	694.800	1.193.335	1.066.237
2028	8	55.437	88.658	78.390
2030	8	2.368.200	3.365.783	2.976.339
2024	-	-	-	10.634
2025	9	362.212	755.966	677.550
2027	9	89.700	163.973	146.531
2025	10	178.937	648.219	959.846
2026	10	196.196	571.365	501.506
2027	10	256.243	523.757	472.023
2028	10	248.300	505.316	451.350
2030	10	134.500	210.044	190.207
2031	10	7.270.000	11.319.069	9.973.583
2032	10	5.378.500	7.606.668	6.714.453
2033	10	531.000	626.578	557.446
2026	11	2.500	4.337	4.133
2027	11	47.046	102.990	91.696
2028	11	74.764	159.193	143.520
Perpétua	-	17.798.855	18.620.251	14.722.748
Total geral (1)			57.458.927	50.337.854

(1) Inclui o montante de R\$ 43.096.504 mil (em 31 de dezembro de 2023 – R\$ 39.279.827 mil), referente as dívidas subordinadas registradas como “Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital” para fins de capital regulamentar.

b) Movimentação líquida das dívidas subordinadas

	R\$ mil	
	2024	2023
Saldo inicial no período	50.337.854	52.241.332
Emissões	9.000.300	1.129.800
Juros	6.378.786	7.007.236
Liquidação e pagamentos de juros	(8.258.013)	(10.040.514)
Saldo final em 31 de dezembro	57.458.927	50.337.854

21) CONTRATOS DE SEGUROS

a) Passivos de contratos de seguros

	R\$ mil					
	Em 31 de dezembro de 2024			Em 31 de dezembro de 2023		
	PAA	BBA/VFA	Total	PAA	BBA/VFA	Total
Passivo de cobertura remanescente (PCR)	3.413.117	359.997.742	363.410.859	3.256.881	327.891.751	331.148.632
- Valor presente dos fluxos de caixa futuros (BEL)	-	333.588.968	333.588.968	-	301.644.946	301.644.946
- Ajuste do risco não financeiro (RA)	-	1.713.661	1.713.661	-	1.832.047	1.832.047
- Margem de cobertura de seguros (CSM)	-	24.695.113	24.695.113	-	24.414.758	24.414.758
- Abordagem de alocação de prêmios (PAA)	3.413.117	-	3.413.117	3.256.881	-	3.256.881
Passivo de sinistros incorridos	13.527.747	1.854.214	15.381.961	12.268.731	1.374.859	13.643.590
- Melhor estimativa do passivo (BEL)	13.109.372	1.788.775	14.898.147	11.847.634	1.302.912	13.150.546
- Ajuste do risco não financeiro (RA)	418.375	65.439	483.814	421.097	71.947	493.044
Total dos passivos de contrato de seguros	16.940.864	361.851.956	378.792.820	15.525.612	329.266.610	344.792.222

b) Cobertura remanescente para modelo geral (BBA)/abordagem de taxa variável (VFA)

	R\$ mil					
	Em 31 de dezembro de 2024			Em 31 de dezembro de 2023		
	Contratos Não Onerosos	Contratos onerosos	Total	Contratos Não Onerosos	Contratos onerosos	Total
Estimativa do valor presente dos fluxos de caixa de saída futuros	415.934.920	32.862.946	448.797.866	388.031.144	36.009.806	424.040.950
- Fluxos de caixa de aquisição	3.789.618	119.449	3.909.067	3.318.639	72.598	3.391.237
- Sinistros e outras despesas diretamente atribuíveis	412.145.302	32.743.497	444.888.799	384.712.505	35.937.208	420.649.713
Estimativa do valor presente dos fluxos de caixa de entrada futura	(109.275.236)	(5.933.662)	(115.208.898)	(115.748.997)	(6.647.007)	(122.396.004)
Ajuste de risco não financeiro	926.022	787.639	1.713.661	994.571	837.476	1.832.047
Margem de cobertura de seguros	24.594.993	100.120	24.695.113	23.928.554	486.204	24.414.758
Total de cobertura remanescente do modelo geral/modelo de taxa variável	332.180.699	27.817.043	359.997.742	297.205.272	30.686.479	327.891.751

c) Realização da margem de cobertura de seguros

	R\$ mil						Total
	Até 1 ano	1 a 2 anos	2 a 3 anos	3 a 4 anos	4 a 5 anos	Acima de 5 anos	
Contratos de Seguro Emitidos							
- Seguro Direto	2.450.329	2.180.759	1.840.336	1.603.463	1.410.985	15.209.241	24.695.113
Modelo geral/ abordagem de taxa variável em 31 de dezembro de 2024	2.450.329	2.180.759	1.840.336	1.603.463	1.410.985	15.209.241	24.695.113
Contratos de Seguro Emitidos							
- Seguro Direto	2.489.957	2.423.170	1.883.419	1.624.982	1.405.499	14.587.731	24.414.758
Modelo geral/ abordagem de taxa variável em 31 de dezembro de 2023	2.489.957	2.423.170	1.883.419	1.624.982	1.405.499	14.587.731	24.414.758

d) Movimentação da Provisão de Cobertura Remanescente (PCR)

Valores reconhecidos para cobertura remanescente e sinistros incorridos	R\$ mil						Total	
	BBA/VFA				TOTAL BBA/VFA	PAA		Abordagem de alocação de prêmios
	Excluindo Componente de Perda			Componente de Perda BEL				
	BEL	RA	CSM					
Saldo inicial no exercício	295.007.749	1.832.047	24.414.758	6.637.197	327.891.751	3.256.881	331.148.632	
Mudanças técnicas relacionadas ao período atual (Receita Seguros)	(5.297.914)	(168.464)	(4.240.688)	-	(9.707.066)	(49.545.938)	(59.253.004)	
Contratos pelo método retrospectivo total	(596.582)	(30.954)	(1.725.516)	-	(2.353.052)	-	(2.353.052)	
Contratos pelo método do valor justo	(3.979.828)	(114.747)	(1.564.336)	-	(5.658.911)	-	(5.658.911)	
Emissão de contratos após transição (Outros contratos)	(678.657)	(22.763)	(950.836)	-	(1.652.256)	-	(1.652.256)	
Ajuste de experiência	(42.847)	-	-	-	(42.847)	-	(42.847)	
Apropriação referentes a contratos abordagem de alocação de prêmios	-	-	-	-	-	(49.545.938)	(49.545.938)	
Mudanças técnicas relacionadas aos períodos futuros	(1.221.520)	(71.048)	3.648.437	(512.188)	1.843.681	(618.023)	1.225.658	
Mud. nas estimativas que ajustam a margem de cobertura de seguros	4.826.038	(128.048)	(4.692.900)	(512.188)	(507.098)	-	(507.098)	
Mud. nas estimativas que não ajustam a margem de cobertura de seguros (ORA)	(3.443.788)	(106.907)	-	-	(3.550.695)	-	(3.550.695)	
Ajuste de experiência	3.219	-	1.620.038	-	1.623.257	-	1.623.257	
Contratos inicialmente reconhecidos no período	(2.606.989)	163.907	6.721.299	-	4.278.217	(618.023)	3.660.194	
Despesas de Seguros	224.162	-	-	1.334.682	1.558.844	3.865.963	5.424.807	
Constituição de contratos onerosos	-	-	-	1.334.682	1.334.682	-	1.334.682	
Despesa de comissão	224.162	-	-	-	224.162	3.865.963	4.090.125	
Despesas financeiras	28.159.122	121.126	872.606	-	29.152.854	-	29.152.854	
Despesas financeiras de contratos de seguro	28.159.122	121.126	872.606	-	29.152.854	-	29.152.854	
Fluxos de caixa	9.257.678	-	-	-	9.257.678	46.454.234	55.711.912	
Prêmios recebidos	51.516.743	-	-	-	51.516.743	50.320.197	101.836.940	
Componente de investimento	(41.788.964)	-	-	-	(41.788.964)	-	(41.788.964)	
Fluxos de caixa de aquisição de seguros	(470.101)	-	-	-	(470.101)	(3.865.963)	(4.336.064)	
Saldo em 31 de dezembro de 2024	326.129.277	1.713.661	24.695.113	7.459.691	359.997.742	3.413.117	363.410.859	

Valores reconhecidos para cobertura remanescente e sinistros incorridos	R\$ mil						
	BBA/VFA					PAA	Total
	Excluindo Componente de Perda			Componente de Perda	TOTAL BBA/VFA	Abordagem de alocação de prêmios	
	BEL	RA	CSM	BEL			
Saldo inicial no exercício	258.267.184	1.892.919	22.162.317	6.220.383	288.542.803	3.981.926	292.524.729
Mudanças técnicas relacionadas ao período atual (Receita Seguros)	(3.601.931)	(171.746)	(3.116.918)	-	(6.890.595)	(44.362.232)	(51.252.827)
Contratos pelo método retrospectivo total	(647.949)	(42.010)	(1.479.197)	-	(2.169.156)	64	(2.169.092)
Contratos pelo método do valor justo	(2.683.054)	(124.431)	(1.045.106)	-	(3.852.591)	-	(3.852.591)
Emissão de contratos após transição (Outros contratos)	(283.692)	(5.305)	(592.615)	-	(881.612)	-	(881.612)
Apropriação referente a melhor estimativa de saída -BEL	12.764	-	-	-	12.764	-	12.764
Apropriação referentes a contratos abordagem de alocação de prêmios	-	-	-	-	-	(44.362.296)	(44.362.296)
Mudanças técnicas relacionadas aos períodos futuros	1.288.676	(41.170)	4.632.552	345.425	6.225.483	(2.485.082)	3.740.401
Mud. nas estimativas que ajustam a margem de cobertura de seguros	4.153.449	(274.166)	(3.904.992)	-	(25.709)	-	(25.709)
Mud. nas estimativas que não ajustam a margem de cobertura de seguros (ORA)	1.665.457	44.725	-	294	1.710.476	-	1.710.476
Apropriação referente a melhor estimativa de saída - CSM	-	-	348.556	345.131	693.687	-	693.687
Contratos inicialmente reconhecidos no período	(4.530.230)	188.271	8.188.988	-	3.847.029	(2.485.082)	1.361.947
Despesas de Seguros	116.814	-	-	69.302	186.116	3.399.756	3.585.872
Constituição de contratos onerosos	-	-	-	69.302	69.302	902	70.204
Despesa de comissão	116.814	-	-	-	116.814	3.398.854	3.515.668
Despesas financeiras	32.005.207	152.044	736.807	2.087	32.896.145	-	32.896.145
Despesas financeiras de contratos de seguro	32.005.207	152.044	736.807	2.087	32.896.145	-	32.896.145
Fluxos de caixa	6.931.799	-	-	-	6.931.799	42.722.514	49.654.313
Prêmios recebidos	45.717.933	-	-	-	45.717.933	45.988.014	91.705.947
Componente de investimento	(38.534.315)	-	-	-	(38.534.315)	-	(38.534.315)
Fluxos de caixa de aquisição de seguros	(251.819)	-	-	-	(251.819)	(3.265.500)	(3.517.319)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	295.007.749	1.832.047	24.414.758	6.637.197	327.891.751	3.256.881	331.148.632

e) Movimentação da Provisão de Sinistro (PSI)

	R\$ mil						
	PSI - BBA e VFA			PSI - PAA			TOTAL PSI
	VP FCF	RA	Total Passivo de sinistros incorridos - BBA e VFA	BEL	RA	Total Passivo de sinistros incorridos - PAA	
Saldo inicial no exercício	2.043.558	52.341	2.095.899	9.885.830	249.507	10.135.337	12.231.236
Despesas com prestação de seguros	3.849.897	14.279	3.864.176	35.483.400	144.237	35.627.637	39.491.813
Sinistros incorridos e outras despesas com prestação de seguros	3.849.897	14.279	3.864.176	35.483.400	144.237	35.627.637	39.491.813
Ajustes de passivos de sinistros incorridos	(62.024)		(62.024)	(127.219)	-	(127.219)	(189.243)
Despesas financeiras de contratos de seguro	132.910	4.024	136.934	830.999	21.979	852.978	989.912
Mudanças reconhecidas em outros resultados abrangente	20.379	1.303	21.682	134.008	5.374	139.382	161.064
Fluxos de caixa	(4.681.808)	-	(4.681.808)	(34.359.384)	-	(34.359.384)	(39.041.192)
Sinistros e outras despesas com prestação de seguros pagas	(4.681.808)	-	(4.681.808)	(34.359.384)	-	(34.359.384)	(39.041.192)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	1.302.912	71.947	1.374.859	11.847.634	421.097	12.268.731	13.643.590
Despesas com prestação de seguros	5.017.325	(8.625)	5.008.700	35.831.413	(5.557)	35.825.856	40.834.556
Sinistros incorridos e outras despesas com prestação de seguros	5.017.325	(8.625)	5.008.700	35.831.413	(5.557)	35.825.856	40.834.556
Ajustes de passivos de sinistros incorridos	47.381	-	47.381	(60.730)	-	(60.730)	(13.349)
Despesas financeiras de contratos de seguro	113.966	6.708	120.674	837.611	30.374	867.985	988.659
Mudanças reconhecidas em outros resultados abrangente	(43.788)	(4.591)	(48.379)	(289.739)	(27.539)	(317.278)	(365.657)
Fluxos de caixa	(4.649.021)	-	(4.649.021)	(35.056.817)	-	(35.056.817)	(39.705.838)
Sinistros e outras despesas com prestação de seguros pagas	(4.649.021)	-	(4.649.021)	(35.056.398)	-	(35.056.398)	(39.705.419)
Transferências de carteira	-	-	-	(419)	-	(419)	(419)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	1.788.775	65.439	1.854.214	13.109.372	418.375	13.527.747	15.381.961

f) Margem de cobertura de seguros

	R\$ mil							
	Em 31 de dezembro de 2024				Em 31 de dezembro de 2023			
	Contratos avaliados por meio do valor justo em transição	Contratos avaliados pelo método retrospectivo total	Emissão de contratos após transição (Outros contratos)	Total	Contratos avaliados por meio do valor justo em transição	Contratos avaliados pelo método retrospectivo total	Emissão de contratos após transição (Outros contratos)	Total
Saldo inicial em 1º de janeiro	11.313.062	8.591.633	4.510.063	24.414.758	11.188.719	10.063.799	909.801	22.162.319
Mudanças em relação ao período atual	(1.564.336)	(1.725.516)	(950.836)	(4.240.688)	(1.045.106)	(1.479.197)	(592.615)	(3.116.918)
- Margem de cobertura de seguros reconhecidos no período	(1.564.336)	(1.725.516)	(950.836)	(4.240.688)	(1.045.106)	(1.479.197)	(592.615)	(3.116.918)
Mudanças em relação aos períodos futuros	(2.586.246)	1.126.523	5.108.160	3.648.437	1.129.600	(442.767)	3.945.719	4.632.552
- Contratos inicialmente reconhecidos	136.643	53.780	6.530.876	6.721.299	158.165	54.940	7.975.883	8.188.988
- Mudanças nas estimativas que ajustam a margem de cobertura de seguros	(2.722.889)	1.072.743	(1.422.716)	(3.072.862)	971.435	(497.707)	(4.030.164)	(3.556.436)
Total de mudanças técnicas	(4.150.582)	(598.993)	4.157.324	(592.251)	84.494	(1.921.964)	3.353.104	1.515.634
Despesas financeiras de contratos de seguro	53.225	422.272	397.109	872.606	39.851	449.798	247.158	736.807
Saldo final em 31 de dezembro	7.215.705	8.414.912	9.064.496	24.695.113	11.313.064	8.591.633	4.510.063	24.414.760

g) Movimentação de outros resultados abrangentes

	R\$ mil	
	Exercício findo em 31 de dezembro	
	2024	2023
Saldo inicial em 1º de janeiro	1.265.455	2.385.912
Mudanças no outros resultados abrangentes	2.349.169	(1.120.457)
Receitas e despesas reconhecidas no período em Outros resultados abrangentes	3.916.352	(1.871.540)
Imposto diferido	(1.567.183)	751.083
Saldo final em 31 de dezembro	3.614.624	1.265.455

h) Receita de seguros

	R\$ mil	
	Exercício findo em 31 de dezembro	
	2024	2023
Valores relacionados a mudanças nas responsabilidades por cobertura remanescente (PCR)		
Saidas referentes a contratos do modelo geral	5.296.714	4.806.022
- Expectativa de sinistros ocorridos e Despesas	5.029.705	4.701.972
- Recuperação de Fluxo de Caixa de Aquisição	224.162	116.814
- Ajustes experiencia	42.847	(12.764)
Mudança no ajuste de risco não financeiro	169.664	171.746
Margem de cobertura de seguros reconhecidos para modelo geral e taxa variável	4.240.688	1.656.674
Saidas referentes a contratos abordagem de alocação de prêmios	49.545.938	44.618.385
Receita de Seguro	59.253.004	51.252.827

i) Despesa financeira de seguros

	R\$ mil	
	Exercício findo em 31 de dezembro	
	2024	2023
Mudanças na obrigação de pagar decorrente do retorno de investimento	8.459.749	11.547.973
Juros de atualização sobre os passivos de seguros	21.681.764	22.338.084
Valores reconhecidos no resultado	30.141.513	33.886.057
Efeito das variações nas taxas de juros	(3.916.352)	1.871.540
Valores reconhecidos em outros resultados abrangentes	(3.916.352)	1.871.540
Despesas financeiras de contratos de seguro emitidos	26.225.161	35.757.597

j) Desenvolvimento de sinistros

O quadro de desenvolvimento de sinistros tem por objetivo ilustrar o risco de seguro inerente, comparando os sinistros pagos com suas respectivas provisões, partindo do ano em que o sinistro foi avisado. A parte superior do quadro demonstra a variação da provisão no decorrer dos anos. A provisão varia na medida em que informações mais precisas a respeito da frequência e severidade dos sinistros são obtidas. A parte inferior do quadro demonstra a reconciliação dos montantes com os saldos contábeis.

Ocorrência/Pagamento	R\$ mil									
	Ano de pagamento 1	Ano de pagamento 2	Ano de pagamento 3	Ano de pagamento 4	Ano de pagamento 5	Ano de pagamento 6	Ano de pagamento 7	Ano de pagamento 8	Ano de pagamento 9	Ano de pagamento 10
Ano de ocorrência 1	3.147.090	3.527.701	3.229.917	3.241.950	3.268.150	3.282.321	3.291.007	3.298.296	3.304.334	3.319.658
Ano de ocorrência 2	3.325.412	3.587.690	3.272.884	3.273.854	3.296.538	3.306.411	3.316.805	3.311.986	3.324.966	-
Ano de ocorrência 3	3.425.283	3.827.487	3.494.627	3.508.782	3.518.145	3.526.704	3.539.966	3.542.393	-	-
Ano de ocorrência 4	3.165.598	3.492.486	3.174.129	3.183.827	3.205.111	3.207.657	3.222.304	-	-	-
Ano de ocorrência 5	3.079.842	3.453.209	3.205.311	3.222.927	3.241.856	3.253.344	-	-	-	-
Ano de ocorrência 6	3.068.543	3.469.287	3.077.599	3.070.984	3.091.474	-	-	-	-	-
Ano de ocorrência 7	4.419.675	4.315.384	4.009.581	4.011.871	-	-	-	-	-	-
Ano de ocorrência 8	4.561.467	5.034.738	4.809.757	-	-	-	-	-	-	-
Ano de ocorrência 9	4.907.587	5.285.128	-	-	-	-	-	-	-	-
Ano de ocorrência 10	5.341.281	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Pagamentos acumulados até a data base	5.341.281	5.285.128	4.809.757	4.011.871	3.091.474	3.253.344	3.222.304	3.542.393	3.324.966	3.319.658
Estimativa dos sinistros até a data base	18.384.490	6.654.756	5.356.694	4.341.056	3.270.208	3.372.873	3.312.236	3.614.463	3.375.871	3.319.658
Sinistros estimados a pagar até a data base	13.043.209	1.369.628	546.937	329.185	178.734	119.529	89.932	72.070	50.905	-

R\$ mil	
Sinistros estimados a pagar	15.800.129
Ajuste ao valor presente	(1.422.224)
Ajuste pelo risco não financeiro	269.958
Outras estimativas	734.098
Passivo para sinistros incorridos em 31 de dezembro de 2024	15.381.961

22) PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES**a) Ativos contingentes**

Não são reconhecidos contabilmente ativos contingentes, porém, existem processos em curso cuja perspectiva de êxito é provável, tais como: a) Programa de Integração Social - (PIS), que pleiteia a compensação do PIS sobre a Receita Operacional Bruta, recolhido nos termos dos Decretos Leis nº 2.445/88 e nº 2.449/88, naquilo que excedeu ao valor devido nos termos da Lei Complementar nº 07/70 (PIS Repique); e b) outros tributos, cuja legalidade e/ou constitucionalidade está sendo questionada, que poderão ocasionar o ressarcimento dos valores recolhidos.

b) Provisões classificadas como perdas prováveis

A Organização é parte em processos judiciais de natureza trabalhista, cível e fiscal, decorrentes do curso normal de suas atividades.

Na constituição das provisões, a Administração leva em conta: a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento dos tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável.

A Administração entende que a provisão constituída é suficiente para atender às perdas decorrentes dos respectivos processos.

I - Processos trabalhistas

São ações ajuizadas por ex-empregados e terceiros, visando obter indenizações, em especial o pagamento de "horas extras", em razão de interpretação do artigo 224 da CLT. Considerando que a base de processos é formada, basicamente, por processos com características semelhantes e não julgados, a provisão é constituída considerando os seguintes fatores, entre outros: data da entrada dos processos (antes ou após a reforma trabalhista de novembro/2017), com base no valor médio apurado dos pagamentos efetuados nas reclamações trabalhistas antes e após a reforma trabalhista, correção monetária das médias apuradas.

É certo que as horas extras realizadas são controladas por meio do sistema de "ponto eletrônico" e pagas durante o curso normal do contrato de trabalho, de modo que as ações oriundas de ex-funcionários do Bradesco não têm valores individualmente relevantes.

II - Processos cíveis

São pleitos de indenização referentes a produtos e serviços bancários e à reposição dos índices de inflação expurgados resultantes de planos econômicos. Essas ações são controladas individualmente por meio de sistema e provisionadas sempre que a perda for constatada como provável, considerando a opinião de assessores jurídicos, natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade e posicionamento de tribunais.

Em relação as ações judiciais pleiteando supostas diferenças de correção monetária dos saldos de cadernetas de poupança, em decorrência da implantação dos planos econômicos, que fizeram parte da política econômica do Governo Federal no combate à inflação nas décadas de 80 e 90, o Bradesco, embora tenha cumprido a

legislação e regulamentação vigente à época, provisionou referidos processos, considerando as ações em que foi citado e as correspondentes perspectivas de perdas de cada demanda, tendo em vista as decisões e as matérias ainda em análise no Superior Tribunal de Justiça (STJ).

Em dezembro de 2017, com mediação da Advocacia Geral da União (AGU) e interveniência do Banco Central do Brasil (BCB), as entidades representativas dos bancos e dos poupadores, firmaram acordo relacionado aos litígios de planos econômicos, com a finalidade de encerramento dessas ações, no qual foram estabelecidos condições e cronograma para os poupadores exercerem o direito a adesão. O referido acordo foi homologado pelo Supremo Tribunal Federal (STF) em 1º de março de 2018. Em 11 de março de 2020 as entidades signatárias celebraram aditivo prorrogando o acordo coletivo pelo prazo de 5 (cinco) anos, o Supremo Tribunal Federal homologou a prorrogação do acordo por 30 meses. Em 16 de dezembro de 2022, o Supremo Tribunal Federal (STF) homologou o pedido de prorrogação do acordo por mais 30 meses. Considerando tratar de acordo voluntário, o qual não obriga o poupador a adesão, não existe estimativa de quantos o farão. Destaca-se que, o Bradesco entende que possui provisionamento para cobrir os processos elegíveis ao referido acordo.

Cabe ressaltar que, quanto a esses litígios de planos econômicos, o Supremo Tribunal Federal (STF) mantém suspenso o andamento de todos os processos sem julgamento definitivo, até que haja pronunciamento definitivo daquela Corte, quanto ao direito discutido.

III - **Provisão para riscos fiscais**

A Organização vem discutindo judicialmente a legalidade e constitucionalidade de alguns tributos e contribuições, os quais estão totalmente provisionados. Esses processos, tem acompanhamento regular de suas evoluções nos trâmites do Judiciário e nas esferas administrativas, dos quais destacamos:

- PIS e Cofins – R\$ 3.263.824 mil (em 31 de dezembro de 2023 – R\$ 3.099.917 mil): pleiteia calcular e recolher as contribuições ao PIS e a Cofins somente sobre venda de mercadorias/prestação de serviços (faturamento), excluindo das bases de cálculo as receitas financeiras;
- Contribuições Previdenciárias – R\$ 1.989.629 mil (em 31 de dezembro de 2023 – R\$ 1.954.679 mil): autuações relativas às contribuições previdenciárias sobre aportes em planos de previdência privada, considerados pela fiscalização como verbas remuneratórias sujeitas às incidências de tais contribuições e multa isolada pela não retenção de IRRF sobre referidos aportes;
- PIS e Cofins – R\$ 838.178 mil (em 31 de dezembro de 2023 – R\$ 754.518 mil): pleiteia assegurar as empresas o direito de recolher as contribuições ao PIS e a Cofins pelo regime cumulativo (alíquota 3,65% sobre vendas de mercadorias/prestação de serviços); e
- INSS - Contribuição ao SAT – R\$ 527.030 mil (em 31 de dezembro de 2023 – R\$ 500.775 mil): em ação ordinária movida pela Federação Nacional dos Bancos - Febraban, desde abril de 2007, em nome de seus associados, é questionado o enquadramento dos bancos no grau de risco mais elevado, no que tange ao Risco de Acidentes de Trabalho - RAT, o que acabou por elevar a alíquota da respectiva contribuição de 1% para 3%, conforme Decreto nº 6.042/07.

Em geral, as provisões referentes às ações judiciais são consideradas de longo prazo, devido à imprevisibilidade do tempo de duração dos processos no sistema judiciário brasileiro, razão pela qual não foi divulgada a estimativa com relação ao ano específico em que essas ações judiciais serão encerradas.

IV - Provisões segregadas por natureza

	R\$ mil	
	Em 31 de dezembro de 2024	Em 31 de dezembro de 2023
Processos trabalhistas	2.613.403	4.622.138
Processos cíveis	7.827.251	8.587.613
Provisão para riscos fiscais	7.457.160	7.059.304
Total	17.897.814	20.269.055

V - Movimentação das outras provisões

	R\$ mil		
	Trabalhista	Cível	Fiscais
Saldos em 31 de dezembro de 2022	6.009.966	7.989.207	7.477.364
Atualização monetária	630.797	491.102	472.830
Constituições líquidas de (reversões e baixas)	1.258.040	4.002.792	(516.056)
Pagamentos	(3.276.665)	(3.895.488)	(374.834)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	4.622.138	8.587.613	7.059.304
Saldos em 31 de dezembro de 2023	4.622.138	8.587.613	7.059.304
Atualização monetária	386.536	467.504	391.955
Constituições líquidas de (reversões e baixas)	2.272.455	2.355.332	88.529
Pagamentos	(4.667.726)	(3.583.198)	(82.628)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	2.613.403	7.827.251	7.457.160

c) Passivos contingentes classificados como perdas possíveis

A Organização mantém um sistema de acompanhamento para todos os processos administrativos e judiciais em que figura como “autora” ou “ré” e, amparada na opinião dos assessores jurídicos, classifica as ações de acordo com a expectativa de insucesso. Periodicamente são realizadas análises sobre as tendências jurisprudenciais e efetivada, se necessária, a reclassificação dos riscos desses processos. Neste contexto, os processos contingentes avaliados como de risco de perda possível não são reconhecidos contabilmente e totalizaram, em 31 de dezembro de 2024, R\$ 11.570.068 mil (em 31 de dezembro de 2023 – R\$ 9.977.528 mil) para os processos cíveis e R\$ 46.932.523 mil (em 31 de dezembro de 2023 – R\$ 46.704.117 mil) para os processos fiscais.

Os principais processos fiscais com essa classificação são:

- Autuações de IRPJ e CSLL – Anos bases de 2012 a 2015 – R\$ 12.239.074 mil (em 31 de dezembro de 2023 – R\$ 11.475.238 mil): glosa de despesas operacionais de captação (CDI), relativas a recursos que foram capitalizados entre as empresas da Organização;
- COFINS – Anos bases de 1999 a 2014 – R\$ 9.906.689 mil (em 31 de dezembro de 2023 – R\$ 9.460.147 mil): autuações e glosas de compensações de créditos de

Cofins, lançadas após o trânsito em julgado favorável em processo judicial, onde foi discutida a inconstitucionalidade da ampliação da base de cálculo pretendida para outras receitas que não as de faturamento (Lei nº 9.718/98);

- IRPJ e CSLL – Anos bases de 2006 a 2020 – R\$ 9.429.961 mil (em 31 de dezembro de 2023 – R\$ 9.105.361 mil): lançados sobre glosa de amortização de ágio na aquisição de investimentos;
- Autuação de IRPJ e CSLL – Anos bases de 2008 a 2019 – R\$ 3.216.302 mil (em 31 de dezembro de 2023 – R\$ 3.093.382 mil): relativa à glosa de despesas com perdas no recebimento de créditos;
- Autuações de IRPJ e CSLL – Anos bases de 2000 a 2014 – R\$ 1.280.106 mil (em 31 de dezembro de 2023 – R\$ 1.340.697 mil): relativas às glosas de despesas e exclusões sobre receitas de superveniência de depreciação, despesas de insuficiência de depreciação, despesas de depreciação de bens arrendados, despesas e receitas operacionais e glosa de compensação de prejuízo fiscal;
- PIS e COFINS – Autuações e glosas de compensações – R\$ 1.919.536 mil (em 31 de dezembro de 2023 – R\$ 1.796.192 mil): relativas à inconstitucional ampliação da base de cálculo pretendida para outras receitas que não as de faturamento (Lei nº 9.718/98), oriundas de empresas adquiridas;
- Juros Sobre Capital Próprio (TJLP) – Ano base 2019 – R\$ 196.906 mil (em 31 de dezembro de 2023 – R\$ 181.038 mil): autuações de IRPJ/CSLL relativas ao ano de 2019 questionando a dedutibilidade nas bases de cálculo dos tributos acima da despesa relativa ao Juros Sobre Capital Próprio (TJLP); e
- PLR – Participação nos Lucros e Resultados – Anos bases de 2009 a 2011 – R\$ 192.607 mil (em 31 de dezembro de 2023 – R\$ 183.904 mil): autuações para exigência de contribuição previdenciária sobre valores pagos aos empregados como participação nos lucros e resultados, por suposto desatendimento das regras contidas na Lei nº 10.101/00 oriundas de empresas adquiridas.

d) Outros assuntos

Havia um processo criminal contra dois ex-membros da diretoria do Bradesco, que tramitava na 10ª Vara Federal da Seção Judiciária do Distrito Federal, decorrente da chamada Operação Zelotes, investigação da alegada atuação indevida de membros do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF). Foi prolatada sentença de 1º grau absolvendo os dois ex-membros da diretoria do Bradesco, cujo trânsito em julgado foi certificado em 31 de janeiro de 2025. Esta certificação extinguiu definitivamente o processo em relação aos ex-membros da diretoria do Bradesco.

23) OUTROS PASSIVOS

a) Outros passivos

	R\$ mil	
	Em 31 de dezembro de 2024	Em 31 de dezembro de 2023
Passivos financeiros	101.086.011	82.619.532
Operações de cartões de crédito (1)	35.852.340	30.582.224
Operações de câmbio (2)	41.677.829	28.301.211
Obrigações com cessões de crédito	3.846.323	4.201.705
Planos de capitalização	9.707.588	9.200.285
Negociação e intermediação de valores	6.852.160	6.714.714
Passivo financeiro de arrendamento (Nota 23b)	3.149.771	3.619.393
Outros passivos	55.381.892	47.924.619
Recursos em trânsito de terceiros (3)	9.417.841	7.794.465
Provisão para pagamentos a efetuar	13.036.420	11.703.242
Credores diversos	6.591.177	5.740.511
Sociais e estatutárias	8.628.253	6.696.788
Outros impostos a pagar	1.827.943	2.144.388
Obrigações por aquisição de bens e direitos	929.055	449.814
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados	853.978	939.724
Obrigações por cotas de fundos de investimento	2.868.334	4.120.052
Outros (4)	11.228.891	8.335.635
Total	156.467.903	130.544.151

(1) Referem-se a valores a pagar para estabelecimentos comerciais;

(2) Referem-se, basicamente, a vendas em moeda estrangeira efetuadas pela instituição a clientes e os direitos em moeda nacional da instituição, decorrente de operações de venda de câmbio;

(3) Referem-se, basicamente, as ordens de pagamento emitidas no país e o valor das ordens de pagamento em moedas estrangeiras provenientes do exterior; e

(4) Inclui, basicamente, créditos por recursos a liberar e obrigações por recursos de pagamentos.

b) Passivo de arrendamento

	R\$ mil
Saldo final em 31 de dezembro de 2022	4.596.412
Remensuração e novos contratos	84.772
Pagamentos	(1.665.781)
Apropriação de encargos financeiros	592.154
Variação cambial	11.836
Saldo final em 31 de dezembro de 2023	3.619.393
Remensuração e novos contratos	401.603
Pagamentos	(1.403.269)
Apropriação de encargos financeiros	489.714
Variação cambial	42.330
Saldo final em 31 de dezembro de 2024	3.149.771

Vencimento dos arrendamentos

O vencimento destes passivos financeiros em 31 de dezembro de 2024 está dividido da seguinte forma: R\$ 830.847 mil até 1 ano (R\$ 983.660 mil até 1 ano em dezembro de 2023), R\$ 2.010.127 mil entre 1 a 5 anos (R\$ 2.938.012 mil entre 1 a 5 anos em dezembro de 2023) e R\$ 282.065 mil com mais de 5 anos (R\$ 453.272 mil com mais de 5 anos em dezembro de 2023).

Impactos no resultado

O impacto no resultado no exercício de 2024 foi de: Despesas de depreciação – R\$ 607.585 mil (R\$ 749.070 mil em 2023), Despesas financeiras – R\$ 489.714 mil (R\$ 592.154 mil em 2023) e Despesas de variação cambial – R\$ 42.330 mil (R\$ 11.836 mil em 2023).

As despesas de 2024 com contratos de curto prazo foram de R\$ 1.657 mil (R\$ 1.112 mil em 2023).

24) ITENS NÃO REGISTRADOS NO BALANÇO PATRIMONIAL

O quadro abaixo, demonstra os montantes que representam o risco total dos itens não registrados no balanço patrimonial (*off balance*):

	R\$ mil	
	Em 31 de dezembro de 2024	Em 31 de dezembro de 2023
Compromissos de valores de crédito a liberar (1)	341.763.232	299.288.995
Beneficiários e garantias prestadas (2)	119.229.609	105.816.558
Créditos abertos para importação	897.221	439.463
Total	461.890.062	405.545.016

(1) Inclui, limites a liberar de cartão de crédito, crédito pessoal, financiamento imobiliário, conta garantida e cheque especial; e

(2) Referem-se a garantias prestadas, que em sua maior parte são realizadas com clientes Corporate.

As garantias financeiras são compromissos condicionais de empréstimos emitidos para garantir o desempenho de um cliente perante um terceiro. Segundo essas garantias, geralmente, possuímos o direito de regresso contra o cliente para recuperar quaisquer valores pagos. Além disso, podemos reter recursos em dinheiro ou outras garantias de liquidez elevada para garantir esses compromissos.

Os contratos estão sujeitos às mesmas avaliações de crédito aplicadas em outras concessões de crédito. As cartas de comprometimento de crédito são emitidas, principalmente, para avaliar acordos públicos e privados de emissão de dívida, incluindo *commercial papers*, financiamentos de títulos e transações similares. As cartas de comprometimento de crédito estão sujeitas à avaliação de crédito do cliente por parte da Administração.

As cartas de crédito são compromissos emitidos para garantir a *performance* de um cliente a um terceiro. Emitimos cartas comerciais de crédito para viabilizar as transações de comércio exterior. Esses instrumentos são compromissos de curto prazo para pagar o beneficiário de um terceiro sob certas condições contratuais pelo embarque de produtos. Os contratos estão sujeitos às mesmas avaliações de crédito aplicadas em outras concessões de crédito.

25) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital e direitos dos acionistas

O Capital Social, totalmente subscrito e integralizado, é dividido em ações nominativas-escriturais, sem valor nominal.

	Em 31 de dezembro de 2024	Em 31 de dezembro de 2023
Ordinárias	5.330.304.681	5.330.304.681
Preferenciais	5.311.865.547	5.311.865.547
Subtotal	10.642.170.228	10.642.170.228
Em tesouraria (ordinárias)	(23.843.100)	-
Em tesouraria (preferenciais)	(21.344.200)	-
Total em circulação	10.596.982.928	10.642.170.228

Todos os acionistas têm direito a receber, no total, um dividendo obrigatório de, no mínimo, 30% do lucro líquido anual do Bradesco, conforme apresentado nos registros contábeis estatutários, ajustado após apropriação às reservas. A Organização não tem nenhuma obrigação a pagar permutável ou conversível em ações do capital. Como resultado, seu lucro líquido por ação diluído não difere de seu lucro líquido por ação básico.

Em ocorrendo alguma operação que altere a quantidade de ações, simultaneamente à operação no mercado brasileiro, obedecendo aos mesmos prazos, é adotado igual procedimento no mercado internacional, para os papéis negociados em Nova Iorque – EUA e Madri – Espanha.

b) Reservas

Reservas de capital

A reserva de capital é composta, principalmente, por ágio pago pelos acionistas na subscrição de ações. A reserva de capital é utilizada para: (i) absorção de prejuízos que ultrapassem os lucros acumulados e as reservas de lucros; (ii) resgate, reembolso ou compra de ações; (iii) resgate de partes beneficiárias; (iv) incorporação ao Capital Social; e (v) pagamento de dividendo a ações preferenciais, quando essa vantagem lhes for assegurada.

Reservas de lucros

Nos termos da Legislação Societária, (conforme apresentado nas demonstrações financeiras elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP), aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil) o Bradesco e suas subsidiárias brasileiras devem destinar 5% de seu lucro societário anual, após absorver as perdas acumuladas, a uma reserva legal, cuja distribuição está sujeita a certas limitações. A reserva pode ser usada para aumentar o capital ou absorver perdas, mas não pode ser distribuída na forma de dividendos.

A Reserva Estatutária visa à manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas da Organização, podendo ser constituída em 100% do lucro líquido remanescente após destinações estatutárias, mediante proposta

da Diretoria, aprovada pelo Conselho de Administração e deliberada pela Assembleia Geral, sendo o saldo limitado a 95% do Capital Social.

c) Juros sobre o capital próprio / Dividendos

A distribuição do resultado é calculada sobre o lucro societário, conforme apresentado nas demonstrações financeiras elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP), aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Em reunião do Conselho de Administração de 6 de junho de 2024, aprovou-se a proposta da Diretoria para pagamento aos acionistas de juros sobre capital próprio intermediários, relativos ao primeiro semestre de 2024, no valor de R\$ 4.000.000 mil, sendo R\$ 0,359141 por ação ordinária e R\$ 0,395055 por ação preferencial, cujo pagamento ocorreu em 31 de janeiro de 2025.

Em reunião do Conselho de Administração de 19 de setembro de 2024, aprovou-se a proposta da Diretoria para pagamento aos acionistas de juros sobre capital próprio intermediários, relativos ao segundo semestre de 2024, no valor de R\$ 2.000.000 mil, sendo R\$ 0,179571 por ação ordinária e R\$ 0,197528 por ação preferencial, cujo pagamento ocorrerá até 30 de abril de 2025.

Em reunião do Conselho de Administração de 19 de dezembro de 2024, aprovou-se a proposta da Diretoria para pagamento aos acionistas de juros sobre capital próprio complementares, relativos ao segundo semestre de 2024, no valor de R\$ 2.975.700 mil, sendo R\$ 0,267251 por ação ordinária e R\$ 0,293976 por ação preferencial, cujo pagamento ocorrerá até 31 de julho de 2025.

O cálculo dos juros sobre o capital próprio relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, está demonstrado a seguir:

	R\$ mil	% (1)
Lucro líquido do período	19.085.448	
(-) Reserva legal	954.272	
Base de cálculo ajustada	18.131.176	
Juros sobre o capital próprio (bruto) mensais pagos	2.307.588	
Juros sobre o capital próprio (bruto) intermediários pagos	4.000.000	
Juros sobre o capital próprio (bruto) intermediários provisionados	2.000.000	
Juros sobre o capital próprio (bruto) complementares provisionados	2.975.700	
IRRF relativo aos juros sobre o capital próprio	(1.692.493)	
Juros sobre o capital próprio (líquido) acumulados em 31 de dezembro de 2024	9.590.795	52,90
Juros sobre o capital próprio (líquido) acumulados em 31 de dezembro de 2023	9.614.183	66,92

(1) Percentual dos juros sobre o capital próprio/dividendos sobre a base de cálculo ajustada.

Foram pagos e provisionados juros sobre o capital próprio, conforme segue:

Descrição	R\$ mil				
	Por ação (bruto)		Valor pago bruto	IRRF (15%)	Valor pago líquido
	Ordinárias	Preferenciais			
Juros sobre o capital próprio mensais pagos	0,206998	0,227698	2.312.804	346.921	1.965.883
Juros sobre o capital próprio intermediários pagos	0,357994	0,393794	4.000.000	600.000	3.400.000
Juros sobre o capital próprio complementares pagos	0,447314	0,492046	4.998.000	749.700	4.248.300
Total acumulado em 31 de dezembro de 2023	1,012306	1,113538	11.310.804	1.696.621	9.614.183
Juros sobre o capital próprio mensais pagos	0,206998	0,227698	2.307.588	346.138	1.961.450
Juros sobre o capital próprio intermediários pagos (1)	0,359141	0,395055	4.000.000	600.000	3.400.000
Juros sobre o capital próprio intermediários provisionados (2)	0,179571	0,197528	2.000.000	300.000	1.700.000
Juros sobre o capital próprio complementares provisionados (3)	0,267251	0,293976	2.975.700	446.355	2.529.345
Total acumulado em 31 de dezembro de 2024	1,012961	1,114257	11.283.288	1.692.493	9.590.795

(1) Pago em 31 de janeiro de 2025;

(2) A serem pagos até 30 de abril de 2025; e

(3) A serem pagos até 31 de julho de 2025.

d) Ações em tesouraria

Em 31 de outubro de 2023, o Conselho de Administração deliberou instituir um novo programa de recompra que autoriza a Diretoria do Bradesco a adquirir, no período de 07 de novembro de 2023 a 07 de maio de 2025, até 106.584.881 ações nominativas-escriturais, sem valor nominal, sendo até 53.413.506 ações ordinárias e até 53.171.375 ações preferenciais, para permanência em tesouraria e posterior cancelamento, sem redução do capital social.

Em 31 de dezembro de 2024, permaneciam em tesouraria 23.843.100 ações ordinárias e 21.344.200 ações preferenciais, no montante de R\$ 568.728 mil. O custo mínimo, médio e máximo por ação ON é de R\$ 10,66, R\$ 12,02 e R\$ 12,61 e por ação PN é de R\$ 11,58, R\$ 13,22 e R\$ 13,97 respectivamente. O valor de mercado dessas ações, em 31 de dezembro de 2024, era de R\$ 10,64 por ação ON e R\$ 11,56 por ação PN.

26) LUCRO POR AÇÃO

a) Lucro por ação básico

O lucro por ação básico foi calculado com base na quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais em circulação, conforme quadro a seguir:

	Exercício findo em 31 de dezembro		
	2024	2023	2022
Lucro líquido atribuível aos acionistas ordinários da Organização (R\$ mil)	8.215.667	6.786.352	10.106.323
Lucro líquido atribuível aos acionistas preferenciais da Organização (R\$ mil)	9.037.233	7.464.977	11.116.941
Número médio ponderado de ações ordinárias em circulação (milhares)	5.315.458	5.330.305	5.337.877
Número médio ponderado de ações preferenciais em circulação (milhares)	5.298.682	5.311.866	5.319.573
Lucro por ação básico atribuível aos acionistas ordinários da Organização (R\$)	1,55	1,27	1,89
Lucro por ação básico atribuível aos acionistas preferenciais da Organização (R\$)	1,71	1,41	2,09

b) Lucro por ação diluído

O lucro por ação diluído não difere do lucro por ação básico, pois não há instrumentos potenciais diluíveis.

27) RESULTADO LÍQUIDO DE JUROS

	R\$ mil		
	Exercício findo em 31 de dezembro		
	2024	2023	2022
Receita de juros e similares			
Empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras	27.775.382	28.323.764	17.154.023
Empréstimos e adiantamentos a clientes:			
- Operações de crédito	101.676.019	102.035.197	100.681.327
- Operações de arrendamento mercantil	868.103	582.589	485.298
Ativos financeiros:			
- Ao valor justo por meio do resultado	27.842.234	28.363.663	29.224.224
- Ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	24.537.302	16.906.668	29.301.725
- Ao custo amortizado	20.118.794	25.277.210	15.526.536
Depósitos compulsórios no Banco Central	8.894.336	9.943.391	8.224.712
Outras receitas financeiras de juros	21.547	25.992	15.340
Total	211.733.717	211.458.474	200.613.185
Despesa de juros e similares			
Recursos de instituições financeiras:			
- Depósitos interfinanceiros	(1.115.457)	(1.943.998)	(230.452)
- Captação no mercado aberto	(29.159.155)	(31.529.801)	(26.140.363)
- Obrigações por empréstimos e repasses	(7.768.802)	(5.834.892)	(5.182.646)
Recursos de clientes:			
- Poupança	(7.977.114)	(9.017.597)	(9.351.219)
- A prazo	(35.409.570)	(42.262.374)	(32.706.362)
Recursos de emissão de títulos	(26.420.100)	(25.887.914)	(21.274.753)
Dívidas subordinadas	(6.378.786)	(7.007.236)	(7.262.125)
Passivos de contatos de seguros	(29.398.557)	(32.173.621)	(27.972.772)
Provisões técnicas de capitalização	(651.612)	(718.622)	(681.221)
Total	(144.279.153)	(156.376.055)	(130.801.913)
Resultado líquido de juros	67.454.564	55.082.419	69.811.272

28) RESULTADO LÍQUIDO DE SERVIÇOS E COMISSÕES

	R\$ mil		
	Exercício findo em 31 de dezembro		
	2024	2023	2022
Resultado líquido de serviços e comissões			
Rendas de cartões	9.751.730	9.469.889	9.088.525
Contas correntes	6.885.129	7.026.304	7.704.791
Cobrança	1.540.117	1.717.627	1.851.107
Garantias prestadas	1.335.952	1.163.831	1.098.907
Administração de fundos	1.394.247	1.485.465	1.256.998
Administração de consórcios	2.673.025	2.289.698	2.250.563
Serviços de custódia e corretagem	1.429.362	1.234.554	1.320.982
Mercado de capitais / Assessoria financeira	1.668.543	1.222.074	1.032.534
Arrecadações	389.389	430.208	440.319
Outras	1.268.993	917.113	1.079.394
Total	28.336.487	26.956.763	27.124.120

29) GANHOS/(PERDAS) LÍQUIDOS DE ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS AO VALOR JUSTO POR MEIO DO RESULTADO

	R\$ mil		
	Exercício findo em 31 de dezembro		
	2024	2023	2022
Resultado com aplicações em títulos e valores mobiliários	(3.150.222)	8.862.367	(1.371.589)
Instrumentos financeiros derivativos	900.386	2.033.429	2.190.944
Total	(2.249.836)	10.895.796	819.355

30) GANHOS/(PERDAS) LÍQUIDOS DE ATIVOS FINANCEIROS AO VALOR JUSTO POR MEIO DE OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES

Os ganhos e perdas líquidos de ativos financeiros ao VJORA consistem, principalmente, do registro das variações no valor justo de ativos financeiros quando estes são vendidos, sendo substancialmente títulos de renda fixa.

31) GANHOS/(PERDAS) LÍQUIDOS DE OPERAÇÕES EM MOEDA ESTRANGEIRA

Os ganhos e perdas líquidos de operações em moeda estrangeira consiste, principalmente, em ganhos ou as perdas nas negociações de moeda e as variações que surgem nas conversões de itens monetários em moeda estrangeira para moeda funcional.

32) RESULTADO DE SEGUROS E PREVIDÊNCIA

	R\$ mil		
	Exercício findo em 31 de dezembro		
	2024	2023	2022
Receita dos contratos PAA	49.545.938	44.618.387	38.351.543
Receita dos contratos BBA	7.781.746	6.331.612	5.884.919
Receita de Contratos VFA	1.925.320	302.828	8.880
Receita de seguros	59.253.004	51.252.827	44.245.342
Sinistros ocorridos	(39.763.947)	(38.789.671)	(33.858.844)
Custos de aquisição	(5.974.953)	(3.515.668)	(3.361.916)
Despesas administrativas	(3.273.232)	(3.606.269)	(3.000.573)
Contratos onerosos	(1.334.682)	(70.204)	28.461
Despesas de contratos de seguros	(50.346.814)	(45.981.812)	(40.192.872)
Resultado de seguros	8.906.190	5.271.015	4.052.470
Resultado de resseguros	36.070	(35.304)	(20.144)
Resultado de seguros e previdência	8.942.260	5.235.711	4.032.326

33) DESPESAS DE PESSOAL

	R\$ mil		
	Exercício findo em 31 de dezembro		
	2024	2023	2022
Proventos	(11.094.886)	(10.319.187)	(9.699.551)
Benefícios	(5.519.234)	(5.270.848)	(5.004.251)
Encargos sociais	(3.938.917)	(3.738.015)	(3.494.005)
Participação dos empregados nos lucros	(1.585.405)	(1.384.381)	(1.579.908)
Treinamentos	(138.868)	(102.027)	(111.337)
Total	(22.277.310)	(20.814.458)	(19.889.052)

34) OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	R\$ mil		
	Exercício findo em 31 de dezembro		
	2024	2023	2022
Serviços de terceiros	(5.063.242)	(4.621.396)	(4.518.109)
Comunicação	(667.275)	(859.605)	(1.067.495)
Processamento de dados	(2.485.590)	(2.245.256)	(2.159.413)
Propaganda, promoções e publicidade	(1.178.882)	(1.094.300)	(1.704.618)
Manutenção e conservação de bens	(1.394.827)	(1.361.129)	(1.340.683)
Sistema financeiro	(1.456.682)	(1.625.586)	(1.561.041)
Aluguéis	(138.169)	(50.968)	(116.775)
Segurança e vigilância	(535.032)	(588.602)	(582.261)
Transporte	(700.702)	(747.356)	(774.405)
Água, energia e gás	(343.500)	(332.342)	(346.564)
Contribuições ao Fundo Garantidor de Créditos - FGC	(812.561)	(783.854)	(714.721)
Materiais	(140.124)	(122.965)	(112.857)
Viagens	(142.942)	(108.158)	(68.239)
Outras	(1.523.438)	(1.744.743)	(1.507.429)
Total	(16.582.966)	(16.286.260)	(16.574.610)

35) DEPRECIAÇÃO E AMORTIZAÇÃO

	R\$ mil		
	Exercício findo em 31 de dezembro		
	2024	2023	2022
Despesa com amortização	(3.806.020)	(3.463.989)	(2.829.915)
Despesa com depreciação	(2.565.076)	(2.561.255)	(2.476.527)
Total	(6.371.096)	(6.025.244)	(5.306.442)

36) OUTRAS RECEITAS/(DESPESAS) OPERACIONAIS

	R\$ mil		
	Exercício findo em 31 de dezembro		
	2024	2023	2022
Despesas tributárias	(6.874.960)	(7.343.849)	(7.565.683)
Despesas com provisões judiciais	(5.953.971)	(6.351.410)	(2.961.314)
Resultado na alienação de ativos não correntes, investimentos e imobilizado de uso, líquido	191.948	193.968	662.967
Despesas com comercialização de cartões	(4.240.502)	(3.544.693)	(3.478.163)
Outras	(1.215.611)	121.428	(4.122.991)
Total	(18.093.096)	(16.924.556)	(17.465.184)

37) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social

	R\$ mil		
	Exercício findo em 31 de dezembro		
	2024	2023	2022
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	16.900.514	10.208.351	24.621.610
Encargo total do imposto de renda (25%) e contribuição social (20%) às alíquotas vigentes	(7.605.231)	(4.593.758)	(11.079.725)
Efeito das adições e exclusões no cálculo dos tributos:			
Participações em coligadas e <i>joint ventures</i>	689.213	945.756	610.167
Juros sobre o capital próprio	5.077.509	5.089.859	4.577.308
Outros valores (1)	2.480.148	2.852.557	2.727.410
Imposto de renda e contribuição social do período	641.639	4.294.414	(3.164.840)
Alíquota efetiva	3,8%	42,1%	(12,9%)

(1) Inclui, basicamente: (i) a equalização da alíquota efetiva das empresas financeiras exceto banco, empresas do ramo segurador e das empresas não financeiras, em relação a demonstrada; e (ii) as deduções incentivadas.

b) Composição da conta de resultado de imposto de renda e contribuição social

	R\$ mil		
	Exercício findo em 31 de dezembro		
	2024	2023	2022
Impostos correntes:			
Imposto de renda e contribuição social devidos	(7.414.511)	(6.622.719)	(4.854.205)
Impostos diferidos:			
Constituição/realização no período sobre adições e exclusões temporárias	8.194.223	11.152.253	1.352.590
Utilização de saldos iniciais de:			
Base negativa de contribuição social	(168.131)	(148.548)	(44.551)
Prejuízo fiscal	(202.260)	(176.932)	(45.106)
Constituição sobre:			
Base negativa de contribuição social	69.624	34.413	78.056
Prejuízo fiscal	162.694	55.947	348.376
Total dos impostos diferidos	8.056.150	10.917.133	1.689.365
Imposto de renda e contribuição social	641.639	4.294.414	(3.164.840)

c) Origem dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos

	R\$ mil			
	Saldo em 31/12/2023	Constituição	Realização	Saldo em 31/12/2024
Provisão para perda por redução ao valor recuperável de empréstimos e adiantamentos	59.099.785	16.581.669	(8.155.178)	67.526.276
Provisões cíveis	3.778.419	355.631	(706.320)	3.427.730
Provisões fiscais	3.241.356	290.403	(103.261)	3.428.498
Provisões trabalhistas	2.068.011	278.344	(1.180.385)	1.165.970
Impairment de títulos e investimentos	3.249.695	1.586.509	(1.288.999)	3.547.205
Ativos não financeiros mantidos para venda	735.678	193.066	(229.410)	699.334
Ajuste a valor de mercado de ativos financeiros	270.017	3.592	(257.796)	15.813
Ágio amortizado	403.841	15.589	(23.386)	396.044
Outros	5.356.240	3.290.060	(2.765.888)	5.880.412
Total dos créditos tributários sobre diferenças temporárias	78.203.042	22.594.863	(14.710.623)	86.087.282
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social do país e exterior	18.893.423	232.318	(370.391)	18.755.350
Subtotal	97.096.465	22.827.181	(15.081.014)	104.842.632
Ajuste a valor de mercado dos títulos ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	1.180.023	4.810.633	(3.634.302)	2.356.354
Total dos créditos tributários (1)	98.276.488	27.637.814	(18.715.316)	107.198.986
Obrigações fiscais diferidas (1)	7.365.091	663.702	(973.685)	7.055.108
Créditos tributários líquidos das obrigações fiscais diferidas (1)	90.911.397	26.974.112	(17.741.631)	100.143.878

	R\$ mil			
	Saldo em 31/12/2022	Constituição	Realização	Saldo em 31/12/2023
Provisão para perda por redução ao valor recuperável de empréstimos e adiantamentos	51.069.942	17.996.746	(9.966.903)	59.099.785
Provisões cíveis	3.509.402	685.455	(416.437)	3.778.420
Provisões fiscais	3.262.366	303.532	(324.545)	3.241.353
Provisões trabalhistas	2.686.567	359.617	(978.171)	2.068.013
Impairment de títulos e investimentos	2.441.248	1.455.059	(646.612)	3.249.695
Ativos não financeiros mantidos para venda	761.801	213.118	(239.241)	735.678
Ajuste a valor de mercado de ativos financeiros	80.520	208.065	(18.568)	270.017
Ágio amortizado	406.655	20.870	(23.684)	403.841
Outros	4.252.332	3.067.006	(1.963.098)	5.356.240
Total dos créditos tributários sobre diferenças temporárias	68.470.833	24.309.468	(14.577.259)	78.203.042
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social do país e exterior	19.128.543	90.360	(325.480)	18.893.423
Subtotal	87.599.376	24.399.828	(14.902.739)	97.096.465
Ajuste a valor de mercado dos títulos ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	3.767.052	413.331	(3.000.360)	1.180.023
Total dos créditos tributários (1)	91.366.428	24.813.159	(17.903.099)	98.276.488
Obrigações fiscais diferidas (1)	8.785.135	987.691	(2.407.735)	7.365.091
Créditos tributários líquidos das obrigações fiscais diferidas (1)	82.581.293	23.825.468	(15.495.364)	90.911.397

(1) O imposto de renda e contribuição social diferido, ativo e passivo, estão compensados no balanço patrimonial por entidade tributável, cujo valor em 2024 foi de R\$ (5.548.220) mil (2023 - R\$ (5.757.564) mil).

d) Previsão de realização dos créditos tributários sobre diferenças temporárias, prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social

	Em 31 de dezembro de 2024 - R\$ mil				
	Diferenças temporárias		Prejuízo fiscal e base negativa		Total
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social	
2025	7.759.849	6.088.210	170.393	93.196	14.111.648
2026	8.966.110	7.101.433	187.190	90.064	16.344.797
2027	7.531.727	5.968.641	156.330	58.439	13.715.137
2028	7.563.722	5.922.301	591.801	409.330	14.487.154
2029	6.065.862	4.706.850	1.002.763	756.229	12.531.704
2030	3.536.177	2.802.450	1.227.384	1.001.317	8.567.328
2031	2.546.685	2.011.892	1.596.397	1.301.212	7.456.186
2032	1.935.387	1.524.740	1.949.189	1.588.475	6.997.791
2033	1.544.402	1.163.226	2.340.983	1.922.001	6.970.612
2034	759.476	588.142	928.425	1.384.232	3.660.275
Total	48.209.397	37.877.885	10.150.855	8.604.495	104.842.632

A projeção de realização dos créditos tributários é uma estimativa e não está diretamente relacionada à expectativa de lucros contábeis e contemplam as regras de perdas incorridas no recebimento de créditos instituídas pelas Leis nº 14.467/2022 e Lei nº 15.078/24.

e) Impostos diferidos passivos

	R\$ mil			
	Saldo em 31 de dezembro de 2023	Constituição	Realização/Baixas	Saldo em 31 de dezembro de 2024
Ajuste a valor de mercado de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	1.150.588	60.628	(768.077)	443.139
Superveniência de depreciação	616.829	190.634	(81.260)	726.203
Atualização de depósitos judiciais	1.787.400	251.639	(30.511)	2.008.528
Outros	3.810.274	160.801	(93.837)	3.877.238
Total dos impostos diferidos	7.365.091	663.702	(973.685)	7.055.108

	R\$ mil			
	Saldo em 31 de dezembro de 2022	Constituição	Realização/Baixas	Saldo em 31 de dezembro de 2023
Ajuste a valor de mercado de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	1.310.556	342.978	(502.946)	1.150.588
Superveniência de depreciação	434.496	191.982	(9.649)	616.829
Atualização de depósitos judiciais	2.735.883	276.277	(1.224.760)	1.787.400
Outros	4.304.200	176.453	(670.380)	3.810.273
Total dos impostos diferidos	8.785.135	987.690	(2.407.735)	7.365.090

f) Imposto de renda e contribuição social sobre ajustes alocados diretamente no patrimônio líquido

	R\$ mil					
	Em 31 de dezembro de 2024			Em 31 de dezembro de 2023		
	Base	Imposto	Líquido	Base	Imposto	Líquido
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	(10.616.772)	4.351.914	(6.264.858)	8.792.390	(3.725.426)	5.066.964
Conversão de subsidiária no exterior	759.955	(341.980)	417.975	21.664	(9.749)	11.915
Outros	4.429.936	(1.993.471)	2.436.465	(2.183.307)	982.488	(1.200.819)
Total	(5.426.881)	2.016.463	(3.410.418)	6.630.746	(2.752.686)	3.878.060

38) SEGMENTOS OPERACIONAIS

A Organização opera, principalmente, nos setores bancários e de seguros. As operações bancárias incluem atividades nos setores de varejo, *middle market* e *corporate*, arrendamento mercantil, operações bancárias internacionais, operações como banco de investimentos e como *private bank*. A Organização também realiza operações no setor bancário, por meio de agências localizadas no país, de agências no exterior e por meio de empresas controladas, bem como por meio de participações em outras empresas. Além disso, exerce atividades de seguros, Previdência Complementar e Capitalização por meio de sua subsidiária, a Bradesco Seguros S.A. e suas controladas.

As informações a seguir sobre segmentos foram preparadas baseadas em relatórios disponibilizados à Administração para avaliar o desempenho e tomar decisões referentes à alocação de recursos para investimentos e outros fins. Nossa Administração usa uma variedade de informações contábeis, que inclui a consolidação proporcional das coligadas e *joint ventures* e a não consolidação de fundos exclusivos. Desta forma, as informações dos segmentos demonstradas nas tabelas a seguir, foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a operar pelo Bacen, que considera os procedimentos específicos e demais disposições do Plano Contábil de Instituições Financeiras e os valores totais.

As principais premissas do segmento para receitas e despesas incluem: (i) os excessos de caixa mantidos pelo segmento de Seguros, Previdência Complementar e de Capitalização, que são incluídos nesse segmento, resulta em um aumento da receita líquida de juros; (ii) os salários e benefícios e os custos administrativos incluídos dentro do segmento de seguros, Planos de Previdência Complementar e de capitalização, que consistem somente de custos relacionados diretamente com essas operações; e (iii) os custos incorridos no segmento de operações bancárias, relacionados à infraestrutura da rede de agências e outras despesas gerais indiretas, que não estão alocadas.

Nossas operações são, substancialmente, realizadas no país. Além disso, possuímos uma agência em Nova Iorque, uma agência em Grand Cayman e uma agência em Londres, principalmente, para complementar nossos serviços bancários e de assessoria relativos às atividades de importação e exportação a clientes brasileiros. Além disso, contamos também com nossas controladas no exterior: Banco Bradesco Europa S.A. (Luxemburgo), Bradesco Securities, Inc. (Nova Iorque), Bradesco Securities UK Limited (Londres), Cidade Capital Markets Ltd. (Grand Cayman), Bradesco Securities Hong Kong Limited (Hong Kong), Bradesco Trade Services Limited (Hong Kong), Bradescard Mexico, Sociedad de Responsabilidad Limitada (México) e o Bradesco Bank.

Nenhuma receita de transações com um único cliente ou contraparte atingiu 10% da receita da Organização nos exercícios de 2024 e 2023.

Todas as operações entre segmentos operacionais são realizadas como um braço da Organização. As receitas e despesas entre segmentos são eliminados na coluna "Outras operações, ajustes e eliminações". As receitas e despesas diretamente associadas a cada segmento são incluídas no segmento operacional correspondente.

	Em 31 de dezembro de 2024 - R\$ mil								
	Atividade Bancária	Seguros, Previdência e Capitalização	Outras Atividades	Eliminações	DRE Gerencial	Empresas Proporcionalis (1)	Ajustes de Consolidação (2)	Ajustes (3)	DRE Contábil IFRS
Receitas da intermediação financeira	169.745.125	37.327.260	318.644	(408.624)	206.982.405	(1.550.303)	(2.959.039)	10.746.673	213.219.736
Despesas da intermediação financeira (4)	(98.810.413)	(30.050.169)	-	412.038	(128.448.544)	607.296	5.490.039	(21.927.944)	(144.279.153)
Margem financeira	70.934.712	7.277.091	318.644	3.414	78.533.861	(943.007)	2.531.000	(11.181.271)	68.940.583
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	(33.123.621)	-	-	-	(33.123.621)	-	-	5.597.688	(27.525.933)
Resultado bruto da intermediação financeira	37.811.091	7.277.091	318.644	3.414	45.410.240	(943.007)	2.531.000	(5.583.583)	41.414.650
Resultado das operações de seguros, previdência e capitalização	-	11.520.350	-	27.238	11.547.588	-	-	(1.788.424)	9.759.164
Receitas de prestação de serviços	36.213.830	1.923.437	81.549	(68.529)	38.150.287	(6.170.251)	(2.325.142)	(1.318.407)	28.336.487
Despesas de pessoal	(23.027.137)	(2.451.779)	(34.214)	-	(25.513.130)	1.155.516	-	2.080.304	(22.277.310)
Outras despesas administrativas (5)	(21.498.490)	(2.119.793)	(37.087)	393.183	(23.262.187)	1.073.032	(276.322)	(488.585)	(22.954.062)
Despesas tributárias	(6.313.204)	(1.391.406)	(18.380)	-	(7.722.990)	848.030	-	-	(6.874.960)
Resultado de participação em coligadas e de controle compartilhado	121.511	243.403	843	-	365.757	1.164.800	-	1.028	1.531.585
IR/CS e Outras receitas/despesas	(13.425.161)	(5.945.008)	(164.642)	(355.306)	(19.890.117)	2.871.880	70.464	5.554.372	(11.393.401)
Lucro líquido em 31 de dezembro de 2024	9.882.440	9.056.295	146.713	-	19.085.448	-	-	(1.543.295)	17.542.153
Total do ativo	1.811.529.557	451.777.909	2.712.775	(138.098.385)	2.127.921.856	(14.081.367)	(60.714.873)	16.358.746	2.069.484.362
Investimentos em coligadas e joint ventures	79.828.981	4.727.047	1.413	(79.218.884)	5.338.557	5.756.348	-	(65.893)	11.029.012
Total do passivo	1.607.412.734	416.694.321	33.384	(58.879.501)	1.965.260.938	(14.081.367)	(60.714.873)	10.077.172	1.900.541.870

(1) Referem-se a: ajustes de exclusão dos efeitos da consolidação, decorrente de empresas consolidadas proporcionalmente (Grupo Cielo, Grupo EloPar, etc.);

(2) Ajustes de consolidação de fundos exclusivos;

(3) Ajustes devido as diferenças de padrões contábeis utilizados nos relatórios gerenciais e nas demonstrações financeiras da Organização que foram preparadas em IFRS. Os principais ajustes são referentes a perda esperada de ativos financeiros, modelos de negócio, taxa efetiva de juros e combinação de negócios;

(4) Inclui, no IFRS Consolidado os saldos referentes a "Ganhos/(perdas) líquidos de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado", "Ganhos/(perdas) líquidos de ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes" e "Ganhos/(perdas) líquidos de operações em moeda estrangeira"; e

(5) Inclui, no IFRS Consolidado os saldos referentes a depreciação e amortização.

	Em 31 de dezembro de 2023 - R\$ mil								
	Atividade Bancária	Seguros, Previdência e Capitalização	Outras Atividades	Eliminações	DRE Gerencial	Empresas Proporcionalis (1)	Ajustes de Consolidação (2)	Ajustes (3)	DRE Contábil IFRS
Receitas da intermediação financeira	164.122.043	39.941.507	481.208	(670.653)	203.874.105	(2.864.178)	(4.249.260)	27.697.126	224.457.793
Despesas da intermediação financeira (4)	(97.495.630)	(32.892.243)	(18)	685.410	(129.702.481)	552.467	6.914.030	(34.140.071)	(156.376.055)
Margem financeira	66.626.413	7.049.264	481.190	14.757	74.171.624	(2.311.711)	2.664.770	(6.442.945)	68.081.738
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	(37.110.675)	-	-	-	(37.110.675)	-	-	4.993.651	(32.117.024)
Resultado bruto da intermediação financeira	29.515.738	7.049.264	481.190	14.757	37.060.949	(2.311.711)	2.664.770	(1.449.294)	35.964.714
Resultado das operações de seguros, previdência e capitalização	-	9.800.620	-	32.469	9.833.089	-	-	(3.788.649)	6.044.440
Receitas de prestação de serviços	34.269.254	1.164.685	4.899	(33.100)	35.405.738	(5.340.755)	(1.879.319)	(1.228.901)	26.956.763
Despesas de pessoal	(21.256.640)	(2.651.786)	(30.957)	-	(23.939.383)	909.076	-	2.215.849	(20.814.458)
Outras despesas administrativas (5)	(20.866.134)	(2.065.805)	(15.531)	423.907	(22.523.563)	996.835	(618.004)	(166.772)	(22.311.504)
Despesas tributárias	(6.582.213)	(1.436.686)	(22.734)	-	(8.041.633)	697.784	-	0	(7.343.849)
Resultado de participação em coligadas e de controle compartilhado	151.414	421.723	-	-	573.137	1.527.554	-	990	2.101.681
IR/CS e Outras receitas/despesas	(9.198.676)	(3.468.750)	(141.073)	(438.033)	(13.246.532)	3.521.217	(167.447)	3.797.740	(6.095.022)
Lucro líquido em 31 de dezembro de 2023	6.032.743	8.813.265	275.794	-	15.121.802	-	-	(619.037)	14.502.765
Total do ativo	1.661.529.233	409.370.722	3.277.809	(110.126.067)	1.964.051.697	(10.074.444)	(38.502.618)	12.048.614	1.927.523.249
Investimentos em coligadas e joint venture	73.163.988	3.028.413	1.105	(72.298.485)	3.895.021	5.792.357	-	(70.538)	9.616.840
Total do passivo	1.468.271.968	370.561.631	68.561	(37.827.582)	1.801.074.578	(10.074.444)	(38.502.618)	8.011.609	1.760.509.125

(1) Referem-se a: ajustes de consolidação, decorrente de empresas consolidadas proporcionalmente (Grupo Cielo, Grupo EloPar, Crediare, etc.);

(2) Ajustes de consolidação decorrente da "não consolidação" de fundos exclusivos;

(3) Ajustes devido as diferenças de padrões contábeis utilizados nos relatórios gerenciais e nas demonstrações financeiras da Organização que foram preparadas em IFRS. Os principais ajustes são referentes a perda esperada de ativos financeiros, modelos de negócio, taxa efetiva de juros e combinação de negócios;

(4) Inclui, no IFRS Consolidado os saldos referentes a "Ganhos/(perdas) líquidos de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado", "Ganhos/(perdas) líquidos de ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes" e "Ganhos/(perdas) líquidos de operações em moeda estrangeira"; e

(5) Inclui, no IFRS Consolidado os saldos referentes a depreciação e amortização.

	Em 31 de dezembro de 2022 - R\$ mil								
	Atividade Bancária	Seguros, Previdência e Capitalização	Outras Atividades	Eliminações	DRE Gerencial	Empresas Proporcional (1)	Ajustes de Consolidação (2)	Ajustes (3)	DRE Contábil IFRS
Receitas da intermediação financeira	151.198.428	36.250.128	400.777	(1.121.214)	186.728.119	(2.624.549)	(2.167.017)	23.976.721	205.913.274
Despesas da intermediação financeira (4)	(81.330.918)	(29.163.334)	(22)	1.121.214	(109.373.060)	484.249	4.765.294	(26.678.396)	(130.801.913)
Margem financeira	69.867.510	7.086.794	400.755	-	77.355.059	(2.140.300)	2.598.277	(2.701.675)	75.111.361
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	(31.525.873)	-	-	-	(31.525.873)	43.142	-	7.715.896	(23.766.835)
Resultado bruto da intermediação financeira	38.341.637	7.086.794	400.755	-	45.829.186	(2.097.158)	2.598.277	5.014.221	51.344.526
Resultado das operações de seguros, previdência e capitalização	-	7.425.337	-	35.507	7.460.844	-	-	(2.570.784)	4.890.060
Receitas de prestação de serviços	33.802.362	1.701.005	7.274	(36.169)	35.474.472	(4.977.457)	(1.976.003)	(1.396.892)	27.124.120
Despesas de pessoal	(20.321.773)	(2.377.250)	(4.284)	-	(22.703.307)	763.928	-	2.050.327	(19.889.052)
Outras despesas administrativas (5)	(20.949.621)	(1.635.857)	(7.895)	530.420	(22.062.953)	1.035.520	(594.059)	(259.560)	(21.881.052)
Despesas tributárias	(6.880.656)	(1.188.335)	(18.530)	-	(8.087.521)	521.838	-	-	(7.565.683)
Resultado de participação em coligadas e de controle compartilhado	107.424	125.038	-	-	232.462	1.170.081	-	(46.617)	1.355.926
IR/CS e Outras receitas/despesas	(10.144.532)	(4.621.808)	(114.913)	(529.758)	(15.411.011)	3.583.248	(28.215)	(2.066.097)	(13.922.075)
Lucro líquido em 31 de dezembro de 2022	13.954.841	6.514.924	262.407	-	20.732.172	-	-	724.598	21.456.770
Total do ativo	1.571.006.747	371.322.607	3.871.114	(115.953.851)	1.830.246.617	(10.617.211)	(40.304.939)	12.964.325	1.792.288.792
Investimentos em coligadas e joint ventures	68.419.475	2.950.880	1.191	(67.811.381)	3.560.165	5.481.876	-	(71.528)	8.970.513
Total do passivo	1.384.018.647	338.204.857	154.249	(48.142.468)	1.674.235.285	(10.617.211)	(40.304.939)	8.964.820	1.632.277.955

(1) Referem-se a: ajustes de consolidação, decorrente de empresas consolidadas proporcionalmente (Grupo Cielo, Grupo EloPar, Crediare, etc.);

(2) Ajustes de consolidação decorrente da "não consolidação" de fundos exclusivos;

(3) Ajustes devido as diferenças de padrões contábeis utilizados nos relatórios gerenciais e nas demonstrações financeiras da Organização que foram preparadas em IFRS. Os principais ajustes são referentes a perda esperada de ativos financeiros, modelos de negócio, taxa efetiva de juros e combinação de negócios;

(4) Inclui, no IFRS Consolidado os saldos referentes a "Ganhos/(perdas) líquidos de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado", "Ganhos/(perdas) líquidos de ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes" e "Ganhos/(perdas) líquidos de operações em moeda estrangeira"; e

(5) Inclui, no IFRS Consolidado os saldos referentes a depreciação e amortização.

Adicionalmente, atendendo ao disposto no artigo 11º da Resolução CMN 4.818, destacamos, conforme apresentado no quadro e nota (2) acima, os ajustes oriundos das diferenças existentes entre os critérios, procedimentos e regras utilizadas para a elaboração dos segmentos operacionais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a operar pelo Bacen e o padrão contábil internacional, de acordo com os pronunciamentos emitidos pelo IASB. Os principais ajustes no patrimônio líquido e resultado respectivamente são: (i) perdas esperadas de ativos financeiros – R\$ (1.823) milhões (2023 – R\$ 151 milhões) – R\$ (1.974) milhões (2023 – R\$ 1.268 milhões); (ii) modelos de negócio/taxa efetiva de juros/outros – R\$ 3.103 milhões (2023 – R\$ 1.691 milhões) – R\$ 8 milhões (2023 – R\$ (616) milhões); (iii) contratos de seguro – R\$ 1.835 milhões (2023 – R\$ (1.347) milhões) – R\$ (20) milhões (2023 – R\$ (1.746) milhões); e (iv) combinação de negócios – R\$ 4.807 milhões (2023 – R\$ 4.654 milhões) – R\$ 153 milhões (2023 – R\$ 223 milhões).

39) TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Organização também dispõe de política de transações com partes relacionadas que são divulgadas no site de Relações com Investidores. Essas operações são realizadas em condições e taxas compatíveis com as médias praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações. As principais transações estão assim representadas:

	R\$ mil							
	Controladores (1)		Coligadas e de controle compartilhado (2)		Pessoal chave da Administração (3)		Total	
	Em 31 de dezembro de 2024	Em 31 de dezembro de 2023	Em 31 de dezembro de 2024	Em 31 de dezembro de 2023	Em 31 de dezembro de 2024	Em 31 de dezembro de 2023	Em 31 de dezembro de 2024	Em 31 de dezembro de 2023
Ativo								
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	-	-	569.106	597.902	-	-	569.106	597.902
Operações de crédito, outros ativos e outros valores e bens	9	13	2.850.123	3.535.976	168.778	188.985	3.018.910	3.724.974
Passivo								
Recursos de clientes e instituições financeiras	3.984.694	3.730.162	1.135.148	971.846	457.928	521.191	5.577.770	5.223.199
Recursos de emissão de títulos e dívidas subordinadas	22.980.518	19.045.768	-	-	711.521	1.324.020	23.692.039	20.369.788
Outros passivos (4)	2.873.187	2.298.873	13.384.216	13.392.843	1.527	1.801	16.258.930	15.693.517

	Acumulado em 31 de dezembro - R\$ mil							
	Controladores (1)		Coligadas e de controle compartilhado (2)		Pessoal chave da Administração (3)		Total	
	2024	2023	2024	2023	2024	2023	2024	2023
Resultado								
Resultado líquido de juros	(2.955.759)	(3.167.555)	116.185	(143.695)	(134.856)	(196.264)	(2.974.430)	(3.507.514)
Receita de prestação de serviços	120	163	165.045	250.554	85	140	165.250	250.857
Outras despesas, líquidas de outras receitas operacionais	108.791	90.378	(2.599.747)	(2.204.598)	(18.356)	(26.865)	(2.509.312)	(2.141.085)

(1) Cidade de Deus Cia. Coml. de Participações, Fundação Bradesco, NCF Participações S.A., BBD Participações S.A. e Nova Cidade de Deus Participações S.A. e NCD Participações Ltda.;

(2) Empresas relacionadas na Nota 13;

(3) Membros do Conselho de Administração e Diretoria; e

(4) Inclui juros sobre capital próprio.

a) Remuneração do pessoal-chave da Administração

Anualmente, na Assembleia Geral Ordinária são fixados:

- O montante global anual da remuneração dos Administradores, que é definido em reunião do Conselho de Administração, a ser paga aos membros do próprio Conselho e da Diretoria, conforme determina o Estatuto Social; e
- A verba destinada a custear Planos de Previdência dos Administradores, dentro do Plano de Previdência destinado aos Funcionários e Administradores da Organização Bradesco (Bradesco S.A. e demais empresas do conglomerado).

Para 2024, foi determinado o valor máximo de R\$ 618.177 mil para remuneração dos Administradores e de R\$ 605.000 mil para custear planos de previdência.

Ainda em relação à remuneração da Administração, a atual política estabelece que 50% do valor líquido da remuneração variável, caso haja, deve ser destinada à aquisição de ações PNB de emissão da BBD Participações S.A. e/ou de ações PN de emissão do Banco Bradesco S.A., que terão sua movimentação disponível em três parcelas iguais, anuais e sucessivas, vencendo a primeira parcela no ano subsequente da data de pagamento. Este procedimento está aderente à Resolução CMN nº 3.921/10, que dispõe sobre a política de remuneração de administradores das instituições financeiras.

Remuneração de curto e médio prazo a administradores

	R\$ mil		
	Exercício findo em 31 de dezembro		
	2024	2023	2022
Remuneração	611.936	647.189	747.558
Total	611.936	647.189	747.558

Benefícios pós-emprego

	R\$ mil		
	Exercício findo em 31 de dezembro		
	2024	2023	2022
Planos de previdência	547.789	613.100	554.872
Total	547.789	613.100	554.872

O Bradesco não possui benefícios de longo prazo de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração em instrumento baseado em ações, nos termos do CPC 10 – Pagamento Baseado em Ações, aprovado pela Resolução CMN nº 3.989/11, para seu pessoal-chave da Administração.

b) Participação acionária

Os membros do Conselho de Administração e da Diretoria possuíam em conjunto, diretamente, a seguinte participação acionária no Bradesco:

Participação acionária direta	Em 31 de dezembro de 2024	Em 31 de dezembro de 2023
Ações ordinárias	0,32%	0,33%
Ações preferenciais	0,93%	0,83%
Total de ações (1)	0,63%	0,58%

(1) Em 31 de dezembro de 2024, a participação acionária direta e indireta dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria no Bradesco totalizou 1,62% de ações ordinárias, 0,96% de ações preferenciais e 1,29% do total de ações (em 31 de dezembro de 2023 - 1,63% de ações ordinárias, 0,85% de ações preferenciais e 1,24% do total de ações).

40) GERENCIAMENTO DE RISCOS

A atividade de gerenciamento de riscos é altamente estratégica em virtude da crescente complexidade dos produtos e serviços e da globalização dos negócios da Organização. O dinamismo dos mercados conduz a Organização a um constante aprimoramento desta atividade.

A Organização exerce o controle corporativo dos riscos de modo integrado e independente, preservando e valorizando o ambiente de decisões colegiadas, desenvolvendo e implementando metodologias, modelos e ferramentas de mensuração e controle. Promove a disseminação da cultura de riscos a todos os funcionários, em todos os níveis hierárquicos, desde as áreas de negócios até o Conselho de Administração.

Informações detalhadas a respeito do processo de gerenciamento de riscos, patrimônio de referência, bem como das exposições a riscos da Organização podem ser encontradas no Relatório de Gerenciamento de Riscos – Pilar 3, disponível no site de Relações com Investidores.

Escopo do Gerenciamento de Riscos

Gerenciar riscos é uma das prioridades da Organização e, para tanto, os procedimentos estabelecidos são baseados nas melhores práticas de mercado e aculturação contínuo, de forma a manter os riscos em níveis aceitáveis.

Este gerenciamento permite o atingimento dos objetivos estratégicos, perenidade dos negócios, tempestividade e eficácia na decisão de alocação de recursos, além de preparar a Organização para enfrentar mudanças repentinas no cenário econômico, regulatório ou tecnológico.

O escopo do gerenciamento de riscos da Organização alcança a mais ampla visão, permitindo que os riscos do Consolidado Econômico-Financeiro¹, sejam suportados pelo Processo Corporativo de Gerenciamento de Riscos. Os principais riscos acompanhados pela Organização são: solvência, liquidez, crédito, mercado, social e ambiental, climático, modelo, operacional, estratégia, contágio, segurança cibernética, compliance e reputacional.

Declaração de Apetite a Riscos (RAS)

O apetite a riscos refere-se aos tipos e níveis de riscos que a Organização se dispõe a admitir na realização dos seus negócios e objetivos. A Declaração de Apetite a Riscos (*Risk Appetite Statement* – RAS) é um importante instrumento que sintetiza a cultura de risco da Organização.

A Declaração de Apetite a Riscos é revisada anualmente², ou sempre que necessário, pelo Conselho de Administração e monitorada permanentemente por fóruns da Alta Administração e áreas de negócio e controle.

¹ Inclui o escopo regulamentar do Conglomerado Prudencial e demais empresas do Consolidado.

² O Comitê de Riscos, em relação a RAS, tem as seguintes atribuições: a) avaliar os níveis de apetite por riscos fixados na Declaração de Apetite a Riscos e as estratégias para o seu gerenciamento, considerando os riscos individualmente e de forma integrada; e b) supervisionar a observância, pela diretoria da instituição, dos termos da RAS.

O acompanhamento do apetite se dá por meio de monitoramento dos indicadores estabelecidos, através de processos efetivos de controles, em que os gestores são informados quanto às exposições a riscos e a respectiva utilização dos limites vigentes. O reporte é realizado por meio de sistema de alertas, o que facilita a comunicação e destaca as eventuais exceções, que requerem medidas de adequação, permeando todas as esferas da Organização, apoiando a Alta Administração na avaliação se os resultados estão coesos com o apetite a riscos.

Dimensões do Apetite a Riscos

Para os diversos tipos de riscos, sendo estes mensuráveis e não mensuráveis, a Organização estabeleceu abordagens de controles, observando as principais dimensões globais: Solvência, Liquidez, Rentabilidade, Crédito, Mercado, Operacional, Segurança Cibernética, Social, Ambiental, Climático, Reputação, Modelo e Riscos Qualitativos.

Estrutura de gerenciamento de risco e capital

A estrutura de gerenciamento de riscos e capital é composta por diversos comitês, comissões e departamentos que subsidiam o Conselho de Administração, o Diretor-Presidente, o Diretor Vice-Presidente de Riscos (*Chief Risk Officer* – CRO) e a Diretoria Executiva da Organização na tomada de decisões estratégicas.

Dentre os fóruns de governança relacionados ao tema, destacam-se:

- **Conselho de Administração** aprova e revisa as estratégias de gerenciamento de riscos, políticas e estruturas de gerenciamento dos riscos e do capital, incluindo o apetite e os limites de exposição por tipos de riscos, bem como o programa de testes de estresse, seus resultados e os cenários e premissas aplicados;
- **Comitê de Riscos** tem a atribuição de avaliar o arcabouço de gerenciamento dos riscos da Organização e, eventualmente, propor aperfeiçoamentos e desafiar a estrutura de riscos da Organização frente às novas tendências e/ou ameaças, bem como assessorar o Conselho de Administração no desempenho de suas atribuições na gestão e controle dos riscos e do capital;
- **Comitê de Integridade e Conduta Ética** tem por objetivo propor ações quanto à disseminação e cumprimento dos Códigos de Conduta Ética da Organização, corporativo e setoriais, e das regras de condutas relacionadas aos temas de integridade, anticorrupção e concorrencial, de modo a assegurar sua eficácia e efetividade
- **Comitê de Auditoria** revisa a integridade das demonstrações financeiras e recomenda à Diretoria Executiva correção ou aprimoramento de políticas, práticas e procedimentos identificados no âmbito de suas atribuições;
- **Comitê de Gestão Integrada de Riscos e Alocação de Capital – COGIRAC**, que tem por objetivo assessorar o Diretor-Presidente no desempenho das suas atribuições relacionadas à gestão e controle de todos os riscos e do capital da Organização.

² O Comitê de Riscos, em relação a RAS, tem as seguintes atribuições: a) avaliar os níveis de apetite por riscos fixados na Declaração de Apetite a Riscos e as estratégias para o seu gerenciamento, considerando os riscos individualmente e de forma integrada; e b) supervisionar a observância, pela diretoria da instituição, dos termos da RAS.

Processo Corporativo de Gerenciamento de Riscos

A metodologia Corporativa de Gerenciamento de Riscos e Controles está alinhada com os principais Frameworks internacionais de gestão de riscos, permitindo que os riscos sejam proativamente identificados, mensurados, mitigados, acompanhados e reportados.

Face à complexidade dos produtos e serviços ofertados e do perfil das atividades da Organização, faz-se necessário o estabelecimento de estrutura robusta de gestão de riscos. Neste contexto, a atuação é realizada por meio do Modelo de Três Linhas, de forma que todos contribuam para proporcionar segurança razoável de que os objetivos especificados sejam alcançados:

- **Primeira linha**, representada pelas áreas de negócio e áreas de suporte, responsáveis por identificar, avaliar, responder ao risco, reportar e gerenciar os riscos inerentes como parte das atividades do dia a dia, mantendo os riscos dentro dos níveis aceitáveis;
- **Segunda linha**, representada pelas áreas de supervisão, responsáveis por estabelecer políticas e procedimentos de gerenciamento de riscos e conformidade para o desenvolvimento e/ou monitoramento dos controles da primeira linha, além da validação independente de modelos.
- **Terceira linha**, representada pela área de Auditoria Interna Global, que é responsável por avaliar de maneira independente a eficácia do gerenciamento de riscos e dos controles internos, incluindo a forma como a primeira e a segunda linhas alcançam os seus objetivos, reportando os resultados de seus trabalhos ao Conselho de Administração, Comitê de Auditoria, Conselho Fiscal e Alta Administração.

Mais detalhes sobre a Governança Corporativa estão disponíveis no site de Relações com Investidores – Governança Corporativa.

Programa de Testes de Estresse

A estrutura de gerenciamento de riscos dispõe de um programa de testes de estresse caracterizado por um conjunto de processos e rotinas, que abrangem metodologias, documentação e governança, cujo objetivo principal de identificar potenciais vulnerabilidades da instituição. A fim de cumprir com o programa de testes de estresse, são realizados exercícios de avaliação prospectiva dos potenciais impactos de eventos e circunstâncias específicos sobre o capital, a liquidez e valor de portfólios específicos da Organização. Nesses, estão incluídos: análises de sensibilidade, permitindo avaliar o impacto decorrente de variações em um parâmetro relevante específico; análise de cenários, possibilitando avaliar o impacto derivado de variações simultâneas em um conjunto de parâmetros relevantes; e teste de estresse reverso, identificando eventos adversos associados a níveis predefinidos de resultado, capital ou liquidez, incluindo os que configurem a inviabilidade da instituição.

No Programa de Testes de Estresse os cenários e resultados são validados pelo COGIRAC, avaliados pelo Comitê de Riscos e deliberados pelo Conselho de Administração, que também é o responsável pela aprovação do Programa e pelas diretrizes a serem seguidas.

40.1. Gerenciamento de capital

A Organização exerce a gestão de capital envolvendo as áreas de controle e de negócios, seguindo as orientações da Diretoria Executiva e do Conselho de Administração. Sua estrutura de governança é composta por Comissões e Comitês, tendo o Conselho de Administração como órgão máximo.

A Organização possui uma estrutura dedicada a cumprir às determinações do Banco Central do Brasil relacionadas ao gerenciamento de capital. Além disso, fornece à Alta Administração análises e projeções sobre a disponibilidade e necessidade de capital, identificando ameaças e oportunidades que contribuem com o planejamento da suficiência e otimização dos níveis de capital.

Processo corporativo de gerenciamento de capital

O gerenciamento de capital é realizado de forma a proporcionar condições para o alcance dos objetivos estratégicos da Organização e para suportar os riscos inerentes às suas atividades.

A Organização adota uma postura prospectiva de três anos ao elaborar o seu plano de capital, antecipando suas necessidades de capital e estabelecendo procedimentos e ações de contingência para cenários adversos. Isso leva consideração possíveis mudanças nas condições regulatórias, econômicas e de negócios em que atua.

Para assegurar uma composição sólida de capital que apoie ao desenvolvimento de suas atividades e garanta a adequada cobertura dos riscos incorridos, a organização realiza um acompanhamento periódico das projeções de capital considerando uma margem de capital gerencial (*buffer*), que é adicionada aos requerimentos mínimos regulatórios.

A definição do *buffer* gerencial foi elaborado com base nas práticas de mercado e está em linha com às práticas de mercado e aos requerimentos regulatórios, observando diversos aspectos, como impactos adicionais gerados por cenários de estresse, riscos qualitativos e riscos não capturados pelo modelo regulatório.

Os resultados das projeções do capital da Organização são submetidos à avaliação da Alta Administração, conforme governança estabelecida. Além disso, a suficiência de capital regulamentar da Organização é demonstrada pela apuração periódica do Índice de Basileia, Índice de Nível I e Índice de Capital Principal do Conglomerado Prudencial (O conglomerado prudencial inclui, principalmente, além das instituições pertencentes ao conglomerado financeiro, as administradoras de consórcio, as instituições de pagamento e as sociedades que realizam aquisição de operações de crédito).

Detalhamento do Patrimônio de Referência (PR), Índices de Capital e Liquidez

A tabela a seguir apresenta as principais métricas estabelecidas pela regulamentação prudencial, tais como capital regulamentar, razão de alavancagem e os indicadores de liquidez:

Base de cálculo - Índice de Basileia	R\$ mil	
	Basileia III	
	Em 31 de dezembro de 2024	Em 31 de dezembro de 2023
	Prudencial	
Capital regulamentar - valores		
Capital Principal	106.012.668	110.689.318
Nível I	124.632.919	125.412.066
Patrimônio de Referência - PR	149.109.173	149.969.145
Ativos ponderados pelo risco (RWA) - valores		
RWA total	1.008.667.813	947.737.574
Capital regulamentar como proporção do RWA		
Índice de Capital Principal - ICP	10,5%	11,7%
Índice de Nível I	12,4%	13,2%
Índice de Basileia	14,8%	15,8%
Adicional de Capital Principal (ACP) como proporção do RWA		
Adicional de Conservação de Capital Principal - ACPConservação	2,50%	2,50%
Adicional Contracíclico de Capital Principal - ACPContracíclico	0,00%	0,00%
Adicional de Importância Sistêmica de Capital Principal - ACPSistêmico	1,00%	1,00%
ACP total (1)	3,50%	3,50%
Margem excedente de Capital Principal	2,51%	3,68%
Razão de Alavancagem (RA)		
Exposição total	1.860.789.433	1.714.042.678
RA	6,7%	7,3%
Indicador Liquidez de Curto Prazo (LCR)		
Total de Ativos de Alta Liquidez (HQLA)	184.606.844	248.691.252
Total de saídas líquidas de caixa	130.795.356	129.797.562
LCR	141,1%	191,6%
Indicador de Liquidez de Longo Prazo (NSFR)		
Recursos estáveis disponíveis (ASF)	991.711.546	934.324.784
Recursos estáveis requeridos (RSF)	818.326.687	737.181.037
NSFR	121,2%	126,7%

(1) O não cumprimento das regras de ACP ocasiona restrições ao pagamento de dividendos e juros sobre capital próprio, sobras líquidas, recompra de ações, redução do capital social, e remuneração variável aos seus administradores.

40.2. Risco de crédito

O risco de crédito é representado pela possibilidade de ocorrer perdas associadas ao não cumprimento, pelo tomador ou contraparte, de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, bem como à desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, à redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação, aos custos de recuperação e a outros valores relativos ao descumprimento de obrigações financeiras da contraparte. Adicionalmente, inclui o risco de concentração e o risco país/risco de transferência.

O gerenciamento de risco de crédito da Organização é um processo contínuo e evolutivo de mapeamento, desenvolvimento, aferição e diagnóstico por meio de modelos, instrumentos e procedimentos, exigindo alto grau de disciplina e controle nas análises das operações efetuadas e preservando a integridade e a independência dos processos.

A Organização controla a exposição ao risco de crédito, que decorre principalmente de operações de crédito, compromissos de crédito, garantias financeiras prestadas, títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos.

Com o objetivo de não comprometer a qualidade da carteira, são observados todos os aspectos pertinentes ao processo de concessão de crédito, concentração, exigência de

garantias, prazos, dentre outros.

A Organização exerce continuamente o mapeamento de todas as atividades que podem gerar exposição ao risco de crédito, com as respectivas classificações quanto à probabilidade e magnitude, assim como a identificação dos seus gestores e planos de mitigação.

Risco de crédito de contraparte

O risco de crédito de contraparte, ao qual a Organização está exposta, é representado pela possibilidade de perda em razão do não cumprimento, por determinada contraparte, das obrigações relativas à liquidação de operações que envolvam fluxos bilaterais, incluindo a negociação de ativos financeiros ou de derivativos.

A Organização mantém total controle sobre o custo de reposição e exposição potencial futura das operações nas quais existe o risco de crédito de contraparte. Assim toda a exposição referente a este risco faz parte dos limites gerais de crédito concedidos aos clientes da Organização.

Em suma, a gestão de Risco de Crédito de Contraparte abrange a modelagem e o monitoramento (i) do consumo de limite de crédito das contrapartes, (ii) da parcela do ajuste ao valor justo de crédito da carteira de derivativos (CVA – *Credit Value Adjustment*), segregada por contraparte, e (iii) do respectivo capital regulatório e econômico. A metodologia adotada pela Organização estabelece que a exposição de crédito da carteira a uma dada contraparte pode ser calculada a partir do Custo de Reposição (RC) de suas operações em diferentes cenários do mercado financeiro, o que é possível através do processo de simulação de Monte Carlo.

No contexto de gestão de riscos, a Organização realiza estudos de projeção de capital, a exemplo do Teste de Estresse do ICAAP (Avaliação de Adequação de Capital) e do TEBU (Teste de Estresse Bottom-Up). Trata-se de programas multidisciplinares que envolvem minimamente as áreas de Negócio e os Departamentos Econômico, de Orçamento/Resultado e de Risco.

Com relação às formas de mitigação do risco de crédito de contraparte que a Organização está exposta, a mais usual é a composição de garantias como depósitos de margem e alienação de títulos públicos, que são realizados pela contraparte na própria Organização ou em outras instituições custodiantes, que também possuem seus riscos de contraparte devidamente avaliados.

O cálculo do valor da exposição relativa ao risco de crédito da contraparte decorrente de operações com instrumentos financeiros derivativos sujeita ao cálculo do requerimento de capital mediante abordagem padronizada (RWA_{CPAD}) foi atualizado para a Abordagem SA-CCR (*Standardized Approach for Counterparty Credit Risk*), seguindo o Anexo I da Resolução BCB nº 229, de 2022.

Processo de gerenciamento do risco de crédito

O processo de gerenciamento do risco de crédito é realizado de maneira corporativa. Este processo envolve diversas áreas, com atribuições específicas, garantindo uma estrutura eficiente, sendo que a mensuração e controle do risco de crédito são realizados de maneira centralizada e independente.

Tanto o processo de governança como os limites existentes são validados pelo Comitê de

Gestão Integrada de Riscos e Alocação de Capital e submetidos para aprovação do Conselho de Administração, sendo revisados ao menos uma vez por ano.

A estrutura de gerenciamento do risco de crédito exerce papel fundamental na segunda linha da Organização, participando ativamente do processo de melhoria de modelos de classificação de riscos de clientes, realizando o acompanhamento de grandes riscos por meio do monitoramento periódico dos principais eventos de inadimplência, nível de provisionamento frente às perdas esperadas e inesperadas.

Esta estrutura atua continuamente na revisão dos processos internos, inclusive papéis e responsabilidades, capacitação e demandas de tecnologia da informação, bem como na revisão periódica do processo de avaliação de riscos visando à incorporação de novas práticas e metodologias.

As atribuições da estrutura de gerenciamento de risco de crédito seguem fielmente os preceitos de conformidade definidos pela Organização. A integração com as demais linhas ocorre de forma contínua e frequente, possibilitando assertividade na identificação, mensuração e controle do risco de crédito.

Concessão de crédito

O modelo de negócios diversificado permite o atendimento de diversos públicos, em canais direcionados e convenientes nas diversas regiões do Brasil. As estratégias de segmentação, tanto na Pessoa Física quanto na Pessoa Jurídica, também colaboram para um bom relacionamento com os clientes e para ofertas precisas de produtos e serviços.

Esse posicionamento tem reflexos positivos no perfil de crédito da Organização, sendo traduzido em um portfólio diversificado e pulverizado, tanto em termos de produtos como de segmentos. Isso é condizente com os riscos assumidos e com níveis de provisionamento e concentração adequados.

Sob a responsabilidade do Departamento de Crédito, o processo de concessão apoia-se na Política de Crédito da Organização, primando pela segurança, qualidade e liquidez na aplicação dos ativos de crédito. Todo esse processo é permeado pela governança de gerenciamento de riscos e atende às determinações do Banco Central do Brasil.

As metodologias adotadas prezam pela agilidade e rentabilidade nos negócios, com procedimentos direcionados e adequados, orientados à concessão de operações de crédito e à fixação de limites operacionais.

Na avaliação e classificação do risco total do cliente ou grupo econômico, são considerados aspectos quantitativos (indicadores econômicos e financeiros) e qualitativos (dados cadastrais, comportamentais e transacionais), ligados à capacidade dos clientes de honrarem os seus compromissos.

Todas as propostas de negócios respeitam as alçadas operacionais, contidas nas Normas e Procedimentos de Crédito. Nas agências, a delegação de poder para a submissão de propostas depende do seu porte, da exposição total do cliente junto à Organização, das garantias oferecidas, do grau de restrição, bem como da sua classificação de risco de crédito (*rating*). Todas as propostas de negócio são submetidas para análise técnica e deferimento do Departamento de Crédito.

Os Comitês de Crédito, por sua vez, têm por objetivo a tomada de decisões, dentro de sua alçada, sobre consultas de concessão de limites e operações propostas pelas áreas de

negócios, previamente analisadas e com parecer do Departamento de Crédito. De acordo com o negócio proposto, as propostas de operações/limites desse Comitê poderão ser deliberadas em conjunto com o CEO.

As propostas de crédito tramitam por um sistema automatizado e parametrizado, com o propósito de fornecer subsídios imprescindíveis para a análise, concessão e o acompanhamento dos créditos concedidos, minimizando os riscos inerentes às operações.

Para a concessão de créditos massificados de varejo, existem sistemas exclusivos de *Credit e Behavior Scoring*, que proporcionam agilidade e confiabilidade, além da padronização de procedimentos no processo de análise e deferimento dos créditos.

Os negócios são diversificados, pulverizados e destinados a indivíduos e empresas que demonstrem capacidade de pagamento e idoneidade, procurando ampará-los com garantias condizentes com os riscos assumidos, considerando os montantes, as finalidades e os prazos dos créditos concedidos.

Classificação de risco de crédito

A Organização dispõe de um robusto processo de Governança, práticas e acompanhamentos. Dentre as práticas, podemos citar a Governança de Alçadas de Concessão e de Recuperação de Crédito, as quais, dependendo do tamanho da operação ou da exposição total da contraparte, requerem aprovações que chegam até o nível do Conselho de Administração. Além disto, são realizados acompanhamentos frequentes da carteira, com avaliações de sua evolução, inadimplência, provisionamentos, estudos de safras, capital, entre outros.

Além do processo e da governança de alçadas para aprovação de operações de crédito e recuperação, no apetite a riscos definido pela Organização são acompanhados os limites de concentração das operações para Grupo Econômico, Setor e Transferência (concentração por países). Além dos indicadores de concentração, foi estabelecido indicador específico para o nível de inadimplência superior a 90 dias para PF, indicador para Ativos Problemáticos e um indicador de Margem de Capital Econômico de Risco de Crédito, com objetivo de monitorar e acompanhar o capital nas visões econômica e regulatória.

A metodologia de avaliação de risco de crédito, além de fornecer subsídios ao estabelecimento de parâmetros mínimos para concessão de crédito e gerenciamento de riscos, possibilita a definição de Normas e Procedimentos de Crédito diferenciados em função das características e do porte do cliente. Com isto, oferece embasamento tanto para a correta precificação das operações, quanto para a definição de garantias adequadas a cada situação.

A metodologia aplicada segue também os requisitos estabelecidos pela Resolução nº 4.945 do Conselho Monetário Nacional e inclui as análises de riscos social e ambiental em projetos, que buscam avaliar o cumprimento da legislação pertinente por parte dos clientes, bem como atender aos "Princípios do Equador", conjunto de regras que estabelecem critérios mínimos sociais e ambientais que devem ser atendidos para a concessão de crédito.

Em consonância com o compromisso de constante aperfeiçoamento metodológico, a classificação de risco de crédito de operações contratadas pelos grupos econômicos/clientes da Organização é distribuída em uma escala de graduação em níveis, proporcionando maior aderência aos requisitos previstos no Acordo de Capital de Basileia,

preservando os critérios estabelecidos pela Resolução nº 2.682 do Conselho Monetário Nacional para constituição das provisões cabíveis.

De forma simplificada, as classificações de risco das operações são determinadas em função da qualidade creditícia dos grupos econômicos/clientes, definida pelo *Rating* Cliente, garantias atreladas ao contrato, modalidade do produto de crédito, comportamento de atrasos no pagamento, apontamentos/restrições e valor do crédito contratado.

As classificações de *Rating* Cliente para grupos econômicos fundamentam-se em procedimentos estatísticos parametrizados, informações quantitativas e qualitativas, além do fator julgamental. As classificações são efetuadas por grupo econômico e acompanhadas periodicamente com o objetivo de preservar a qualidade da carteira de crédito.

Para as pessoas físicas, em geral, as classificações de *Rating* Cliente baseiam-se também em procedimentos estatísticos e análise de variáveis que discriminam o comportamento de risco. Isso é feito mediante aplicação de modelos estatísticos de avaliação de crédito.

O *Rating* Cliente é utilizado, em conjuntos com diversas variáveis de decisão, para análise de concessão e/ou renovação de operações e limites de crédito, assim como para o acompanhamento da deterioração do perfil de risco dos clientes.

Controle e acompanhamento

O risco de crédito da Organização tem seu controle e acompanhamento corporativo realizado por área independente, de Risco de Crédito.

Esta área promove reuniões mensais com todos os executivos e diretores de produtos e segmentos, com o objetivo de posicioná-los quanto à evolução da carteira de crédito, inadimplência, ativos problemáticos, reestruturações, adequação das provisões para créditos de liquidação duvidosa, recuperações de crédito, perdas, limites e concentrações de carteiras, alocação de capital econômico e regulamentar, dentre outros.

Além disso, acompanha todo e qualquer evento, interno ou externo, que possa trazer impacto significativo ao risco de crédito da Organização, tais como: fusões, falências, quebra de safra, além de monitorar os setores de atividade econômica em que a empresa tem as exposições mais representativas.

Comunicação interna

O risco de crédito é monitorado tempestivamente visando manter os níveis de risco em conformidade com os limites estabelecidos pela Organização. Relatórios gerenciais de controle de risco são disponibilizados para todas as alçadas, desde as agências até a Alta Administração.

Com o objetivo principal de antecipar situações de risco, que possam impactar na liquidez dos créditos concedidos aos clientes, a área de monitoramento de risco de crédito fornece diariamente informações por meio de um sistema corporativo às agências, gerências nacionais, segmentos de negócios e áreas de concessão de crédito e recuperação de crédito. Este sistema apresenta informações dinâmicas da carteira de crédito e cadastrais, além de proporcionar a comparação entre as informações anteriores e as atuais, destacando pontos que deverão ser analisados de maneira mais profunda pelos gestores como: informações de ativo por segmento, produto, região, classificação de risco,

inadimplência, perda esperada e inesperada, dentre outras, possibilitando a visualização das informações desde um nível macro até o mais detalhado e permitindo chegar à visão de uma operação de crédito específica.

A visualização e entrega das informações é feita por meio de relatórios, sendo possível a realização de pesquisas em diversos níveis, tais como segmentos de negócios, diretorias, gerências, regiões, produtos, funcionários e clientes, e sob vários aspectos (ativo, inadimplência, provisão, *write-off*, graus de restrição, participação de garantias reais, qualidade da carteira por tipo de *rating*, entre outros).

Mensuração do risco de crédito

Periodicamente a Organização avalia as perdas de crédito esperadas dos ativos financeiros por meio de modelos quantitativos, que consideram a experiência histórica de perdas de créditos dos diferentes tipos de carteira (que pode variar de 2 a 7 anos), a qualidade e as características atuais dos clientes, das operações e dos mitigadores, de acordo com os processos e a governança interna.

A experiência de perda de créditos reais é ajustada para refletir as diferenças entre as condições econômicas durante o período em que os dados históricos foram coletados, condições atuais e a visão da Organização sobre as condições econômicas futuras, que são incorporadas na mensuração por meio de modelos econométricos, que capturam efeitos correntes e futuros nas estimativas das perdas esperadas. As principais variáveis macroeconômicas utilizadas neste processo são taxas de juros brasileira, taxa de desemprego, índices de inflação e índices de atividade econômica.

A estimativa de perda esperada dos ativos financeiros é dividida em três categorias (estágios):

- Estágio 1: Ativos financeiros que não apresentaram aumento significativo no risco de crédito;
- Estágio 2: Ativos financeiros que apresentaram aumento significativo no risco de crédito; e
- Estágio 3: Ativos financeiros que apresentaram indicativos de que não serão honrados integralmente.

O aumento significativo no risco de crédito é avaliado com base em diferentes indicadores para classificação em estágios, de acordo com o perfil do cliente, o tipo do produto e o status de pagamento atual, conforme demonstramos abaixo:

Segmento Varejo:

- Estágio 1: Ativos financeiros que estão com as obrigações em dia ou vencidas até 30 dias e cuja classificação de risco de crédito do cliente seja baixo risco;
- Estágio 2 (Aumento significativo de risco de crédito): Ativos financeiros que estão com as obrigações vencidas entre 31 e 90 dias ou cujo *rating* interno dos clientes migraram de baixo risco para médio ou alto risco;
- Estágio 3 (Descumprimento ou "*impaired*"): Ativos financeiros que estão com as obrigações vencidas acima de 90 dias ou que apresentaram eventos falimentares, recuperação judicial ou reestruturação de dívidas
- Recategorização do estágio 3 para estágio 2: Ativos financeiros que regularizaram os valores vencidos e os *ratings* internos migraram para médio risco;
- Recategorização do estágio 2 para estágio 1: Ativos financeiros que regularizaram os valores vencidos e os *ratings* internos migraram para baixo risco; e
- Recategorização do estágio 3 para o estágio 1: Ativos financeiros que retornaram o

pagamento regular levando à reclassificação como baixo risco.

Segmento Atacado:

- Estágio 1: Ativos financeiros que estão com as obrigações em dia ou vencidas até 30 dias e cuja classificação de risco de crédito do cliente seja baixo risco;
- Estágio 2 (Aumento significativo de risco de crédito): Ativos financeiros que estão com as obrigações vencidas entre 31 e 90 dias ou cujo *rating* interno dos clientes migraram de baixo risco para médio ou alto risco;
- Estágio 3 (Descumprimento ou "*impaired*"): Ativos financeiros que estão com as obrigações relevantes vencidas acima de 90 dias ou que apresentaram eventos falimentares, recuperação judicial, reestruturação de dívidas ou necessidade de execução de garantias;
- Recategorização do estágio 3 para estágio 2: Ativos financeiros que não atentaram aos critérios do estágio 3 e os *ratings* internos migraram para médio risco;
- Recategorização do estágio 2 para estágio 1: Ativos financeiros que regularizaram os valores vencidos e os *ratings* internos migraram para baixo risco; e
- Recategorização do estágio 3 para o estágio 1: Ativos financeiros que retornaram o pagamento regular levando à reclassificação como baixo risco.

As perdas esperadas são baseadas na multiplicação dos parâmetros de risco de crédito: Probabilidade de descumprimento (PD), Perda dado o descumprimento (LGD) e Exposição ao descumprimento (EAD).

O parâmetro PD refere-se à probabilidade de descumprimento percebida pela Organização sobre o cliente, conforme modelos internos de avaliação, que no varejo utilizam metodologias estatísticas baseadas nas características do cliente, tais como *rating* interno e segmento de negócio, e da operação, tais como produto e garantia e no caso do atacado utilizam modelos especialistas baseados em informações financeiras e análises qualitativas.

O LGD refere-se ao percentual de perda em relação a exposição em caso de descumprimento, considerando todos os esforços de recuperação, conforme modelo interno de avaliação que utilizam metodologias estatísticas baseadas nas características da operação, tais como produto e garantia.

Clientes com exposição significativa possuem estimativas baseadas em análise individuais, que são embasadas na estrutura da operação e no conhecimento de especialista, visando capturar a complexidade e as particularidades de cada operação.

O EAD refere-se à exposição (valor contábil) do cliente perante a Organização no momento da estimação da perda esperada. No caso de compromissos ou garantias financeiras prestadas, o EAD terá a adição do valor esperado dos compromissos ou garantias financeiras prestadas que serão convertidos em crédito em caso de descumprimento do cliente.

Exposição ao risco de crédito

A tabela a seguir apresenta a exposição máxima ao risco de crédito dos instrumentos financeiros:

	R\$ mil			
	Em 31 de dezembro de 2024		Em 31 de dezembro de 2023	
	Valor bruto	Perda esperada	Valor bruto	Perda esperada
Ativos financeiros				
Caixa e disponibilidades em bancos (Nota 5)	146.614.670	-	151.053.972	-
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado (Nota 6)	371.883.348	-	387.598.377	-
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (Nota 8) (1)	156.292.584	(14.306)	212.849.606	(136.884)
Empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras (Nota 10)	196.421.127	(187.829)	205.103.649	(990)
Empréstimos e adiantamentos a clientes (Nota 11)	720.239.586	(47.857.481)	629.686.699	(50.184.880)
Títulos e valores mobiliários ao custo amortizado (Nota 9)	273.148.967	(6.157.000)	180.352.343	(5.145.266)
Outros ativos financeiros (Nota 16)	81.195.242	-	56.958.860	-
Provisão para perda esperada				
Compromissos de Empréstimos (Nota 11 e 24)	342.660.453	(2.447.791)	299.728.458	(2.274.316)
Garantias financeiras (Nota 11 e 24)	119.229.609	(1.257.645)	105.816.558	(1.202.614)
Total da exposição	2.407.685.586	(57.922.052)	2.229.148.522	(58.944.950)

(1) Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes não são reduzidos pela provisão para perda.

Empréstimos e adiantamentos a clientes

Concentração do risco de crédito

	R\$ mil	
	Em 31 de dezembro de 2024	Em 31 de dezembro de 2023
Maior devedor	0,7%	1,1%
Dez maiores devedores	4,4%	5,0%
Vinte maiores devedores	7,0%	7,7%
Cinquenta maiores devedores	10,9%	11,4%
Cem maiores devedores	14,0%	14,4%

Por setor de atividade

A análise de concentração de risco de crédito apresentada abaixo está baseada no setor de atividade no qual a contraparte atua.

	R\$ mil			
	Em 31 de dezembro de 2024	%	Em 31 de dezembro de 2023	%
Setor público	6.853.540	1,0	5.756.517	0,9
Setor privado	713.386.046	99,0	623.930.182	99,1
Total	720.239.586	100,0	629.686.699	100,0
Pessoa jurídica	316.936.343	44,0	269.421.350	42,8
Atividades imobiliárias e construção	23.610.490	3,3	21.251.317	3,4
Varejo	37.709.778	5,2	37.908.281	6,0
Serviços	79.995.896	11,1	59.998.219	9,5
Transportes e concessão	28.680.534	4,0	28.194.418	4,5
Automobilística	7.553.422	1,0	6.735.346	1,1
Alimentícia	13.677.857	1,9	11.341.529	1,8
Atacado	20.378.978	2,8	16.342.183	2,6
Energia elétrica	8.633.777	1,2	8.063.510	1,3
Petróleo, derivados e atividades agregadas	6.918.329	1,0	5.035.237	0,8
Demais setores	89.777.282	12,5	74.551.310	11,8
Pessoa física	403.303.243	56,0	360.265.349	57,2

Mitigação do risco de crédito

As perdas potenciais de crédito são mitigadas pela utilização de diversos tipos de garantias reais, formalizadas por meio de instrumentos jurídicos como alienações fiduciárias, hipotecas, pela utilização de garantias fidejussórias, tais como avais e fianças de terceiros, ou ainda pela utilização de instrumentos financeiros, como os derivativos de crédito, ou acordos de compensação (*netting*). A avaliação da eficiência desses instrumentos é realizada considerando o tempo para recuperação e realização do bem dado em garantia, o seu valor de mercado, o risco de contraparte dos garantidores e a segurança jurídica dos contratos. Os principais tipos de garantias reais são: depósitos a prazo; aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários; imóveis residenciais e comerciais; bens móveis como veículos, aeronaves; incluem-se ainda entre as garantias reais, títulos comerciais como duplicatas, cheques e faturas de cartão de crédito. Entre os avais e fianças destacam-se as garantias bancárias.

Os derivativos de crédito são contratos bilaterais no qual uma das contrapartes compra proteção contra um risco de crédito de um determinado instrumento financeiro e seu risco é transferido para a contraparte vendedora da proteção. Normalmente, esta recebe uma remuneração ao longo da vigência da operação. No caso de descumprimento do tomador (*default*), a contraparte que comprou a proteção receberá um pagamento, cujo objetivo é compensar a perda de valor no instrumento financeiro. Nesse caso, a contraparte vendedora recebe o ativo subjacente em troca do referido pagamento.

No quadro abaixo está demonstrado o valor justo das garantias nas operações de empréstimos e adiantamentos a clientes.

	R\$ mil			
	Em 31 de dezembro de 2024		Em 31 de dezembro de 2023	
	Valor Contábil (1)	Valor Justo da Garantia	Valor Contábil (1)	Valor Justo da Garantia
Pessoa Jurídica	316.936.343	177.693.556	269.421.350	141.547.243
Estágio 1	284.237.991	167.357.458	230.134.580	131.107.974
Estágio 2	6.946.383	5.014.721	12.538.317	4.806.138
Estágio 3	25.751.969	5.321.377	26.748.453	5.633.131
Pessoa Física	403.303.243	278.052.177	360.265.349	239.695.044
Estágio 1	347.118.719	248.932.254	298.686.536	210.647.223
Estágio 2	21.911.700	18.284.746	22.711.786	19.838.577
Estágio 3	34.272.824	10.835.177	38.867.027	9.209.244
Total	720.239.586	455.745.733	629.686.699	381.242.287

(1) Do saldo contábil total de operações de crédito R\$ 438.532.231 mil (Em 31 de dezembro 2023 - R\$ 389.063.079 mil) referem-se a operações sem garantias.

40.3. Risco de mercado

O risco de mercado é representado pela possibilidade de perda financeira por oscilação de preços e taxas de juros de mercado dos instrumentos financeiros detidos pela Organização, uma vez que suas operações ativas e passivas podem apresentar descasamentos de montantes, prazos, moedas e indexadores.

Este risco é identificado, mensurado, mitigado, controlado e reportado. O perfil de exposição a risco de mercado da Organização está alinhado às diretrizes estabelecidas pelo processo de governança, com limites monitorados tempestivamente de maneira independente das áreas de negócios.

Todas as operações que expõem a Organização a risco de mercado são mapeadas, mensuradas e classificadas quanto à probabilidade e magnitude, sendo todo o processo aprovado pela estrutura de governança.

Em consonância com as melhores práticas de Governança Corporativa, tendo por objetivo preservar e fortalecer a administração do risco de mercado na Organização, bem como atender aos dispositivos da Resolução no 4.557 do Conselho Monetário Nacional, o Conselho de Administração aprovou a Política de Gestão de Risco de Mercado, cuja revisão é realizada, no mínimo, anualmente pelos Comitês competentes e pelo próprio Conselho de Administração, fornecendo as principais diretrizes de atuação para aceitação, controle e gerenciamento do risco de mercado. Além desta política, a Organização dispõe de normas específicas para regulamentar o processo de gerenciamento de risco de mercado, conforme segue:

- Classificação das Operações;
- Reclassificação das Operações;
- Negociação de Títulos Públicos ou Privados;
- Utilização de Derivativos; e
- *Hedge*.

Processo de gerenciamento do risco de mercado

O processo de gerenciamento do risco de mercado é realizado de maneira corporativa, abrangendo desde as áreas de negócios até o Conselho de Administração. Este processo envolve diversas áreas, com atribuições específicas, garantindo uma estrutura eficiente, sendo que a mensuração e controle do risco de mercado são realizados de maneira centralizada e independente. Este processo permitiu a

Organização ser a primeira instituição financeira no país autorizada pelo Banco Central do Brasil a utilizar, desde janeiro de 2013, seus modelos internos de risco de mercado para a apuração da necessidade do capital regulamentar. O processo de gerenciamento é também revisado, no mínimo, anualmente pelos Comitês e aprovado pelo próprio Conselho de Administração.

Definição de limites

As propostas de limites de risco de mercado são validadas em Comitês específicos, referendadas pelo Comitê de Gestão Integrada de Riscos e Alocação de Capital, e submetidas à aprovação do Conselho de Administração, conforme as características dos negócios, que são segregados nas seguintes carteiras:

Carteira *Trading*: composta por todas as operações realizadas com instrumentos financeiros, inclusive derivativos, detidas com intenção de negociação ou destinadas a hedge de outros instrumentos da carteira própria, e que não estejam sujeitas à limitação da sua negociabilidade. As operações detidas com intenção de negociação são aquelas destinadas à revenda, obtenção de benefícios a partir de variação de preços efetivos ou esperados, ou realização de arbitragem. Os riscos desta carteira são monitorados por meio de:

- *Value at Risk* (VaR);
- Estresse (medida de impacto negativo de eventos extremos, com base em cenários históricos e prospectivos);
- Resultado; e
- Exposição Financeira/Concentração.

Carteira *Banking*: composta por operações não classificadas na Carteira *Trading*, provenientes dos demais negócios da Organização e seus respectivos *hedges*. Os riscos desta carteira são monitorados por meio de:

- Variação do valor econômico devido à variação de taxa de juros - Δ EVE (*Economic Value of Equity*); e
- Variação da receita líquida de juros devido à variação de taxa de juros - Δ NII (*Net Interest Income*).

Modelos de mensuração do risco de mercado

A mensuração e o controle do risco de mercado são feitos por meio de metodologias de Estresse, *Value at Risk* (VaR), *Economic Value of Equity* (EVE), *Net Interest Income* (NII) e Análise de Sensibilidade, além de limites de Gestão de Resultados e de Exposição Financeira. O uso de diversas metodologias para a mensuração e avaliação dos riscos é importante, pois elas são sempre complementares e seu uso combinado permite a captura de diversos cenários e situações.

Carteiras *Trading* e Regulatória

Os riscos da Carteira *Trading* são controlados, principalmente por Estresse e VaR. No caso do Estresse, que tem o objetivo de quantificar o impacto negativo de choques e eventos econômicos extremos que sejam desfavoráveis financeiramente às posições da Organização, a análise utiliza cenários de estresse elaborados pela área de Risco de Mercado e pela área Econômica da Organização a partir de dados históricos e prospectivos para os fatores de risco nos quais a Organização esteja posicionada.

Para a apuração do VaR é adotada a metodologia Delta-Normal, com nível de confiança de 99%, sendo que o horizonte aplicado leva em consideração o número de dias necessários para se desfazer das exposições existentes. A metodologia é aplicada às Carteiras *Trading* e Regulatória (posições da Carteira *Trading* mais exposição em moeda estrangeira e *commodities* da Carteira *Banking*). Cabe destacar que para a mensuração de todos os fatores de risco da carteira de opções são aplicados os modelos de simulação histórica e Delta-Gama-Vega, prevalecendo o mais conservador entre os dois. Para apuração das volatilidades, correlações e retornos históricos é adotada uma janela mínima de 252 dias úteis.

Para fins regulatórios, a necessidade de capital referente às ações da Carteira *Banking* do Conglomerado Prudencial é realizada por meio da avaliação do risco de crédito, conforme determinação do Banco Central do Brasil, ou seja, não estão contempladas no cálculo de risco de mercado.

Risco de taxa de juros da Carteira *Banking*

A mensuração e o controle do risco de taxa de juros da Carteira *Banking* são feitos, principalmente, a partir das metodologias de variação do *Economic Value of Equity* (EVE) e do *Net Interest Income* (NII), que medem, respectivamente, o impacto econômico sobre as posições e o impacto no resultado da Organização de acordo com os cenários elaborados pela área Econômica da Organização. Estes cenários buscam determinar movimentos positivos e negativos que possam ocorrer nas curvas de taxa de juros e consequentemente afetar as aplicações e captações da Organização.

A metodologia EVE consiste em reprecificar a carteira sujeita à variação de taxas de juros levando-se em consideração aumentos ou decréscimos nas taxas utilizadas para a apuração do valor presente e o prazo total dos ativos e passivos. Assim, apura-se o valor econômico da carteira tanto com as taxas de juros de mercado na data da análise como com os cenários projetados. Desta forma, a diferença entre os valores obtidos para a carteira será o Delta EVE.

No caso do NII, a metodologia tem como objetivo apurar a variação na receita líquida de juros da Organização (margem bruta) em função de eventuais variações no nível de taxa de juros, ou seja, a diferença entre o NII apurado no cenário base e o NII apurado nos cenários de aumento ou decréscimos nas taxas de juros será o Delta NII.

Para a mensuração do risco de taxa de juros da Carteira *Banking* são utilizadas premissas comportamentais dos clientes quando necessário. Como referência, no caso dos depósitos à vista e de poupança, que não possuem vencimento definido, são realizados estudos para verificação dos seus comportamentos históricos, bem como a possibilidade de manutenção dos mesmos. Através destes estudos, são definidos o montante estável (parcela core) assim como o critério de alocação ao longo do tempo.

Apreçamento de Instrumentos Financeiros

Com o intuito de adotar as melhores práticas de mercado relacionadas à apuração do valor de mercado dos instrumentos financeiros, foi instituída a Comissão de Marcação a Mercado (CMM), que é responsável pela aprovação ou encaminhamento à Comissão de Risco de Mercado e Liquidez dos modelos de marcação a mercado. A CMM é formada por representantes das áreas de negócios, *back-offices* e riscos, cabendo à área de riscos a coordenação da Comissão e a submissão dos assuntos avaliados ao Comitê Executivo de Gerenciamento de Riscos para reporte ou aprovação, conforme o caso.

Sempre que possível adotam-se preços e taxas das bolsas de valores, mercadorias e futuros e mercados secundários. Na impossibilidade de encontrar tais referências de mercado, são utilizados preços disponibilizados por outras fontes (por exemplo: *Bloomberg*, *Reuters* e Corretoras). Como última opção, são adotados modelos proprietários para apreçamento dos instrumentos, que também seguem o mesmo procedimento de aprovação da CMM e são submetidos aos processos de validação e avaliação da Organização.

Os critérios de marcação a mercado são revisados periodicamente, conforme processo de governança, podendo sofrer modificações em decorrência de alterações nas condições de mercado, da criação de novas classes de instrumentos, do estabelecimento de novas fontes de dados ou do desenvolvimento de modelos considerados mais adequados.

Os instrumentos financeiros para serem incluídos na Carteira *Trading* devem ser aprovados no Comitê Executivo de Tesouraria ou de Produtos, Serviços e Parcerias e ter os seus critérios de apreçamento definidos pela CMM.

A Organização adota os seguintes princípios para o processo de marcação a mercado:

- **Comprometimento:** a Organização empenha-se em garantir que os preços utilizados reflitam o valor de mercado das operações. Na ausência de fonte de informações, a Organização pratica os melhores esforços para estimar o valor de mercado dos instrumentos financeiros;
- **Frequência:** os critérios de marcação a mercado formalizados são aplicados diariamente;
- **Formalismo:** a CMM é responsável por assegurar a qualidade metodológica e a formalização dos critérios de marcação a mercado;
- **Consistência:** o processo de coleta e aplicação dos preços é realizado de maneira consistente, garantindo sua uniformidade na Organização; e
- **Transparência:** assegurar que a metodologia seja acessível às áreas de Auditorias Interna e Externa, Validação Independente de Modelos e Órgãos Reguladores.

Controle e acompanhamento

O risco de mercado é controlado e acompanhado por área independente que, diariamente calcula o risco das posições em aberto, consolida os resultados e realiza os reportes determinados pelo processo de governança existente.

Além dos reportes diários, quinzenalmente são discutidas as posições da Carteira *Trading* no Comitê Executivo de Tesouraria, e as posições da Carteira *Banking* e os

reportes de liquidez são tratados no Comitê Executivo de Tesouraria para a Gestão de Ativos e Passivos.

Em ambos os fóruns, os resultados e os riscos são avaliados e as estratégias são debatidas. Tanto o processo de governança como os limites existentes são validados pelo Comitê de Gestão Integrada de Riscos e Alocação de Capital e submetidos para aprovação do Conselho de Administração, os quais são revisados ao menos uma vez por ano.

No caso de rompimento de qualquer um destes limites, a diretoria da área de negócio responsável pela posição é informada do consumo do limite e tempestivamente o Comitê de Gestão Integrada de Riscos e Alocação de Capital é convocado para a tomada de decisão. Na situação em que o Comitê decida pelo aumento do limite e/ou alteração ou manutenção das posições, o Conselho de Administração é convocado para aprovação do novo limite ou revisão da estratégia de posição.

Comunicação interna

A área de risco de mercado disponibiliza relatórios gerenciais diários de controle das posições às áreas de negócio e à Alta Administração, além de reporte semanal e apresentações periódicas ao Conselho de Administração.

Os reportes são realizados de acordo com um sistema de alertas, que determina os destinatários dos relatórios de risco conforme o percentual de utilização dos limites estabelecidos. Assim, quanto maior o consumo do limite de risco, mais membros da Alta Administração recebem os relatórios.

Hedge e utilização de derivativos

Com o objetivo de padronizar a utilização de instrumentos financeiros destinados para *hedge* das operações e uso de derivativos pela área de Tesouraria, a Organização elaborou normas específicas que foram aprovadas pelos Comitês competentes.

As operações de *hedge* executadas pela área de Tesouraria do Bradesco devem, necessariamente, cancelar ou mitigar os riscos de descasamentos de quantidades, prazos, moedas ou indexadores das posições dos livros da Tesouraria, sendo utilizados, para tanto, os ativos e derivativos autorizados para negociação em cada um dos seus livros, com o objetivo de:

- Controlar e enquadrar as operações, respeitando-se os limites de exposição e de riscos vigentes;
- Alterar, modificar ou reverter posições em função de mudanças de mercado e de estratégias operacionais; e
- Reduzir ou mitigar exposições de operações em mercados inoperantes, em condições de estresse ou de baixa liquidez.

Para os derivativos classificados na categoria *hedge* contábil existe o acompanhamento da: (i) efetividade da estratégia, através de testes de efetividade prospectiva e retrospectiva, e (ii) marcação a mercado dos instrumentos de *hedge*.

Hedge de fluxo de caixa

O Bradesco mantém *hedges* de fluxo de caixa, vide maiores detalhes na nota 7.

Derivativos padronizados e de uso contínuo

A área de Tesouraria da Organização pode utilizar derivativos padronizados (negociados em bolsa) e os de uso contínuo (negociados em balcão) com a finalidade de obtenção de resultados e também com a finalidade de construção de *hedges*. Classificam-se como derivativos de uso contínuo, aqueles habituais de mercado negociados em balcão, tais como *swaps vanilla* (taxas de juros, moedas, *Credit Default Swap*, entre outros), operações a termo (moedas, por exemplo), opções *vanilla* (moeda, Índice Bovespa), entre outros. Já os derivativos não padronizados que não estão classificados como de uso contínuo ou as operações estruturadas têm o seu uso condicionado à autorização do Comitê competente.

Evolução da exposição

Nesta seção, são apresentados as evoluções da exposição financeira, o VaR calculado pelo modelo interno e o seu *backtesting* e a análise de estresse.

Exposição financeira – Carteira *Trading* (Valor Justo)

Fatores de Riscos	R\$ mil			
	Em 31 de dezembro de 2024		Em 31 de dezembro de 2023	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Prefixado	124.477.896	10.549.194	74.840.828	56.337.018
IGP-M (Índice Geral de Preços do Mercado) / IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo)	2.438.885	2.010.863	14.938.784	10.822.907
Cupom cambial	668.191	-	1.195.092	963.862
Moedas estrangeiras	14.134.242	13.689.527	6.263.810	6.391.302
Renda variável	10.344.471	9.979.524	7.549.052	5.926.077
Soberanos/ <i>eurobonds e treasuries</i>	21.988.976	19.627.310	8.664.699	7.497.824
Outros	2.839.750	235.287	1.735.873	400.706
Total	176.892.411	56.091.705	115.188.138	88.339.696

VaR Modelo Interno – Carteira *Trading*

O VaR da Carteira *Trading*, líquido de efeitos fiscais e com o horizonte de 1 dia, foi de R\$ 16.174 mil, no final do quarto trimestre de 2024 tendo o fator de risco de opções classificado no grupo “Outros” como a maior participação no risco da Carteira.

Fatores de Riscos	R\$ mil	
	Em 31 de dezembro de 2024	Em 31 de dezembro de 2023
Prefixado	1.395	3.010
IGP-M / IPCA	5.403	7.671
Cupom cambial	181	311
Moedas estrangeiras	4.580	2.507
Soberanos/ <i>eurobonds e treasuries</i>	2.829	2.003
Renda variável	4.112	3.283
Outros	7.155	2.340
Efeito correlação/diversificação	(9.480)	(13.657)
VaR no final do ano	16.175	7.468
VaR médio no ano	19.908	14.916
VaR mínimo no ano	7.723	4.982
VaR máximo no ano	44.197	45.150

VaR Modelo Interno – Carteira Regulatória

O capital é calculado pelo modelo VaR Delta-Normal com base na Carteira Regulatória, composta pela Carteira *Trading* e as exposições Cambial e de *Commodities* da Carteira *Banking*. Adicionalmente, para a mensuração de todos os fatores de risco da carteira de opções, são aplicados os modelos de riscos de simulação histórica e o Delta-Gama-Vega, prevalecendo o mais conservador entre os dois, sendo este risco de opção adicionado ao VaR da Carteira. Cabe destacar que, o valor em risco é extrapolado para o horizonte regulatório⁽¹⁾ (maior entre 10 dias e o horizonte da carteira) pelo método da raiz do tempo. Os valores de VaR e VaR Estressado demonstrados a seguir são para o horizonte de dez dias e estão líquidos de efeitos fiscais.

Fatores de Riscos	R\$ mil			
	Em 31 de dezembro de 2024		Em 31 de dezembro de 2023	
	VaR	VaR Estressado	VaR	VaR Estressado
Taxa de juros	20.444	23.846	22.441	79.660
Taxa de câmbio	24.497	21.405	12.780	7.654
Preço de mercadoria (<i>Commodities</i>)	995	2.247	1.188	1.385
Preço de ações	23.212	30.064	6.334	4.904
Efeito correlação/diversificação	(19.896)	(28.643)	12.569	(8.333)
VaR no final do ano	49.252	48.919	55.312	85.270
VaR médio no ano	67.082	98.963	66.143	121.567
VaR mínimo no ano	32.264	33.126	26.739	54.047
VaR máximo no ano	124.674	272.495	156.329	287.868

Obs.: VaR para o horizonte de 10 dias e líquidos de efeitos fiscais.

Para efeito da apuração da necessidade de capital regulamentar, segundo o modelo interno, deve-se levar em consideração as regras descritas nas Circulares nº 3.646/13 e 3.674/13 do Banco Central do Brasil, como o uso do VaR e do VaR Estressado sem efeitos fiscais, da média dos últimos 60 dias e seu multiplicador.

VaR Modelo Interno – Backtesting

A metodologia de risco aplicada é avaliada, continuamente, através de técnicas de backtesting, que consistem na comparação do VaR com período de manutenção de 1 dia e o resultado hipotético, obtido com as mesmas posições utilizadas no cálculo do VaR, e o resultado efetivo, aqui considerando também a movimentação do dia para o qual o VaR foi estimado.

O principal objetivo deste acompanhamento é monitorar, validar e avaliar a aderência do modelo de VaR, sendo que o número de rompimentos ocorridos deve ser compatível com o número de rompimentos aceitos pelos testes estatísticos realizados para o nível de confiança estabelecido. Outro objetivo é aprimorar os modelos utilizados pela Organização, através das análises realizadas para diferentes períodos de observação e níveis de confiança do VaR, tanto para o VaR Total como por fator de risco.

Os resultados diários correspondentes aos últimos 250 dias úteis, superaram o respectivo VaR com o nível de confiança de 99% duas vezes na visão hipotética e três vezes na visão efetiva, em dezembro/24. Em setembro/2024 os resultados diários correspondentes aos últimos 250 dias úteis superaram o respectivo VaR com o nível

⁽¹⁾ É adotado o máximo entre o período de manutenção (*holding period*) da carteira e 10 dias, que é o horizonte regulatório mínimo exigido pelo Banco Central do Brasil.

de confiança de 99% duas vezes na visão hipotética e três vezes na visão efetiva.

De acordo com o documento publicado pelo *Basel Committee on Banking Supervision*⁽²⁾, os rompimentos seriam classificados como “Má-sorte ou os mercados se moveram de forma não prevista pelo modelo”, ou seja, a volatilidade foi, significativamente, maior do que o esperado e/ou as correlações foram diferentes daquelas assumidas pelo modelo.

Análise de Estresse – Carteira Trading

A Organização avalia, também, diariamente, os possíveis impactos nas posições em cenários de estresse para um horizonte de 20 dias úteis, com limite estabelecido no processo de governança. Dessa forma, considerando o efeito de diversificação entre os fatores de risco e os valores líquidos de efeitos fiscais.

	R\$ mil	
	Em 31 de dezembro de 2024	Em 31 de dezembro de 2023
No final do ano	124.714	148.016
Médio do ano	238.134	191.400
Mínimo do ano	98.257	94.289
Máximo do ano	473.851	318.578

Obs.: Valores líquidos de efeitos fiscais.

Análise de sensibilidade das exposições financeiras

As análises de sensibilidade das exposições financeiras (Carteiras Trading e *Banking*) da Organização, foram efetuadas a partir dos cenários elaborados para as respectivas datas, sempre considerando as informações de mercado na época e cenários que afetariam negativamente nossas posições, conforme exemplos abaixo:

Cenário 1: Com base nas informações de mercado (B3, Anbima, etc.) foram aplicados choques de 1 ponto base para taxa de juros e 1,0% de variação para preços;

Cenário 2: Foram determinados choques de 25,0% com base no mercado; e

Cenário 3: Foram determinados choques de 50,0% com base no mercado.

Os resultados apresentados revelam os impactos para cada cenário numa posição estática da carteira. O dinamismo do mercado e das carteiras faz com que essas posições se alterem continuamente e não obrigatoriamente reflitam a posição aqui demonstrada. Além disso, a Organização possui um processo de gestão contínua do risco de mercado, que procura, constantemente, formas de mitigar os riscos associados, de acordo com a estratégia determinada pela Alta Administração. Assim, em casos de sinais de deterioração de determinada posição, ações proativas são tomadas para minimização de possíveis impactos negativos, visando maximizar a relação risco retorno para a Organização.

⁽²⁾ O Comitê de Supervisão Bancária da Basileia é uma organização que congrega autoridades de supervisão bancária, visando a fortalecer a solidez dos sistemas financeiros.

Análise de Sensibilidade – Carteira *Trading*

		R\$ mil					
		Carteira <i>Trading</i> (1)					
		Em 31 de dezembro de 2024			Em 31 de dezembro de 2023		
		Cenários			Cenários		
		1	2	3	1	2	3
Taxa de juros em reais (2)	Exposições sujeitas às variações de taxas de juros prefixadas e cupom de taxas de juros	(69)	(24.757)	(50.192)	(25)	(14.760)	(27.497)
Índices de preços	Exposições sujeitas à variação da taxa dos cupons de índices de preços	(110)	(9.118)	(16.071)	(3.861)	(130.968)	(266.123)
Cupom cambial	Exposições sujeitas à variação da taxa dos cupons de moedas estrangeiras	(5)	(670)	(1.330)	(18)	(2.783)	(5.489)
Moeda estrangeira	Exposições sujeitas à variação cambial	(2.401)	(60.037)	(120.073)	1.507	37.669	75.338
Renda variável	Exposições sujeitas à variação do preço de ações	(1.971)	(49.268)	(98.536)	1.188	29.696	59.392
Soberanos/ <i>Eurobonds</i> e <i>Treasuries</i>	Exposições sujeitas à variação da taxa de juros de papéis negociados no mercado internacional	(26)	(6.451)	(13.634)	128	8.831	15.365
Outros	Exposições que não se enquadram nas definições anteriores	(61)	(1.515)	(3.029)	(94)	(2.341)	(4.683)
Total sem correlação dos fatores de risco		(4.643)	(151.816)	(302.865)	(1.175)	(74.656)	(153.697)

(1) Valores líquidos de efeitos fiscais; e

(2) Como referência dos choques aplicados para o vértice de 1 ano, os valores foram de aproximadamente 372 bps e 722 bps (cenários 2 e 3 respectivamente) em Dez/2024 (Dez/2023 - os valores foram de aproximadamente 245 bps e 480 bps nos cenários 2 e 3 respectivamente).

Demonstramos também, abaixo, a Análise de sensibilidade das Carteiras *Trading* e *Banking*.

		R\$ mil					
		Carteira <i>Trading</i> e <i>Banking</i> (1)					
		Em 31 de dezembro de 2024			Em 31 de dezembro de 2023		
		Cenários			Cenários		
		1	2	3	1	2	3
Taxa de juros em reais (2)	Exposições sujeitas às variações de taxas de juros prefixadas e cupom de taxas de juros	(10.217)	(4.085.285)	(7.975.990)	(2.113)	(845.801)	(1.949.962)
Índices de preços	Exposições sujeitas à variação da taxa dos cupons de índices de preços	(12.890)	(2.209.541)	(3.908.207)	(20.461)	(2.347.022)	(4.307.241)
Cupom cambial	Exposições sujeitas à variação da taxa dos cupons de moedas estrangeiras	(1.834)	(262.983)	(507.774)	(985)	(112.436)	(216.387)
Moeda estrangeira	Exposições sujeitas à variação cambial	(5.335)	(133.384)	(266.768)	(2.212)	(55.293)	(110.585)
Renda variável	Exposições sujeitas à variação do preço de ações	(32.045)	(801.129)	(1.602.258)	(43.432)	(1.085.794)	(2.171.588)
Soberanos/ <i>Eurobonds</i> e <i>Treasuries</i>	Exposições sujeitas à variação da taxa de juros de papéis negociados no mercado internacional	2.296	272.371	525.099	(1.172)	(117.366)	(229.078)
Outros	Exposições que não se enquadram nas definições anteriores	(45)	(1.115)	(2.230)	(41)	(1.016)	(2.031)
Total sem correlação dos fatores de risco		(60.070)	(7.221.066)	(13.738.128)	(70.416)	(4.564.728)	(8.986.872)

(1) Valores líquidos de efeitos fiscais; e

(2) Como referência dos choques aplicados para o vértice de 1 ano, os valores foram de aproximadamente 372 bps e 726 bps (cenários 2 e 3 respectivamente) em Dez/2024 (Dez/2023 - os valores foram de aproximadamente 269 bps e 548 bps nos cenários 2 e 3 respectivamente).

40.4. Risco de Liquidez

O risco de liquidez é representado pela possibilidade de a instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas, bem como pela possibilidade de a instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

O conhecimento e o acompanhamento deste risco são cruciais, sobretudo para que a Organização possa liquidar as operações em tempo hábil e de modo seguro.

Controle e acompanhamento

O gerenciamento do risco de liquidez da Organização é realizado através de ferramentas desenvolvidas em plataformas robustas e validadas pelas áreas independentes da Organização. Dentre as principais métricas e indicadores considerados no framework de risco de liquidez, destacam-se:

- **Indicador de Liquidez de Curto Prazo (LCR):** consiste na verificação da suficiência de instrumentos líquidos para honrar as saídas líquidas de caixa da Organização nos próximos trinta dias em cenário de estresse;
- **Indicador de Liquidez de Longo Prazo (NSFR):** consiste na verificação da suficiência de *funding* estrutural para financiar os ativos de longo prazo do balanço da Organização;
- Perdas de depósitos para diferentes horizontes de tempo;
- Mapas de concentração das captações em diferentes visões (produto, prazo e contraparte); e
- Exercícios de estresse integrado onde diferentes dimensões de risco são abordadas.

Para as principais métricas foram estabelecidos limites, que podem ser estratégicos (aprovados até o nível do Conselho de Administração) ou operacionais (aprovados no Comitê Executivo de Tesouraria para a Gestão de Ativos e Passivos), baseados em sinalizadores, que acionam diferentes níveis de governança conforme o percentual de utilização (consumo) dos seus respectivos limites.

Mitigação do Risco de Liquidez

A governança estabelecida para o gerenciamento do risco de liquidez contempla uma série de recomendações para mitigação do risco de liquidez, dentre as principais estratégias, destacam-se:

- Diversificação de captações quanto a contraparte, produto e prazo;
- Adoção de limites gerenciais de liquidez, além daqueles requeridos pelo regulador;
- Análise prévia de produtos que possam afetar a liquidez antes da sua implementação; e
- Simulações de estresse de liquidez da carteira.

Testes de Estresse

Em função da dinâmica e criticidade deste tema, a gestão e controle do risco de liquidez deve acontecer de forma diária e ser baseada em cenários de estresse. Desta

forma, a principal métrica utilizada para o monitoramento do risco de liquidez do Conglomerado Prudencial é o Índice de Liquidez Curto Prazo (LCR), que mede a suficiência de recursos líquidos para honrar os compromissos nos próximos trinta dias considerando um cenário de estresse. Portanto, a gestão diária já é realizada através de teste de estresse.

De qualquer forma, adicionalmente ao LCR e outras métricas de monitoramento, são executadas simulações de cenários de estresse de longo prazo, dentro do programa de teste de estresse integrado (ICAAP por exemplo), para também avaliar uma eventual deterioração dos indicadores de liquidez para diferentes horizontes de tempo.

Comunicação Interna

A comunicação interna sobre o risco de liquidez, tanto entre as áreas quanto entre as diversas camadas da governança interna é feita por meio de relatórios internos, comitês e a administração sênior da Organização.

Adicionalmente, são distribuídos diariamente relatórios às áreas envolvidas na gestão e no controle, bem como à Alta Administração. Fazem parte deste processo diversos instrumentos de análises que são utilizados no monitoramento da liquidez, tais como:

- Distribuição diária dos instrumentos de controle da liquidez;
- Atualização automática intraday dos relatórios de liquidez para a adequada gestão da área de Tesouraria;
- Elaboração de relatórios com as movimentações passadas e futuras, com base em cenários;
- Verificação diária do cumprimento do nível mínimo de liquidez;
- Elaboração de relatórios complementares onde são apresentadas as concentrações das captações por tipo de produto, prazo e contraparte; e
- Relatórios semanais para a Alta Administração com o comportamento e as expectativas referentes à situação da liquidez.

O processo de gerenciamento de risco de liquidez conta com um sistema de alertas, que determina o nível adequado de reporte dos relatórios de risco de acordo com o percentual de utilização dos limites estabelecidos. Desta forma, quanto menor forem os índices de liquidez, maiores níveis da Organização recebem os relatórios.

Fluxos de caixa não descontados para passivos financeiros e contratos de seguros

A tabela a seguir apresenta os fluxos de caixa a pagar, de acordo com os passivos financeiros não derivativos e contratos de seguros, descritos pelo prazo de vencimento contratual remanescente até a data do balanço patrimonial. Os valores divulgados nesta tabela representam os fluxos de caixa contratuais não descontados.

	R\$ mil						
	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total em 31 de dezembro de 2024	Total em 31 de dezembro de 2023
Recursos de instituições financeiras	274.059.402	22.271.753	31.701.223	21.241.778	4.668.656	353.942.812	320.410.105
Recursos de clientes	184.837.848	26.857.814	126.101.388	278.857.091	654.308	617.308.449	632.337.290
Recursos de emissão de títulos	12.251.131	16.384.554	87.267.005	129.547.726	8.685.869	254.136.285	237.331.491
Dívidas subordinadas	1.060.496	56.223	11.534.718	5.334.537	88.174.917	106.160.891	84.376.010
Passivos de contratos de seguros	704.460.151	11.863.822	8.062.275	28.494.532	99.472.391	852.353.171	704.038.858
Outros passivos financeiros (1)	55.467.694	30.321.306	7.868.921	5.665.985	1.762.105	101.086.011	82.619.532
Total do passivo em 31 de dezembro de 2024	1.232.136.722	107.755.472	272.535.530	469.141.649	203.418.246	2.284.987.619	
Total do passivo em 31 de dezembro de 2023	1.011.337.350	97.354.025	184.649.748	547.162.896	220.609.267		2.061.113.286

(1) Inclui, basicamente, operações de cartões de crédito, operações de câmbio, negociação e intermediação de valores, *leasing* e planos de capitalização.

Os ativos disponíveis para cumprir todas as obrigações e cobrir os compromissos em aberto incluem caixa e equivalentes de caixa, ativos financeiros, empréstimos e adiantamentos. A Administração também poderia cobrir saídas de caixa inesperadas vendendo títulos e acessando fontes de recursos adicionais, tais como mercados lastreados em ativos.

A tabela anterior mostra os fluxos de caixa contratuais não descontados referentes aos passivos financeiros da Organização. Os fluxos de caixa que a Organização estima para esses instrumentos variam significativamente em relação a essa análise. Por exemplo, espera-se que depósitos à vista de clientes mantenham saldo estável ou crescente, e não se espera que esses depósitos serão sacados imediatamente.

Na Organização, a administração do risco de liquidez envolve um conjunto de controles, principalmente, no que diz respeito ao estabelecimento de limites técnicos, com permanente avaliação das posições assumidas e dos instrumentos financeiros utilizados.

Fluxos de caixa não descontados para derivativos

Todos os derivativos da Organização são liquidados pelo valor líquido, que incluem:

- Derivativos cambiais - opções de moeda de mercado de balcão, futuros de moeda, opções de moeda negociadas em bolsa; e
- Derivativos de taxas de juros - swaps de taxas de juros, contratos com taxas futuras, opções de taxas de juros, outros contratos de taxas de juros, contratos de futuros de taxas de juros negociados em bolsa e opções de taxas de juros negociadas em bolsa.

A tabela a seguir analisa os passivos financeiros derivativos, que serão liquidados pelo valor líquido, agrupados com base no período remanescente desde a data da apresentação até o seu respectivo vencimento. Os valores divulgados na tabela representam fluxos de caixa não descontados.

	R\$ mil						
	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total em 31 de dezembro de 2024	Total em 31 de dezembro de 2023
Diferencial de <i>swap</i> a pagar	267.039	242.327	364.726	2.772.920	12.186.142	15.833.154	3.101.273
Termo de moedas/outros	1.366.512	345.147	1.026.248	277.615	-	3.015.522	3.987.714
• Obrigações por compra a termo	232.414	8.670	12.368	1.757	-	255.209	1.109.371
• Obrigações por venda a termo	1.134.098	336.477	1.013.880	275.858	-	2.760.313	2.878.343
Prêmio de opções lançadas	643.110	59.827	225.039	725.126	3.552	1.656.654	2.236.620
Outros	974.804	338.934	957.565	232.697	-	2.504.000	1.413.851
Total de derivativos passivos em 31 de dezembro de 2024	3.251.465	986.235	2.573.578	4.008.358	12.189.694	23.009.330	
Total de derivativos passivos em 31 de dezembro de 2023	5.506.835	862.607	1.745.089	1.434.610	1.190.317		10.739.458

Balço patrimonial por prazos

As tabelas a seguir demonstram os ativos e os passivos financeiros e passivos de contratos de seguros da Organização, segregados por prazo, de acordo com os vencimentos contratuais remanescentes na data das Demonstrações Financeiras:

	R\$ mil							
	Circulante			Não circulante			Total em 31 de dezembro de 2024	Total em 31 de dezembro de 2023
	1 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	1 a 5 anos	Acima de 5 anos	Prazo indeterminado		
Ativo								
Caixa e disponibilidades em bancos	146.614.670	-	-	-	-	-	146.614.670	151.053.972
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	354.133.871	2.649.353	1.620.041	7.732.404	5.747.679	-	371.883.348	387.598.377
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	35.826.103	17.697.059	7.431.699	37.659.332	57.678.391	-	156.292.584	212.849.606
Empréstimos e adiantamentos a clientes, líquido de provisão para perdas	103.734.116	144.751.405	95.308.987	245.881.589	82.706.008	-	672.382.105	579.501.819
Empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras, líquido de provisão para perdas	178.508.047	10.711.208	2.390.034	4.624.009	-	-	196.233.298	205.102.659
Títulos e valores mobiliários, líquido de provisão para perdas	26.624.590	17.296.633	16.122.409	148.260.712	58.687.623	-	266.991.967	175.207.077
Outros ativos financeiros (1)	65.193.895	4.498.966	1.691.252	7.551.498	2.259.631	-	81.195.242	56.958.860
Total dos ativos financeiros em 31 de dezembro de 2024	910.635.292	197.604.624	124.564.422	451.709.544	207.079.332	-	1.891.593.214	
Total dos ativos financeiros em 31 de dezembro de 2023	829.873.144	177.115.114	119.754.483	446.666.021	194.863.608	-		1.768.272.370
Passivo								
Recursos de instituições financeiras	288.327.975	34.522.663	18.795.160	19.429.536	742.976	-	361.818.310	323.422.783
Recursos de clientes (2)	213.815.777	54.767.505	92.123.905	283.423.348	207.928	-	644.338.463	621.934.680
Recursos de emissão de títulos	13.379.511	46.150.077	76.015.135	114.001.784	8.430.837	-	257.977.344	244.966.258
Dívidas subordinadas	1.052.551	388.396	10.316.004	3.953.583	23.128.142	18.620.251	57.458.927	50.337.854
Outros passivos financeiros (3)	55.467.694	30.321.306	7.868.921	5.665.985	1.762.105	-	101.086.011	82.619.532
Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado	1.893.402	2.752.811	1.626.958	6.510.353	3.457.087	-	16.240.611	15.542.220
Provisão para Perda Esperada	-	-	-	-	-	-	-	-
Compromissos de Empréstimos	-	-	-	2.447.791	-	-	2.447.791	2.274.316
Garantias Financeiras	142.661	-	-	1.114.984	-	-	1.257.645	1.202.614
Passivos de contratos de seguros (2)	311.308.769	11.677.891	7.699.325	22.976.197	25.130.638	-	378.792.820	344.792.222
Total dos passivos financeiros em 31 de dezembro de 2024	885.388.340	180.580.649	214.445.408	459.523.561	62.859.713	18.620.251	1.821.417.922	
Total dos passivos financeiros em 31 de dezembro de 2023	549.101.588	133.303.860	154.358.801	625.925.479	209.680.003	14.722.748		1.687.092.479

(1) Inclui, basicamente, operações de câmbio, devedores por depósitos em garantia e negociação e intermediação de valores;

(2) Os depósitos à vista, de poupança e os passivos de contratos de seguros, representadas por produtos "VGBL" e "PGBL" estão classificados no prazo de 1 a 30 dias, sem considerar a média histórica do giro; e

(3) Inclui, basicamente, operações de cartões de crédito, operações de câmbio, negociação e intermediação de valores, *leasing* financeiro e planos de capitalização.

As tabelas a seguir demonstram os ativos e os passivos da Organização, segregados em circulante e não circulante, de acordo com os vencimentos contratuais remanescentes, na data das Demonstrações Financeiras:

	R\$ mil			
	Circulante	Não circulante	Total em 31 de dezembro de 2024	Total em 31 de dezembro de 2023
Ativo				
Total dos ativos financeiros	1.232.804.338	658.788.876	1.891.593.214	1.768.272.370
Ativos não correntes mantidos para venda	3.494.950	-	3.494.950	1.328.530
Investimentos em coligadas	-	11.029.012	11.029.012	9.616.840
Imobilizado de uso	-	10.220.444	10.220.444	11.118.009
Ativos intangíveis e ágio	-	23.749.208	23.749.208	22.107.146
Impostos a compensar	4.409.951	7.354.225	11.764.176	12.964.018
Impostos diferidos	38.356.264	63.452.279	101.808.543	92.518.924
Outros ativos	13.008.520	2.816.295	15.824.815	9.597.412
Total dos ativos não financeiros	59.269.685	118.621.463	177.891.148	159.250.879
Total do ativo em 31 de dezembro de 2024	1.292.074.023	777.410.339	2.069.484.362	
Total do ativo em 31 de dezembro de 2023	1.153.654.161	773.869.088		1.927.523.249
Passivo				
Total dos passivos financeiros	1.280.414.397	541.003.525	1.821.417.922	1.687.092.479
Outras provisões	4.013.979	16.019.795	20.033.774	22.337.844
Impostos correntes	2.043.616	-	2.043.616	1.546.656
Impostos diferidos	-	1.664.666	1.664.666	1.607.527
Outros passivos	53.062.657	2.319.235	55.381.892	47.924.619
Total dos passivos não financeiros	59.120.252	20.003.696	79.123.948	73.416.646
Total do patrimônio líquido	-	168.942.492	168.942.492	167.014.124
Total do passivo e patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2024	1.339.534.649	729.949.713	2.069.484.362	
Total do passivo e patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2023	1.137.312.761	790.210.488		1.927.523.249

40.5. Valor justo de ativos e passivos financeiros

Para instrumentos financeiros que são mensurados pelo valor justo, é requerida a divulgação das mensurações de acordo com os seguintes níveis hierárquicos de valor justo:

- Nível 1

Preços cotados em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos. Ativos e passivos de Nível 1 incluem títulos de dívida e patrimoniais e contratos de derivativos, que são negociados em um mercado ativo, assim como títulos públicos brasileiros, que são altamente líquidos e ativamente negociados em mercados de balcão.

- Nível 2

Dados observáveis, que não os preços de Nível 1, tais como preços cotados para ativos ou passivos similares; preços cotados em mercados não ativos; ou outros dados que são observáveis no mercado ou que possam ser confirmados por dados observáveis de mercado para, substancialmente, todo o prazo dos ativos ou passivos. Os ativos e passivos de Nível 2 incluem contratos de derivativos, cujo valor é determinado usando um modelo de precificação com dados, que são observáveis

no mercado ou que possam ser deduzidos, principalmente, de ou ser confirmados por, dados observáveis de mercado, incluindo mas não limitados a curvas de rendimento, taxas de juros, volatilidades, preços de títulos de dívida e patrimoniais e taxas de câmbio.

- Nível 3

Dados não observáveis, que são suportados por pouca ou nenhuma atividade de mercado e que sejam significativos ao valor justo dos ativos ou passivos. Os ativos e passivos de Nível 3, geralmente, incluem instrumentos financeiros, cujo valor é determinado usando modelos de precificação, metodologias de fluxo de caixa descontado, ou técnicas similares, assim como instrumentos para os quais a determinação do valor justo requer julgamento ou estimativa significativos da Administração. Esta categoria, geralmente, inclui certos títulos emitidos por instituições financeiras e empresas não financeiras e certos contratos de derivativos. O principal dado não observável utilizado na determinação do valor justo são os spreads de crédito que variam entre 3% e 20%.

A marcação a mercado dos títulos os quais não apresentam fonte pública, consistente e regular de divulgação, o Bradesco utiliza os modelos definidos pela CMM e disponibilizado através do manual de marcação a mercado para cada modalidade de título. Por meio de métodos e modelos matemáticos-financeiros, os quais capturaram os efeitos e variações nos preços dos ativos objetos da marcação a mercado ou de similares, o Bradesco é capaz de apurar de forma clara e consistente seu valor justo dos ativos e passivos de Nível 3.

A tabela a seguir apresenta a composição dos títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos mensurados a valor justo, classificados pelos níveis hierárquicos:

	R\$ mil			
	Em 31 de dezembro de 2024			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Valor Justo
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	308.064.812	41.731.862	2.251.689	352.048.363
Títulos públicos brasileiros	263.224.363	-	-	263.224.363
Títulos e ações emitidos por empresas não financeiras	30.626.530	8.759.461	2.251.689	41.637.680
Títulos emitidos por instituições financeiras	4.010.896	32.972.401	-	36.983.297
Aplicações em cotas de fundos	9.368.468	-	-	9.368.468
Títulos públicos de governos estrangeiros	468.521	-	-	468.521
Títulos públicos brasileiros emitidos no exterior	366.034	-	-	366.034
Derivativos	(2.537.088)	6.551.467	(420.005)	3.594.374
Instrumentos financeiros derivativos (ativos)	3.199.679	16.497.753	137.553	19.834.985
Instrumentos financeiros derivativos (passivos)	(5.736.767)	(9.946.286)	(557.558)	(16.240.611)
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	152.116.761	3.061.706	1.114.117	156.292.584
Títulos públicos brasileiros	123.817.265	-	11.750	123.829.015
Títulos emitidos por empresas não financeiras	1.467.682	182.142	-	1.649.824
Títulos emitidos por instituições financeiras	1.115.295	2.879.564	17.438	4.012.297
Títulos públicos brasileiros emitidos no exterior	8.960.333	-	-	8.960.333
Títulos públicos de governos estrangeiros	8.324.658	-	-	8.324.658
Aplicações em cotas de fundos	4.951.794	-	-	4.951.794
Ações de companhias abertas e outras ações	3.479.734	-	1.084.929	4.564.663
Total	457.644.485	51.345.035	2.945.801	511.935.321

	R\$ mil			
	Em 31 de dezembro de 2023			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Valor Justo
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	315.355.048	56.028.649	801.331	372.185.028
Títulos públicos brasileiros	277.460.786	5.125.479	1	282.586.266
Títulos e ações emitidos por empresas não financeiras	25.063.901	10.392.525	801.330	36.257.756
Títulos emitidos por instituições financeiras	3.334.171	40.510.645	-	43.844.816
Aplicações em cotas de fundos	9.323.075	-	-	9.323.075
Títulos públicos de governos estrangeiros	118.948	-	-	118.948
Títulos públicos brasileiros emitidos no exterior	54.167	-	-	54.167
Derivativos	(1.840.440)	2.087.979	(376.410)	(128.871)
Instrumentos financeiros derivativos (ativos)	3.939.198	11.321.165	152.986	15.413.349
Instrumentos financeiros derivativos (passivos)	(5.779.638)	(9.233.186)	(529.396)	(15.542.220)
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	206.067.520	5.218.058	1.564.028	212.849.606
Títulos públicos brasileiros	183.192.342	-	16.606	183.208.948
Títulos emitidos por empresas não financeiras	1.138.187	231.779	-	1.369.966
Títulos emitidos por instituições financeiras	1.087.286	4.986.279	307.793	6.381.358
Títulos públicos brasileiros emitidos no exterior	6.670.043	-	-	6.670.043
Títulos públicos de governos estrangeiros	7.404.755	-	-	7.404.755
Aplicações em cotas de fundos	2.282.963	-	-	2.282.963
Ações de companhias abertas e outras ações	4.291.944	-	1.239.629	5.531.573
Total	519.582.128	63.334.686	1.988.949	584.905.763

Derivativos ativos e passivos

As posições de derivativos da Organização são determinadas usando modelos quantitativos, que exigem a aplicação de múltiplos dados, incluindo taxas de juros, preços e índices para gerar curvas contínuas de rendimento ou preços e fatores de

volatilidade. A maioria dos dados de mercado é observável e pode ser obtida, principalmente, na B3 e no mercado secundário. Outros derivativos quando negociados em bolsa, avaliados utilizando os preços cotados são classificados no Nível 1 da hierarquia de avaliação. Entretanto, poucas classes de contratos de derivativos estão listados em bolsa. Estes, são classificados como Nível 2 ou Nível 3.

As curvas de rendimento são usadas para determinar o valor justo por meio do método do fluxo de caixa descontado, para swaps de moeda e swaps com base em outros fatores de risco. O valor justo dos contratos a termo e de futuro também é determinado com base em preços cotados no mercado nas transações de derivativos negociados em bolsa ou usando metodologias similares para aqueles descritos como swaps. O valor justo das opções é determinado utilizando preços cotados em bolsa ou por modelos matemáticos, tais como o Black-Scholes, usando curvas de rendimento, volatilidades implícitas e o valor justo do ativo subjacente. Preços atuais de mercado são usados para determinar as volatilidades implícitas. Os valores justos dos derivativos ativos e passivos também incluem ajustes para liquidez de mercado, qualidade de crédito da contraparte e outros fatores específicos das transações, quando adequado.

A maioria desses modelos não contém um alto nível de subjetividade, pois as metodologias utilizadas nos modelos não requerem julgamento significativo e os dados do modelo são prontamente observáveis a partir de mercados ativamente negociados. Esses instrumentos, geralmente, são classificados dentro do Nível 2 da hierarquia de avaliação.

Os derivativos, avaliados com base em parâmetros de mercado significativamente não observáveis e que não são negociados ativamente, são classificados dentro do Nível 3 da hierarquia de avaliação.

Reconciliação dos títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos mensurados ao valor justo, de maneira recorrente, usando dados não observáveis relevantes (Nível 3):

	R\$ mil				
	Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	Derivativos ativos	Derivativos passivos	Total
Em 31 de dezembro de 2022	700.473	1.419.682	109.856	(644.689)	1.585.322
Incluído no resultado	117.985	26.923	-	-	144.908
Incluído em outros resultados abrangentes	-	197.493	-	-	197.493
Entradas	36.456	-	43.130	-	79.586
Baixas	(53.583)	(80.070)	-	115.293	(18.360)
Transferência entre níveis (1)	-	-	-	-	-
Em 31 de dezembro de 2023	801.331	1.564.028	152.986	(529.396)	1.988.949
Incluído no resultado	(196.056)	(138.588)	-	-	(334.644)
Incluído em outros resultados abrangentes	-	-	-	-	-
Entradas	1.690.098	9.342	-	(28.162)	1.671.278
Baixas	(43.684)	(56.600)	(15.433)	-	(115.717)
Transferência entre categorias	-	(248.782)	-	-	(248.782)
Transferência entre níveis (1)	-	(15.283)	-	-	(15.283)
Em 31 de dezembro de 2024	2.251.689	1.114.117	137.553	(557.558)	2.945.801

(1) Estes papéis foram reclassificados entre os níveis 2 e 3, pois houve aumento no risco de crédito e a curva de *spread* possui parâmetros não observáveis. Quando há uma redução neste risco de crédito, os papéis são transferidos do nível 3 para o nível 2.

As tabelas a seguir demonstram os ganhos/(perdas) devido a variações no valor justo, incluindo os ganhos e perdas realizados e não realizados, registrados no resultado para os instrumentos financeiros ativos e passivos classificados no Nível 3:

	R\$ mil		
	Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	Total
Resultado líquido de juros	12.312	26.923	39.235
Ganhos/(perdas) líquidos realizados e não realizados	105.673	197.493	303.166
Total em 31 de dezembro de 2023	117.985	224.416	342.401
Resultado líquido de juros	37.698	30.616	68.314
Ganhos/(perdas) líquidos realizados e não realizados	(233.754)	(169.204)	(402.958)
Total em 31 de dezembro de 2024	(196.056)	(138.588)	(334.644)

Análise de sensibilidade dos ativos financeiros classificados como Nível 3

	R\$ mil					
	Em 31 de dezembro de 2024					
	Impacto no resultado (1)			Impacto no patrimônio (1)		
	1	2	3	1	2	3
Taxa de juros em reais	-	-	-	(1)	(326)	(624)
Índices de preços	-	-	-	-	-	-
Cupom cambial	-	-	-	(1)	(189)	(371)
Moeda estrangeira	-	-	-	94	2.354	4.708
Renda variável	4.632	115.811	231.622	10.672	266.793	533.585

	R\$ mil					
	Em 31 de dezembro de 2023					
	Impacto no resultado (1)			Impacto no patrimônio (1)		
	1	2	3	1	2	3
Taxa de juros em reais	-	-	-	(3)	(622)	(1.181)
Índices de preços	-	-	-	(106)	(13.739)	(25.648)
Cupom cambial	-	-	-	(2)	(308)	(603)
Moeda estrangeira	-	-	-	106	2.656	5.312
Renda variável	3.966	99.152	198.303	6.695	167.386	334.772

(1) Valores líquidos de efeitos fiscais.

As análises de sensibilidade foram efetuadas a partir dos cenários elaborados para as datas indicadas, sempre considerando as informações de mercado na época e cenários que afetariam negativamente nossas posições, conforme os cenários abaixo:

Cenário 1: Com base nas informações de mercado (B3, Anbima, etc.) foram aplicados choques de 1 ponto base para taxa de juros e 1,0% de variação para preços;

Cenário 2: Foram determinados choques de 25,0% com base no mercado; e

Cenário 3: Foram determinados choques de 50,0% com base no mercado.

Instrumentos financeiros não mensurados ao valor justo

A tabela abaixo resume os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros que não foram apresentados no balanço patrimonial ao seu valor justo, classificados pelos níveis hierárquicos:

	R\$ mil				
	Em 31 de dezembro de 2024				
	Valor Justo				Valor Contábil
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total	
Ativos financeiros (1)					
Empréstimos e adiantamentos					
· a instituições financeiras	-	196.235.524	-	196.235.524	196.233.298
· a clientes	-	-	727.760.109	727.760.109	720.239.586
Títulos e valores mobiliários ao custo amortizado	151.449.296	98.794.868	10.067.466	260.311.630	273.148.967
Passivos financeiros					
Recursos de instituições financeiras	-	-	374.212.384	374.212.384	361.818.310
Recursos de clientes	-	-	644.856.874	644.856.874	644.338.463
Recursos de emissão de títulos	-	-	259.054.688	259.054.688	257.977.344
Dívidas subordinadas	-	-	58.990.729	58.990.729	57.458.927

	R\$ mil				
	Em 31 de dezembro de 2023				
	Valor Justo				Valor Contábil
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total	
Ativos financeiros (1)					
Empréstimos e adiantamentos					
· a instituições financeiras	-	205.228.671	-	205.228.671	205.102.659
· a clientes	-	-	625.991.386	625.991.386	629.686.699
Títulos e valores mobiliários ao custo amortizado	64.639.588	104.956.610	8.999.978	178.596.176	180.352.343
Passivos financeiros					
Recursos de instituições financeiras	-	-	332.089.303	332.089.303	323.422.783
Recursos de clientes	-	-	599.473.510	599.473.510	621.934.680
Recursos de emissão de títulos	-	-	226.021.936	226.021.936	244.966.258
Dívidas subordinadas	-	-	52.423.119	52.423.119	50.337.854

(1) Os valores de empréstimos e adiantamentos estão apresentados líquidos da provisão para perdas ao valor recuperável.

Abaixo apresentamos as metodologias utilizadas para determinar os valores justos apresentados acima:

Empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras: Os valores justos foram estimados para grupos de operações de crédito similares com base no tipo de operação, qualidade de crédito e prazo de vencimento. O valor justo das operações prefixadas foi determinado mediante o desconto de fluxos de caixa estimados adotando taxas de juros, que equivalem aproximadamente às nossas taxas de juros para novos contratos para operações similares. Nos casos de deterioração do crédito, os fluxos de caixa estimados para operações a taxas fixas e variáveis foram reduzidos de modo a incorporar as perdas estimadas.

Empréstimos e adiantamentos a clientes: O valor justo relativo a operações de crédito de curso normal é calculado através do desconto dos fluxos de caixa do principal e dos juros programados até o vencimento, adotando as taxas de desconto do mercado e as curvas de rentabilidade, que refletem o risco de crédito e taxa de

juros inerentes a cada modalidade de operação na data do encerramento de cada período apresentado. O valor justo para operações de crédito de curso anormal é calculado através do desconto dos fluxos de caixa ou ao valor da respectiva garantia.

As operações de crédito de curso anormal foram distribuídas nas respectivas categorias de operações de crédito, para fins de divulgação do cálculo do valor justo. As premissas referentes aos fluxos de caixa e às taxas de desconto são determinadas com base nas informações disponíveis no mercado e dados específicos sobre o tomador.

Títulos e valores mobiliários ao custo amortizado: Os ativos financeiros são contabilizados pelo custo amortizado. Veja Nota 9 para detalhes do custo amortizado.

Recursos de instituições financeiras e de clientes: O valor justo dos recursos de instituições financeiras e de clientes a taxas fixas com vencimentos preestabelecidos foi calculado mediante os fluxos de caixa descontados nas condições contratuais e as taxas atualmente praticadas no mercado para instrumentos, cujos prazos de vencimento e termos são similares. Para os depósitos a taxas variáveis, o valor justo foi considerado aproximadamente equivalente ao valor contábil.

Recursos de emissão de títulos e Dívidas subordinadas: Os valores justos foram estimados por meio do cálculo de fluxos de caixa descontados, que aplica as taxas de juros oferecidas no mercado, cujos vencimentos e prazos são similares.

40.6. Risco de seguro/subscrição

O risco de subscrição é o risco transferido por qualquer contrato de seguro, onde haja a possibilidade futura de que o evento de sinistro ocorra, e onde haja incerteza sobre o valor de indenização resultante do evento de sinistro. O risco advém de uma situação econômica que contraria as expectativas da Companhia no momento da elaboração de sua política de subscrição no que se refere às incertezas existentes, tanto na definição das premissas atuariais quanto na mensuração dos fluxos de caixa de cumprimento, bem como para fins de precificação e cálculos de prêmios e contribuições. Em síntese, é o risco de que a frequência ou a severidade de sinistros ou benefícios ocorridos sejam maiores do que aqueles estimados pela Companhia.

A experiência histórica demonstra que, quanto maior o grupo de contratos de riscos similares, menor a variabilidade sobre os fluxos de caixa que a Companhia incorre para fazer face aos eventos de sinistros. Deste modo, o processo de gerenciamento de riscos busca diversificar as operações de seguros visando primar pelo balanceamento da carteira e se sustenta no agrupamento de riscos com características similares, de forma a reduzir o impacto de riscos isolados.

O gerenciamento do risco de subscrição é realizado pela Superintendência e as políticas de subscrição e aceitação de riscos são, periodicamente, avaliadas.

Incertezas na estimativa de pagamentos futuros de sinistros

Os sinistros são devidos à medida que ocorridos, e a Companhia deve efetuar a indenização de todos os sinistros cobertos, ocorridos durante a vigência do contrato. O custo estimado de sinistros inclui as despesas diretas a serem incorridas na sua liquidação. Deste modo, considerando as incertezas inerentes ao processo, pode acontecer da liquidação final mostrar-se diferente da inicialmente prevista.

Gerenciamento de riscos por segmento de negócios

O monitoramento permanente da carteira de contratos de seguros permite o acompanhamento e a adequação das tarifas praticadas, bem como a avaliação de eventual necessidade de alterações. São consideradas, também, outras ferramentas de monitoramento: (i) análises de sensibilidade; e (ii) verificação de algoritmos e alertas dos sistemas corporativos (de subscrição, emissão e sinistros).

Principais riscos associados aos seguros de bens

Os riscos associados aos seguros de bens incluem, entre outros:

- Flutuações na ocasião, frequência e gravidade dos sinistros e das indenizações de sinistros relativas às expectativas;
- Sinistros imprevistos resultantes de um risco isolado;
- Precificação incorreta ou subscrição inadequada de riscos;
- Políticas de resseguro ou técnicas de transferência de riscos inadequadas; e
- Provisões técnicas insuficientes ou supervalorizadas.

A natureza dos seguros subscritos pela Companhia, em geral, é de curta duração. As estratégias e metas de subscrição são ajustadas pela Administração e divulgadas por meio das políticas internas e manuais de práticas e procedimentos.

A seguir apresentamos um resumo dos principais riscos inerentes às principais linhas de negócios de seguros de bens:

- Seguro de automóveis inclui, entre outros, danos físicos, perda do veículo segurado, seguro de responsabilidade de terceiros para automóveis e acidentes pessoais passageiros; e
- Seguros empresariais, residenciais e diversos incluem, entre outros, riscos de incêndio (ex.: incêndio, explosão e interrupção do negócio), desastres naturais (ex.: terremoto, vendaval e enchente) e seguro de responsabilidades.

Principais riscos associados aos seguros de vida e previdência

Os seguros de vida e previdência são de natureza de longo prazo, exceto as apólices de vida em grupo sem cobertura por sobrevivência, e, por este motivo, são utilizadas diversas premissas atuariais para gerenciar e estimar os riscos envolvidos, tais como: premissas sobre retornos de investimentos, longevidade, taxas de mortalidade e persistência. As estimativas são baseadas na experiência histórica e nas expectativas atuariais.

Os riscos associados aos seguros de vida e previdência incluem, entre outros:

- Risco biométrico, que inclui experiência de mortalidade, morbidade adversa e invalidez. O risco de mortalidade pode se referir aos segurados que vivam mais tempo do que o previsto (longevidade) ou que morram antes do que o previsto. Isto porque alguns produtos garantem uma indenização se a pessoa morre, outros produtos garantem o pagamento de quantias regulares enquanto o segurado permanecer vivo;
- Risco de comportamento do segurado, que inclui experiência de persistência. Taxas de persistências baixas para alguns produtos podem fazer com que menos apólices/contratos permaneçam contratados para ajudar a cobrir as

despesas fixas e reduzir os fluxos de caixa positivos futuros do negócio subscrito. A persistência baixa pode causar impacto de liquidez quando se trata de produtos que prevejam o benefício de resgate. Por outro lado, taxas de persistências elevadas para produtos deficitários podem elevar as perdas futuras desses produtos;

- O risco do seguro de vida coletivo resulta da exposição à mortalidade e morbidade e à exposição à experiência operacional pior do que o previsto sobre fatores, tais como, níveis de persistência e despesas de administração; e
- Alguns produtos de vida e previdência possuem garantias de rentabilidades pré-definidas que incluem um risco devido a movimentações nos mercados financeiros, retornos de investimentos, e risco de taxa de juros que são gerenciados como parte do risco de mercado.

Principais riscos associados ao seguro saúde

Os riscos associados aos seguros saúde incluem, entre outros:

- Flutuações na ocasião, frequência e gravidade dos sinistros e das indenizações de sinistros relativas às expectativas;
- Sinistros imprevistos resultantes de um risco isolado;
- Precificação incorreta ou subscrição inadequada de riscos; e
- Provisões técnicas insuficientes ou supervalorizadas.

Para o seguro saúde individual, onde algumas de suas provisões são calculadas com base na expectativa de fluxo de caixa futuro (diferença de sinistros esperados futuros e prêmios esperados futuros), além dos riscos citados acima, existe o risco biométrico, que inclui a experiência de mortalidade e longevidade, o risco de comportamento do segurado, que inclui a sua experiência de persistência, e o risco de taxa de juros que são gerenciados como parte do risco de mercado.

Gerenciamento dos riscos de seguro de bens, seguros de vida e previdência e seguros saúde

A Diretoria de Gestão de Riscos, Controles Internos, Compliance, Privacidade e Gestão de Dados monitora e avalia a exposição de risco sendo responsável pelo desenvolvimento, implementação e revisão das políticas referentes à subscrição. A implementação dessas políticas, o tratamento de sinistros, resseguros, e a constituição de provisões técnicas desses riscos são realizados por cada Superintendência. As Superintendências desenvolveram mecanismos, tais como, análise de eventuais acúmulos de riscos com base em relatórios mensais, que identificam, quantificam e gerenciam exposições acumuladas para contê-las dentro dos limites definidos nas políticas internas.

Para os seguros de vida e previdência e o seguro saúde, o risco de longevidade é monitorado em relação aos mais recentes dados e às tendências do ambiente que a Companhia opera. A Administração monitora a exposição a este risco e as implicações de capital para gerenciar os possíveis impactos, bem como a captação de capital que os negócios poderão exigir. A Administração adota, para o cálculo das provisões técnicas, premissas de melhoria contínua na longevidade futura da população, de forma a se antever e assim estar coberta de possíveis impactos gerados pela melhora da expectativa de vida da população segurada/assistida.

O risco de persistência é gerenciado por meio do monitoramento frequente da experiência histórica da Companhia. A Administração também estabeleceu diretrizes

sobre o gerenciamento da persistência para monitorar e implementar iniciativas específicas para melhorar, quando for o caso, a retenção de apólices que possam prescrever.

O risco de um elevado nível de despesas é monitorado, principalmente, pela avaliação da rentabilidade das unidades de negócio e o monitoramento frequente dos níveis de despesa.

Especificamente, para os seguros de vida e previdência, os riscos de mortalidade e morbidade são atenuados mediante a cessão de resseguro na modalidade catástrofe.

Concentração de riscos

A Companhia atua em todo território nacional, de modo que as potenciais exposições à concentração de riscos são monitoradas por relatórios gerenciais onde são observados os resultados dos contratos vendidos no âmbito do negócio por ramo de atuação. O quadro abaixo mostra a concentração de riscos baseada nos valores de passivos de seguros:

Passivos de seguros	R\$ mil					
	Em 31 de dezembro					
	2024			2023		
	Bruto	Resseguro	Líquido	Bruto	Resseguro	Líquido
Vida	23.171.925	36.481	23.135.444	22.346.065	24.661	22.321.404
Previdência	335.365.123	-	335.365.123	304.335.063	-	304.335.063
Não vida	3.603.721	49.327	3.554.394	3.201.521	10.221	3.191.300
Saúde	16.651.962	-	16.651.962	14.909.509	-	14.909.509

Teste de sensibilidade

O objetivo do teste de sensibilidade é mensurar impactos, caso ocorram alterações isoladas, razoavelmente possíveis, em premissas inerentes às operações da Companhia que possam ser afetadas devido ao processo de subscrição dos riscos e que sejam consideradas relevantes na data do balanço.

Como fatores de risco, elegeram-se as seguintes premissas:

- Taxa de juros livre de risco – representa o nível mínimo de rentabilidade que pode ser tomado como certo pela Companhia. O teste avaliou o impacto de um aumento na curva da taxa de juros livre de risco;
- Conversão em renda – O teste avaliou o impacto de um aumento no índice de conversão em renda para contratos de anuidade;
- Longevidade (*Improvement*) – representa a expectativa de vida de um indivíduo, com base no ano de seu nascimento, sua idade atual e outros fatores demográficos, incluindo sexo. O teste avaliou o impacto de um aumento na estimativa de melhoria na expectativa de vida para contratos de anuidade; e
- Sinistralidade – é o principal indicador dos contratos de seguros e equivale à relação entre as despesas e a receita que a Companhia recebeu pelo contrato. O teste avaliou o impacto de um aumento na sinistralidade.

Resultados do teste de sensibilidade

O quadro abaixo apresenta o impacto no resultado e patrimônio líquido da Companhia para os seguros de vida com cobertura de sobrevivência, previdência e vida individual, considerando variações nas premissas mencionadas anteriormente:

Taxa de Juros - Variação de +5% (*)	Em 31 de dezembro de 2024 (**)
Previdência	(266.988)
Conversão em Renda - Variação de + 5%	Em 31 de dezembro de 2024 (**)
Previdência	(51.127)
Longevidade (Improvement) - Variação de +0,2%	Em 31 de dezembro de 2024 (**)
Previdência	(185.666)

(**) O resseguro não está sujeito à aplicação do choque, pois trata-se de contrato não proporcional e imaterial.

Para os seguros não vida, vida exceto vida individual, e saúde incluindo odontológico, o quadro abaixo apresenta o resultado do impacto no resultado e patrimônio líquido da Companhia caso houvesse variação na sinistralidade:

Sensibilidade - Variação de 1%	R\$ mil			
	Bruto de resseguro		Líquido de resseguro	
	Em 31 de dezembro de 2024	Em 31 de dezembro de 2023	Em 31 de dezembro de 2024	Em 31 de dezembro de 2023
Não Vida	(56.151)	(54.511)	(55.887)	(54.324)
Vida	(38.389)	(34.000)	(38.185)	(33.811)
Saúde	(226.001)	(200.709)	(226.001)	(200.709)

Limitações das análises de sensibilidade

As análises de sensibilidade demonstram o efeito de uma mudança em uma premissa importante enquanto as outras premissas permanecem inalteradas. Na realidade, existe uma correlação entre as premissas e outros fatores. Deve, também, ser observado que essas sensibilidades não são lineares, impactos maiores ou menores não devem ser interpolados ou extrapolados a partir desses resultados.

As análises de sensibilidade não levam em consideração que os ativos e passivos são altamente gerenciados e controlados. Além disso, a posição financeira da Companhia poderá variar na ocasião em que qualquer movimentação no mercado ocorra. Por exemplo, a estratégia de gerenciamento de risco visa gerenciar a exposição a flutuações no mercado. À medida que os mercados de investimentos se movimentam através de diversos níveis, as ações de gerenciamento poderiam incluir a venda de investimentos, mudança na alocação da carteira, entre outras medidas de proteção.

Outras limitações nas análises de sensibilidade incluem o uso de movimentações hipotéticas no mercado para demonstrar o risco potencial, que somente representa a visão da Administração de possíveis mudanças no mercado no futuro próximo, que não podem ser previstas com qualquer certeza, além de considerar como premissa que todas as taxas de juros se movimentam de maneira idêntica.

Risco de crédito

O risco de crédito consiste na possibilidade de ocorrerem perdas de valor de ativos financeiros e ativos de resseguro, como consequência do descumprimento, pela contraparte, de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados com a Companhia e suas controladas, bem como a desvalorização de contratos, decorrente da deterioração na classificação de risco da contraparte.

Este risco pode se materializar de diversas formas, entre outras:

- Perdas decorrentes de inadimplência, por falta de pagamento do prêmio ou de suas parcelas por parte dos segurados;
- Possibilidade de algum emissor de ativo financeiro não efetuar o pagamento previsto no vencimento ou as amortizações previstas para cada título; e
- Incapacidade ou inviabilidade de recuperação de comissões pagas aos corretores quando as apólices forem canceladas.

Gerenciamento do risco de crédito

A Companhia efetua diversas análises de sensibilidade e testes de stress como ferramentas de gestão de riscos financeiros. Os resultados dessas análises são utilizados para mitigação de riscos e o entendimento do impacto sobre os resultados e o patrimônio líquido da Companhia em condições normais e em condições de stress. Esses testes levam em consideração cenários históricos e cenários de condições de mercado previstas para períodos futuros, sendo seus resultados utilizados no processo de planejamento e decisão, bem como na identificação de riscos específicos originados nos ativos e passivos financeiros detidos pela Companhia. O gerenciamento de risco de crédito referente às operações com resseguros inclui o monitoramento de exposições ao risco de crédito de contrapartes individuais em relação às classificações de crédito por companhias avaliadoras de riscos, tais como AM Best, Fitch Ratings, Standard & Poor's e Moody's. Os resseguradores são sujeitos a um processo de análise de risco de crédito em uma base contínua para garantir que os objetivos de mitigação de risco de crédito sejam atingidos.

Neste sentido, o gerenciamento do risco de crédito da Companhia é um processo contínuo e evolutivo de mapeamento, desenvolvimento, aferição e diagnóstico, através de modelos, instrumentos e procedimentos vigentes, exigindo alto grau de disciplina e controle nas análises das operações efetuadas, preservando a integridade e a independência dos processos. É um processo realizado de forma corporativa mediante procedimentos internos estruturados, independentes, e embasados em documentação e relatórios próprios, avaliados pelas estruturas de gestão de riscos da Companhia e do Banco Bradesco, e baseado em modelos internos, em fase de implementação gradual, visando à apuração, mensuração e cálculo do capital.

Trimestralmente são realizadas as reuniões do Comitê Executivo de Gestão de Riscos do Grupo Bradesco Seguros, do Comitê Executivo de Investimentos e, mensalmente, a Reunião Interna de Alocação de Ativos pela Área de Gestão de Investimentos da Bradesco Seguros S.A. para as tratativas deliberativas, possuindo as atribuições necessárias para o atendimento regulatório/aprimoramento nos processos de gestão.

Política de resseguro

Por mais que as empresas seguradoras sejam conservadoras e seletivas na escolha de seus parceiros, a compra de resseguro apresenta, naturalmente embutido em sua operação, o risco de crédito. Entretanto, no Brasil esse risco é relativamente amenizado em função das regras legais e regulamentares existentes, uma vez que as seguradoras devem operar com resseguradores registrados junto à SUSEP que são classificados como local, admitido ou eventual. Os resseguradores classificados como admitido e eventual, com sede no exterior, devem atender a requisitos mínimos específicos, previstos na legislação em vigor.

A política de compra de resseguro e a aprovação dos resseguradores que integram os seus contratos competem à Diretoria Executiva, sendo observados os requisitos mínimos legais e regulamentares, alguns deles visando minimizar o risco de crédito intrínseco à operação, e considerado o patrimônio líquido compatível aos montantes cedidos.

Outro aspecto importante nessa gestão de resseguro é o fato de que a Companhia busca trabalhar dentro de suas capacidades contratuais, evitando assim a compra frequente de coberturas em contratos facultativos e exposições mais elevadas ao risco de crédito.

Praticamente todas as carteiras de ramos elementares, exceto automóveis, possuem proteção de resseguro e, em sua maioria, com a conjugação de planos proporcionais e não proporcionais, por risco e/ou por evento.

Atualmente, parte expressiva dos contratos automáticos (proporcionais e não proporcionais) é cedida ao IRB Brasil Resseguros S.A. Alguns resseguradores admitidos participam com menor percentual individual, mas todos possuindo capital e rating superiores aos mínimos estabelecidos pela legislação brasileira, o que, no entendimento da Administração, reduz o risco de crédito.

Exposição ao crédito de seguro

A exposição máxima de risco de crédito originado de prêmios a serem recebidos de segurados é considerada reduzida pela Administração uma vez que em alguns casos a cobertura de sinistros pode ser cancelada (segundo regulamentação brasileira) caso os pagamentos dos prêmios não sejam efetuados na data de vencimento. A exposição ao risco de crédito para prêmios a receber difere entre os ramos de riscos a decorrer e riscos decorridos, onde nos ramos de risco decorridos a exposição é maior, uma vez que a cobertura é dada em antecedência ao pagamento do prêmio de seguro.

A Companhia está exposta a concentrações de risco com resseguradoras individuais, devido à natureza do mercado de resseguro e à faixa estrita de resseguradoras que possuem classificações de crédito aceitáveis. A Companhia adota uma política para gerenciar as exposições de suas contrapartes de resseguro, limitando as resseguradoras que poderão ser usadas, e o impacto do inadimplemento das resseguradoras é avaliado regularmente.

Risco operacional

O risco operacional é a possibilidade de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou decorrentes de fraudes ou

eventos externos, incluindo-se o risco legal e excluindo-se os riscos decorrentes de decisões estratégicas e à imagem da Companhia.

Gerenciamento do risco operacional

A Companhia aborda o gerenciamento do risco operacional num processo de aprimoramento contínuo, visando acompanhar a evolução dinâmica dos negócios e minimizar a existência de lacunas que possam comprometer a qualidade deste gerenciamento.

Todo o processo de Governança Corporativa para gerenciamento do risco operacional é acompanhado trimestralmente pelos comitês executivos do Grupo Bradesco Seguros e do Banco Bradesco, cada qual com a sua especificidade, possuindo, dentre outras, as seguintes atribuições:

- Avaliação periódica de riscos operacionais enfrentados e a adequação de controles e procedimentos para tratar dos riscos identificados e sua mitigação;
- Desenvolvimento do Banco de Dados de Perdas Operacionais (BDPO) para reporte de prejuízos operacionais e as ações corretivas;
- Treinamento e disseminação da cultura de controles internos;
- Garantir o cumprimento das políticas de gestão de risco operacional e de continuidade de negócios da Companhia;
- Assegurar a efetividade do processo de gerenciamento de risco operacional e de continuidade de negócios da Companhia;
- Aprovar e revisar, as definições e critérios, modelagens matemáticas e estatísticas e cálculos referentes ao montante da alocação de capital;
- Avaliar e submeter à validação do Comitê Executivo de Gestão de Riscos, com reporte aos comitês específicos, a política, estrutura, papéis, procedimentos e responsabilidades das dependências envolvidas no processo, bem como as revisões executadas anualmente; e
- Zelar pelo cumprimento de padrões éticos.

Dentro deste cenário, a Companhia dispõe de mecanismos de avaliação do seu sistema de Controles Internos para prover segurança razoável quanto ao alcance de seus objetivos a fim de evitar a possibilidade de perda ocasionada pela inobservância, violação ou não conformidade com as normas e instruções internas. O ambiente de controles internos também contribui para a gestão do risco operacional, em que o mapa de riscos é atualizado regularmente com base nas autoavaliações de riscos e controles.

40.7. Risco operacional

O risco operacional é representado pela possibilidade de perdas resultantes de eventos externos ou de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas ou sistemas. Essa definição inclui o risco legal associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela Organização, às sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e às indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela Organização.

Processo de Gerenciamento do Risco Operacional

O gerenciamento do risco operacional é realizado de maneira corporativa e envolve diversas áreas com atribuições específicas para garantir uma estrutura eficiente, que permita avaliar adequadamente os riscos e apoie os gestores e a Alta Administração

na tomada de decisão.

O processo compreende etapas como identificação, avaliação e monitoramento contínuo dos riscos operacionais inerentes às atividades da Organização, incluindo novos produtos, serviços e parceiros visando a sua adequação à legislação e aos procedimentos e controles, bem como do ambiente regulatório, cujo resultado e seus principais aspectos são reportados periodicamente à Alta Administração e ao regulador.

Estes procedimentos são suportados por um sistema de controles internos, sendo certificados de forma independente quanto à sua efetividade e execução, de forma a atender os limites de apetite a riscos estabelecidos pela Organização.

41) PLANOS FECHADOS DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

O Bradesco e suas controladas são patrocinadores de um plano de previdência complementar para seus funcionários e administradores, na modalidade contribuição definida, que permite acumular recursos financeiros ao longo da carreira profissional do participante mediante contribuições pagas por ele mesmo e pela empresa patrocinadora, sendo os recursos investidos em um FIE (Fundo de Investimento Exclusivo). O plano é administrado pela Bradesco Vida e Previdência S.A. e o Banco Bradesco S.A. é o responsável pela gestão financeira dos fundos FIEs.

O plano de previdência complementar conta com contribuições dos funcionários e administradores do Bradesco e de suas controladas equivalentes a, no mínimo, 4% do salário e, pela empresa, 5% do salário, acrescidas do percentual destinado a coberturas dos benefícios de risco (morte e invalidez). As obrigações atuariais do plano de contribuição definida estão integralmente cobertas pelo patrimônio do FIE correspondente. Além do plano apresentado, está assegurado aos participantes que, em 2001, optaram em migrar do plano de benefício definido, um benefício proporcional diferido, correspondente aos seus direitos acumulados naquele plano. Para os participantes ativos, aposentados e pensionistas do plano de benefício definido, em extinção, o valor presente das obrigações atuariais do plano está integralmente coberto por ativos garantidores.

O Kirton Bank S.A. Banco Múltiplo e Ágora Corretora de Seguros S.A. patrocinam planos de previdência complementar nas modalidades de contribuição variável e de benefício definido, por meio da Fundação Baneb de Seguridade Social – Bases, aos funcionários oriundos do Baneb.

O Banco Bradesco S.A. patrocina plano de previdência complementar na modalidade de contribuição variável, por meio da Caixa de Assistência e Aposentadoria dos Funcionários do Banco do Estado do Maranhão – Capof, aos funcionários oriundos do Banco BEM S.A.

O Banco Bradesco S.A. patrocina plano de previdência complementar na modalidade de benefício definido por meio da Caixa de Previdência Privada Bec – Cabec, aos funcionários oriundos do Banco do Estado do Ceará S.A.

O Banco Bradesco S.A., Kirton Bank S.A. Banco Múltiplo, Bradesco Capitalização S.A., Bradescor Corretora de Seguros Ltda., Bradesco Kirton Corretora de Câmbio S.A. e a Bradesco Seguros S.A. patrocinam plano de previdência complementar na modalidade de benefício definido, por meio do Multibra Fundo de Pensão, aos funcionários oriundos do Banco Bamerindus do Brasil S.A..

O Banco Bradesco S.A. assumiu ainda as obrigações do Kirton Bank S.A. Banco Múltiplo com relação ao Seguro de Vida, Plano de Saúde e Indenização por Aposentadoria dos funcionários oriundos do Banco Bamerindus do Brasil S.A., bem como o Plano de Saúde de funcionários oriundos do Lloyds.

De acordo com a IAS 19 – Benefícios a Empregados, o Bradesco e suas controladas, como patrocinadores dos referidos planos, considerando estudo econômico e atuariais, calcularam os seus compromissos atuariais utilizando taxa real de juros e reconhecem em suas Demonstrações Financeiras a obrigação devida. Os recursos garantidores dos planos de Previdência são investidos de acordo com a legislação pertinente (títulos públicos e privados, ações de companhias abertas e imóveis). Seguem as principais premissas utilizadas pelo atuário independente na avaliação atuarial dos nossos planos:

Fatores de riscos	Em 31 de dezembro	
	2024	2023
Taxa nominal de desconto	3,50% - 10,94% a.a.	3,50% - 10,09% a.a.
Taxa nominal de crescimentos salariais futuros	3,50% a.a.	3,50% a.a.
Taxa nominal de crescimento dos benefícios da previdência social e dos planos	3,50% a.a.	3,50% a.a.
Taxa inicial de crescimento de custos médicos	7,23% - 7,64% a.a.	7,54% - 7,64% a.a.
Taxa de inflação	3,50% a.a.	3,50% a.a.
Tábua biométrica de mortalidade geral	AT 2000 e BR-EMS	AT 2000 e BR-EMS
Tábua biométrica de entrada em invalidez	Por Plano	Por Plano
Taxa de rotatividade esperada	-	-
Probabilidade de ingresso em aposentadoria	100% na 1ª elegibilidade a um benefício pelo plano	100% na 1ª elegibilidade a um benefício pelo plano

Considerando as premissas acima, o valor presente das obrigações atuariais dos planos de benefícios e de seus ativos para cobertura dessas obrigações, está representado abaixo:

	R\$ mil			
	Benefícios de aposentadoria		Outros benefícios pós-emprego	
	Acumulado em 31 de dezembro		Acumulado em 31 de dezembro	
	2024	2023	2024	2023
(i) Obrigações com benefícios projetados:				
No início do exercício	2.794.954	2.740.903	857.347	800.535
Custo do serviço corrente	1.179	284	-	-
Custo de juros	249.162	252.694	78.223	75.344
Contribuição do participante	465	473	-	-
Ganho/(perda) atuarial (1)	(218.019)	69.201	(65.504)	28.890
Transferências	(278)	16.460	-	-
Custo de serviço passado - alterações do plano	-	(3.814)	-	-
Eliminação antecipada de obrigações	(1.284)	(12.647)	-	-
Benefícios pagos	(269.280)	(268.600)	(50.341)	(47.422)
No encerramento do exercício	2.556.899	2.794.954	819.725	857.347
(ii) Ativos no plano pelo valor de mercado:				
No início do exercício	2.402.006	2.467.755	-	-
Rendimento esperado	214.092	227.227	-	-
Ganho/(perda) atuarial (1)	(125.943)	(56.554)	-	-
Contribuições recebidas:				
- Empregador	195.343	31.526	-	-
- Empregados	465	473	-	-
Transferências	(134)	16.460	-	-
Eliminação antecipada de obrigações	-	(16.460)	-	-
Benefícios pagos	(269.281)	(268.421)	-	-
No encerramento do exercício	2.416.548	2.402.006	-	-
(iii) Mudanças no superávit irrecuperável:				
No início do exercício	57.939	60.861	-	-
Juros sobre o superávit irrecuperável	5.471	5.644	-	-
Mudança no superávit irrecuperável (1)	(1.200)	(8.566)	-	-
No encerramento do exercício	62.210	57.939	-	-
(iv) Posição financiada:				
Planos deficitários (2)	202.561	450.887	819.725	857.347
Saldo líquido	202.561	450.887	819.725	857.347

(1) No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, os efeitos de remensuração reconhecidos em Patrimônio Líquido, em Outros Resultados Abrangentes totalizaram R\$ 87.297 mil (2023 - R\$ (80.361) mil), líquido dos efeitos fiscais; e

(2) O Bradesco e suas controladas, como patrocinadores dos referidos planos, considerando estudo econômico e atuariais, calcularam os seus compromissos atuariais e reconhecem em suas demonstrações financeiras a obrigação atuarial devida.

O custo/(benefício) líquido dos planos de pensão, reconhecidos na demonstração do resultado, inclui os seguintes componentes:

	R\$ - mil	
	Acumulado em 31 de dezembro	
	2024	2023
Obrigações com benefícios projetados:		
Custo do serviço	977	241
Custo de juros sobre obrigações atuariais	327.252	327.894
Rendimento esperado dos ativos do plano	(214.085)	(227.217)
Juros sobre o superávit irrecuperável	5.469	5.642
Custo/(benefício) líquido dos planos de pensão	119.613	106.560

Perfil de vencimento do valor presente das obrigações dos planos de benefícios definido para os próximos anos:

	R\$ mil	
	Benefícios aposentadoria	Outros benefícios pós-emprego
Duração média ponderada (em anos)	8,04	9,89
2025	269.765	60.069
2026	274.300	62.716
2027	278.241	66.421
2028	281.622	70.101
2029	284.459	74.179
Após 2030	1.438.390	432.287

Para 2025, as contribuições esperadas para os planos de benefícios definido são de R\$ 32.997 mil.

A taxa de retorno de longo prazo dos ativos do plano baseia-se no seguinte:

- Expectativas de médio a longo prazo dos gestores dos ativos; e
- Títulos privados e públicos, parcela representativa da carteira de investimentos de nossas controladas, cuja rentabilidade é superior a inflação mais juros, com vencimentos de curto a longo prazo.

Os recursos garantidores dos planos de previdência são investidos de acordo com a legislação pertinente (títulos públicos e privados, ações de companhias abertas e imóveis) e a alocação média ponderada dos ativos pertencentes ao plano de previdência, por categoria de ativo, é a seguinte:

	Em 31 de dezembro					
	Ativos do Plano do Alvorada		Ativos do Plano do Bradesco		Ativos do Plano do Kirton	
	2024	2023	2024	2023	2024	2023
Categorias de ativo:						
Renda variável	-	-	4,9%	6,6%	-	-
Renda fixa	95,2%	93,2%	90,5%	87,5%	100,0%	100,0%
Imóveis	3,8%	4,9%	2,3%	2,1%	-	-
Outros	1,0%	1,9%	2,3%	3,8%	-	-
Total	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

O quadro abaixo, de análise de sensibilidade das obrigações dos planos de benefícios, demonstra o impacto na exposição atuarial (7,23% - 10,94% a.a.) pela alteração da premissa na taxa de desconto e inflação médica em 1 p.p.:

Taxa	Taxa de desconto/Taxa de inflação médica	Análise de Sensibilidade	Efeito no passivo atuarial	Efeito no valor presente das obrigações
Taxa de Desconto	11,57% - 11,94%	Aumento de 1 p.p.	redução	(244.821)
Taxa de Desconto	9,57% - 9,94%	Redução de 1 p.p.	aumento	281.522
Inflação Médica	8,23% - 8,64%	Aumento de 1 p.p.	aumento	69.786
Inflação Médica	6,23% - 6,64%	Redução de 1 p.p.	redução	(60.384)

O Bradesco, em suas dependências no exterior, proporciona para seus funcionários e administradores plano de pensão, de acordo com as normas estabelecidas pelas

autoridades locais, que permite acumular recursos financeiros ao longo da carreira profissional do participante.

As despesas totais com contribuições efetuadas, no exercício findo em 31 de dezembro de 2024, foram de R\$ 1.007.631 mil (2023 – R\$ 1.219.739 mil).

42) OUTRAS INFORMAÇÕES

- a) Em 16 de novembro de 2022 foi promulgada a Lei nº 14.467, que estabelece novas regras para a dedutibilidade das perdas de créditos decorrentes das atividades das instituições financeiras e das demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, nas bases de cálculo do imposto de renda e da CSLL, que produzirá efeitos a partir de 1º de janeiro de 2025, tendo como regra principal a aplicação de fatores para dedução de operações inadimplidas (operação com atraso superior a noventa dias).

Com a publicação da Lei nº 15.078, em 27 de dezembro de 2024, as perdas em 1º de janeiro de 2025, relativas aos créditos que se encontrem inadimplidos em 31 de dezembro de 2024, que não tenham sido deduzidas até essa data (estoque), somente poderão ser excluídas na determinação do lucro real e da base de cálculo da CSLL à razão de um oitenta e quatro avos ou cento e vinte avos, para cada mês do período de apuração, a partir do mês de janeiro de 2026. Esta Lei vetou a exclusão das perdas no ano de 2025 em montante superior ao lucro real do exercício. As perdas não deduzidas nesse período terão o mesmo tratamento do estoque de 01 de janeiro de 2025.

- b) Em 16 de janeiro de 2025, foi publicada a Lei Complementar nº 214, resultante da conversão do PLP nº 68/2024. Esta lei é parte da regulamentação da Emenda Constitucional nº 132, que estabelece a Reforma Tributária sobre o Consumo. Ela institui o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) e o Imposto Seletivo (IS), marcando um passo importante na Reforma Tributária do consumo. O Banco está acompanhando esse tema e avaliando os efeitos que serão produzidos por esta e futuras regulamentações ainda em tramitação no Congresso Nacional.
- c) Em 5 de fevereiro de 2024, foi comunicado ao mercado que o Bradesco e a BB Elo Cartões Participações S.A. (“BB Elo” e, em conjunto com o Bradesco, os “Acionistas Controladores”), encaminharam comunicado à Cielo S.A. – Instituição de Pagamento (“Cielo”), informando a respeito de sua decisão de proceder à conversão do registro de companhia aberta da Cielo de categoria “A” para “B”, com a sua consequente saída do segmento especial de listagem do Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (“B3”), por meio do lançamento de uma oferta pública unificada de aquisição de ações ordinárias para conversão de registro de companhia aberta da categoria “A” para “B” e saída de segmento especial de listagem, de acordo com a legislação aplicável e o estatuto social da Cielo (“OPA”).

Em 5 de julho de 2024, a CVM deferiu o registro da oferta pública unificada de aquisição de ações ordinárias de emissão da Cielo para conversão do seu registro de companhia aberta da categoria “A” para “B” e saída do Novo Mercado (“OPA”).

Em 10 de julho de 2024, foram disponibilizados pela Cielo o Edital e Laudo de Avaliação da oferta pública, cujo leilão foi realizado em 14 de agosto de 2024, às 15h. A OPA teve por objeto 902.247.285 ações ordinárias de emissão da Cielo, pelo preço à vista de R\$ 5,60 por ação, sujeito aos ajustes de preço pelo CDI previstos no Edital.

Em 14 de agosto de 2024, foi realizado o leilão da oferta pública das ações da Cielo para conversão de seu registro de companhia aberta da categoria "A" para "B" na Comissão de Valores Mobiliários e saída do segmento Novo Mercado da B3 S.A., com isso as Ofertantes adquiriram 736.857.044 ações ordinárias de emissão da Cielo, que representam 27,1% do seu capital social. As ações foram adquiridas pelo preço unitário de R\$ 5,82, totalizando o valor de R\$ 4.288.508 mil. A liquidação do Leilão ocorreu em 16 de agosto de 2024.

Em 16 de agosto de 2024, a Cielo S.A. informou que recebeu o comunicado de Quixaba Empreendimentos e Participações Ltda., BB Elo Cartões Participações S.A., Elo Participações Ltda., Alelo Instituição de Pagamento S.A. e Livel S.A. ("Ofertantes"), onde informaram que se tornaram, em conjunto, titulares de 2.583.914.571 ações ordinárias de emissão da Cielo, equivalentes a 95,1% do seu capital social, como resultado de aquisições de ações realizadas em cumprimento à obrigação de estender a possibilidade de venda aos acionistas remanescentes que não alienaram ações de sua titularidade no âmbito do leilão da oferta pública unificada de aquisição de ações ordinárias de emissão da Cielo lançada pelas Ofertantes ("OPA") durante o período de 3 (três) meses seguintes à data de sua realização. Em decorrência dessas aquisições, restaram em circulação ações de emissão da Cielo representativas de percentual inferior a 5% do capital social.

Em 27 de setembro de 2024, a Cielo, informou que foi aprovado, em assembleia geral de acionistas realizada nesta data, o resgate compulsório da totalidade das ações ordinárias de emissão da Cielo remanescentes em circulação, nos termos do item 9.1.1 do edital da OPA e do disposto no art. 4º, §5º, da Lei nº 6.404/76 ("Resgate Compulsório"). A operação não gerou efeitos relevantes no resultado.

- d) Em 8 de agosto de 2024, o Bradesco, por meio de suas controladas, celebrou um Acordo de Investimentos com a John Deere Brasil S.A. ("John Deere Brasil"), uma subsidiária integral da Deere & Company (USA), uma das líderes globais no fornecimento de equipamentos agrícolas, de construção e silvicultura. Por meio deste acordo, deteremos uma participação de 50% no Banco John Deere S.A. ("Transação"). Essa parceria estratégica fortalecerá ainda mais o posicionamento nos setores de agronegócio e construção, expandindo a oferta de financiamento e serviços financeiros para clientes e concessionários na aquisição de equipamentos, peças e serviços do grupo John Deere. A consumação da Transação está sujeita ao cumprimento de determinadas condições precedentes usuais e não causará impacto material no índice de capitalização do Bradesco.

Data-Base 05.2.2025

Conselho de Administração

Presidente

Luiz Carlos Trabuco Cappi

Vice-Presidente

Alexandre da Silva Glüher

Membros

Denise Aguiar Alvarez
Maurício Machado de Minas
Rubens Aguiar Alvarez
Octavio de Lazari Junior
Rogério Pedro Câmara

Membros Independentes

Samuel Monteiro dos Santos Junior
Walter Luis Bernardes Albertoni
Paulo Roberto Simões da Cunha
Denise Pauli Pavarina

Diretoria

Diretor-Presidente

Marcelo de Araújo Noronha

Diretores Vice-Presidentes

Cassiano Ricardo Scarpelli
Moacir Nachbar Junior
José Ramos Rocha Neto
Guilherme Muller Leal
Bruno D'Avila Melo Boetger

Diretores Executivos

João Carlos Gomes da Silva
Roberto de Jesus Paris
Oswaldo Tadeu Fernandes
Edilson Dias dos Reis
Juliano Ribeiro Marcilio
André Luis Duarte de Oliveira
Cintia Scovine Barcelos de Souza
Fernando Freiberger
José Augusto Ramalho Miranda
Marcos Valério Tescarolo
Renata Geiser Mantarro
Vinicius Urias Favarão
Silvana Rosa Machado
Túlio Xavier de Oliveira
Francesco Di Marcello

Diretores

Affonso Correa Taciro Junior
Aires Donizete Coelho
Alessandro Zampieri
Alexandre Cesar Pinheiro Quercia
Alexandre Panico
*Ana Luisa Rodela Blanco
André Costa Carvalho
André David Marques
André Ferreira Gomes
Antonio Campanha Junior
Bráulio Miranda Oliveira
Bruno Funchal
*Bruno Rosa Cardoso
Carlos Henrique Villela Pedras
Carlos Leibowicz
Carlos Wagner Firetti
Clayton Neves Xavier
Cristina Coelho de Abreu Pinna
Curt Cortese Zimmermann
Daniela Pinheiro de Castro
Danilo Luis Damasceno
Fábio Suzigan Dragone
Fernando Antônio Tenório
Fernando Honorato Barbosa
Francisco Armando Aranda
Jeferson Ricardo Garcia Honorato
José Leandro Borges
Juliana Laham
Julio Cardoso Paixão
Júlio César de Almeida Guedes
Layette Lamartine Azevedo Junior
Leandro José Diniz
Leandro Karam Correa Leite
* Leandro Marçal Araújo
Letícia Cardelli Buso Gomes
Luis Claudio de Freitas Coelho Pereira
Luiz Philipe Roxo Biolchini
Manoel Guedes de Araujo Neto
*Marcelo Souza Ramos
Marco Aurélio Galicioli
Marcos Alexandre Pina Cavagnoli
Marcos Daniel Boll
*Marina Bauab Carvalho Werebe

Marina Claudia González Martin de Carvalho
Marina Gravina Veasey
Mateus Pagotto Yoshida
Nairo José Martinelli Vidal Júnior
Nathalia Lobo Garcia Miranda
Rafael Forte Araújo Cavalcanti
Rafael Padilha de Lima Costa
Ricardo Eleutério da Silva
Roberto França
Roberto Medeiros Paula
Romero Gomes de Albuquerque
Rubia Becker
Ruy Celso Rosa Filho
Soraya Bahde
Telma Maria dos Santos Calura
Vasco Azevedo
Vinicius Panaro

Diretores Regionais

Altair Luiz Guarda
Amadeu Emilio Suter Neto
César Cabús Berenguer Silvano
Deborah D'Avila Pereira Campani Santana
Edmir José Domingues
Heberclei Magno dos Santos Lima
José Roberto Guzela
Marcelo Magalhães
Marcos Alberto Willemann
Nelson Pasche Junior
Welder Coelho de Oliveira

Comitês Subordinados ao Conselho de Administração

Comitês Estatutários

Comitê de Auditoria

*Octavio de Lazari Junior – Coordenador
Amaro Luiz de Oliveira Gomes – Membro Qualificado
Paulo Ricardo Satyro Bianchini

Comitê de Remuneração

Alexandre da Silva Glüher – Coordenador
Maurício Machado de Minas
Samuel Monteiro dos Santos Junior
Fabio Augusto Iwasaki (Membro não Administrador)

Comitês Não Estatutários

Comitê de Integridade e Conduta Ética

Alexandre da Silva Glüher – Coordenador
Maurício Machado de Minas
Walter Luis Bernardes Albertoni
Rubens Aguiar Alvarez
Octavio de Lazari Junior
Rogério Pedro Câmara
Marcelo de Araújo Noronha
Cassiano Ricardo Scarpelli
Moacir Nachbar Junior
José Ramos Rocha Neto
Silvana Rosa Machado
Ivan Luiz Gontijo Júnior
Affonso Correa Taciro Junior

Comitê de Riscos

Maurício Machado de Minas – Coordenador
Samuel Monteiro dos Santos Junior
Paulo Roberto Simões da Cunha
Octavio de Lazari Junior
Rogério Pedro Câmara

Comitê de Nomeação e Sucessão

Luiz Carlos Trabuco Cappi – Coordenador
Alexandre da Silva Glüher
Maurício Machado de Minas
Octavio de Lazari Junior
Marcelo de Araújo Noronha

Comitê de Sustentabilidade e Diversidade

Maurício Machado de Minas – Coordenador
Alexandre da Silva Glüher
Denise Aguiar Alvarez
Walter Luis Bernardes Albertoni
Denise Pauli Pavarina
Octavio de Lazari Junior
Rogério Pedro Câmara
Marcelo de Araújo Noronha
Moacir Nachbar Junior
Bruno D'Avila Melo Boetger
Juliano Ribeiro Marcilio
Silvana Rosa Machado
André Costa Carvalho

Comitê Estratégico

Alexandre da Silva Glüher – Coordenador
Maurício Machado de Minas
Samuel Monteiro dos Santos Junior
Denise Pauli Pavarina
Octavio de Lazari Junior
Marcelo de Araújo Noronha
Vinicius Urias Favarão

Comitê Subordinado ao Diretor-Presidente

Comitê Executivo de Divulgação

André Costa Carvalho – Coordenador
Marcelo de Araújo Noronha
Cassiano Ricardo Scarpelli
Moacir Nachbar Junior
José Ramos Rocha Neto
Guilherme Muller Leal
Roberto de Jesus Paris
Oswaldo Tadeu Fernandes
Vinicius Urias Favarão
Ivan Luiz Gontijo Júnior
Antonio Campanha Junior
Marina Claudia González Martin de Carvalho
Vinicius Panaro

Conselho Fiscal

Membros Efetivos

José Maria Soares Nunes
Joaquim Caxias Romão
Vicente Carmo Santo
Mônica Pires da Silva
Ava Cohn

Membros Suplentes

Frederico William Wolf
Artur Padula Omuro
Luiz Eduardo Nobre Borges
Ludmila de Melo Souza
José Luis Elias

Ouvidoria

Marcos Daniel Boll - Ouvidor

Departamento de Contadoria Geral

Vinicius Panaro
Contador – CRC 1SP324844/O-6

*** nomeação/eleição pendentes de homologação pelo BACEN. Consequentemente, não tomaram posse dos cargos**



Ao
Conselho de Administração e Acionistas do
Banco Bradesco S.A.
Osasco – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras consolidadas do Banco Bradesco S.A. (“Banco” ou “Bradesco”) e suas controladas, que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, consolidada do Bradesco em 31 de dezembro de 2024, o desempenho consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para Opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas”. Somos independentes em relação ao Bradesco e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Avaliação das provisões de perdas esperadas de empréstimos, adiantamentos a clientes, compromissos de empréstimos, garantias financeiras, ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e títulos e valores mobiliários ao custo amortizado

Conforme descrito nas notas explicativas nº 2d viii, 4, 8d, 9c, 10, 11, 38 e 40.2 às demonstrações financeiras consolidadas, o Banco possui o montante de R\$ 57.922.052 mil de provisão de perdas esperadas (PE) relacionadas aos contratos de empréstimos, adiantamentos a clientes, compromissos de empréstimos, garantias financeiras, ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e títulos e valores mobiliários ao custo amortizado em 31 de dezembro de 2024.

O Banco reconhece a perda esperada para a vida toda do contrato em todos os contratos que apresentaram um aumento significativo do risco de crédito (*SICR – Significant Credit Risk*) desde o seu reconhecimento inicial ou apresentaram inadimplência da contraparte (*default*) (estágio 2 e 3, respectivamente) e uma perda esperada para 12 meses a partir da data do balanço para todos os outros contratos (estágio 1). O Banco calcula a perda esperada em grupos homogêneos, por meio de modelos ou, para certas exposições significativas, com base em uma avaliação individual, estimando os fluxos de caixa futuros, considerando o valor das garantias relacionadas. Para calcular a perda esperada em grupos homogêneos, o Banco separa os contratos com base em características de risco de crédito comuns e usa estimativas de probabilidade de inadimplência (*PD – Probability of Default*), o percentual da perda financeira no momento que a operação entrou em inadimplência (*LGD – Loss Given Default*) e a exposição financeira no momento da inadimplência (*EAD – Exposure at Default*), bem como identifica variáveis macroeconômicas relevantes e estima o impacto das projeções das condições econômicas



futuras. O Banco projeta múltiplos cenários econômicos para essas variáveis macroeconômicas e pondera cada cenário de acordo com a probabilidade designada a eles.

Identificamos a avaliação das provisões de perdas esperadas como um principal assunto de auditoria, uma vez que a estimativa de perda esperada envolve incerteza significativa em sua mensuração, principalmente como resultado da complexidade dos modelos e subjetividade e precisão das premissas utilizadas. Dentre essas incertezas, estão: (i) as metodologias e premissas utilizadas para estimar as PDs, EADs e LGDs e a segmentação de contratos por características de risco de crédito comuns; (ii) os cenários macroeconômicos futuros e a respectiva ponderação de cada cenário de acordo com a probabilidade designada a eles; (iii) a identificação de aumento significativo de risco de crédito (estágio 2) e ativos problemáticos (estágio 3); e (iv) para a perda esperada avaliada individualmente, os fluxos de caixa futuros, considerando a avaliação das garantias relacionadas.

Como nossa auditoria abordou esse assunto

Os principais procedimentos que realizamos para tratar esse assunto significativo para nossa auditoria incluíram os resumos abaixo:

- Testamos o desenho e a efetividade operacional de certos controles internos relacionados ao processo de cálculo da PE. Isso incluiu controles relacionados: (i) ao desenvolvimento e aprovação da metodologia da PE, incluindo a definição do Banco de aumento significativo no risco de crédito (estágio 2) e ativos problemáticos (estágio 3); (ii) a determinação das metodologias e premissas utilizadas para estimar a PD, EAD, LGD, incluindo a segmentação de contratos por características de risco de crédito comuns, e os modelos usados para identificar as variáveis macroeconômicas futuras relevantes e estimar o impacto quantitativo dessas variáveis; e (iii) a validação independente dos modelos e definição da probabilidade de cada cenário, utilizados para o cálculo da PE; (iv) o cálculo da estimativa de PE; e (v) a projeção de fluxos de caixa esperados, incluindo os valores das garantias relacionadas, para PE calculada individualmente.
- Envolvemos profissionais com experiência e conhecimento especializados em risco de crédito que nos auxiliaram: (i) na avaliação qualitativa das metodologias de PE do Banco através da revisão dos modelos com base nos requisitos técnicos e com base nas Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB); (ii) no teste da precisão das PDs, EADs e LGDs do Banco, na identificação das variáveis macroeconômicas relevantes e na estimativa do impacto quantitativo dessas variáveis, inspecionando as documentações dos modelos para determinar se os modelos estão compatíveis com suas intenções de uso; (iii) na avaliação da definição de aumento significativo no risco de crédito do Banco, analisando as métricas relevantes utilizadas pelo Banco e comparando-as com as práticas regulatórias e do setor aplicáveis; (iv) na verificação da precisão das estimativas de PDs, EADs e LGDs do Banco usando dados históricos e metodologias definidas pelo Banco; (v) na avaliação da base para a segregação de operações por características de risco de crédito comuns usadas na estimativa de PDs, EAD e LGD, observando correlações históricas; (vi) na avaliação da razoabilidade das variáveis macroeconômicas consideradas nos cenários futuros por meio de análise de regressão da correlação histórica dessas variáveis e risco de crédito e (vii) execução de análise quantitativa, aplicando os percentuais de impacto para cada cenário, os quais foram validados de forma independente.
- Comparamos os índices projetados pelo Banco nos cenários macroeconômicos futuros com projeções independentes de terceiros. Para uma seleção de contratos, avaliamos a PE calculada individualmente, avaliamos as premissas e inspecionamos a documentação relacionada utilizada pelo Banco para determinar os fluxos de caixa esperados, incluindo os de garantia.
- Para uma amostra, avaliamos a aderência às políticas internas sobre a identificação do aumento significativo de risco de crédito e a classificação dos instrumentos financeiros nos estágios 2 e 3.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos adequada a perda esperada de empréstimos, adiantamentos a clientes, compromissos de empréstimos, garantias financeiras, ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e



títulos e valores mobiliários ao custo amortizado, no contexto das demonstrações financeiras consolidadas tomadas em conjunto referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

Avaliação da mensuração das provisões e das divulgações dos passivos contingentes – Fiscais e cíveis

Conforme descrito nas notas explicativas nº 2k, 4 e 22 às demonstrações financeiras consolidadas, o Banco é parte passiva em processos judiciais de naturezas fiscais e cíveis para os quais possui provisões registradas nos montantes de R\$ 7.457.160 mil e R\$ 7.827.251 mil, respectivamente, em 31 de dezembro de 2024.

As provisões de processos fiscais e cíveis, como aqueles relacionados à legalidade e constitucionalidade de certos impostos, indenização de supostos danos morais e patrimoniais referentes a produtos e serviços bancários, inserção de informações sobre devedores no cadastro de restrições ao crédito, ajustes de correção monetária dos saldos de cadernetas de poupança devido à implementação de planos econômicos pelo Governo Federal, e para outras ações cíveis específicas, foi necessário julgamento significativo para determinar a probabilidade de perda e estimar o valor envolvido.

Identificamos a avaliação da mensuração das provisões e a divulgação de passivos contingentes para processos tributários e cíveis como um dos principais assuntos de auditoria, uma vez que, a avaliação exigiu um alto grau de julgamento do auditor devido à natureza subjetiva das estimativas, julgamentos e premissas feitas pelo Banco. No caso dos processos tributários e cíveis, as estimativas, julgamentos e premissas estão relacionadas a determinação da probabilidade de perda e do valor envolvido.

Como nossa auditoria abordou esse assunto

Os principais procedimentos que realizamos para tratar esse assunto significativo para nossa auditoria incluíram os resumos abaixo:

- Testamos o desenho e a efetividade operacional de certos controles internos relacionados a avaliação e mensuração das provisões e das divulgações dos processos fiscais e cíveis. Dentre esses controles estão a avaliação de informações recebidas de consultores jurídicos externos e internos sobre os processos judiciais fiscais e cíveis;
- Obtivemos e lemos as cartas recebidas diretamente dos consultores jurídicos externos do Banco para certos processos tributários, e a documentação preparada pelos consultores jurídicos internos para certos processos cíveis com a avaliação da probabilidade e estimativa do valor de perda de tais ações. Comparamos essas avaliações e estimativas com as utilizadas pelo Banco e, consideramos os dados e informações históricas relacionadas aos processos em questão, a fim de avaliar as provisões e divulgações feitas em relação a esses assuntos; e
- Envolvermos profissionais com experiência e conhecimentos especializados na área tributária, que auxiliaram na avaliação da probabilidade e estimativa de perda de determinados processos tributários específicos em relação aos méritos técnicos e a documentação suporte da posição do Banco.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos adequada a mensuração das provisões e as divulgações dos passivos contingentes de natureza fiscal e cível, no contexto das demonstrações financeiras consolidadas tomadas em conjunto referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

Avaliação da recuperabilidade dos créditos tributários

Conforme descrito nas notas explicativas nº 2p, 4 e 37c às demonstrações financeiras consolidadas, o Banco possui o montante de R\$ 107.198.986 mil de ativos relativos a créditos tributários, em 31 de dezembro de 2024.

O Banco reconhece esses ativos fiscais diferidos considerando que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para utilização. As estimativas de lucros tributáveis futuros do Banco são baseadas nos planos de negócios e orçamentos preparados pela Administração, e exigem que o Banco estabeleça uma série de premissas relacionadas a eventos e condições futuras. Alterações em certas premissas sobre o futuro, tais como taxas de crescimento das principais linhas de negócios, taxas de



juros e taxas de câmbio, podem ter um impacto significativo nas projeções e, conseqüentemente, na recuperabilidade dos créditos tributários.

Identificamos a avaliação da recuperabilidade dos créditos tributários como um principal assunto de auditoria. A avaliação das estimativas de lucro tributável futuro e as premissas subjacentes às expectativas de geração dos lucros futuros exigem julgamento dos auditores devido à sensibilidade a pequenas mudanças nas premissas e ao grau de subjetividade associado a essas premissas.

Como nossa auditoria abordou esse assunto

Os principais procedimentos que realizamos para tratar esse assunto significativo para nossa auditoria incluíram os resumos abaixo:

- Testamos o desenho e a efetividade operacional de certos controles internos sobre o processo de estimativa dos lucros tributáveis futuros. Dentre esses estão os controles relacionados ao desenvolvimento e aprovação das premissas chaves para a elaboração do orçamento e as estimativas de lucros tributáveis futuros; e
- Envolvemos profissionais com habilidades e conhecimento especializados em finanças corporativas que nos auxiliaram na avaliação das premissas, incluindo taxas de crescimento das principais linhas de negócio, taxas de juros futuras e taxas de câmbio subjacentes às estimativas do Banco de lucros tributáveis futuros. Avaliamos a capacidade do Banco para projetar os lucros tributáveis com precisão ao compararmos os lucros tributáveis estimados para o ano encerrado em 31 de dezembro de 2024 preparados no ano anterior, com os lucros tributáveis reais em 2024.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos adequada a avaliação da recuperabilidade dos créditos tributários no contexto das demonstrações financeiras consolidadas tomadas em conjunto referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

Mensuração de determinados passivos de contratos de seguros emitidos de acordo com o modelo geral de mensuração e abordagem de taxa variável

Conforme descrito nas notas explicativas nº 2l, 4 e 21 às demonstrações financeiras consolidadas, o Banco possui passivos de contratos de seguros mensurados de acordo com o Modelo Geral de Mensuração (GMM/BBA) e a Abordagem de Taxa Variável (VFA) no montante de R\$ 359.997.742 mil em 31 de dezembro de 2024.

Esses passivos de seguros são mensurados pela soma dos fluxos de caixa esperados no cumprimento contratual e, quando aplicável, da margem de serviço contratual. Os fluxos de caixa de cumprimento contratual compreendem uma estimativa dos fluxos caixa esperados que surgem dentro dos limites dos contratos de seguros, incluindo para o pagamento de sinistros e benefícios, ajustado pelo valor do dinheiro no tempo e um ajuste de risco explícito relacionado ao risco não financeiro. Passivos de seguros são o resultado de um conjunto complexo de modelos. A estimativa dos fluxos de caixa de cumprimento contratual requer uso de premissas determinadas com base em modelos e metodologias atuariais, incluindo aquelas relacionadas a taxas de conversão em renda para contratos de anuidade, longevidade, sinistralidade, taxas de desconto e ajustes ao risco não financeiro.

Identificamos a avaliação da mensuração dos passivos de seguros mensurados de acordo com o Modelo Geral de Mensuração (GMM/BBA) e a Abordagem de Taxa Variável (VFA) como assunto significativo de auditoria. Foi requerido julgamento complexo do auditor para avaliar a mensuração desses passivos de seguros considerando que envolvem incertezas de mensuração significativas como resultado da complexidade dos modelos e metodologias atuariais, especificamente aquelas utilizadas para determinar as taxas de conversão em renda para contratos de anuidade, longevidade, sinistralidade, taxas de desconto e ajustes ao risco não financeiro. Mudanças menores nessas premissas poderiam resultar em mudanças significativas na mensuração desses passivos de seguros. Adicionalmente, o esforço de auditoria associado com a avaliação da mensuração desses passivos de seguros requereu o envolvimento de profissionais atuariais com habilidades e conhecimento especializados.

Como nossa auditoria abordou esse assunto

Os principais procedimentos que realizamos para tratar esse assunto significativo para nossa auditoria incluíram os resumos abaixo:

- Testamos o desenho e a efetividade operacional de certos controles internos relacionados à mensuração de passivos de seguros mensurados de acordo com o Modelo Geral de Mensuração (GMM/BBA) e a Abordagem de Taxa Variável (VFA). Isto incluiu controles relativos ao desenvolvimento e aprovação de modelos e metodologias para determinação das taxas de desconto, ajustes ao risco não financeiro, taxas de conversão em renda para contratos de anuidades, longevidade e sinistralidade.

- Envolvermos profissionais atuariais com conhecimentos específicos que nos auxiliaram:
 - (i) na avaliação das metodologias utilizadas na mensuração de passivos de seguros para conformidade com o IFRS emitido pelo IASB;
 - (ii) na avaliação conceitual dos modelos e técnicas de modelagem, incluindo aqueles usados para determinar as taxas de conversão em renda para contratos de anuidade, longevidade, sinistralidade e ajustes ao risco não financeiro, ao inspecionar as documentações do modelo, para determinar se os modelos estão adequados para o uso pretendido;
 - (iii) nos testes sobre a razoabilidade das premissas relacionadas aos ajustes ao risco não financeiro e sinistralidade, ao utilizar modelos desenvolvidos de forma independente e informações históricas do Banco, para estimar essas premissas e comparar estas com as premissas do Banco;
 - (iv) na avaliação da precisão dos modelos do Banco para estimar taxas de desconto, longevidade e taxa de conversão em renda; e
 - (v) na avaliação da razoabilidade das premissas relacionadas a taxas de desconto, longevidade e taxa de conversão em renda ao comparar com as práticas regulatórias e da indústria aplicáveis.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos adequada a mensuração de determinados passivos de contratos de seguros emitidos de acordo com o modelo geral de mensuração e abordagem de taxa variável, no contexto das demonstrações financeiras consolidadas tomadas em conjunto referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras consolidadas e o relatório dos auditores

A Administração do Bradesco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras consolidadas ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Bradesco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar o Banco e suas controladas



ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Bradesco e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras consolidadas.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Bradesco e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Bradesco e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Bradesco e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras consolidadas, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com os requisitos éticos pertinentes, de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos



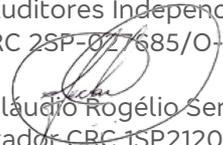
que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as ações tomadas para eliminar as ameaças ou as salvaguardas aplicadas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 06 de fevereiro de 2025

KPMG Auditores Independentes Ltda.

CRC 2SP-027685/O-0 F SP


Cláudio Rogério Sertório

Contador - CRC 1SP212059/O-0

Relatório do Comitê de Auditoria do Conglomerado Financeiro Bradesco sobre as Demonstrações Financeiras Consolidadas relativas ao Exercício Social findo em 31 de dezembro de 2024, elaboradas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro – NIRF (*International Financial Reporting Standards – IFRS*)

Adicionalmente ao relatório deste Comitê de Auditoria relativo às Demonstrações Financeiras Consolidadas do Banco Bradesco S.A. do Exercício Social findo em 31 de dezembro de 2024, elaboradas de acordo com as normas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN), emitido em 6 de fevereiro de 2025, analisamos também o conjunto completo das Demonstrações Financeiras Consolidadas elaboradas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro - NIRF (*International Financial Reporting Standards - IFRS*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

Como mencionado no relatório acima citado, levamos em consideração os trabalhos realizados pelos auditores independentes e o sistema de controles internos mantidos pelas diversas áreas do conglomerado financeiro Bradesco, principalmente as áreas de Auditoria Interna, de Gestão de Riscos e de *Compliance*.

São de responsabilidade da Administração a definição e a implementação de sistemas de informações contábeis e gerenciais utilizados para a elaboração das demonstrações financeiras das empresas que compõem o conglomerado financeiro Bradesco, em observância às práticas contábeis brasileiras e internacionais.

A Administração é também responsável por processos, políticas e procedimentos de controles internos que assegurem a salvaguarda dos ativos, o tempestivo reconhecimento de passivos e o gerenciamento dos riscos das operações da Organização Bradesco.

A Auditoria Independente é responsável por examinar as Demonstrações Financeiras Consolidadas, com observância aos requisitos estabelecidos nas normas brasileiras e internacionais de auditoria, e emitir relatório sobre a apresentação adequada de tais demonstrações financeiras consolidadas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as IFRS aplicáveis.

Compete à Auditoria Interna (nomenclatura atual Departamento de Auditoria Interna Global) aferir a qualidade dos sistemas de controles internos da Organização Bradesco e a regularidade das políticas e dos procedimentos definidos pela Administração, inclusive daqueles adotados na elaboração dos relatórios contábeis e financeiros.

Ao Comitê de Auditoria compete avaliar a qualidade e a efetividade das auditorias Interna e Independente e a adequação dos sistemas de controles internos, bem como analisar o conjunto das demonstrações financeiras, emitindo, quando aplicável, as recomendações pertinentes.

Com base nas revisões e discussões acima mencionadas, o Comitê de Auditoria recomenda ao Conselho de Administração, a aprovação das Demonstrações Financeiras Consolidadas, auditadas pela KPMG Auditores Independentes, relativas ao Exercício Social findo em 31 de dezembro de 2024, elaboradas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (NIRF).

Cidade de Deus, Osasco, SP, 6 de fevereiro de 2025.

OCTAVIO DE LAZARI JUNIOR
(Coordenador)*

AMARO LUIZ DE OLIVEIRA GOMES
(Especialista Financeiro)

PAULO RICARDO SATYRO BIANCHINI
(Membro)

(*) Eleito pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 16 de janeiro de 2025. Aguardando homologação pelo Bacen.

Os membros do Conselho Fiscal, no exercício de suas atribuições legais e estatutárias, procederam ao exame do Relatório da Administração e das Demonstrações Financeiras Consolidadas do Banco Bradesco S.A. (Bradesco), referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2024, e, com base: (i) nas reuniões realizadas com a KPMG Auditores Independentes e nos seus relatórios; (ii) nas reuniões realizadas com o Comitê de Auditoria e nos seus relatórios; e (iii) nas informações recebidas em reuniões com os administradores e gestores de áreas do Bradesco, concluíram que os citados documentos examinados refletem adequadamente a situação patrimonial e financeira do Bradesco em 31 de dezembro de 2024 e ratifica o julgamento da KPMG Auditores Independentes e do Comitê de Auditoria de que os controles internos são adequados ao porte e à complexidade de seus negócios.

Diante do exposto, os membros do Conselho Fiscal são da opinião de que o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras Consolidadas do Bradesco, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2024, estão em condições adequadas para serem apreciados pelos seus acionistas na próxima Assembleia Geral Ordinária.

Cidade de Deus, Osasco, SP, 6 de fevereiro de 2025.

José Maria Soares Nunes

Joaquim Caxias Romão

Vicente Carmo Santo

Mônica Pires da Silva

Ava Cohn

Declaração do Diretor-Presidente

Eu, Marcelo de Araújo Noronha, declaro que:

1. Baseado em meu conhecimento, no planejamento apresentado pelos auditores e nas discussões subsequentes sobre os resultados de auditoria, concordo com as opiniões expressas no relatório, elaborado pela KPMG Auditores Independentes Ltda., não havendo qualquer discordância.
2. Revisei este relatório das Demonstrações Financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, do Banco Bradesco S.A. e baseado nas discussões subsequentes, concordo que tais Demonstrações, refletem adequadamente todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira correspondente aos períodos apresentados.

Cidade de Deus, Osasco, SP, 06 de fevereiro de 2025.

Marcelo de Araújo Noronha
Diretor-Presidente

Declaração do Diretor Vice-Presidente

Eu, Cassiano Ricardo Scarpelli, declaro que:

1. Baseado em meu conhecimento, no planejamento apresentado pelos auditores e nas discussões subsequentes sobre os resultados de auditoria, concordo com as opiniões expressas no relatório, elaborado pela KPMG Auditores Independentes Ltda., não havendo qualquer discordância.
2. Revisei este relatório das Demonstrações Financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, do Banco Bradesco S.A. e baseado nas discussões subsequentes, concordo que tais Demonstrações, refletem adequadamente todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira correspondente aos períodos apresentados.

Cidade de Deus, Osasco, SP, 06 de fevereiro de 2025.

Cassiano Ricardo Scarpelli
Diretor Vice-Presidente

Para mais informações, favor contatar:

André Carvalho

Diretor de Relações com Investidores

Tel.: (11) 2194-0922

investidores@bradesco.com.br

Cidade de Deus, s/nº - Prédio Prata - 4º andar

Osasco-SP

Brasil

banco.bradesco/ri





bradesco